

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

ARTHUR SALDANHA DOS SANTOS

**ATIVISMOS DIGITAIS DO MOVIMENTO AFRO VEGANO:  
UMA ANÁLISE DAS NARRATIVAS PERFORMÁTICAS NAS MÍDIAS SOCIAIS**

Porto Alegre

2022

Arthur Saldanha dos Santos

**ATIVISMOS DIGITAIS DO MOVIMENTO AFRO VEGANO:  
UMA ANÁLISE DAS NARRATIVAS PERFORMÁTICAS NAS MÍDIAS SOCIAIS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Paulo André Niederle

Porto Alegre

2022

### CIP - Catalogação na Publicação

Santos, Arthur Saldanha Dos  
ATIVISMOS DIGITAIS DO MOVIMENTO AFRO VEGANO: UMA  
ANÁLISE DAS NARRATIVAS PERFORMÁTICAS NAS MÍDIAS  
SOCIAIS / Arthur Saldanha Dos Santos. -- 2022.  
192 f.  
Orientador: Paulo André Niederle.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências  
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia,  
Porto Alegre, BR-RS, 2022.

1. Afroveganismo. 2. Ativismo Digital. 3. Mídias  
Sociais. 4. Veganismo. I. Niederle, Paulo André,  
orient. II. Título.

Arthur Saldanha dos Santos

**ATIVISMOS DIGITAIS DO MOVIMENTO AFRO VEGANO:  
UMA ANÁLISE DAS NARRATIVAS PERFORMÁTICAS NAS MÍDIAS SOCIAIS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Porto Alegre, 28 de março de 2022.

**BANCA EXAMINADORA**

Prof. Dr. Paulo André Niederle (orientador)  
Programa de Pós-Graduação em Sociologia – UFRGS

Profa. Dra. Bianca de Oliveira Ruskowski  
Instituto Federal Sul-rio-grandense – IFSUL

Profa. Dra. Fátima Portilho  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ

Profa. Dra. Fernanda Carrera  
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Prof. Dr. Maycon NoreMBERG Schubert  
Programa de Pós-Graduação em Sociologia – UFRGS

Dedico esta tese à minha amada mãe,  
Sirlene Alves dos Santos (*In memoriam*).

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que me concedeu bolsa de estudo e, conseqüentemente, possibilidade para minha permanência e conclusão da Pós-Graduação. Sem esse apoio, provavelmente eu não conseguiria dar prosseguimento ao doutorado.

Ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGS/UFRGS), pela excelência de seu corpo docente e dedicação de seus funcionários técnicos administrativos que proporcionaram um ambiente acadêmico fecundo para o desenvolvimento deste trabalho.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Paulo André Niederle, pela confiança depositada em mim, seriedade, dedicação, competência e experiência compartilhada, bem como paciência com meu percurso. Agradeço imensamente pelo apoio em todos os momentos de escrita desta Tese.

Às professoras e professor que participaram da minha banca de defesa de doutorado, Profa. Dra. Bianca de Oliveira Ruskowski, Profa. Dra. Fátima Portilho, Profa. Dra. Fernanda Carrera e Prof. Dr. Maycon NoreMBERG Schubert. Suas contribuições e sugestões foram enriquecedoras para os ajustes finais dessa pesquisa. Agradeço ainda pelos por destacarem a relevância e originalidade desta tese, bem como sua contribuição no avanço da ciência.

Ao meu amigo e companheiro, Anderson Jorge Ferreira, presente em todo o processo do doutorado, se mostrando sempre presente, compreensivo, paciente, professor, avaliador, ouvinte e contribuinte para a pesquisa. Meu muito obrigado.

Aos ativistas do Movimento Afro Vegano, especialmente as meninas que compõem a administração, que me acolheram ao longo das atividades de coleta de dados digitais e entrevistas, meus sinceros agradecimentos.

À minha família, em particular aos meus pais Elias Saldanha Pereira e Sirlene Alves dos Santos (*In memoriam*), que me ensinaram a lutar pelos meus objetivos e ser ético acima de tudo, obrigado por me transformarem em uma pessoa melhor. Esta conquista é de vocês e para vocês!

Aos meus amigos Eva, Mário, Cris, João Paulo, Bruno, Val, Karine, Carlos e João, e aos meus irmãos Mariane, Raildo, Eliane e Elias Júnior, o carinho de vocês foi de fundamental importância na minha vida acadêmica, gratidão!

Agradeço aos colegas do Programa pelas trocas de experiências e amizades construídas, nossos vínculos foram cruciais para tornar branda essa caminhada difícil, mas recheada de momentos felizes.

## RESUMO

Essa tese analisa as narrativas performáticas dos ativistas do Movimento Afro Vegano nas mídias sociais, o tensionamento dos significados e identidades do veganismo. O objetivo geral consistiu em compreender os ativismos digitais do Movimento Afro Vegano a partir das narrativas performáticas de ativistas nas mídias sociais. Foi realizada a análise dos perfis no Instagram de 14 ativistas que se identificaram enquanto afroveganos e atuantes no movimento. Além disso, foram realizadas entrevistas em profundidade com esses ativistas, tendo como base um roteiro semiestruturado com questões padronizadas. A coleta dos dados digitais aconteceu entre os meses de maio e dezembro de 2020. Ao todo, foram analisadas 6.870 postagens, sendo divididas em 14 temáticas. Quatro temas foram publicados mais vezes pelos perfis de ativistas analisados: receitas veganas acessíveis (210 publicações); pratos veganos acessíveis (195 publicações); receitas veganas (191 publicações); e alimentação ancestral (110 publicações). Esses ativistas foram classificados por meio dos seguintes atributos sociais: gênero, identificação racial, faixa etária e escolaridade, sendo quatro homens e dez mulheres, com idades entre 18 e 35 anos, uma pessoa com Ensino Médio Incompleto e 13 pessoas com Ensino Superior Completo. As evidências permitem concluir que o antiespecismo e o antirracismo são as pautas principais e recorrentes nas ações e agendas do Movimento Afro Vegano. Entretanto, diferentemente de estudos anteriores que sugerem uma convergência entre os significados dessas pautas, os resultados demonstram que o Movimento Afro Vegano diferencia antirracismo e antiespecismo nas práticas coletivas. Os ativistas se empenham em problematizar as práticas alimentares veganas, olhando para as desigualdades sociais nos veganismos. Eles criticam o universo elitizado de consumo vegano e a reprodução de práticas racistas no seu interior, evidenciando as múltiplas formas de opressão e hierarquização que têm caracterizado esse estilo de vida. Além do mais, esses ativistas buscam oferecer alternativas de alimentação vegana acessível às minorias sociais, resgatando costumes, tradições, condutas e rotinas alimentares de povos ancestrais. E dessa forma, procuram reafirmar a noção de ancestralidade africana como um caminho de reconexão dos povos negros às origens dos alimentos e às suas próprias origens. Isso implica na adequação das práticas e rotinas alimentares desses ativistas aos repertórios culturais específicos, que geralmente são encontrados no alinhamento das pautas do Movimento Afro Vegano com o Movimento Negro.

**Palavras-chave:** Afroveganismo. Ativismo Digital. Mídias Sociais. Veganismo.

## ABSTRACT

This thesis analyzes the performative narratives of the activists of the Afro-Vegan Movement on social media and the tensioning of the meanings and identities of veganism. The general objective was to understand the digital activism of the Afro-Vegan Movement from the performative narratives of activists on social media. An analysis of the Instagram profiles of 14 activists who identified themselves as Afrovegans and active in the movement was carried out. In addition, in-depth interviews were conducted with these activists, based on a semi-structured script with standardized questions. The collection of digital data took place between the months of May and December 2020. In all, 6,870 posts were analyzed, divided into 14 themes. Four themes were published more often by the profiles of activists analyzed: accessible vegan recipes (210 publications); affordable vegan dishes (195 publications); vegan recipes (191 publications); and ancestral food (110 publications). These activists were classified based on the following social attributes: gender, racial identification, age group and education, with four men and ten women, aged between 18 and 35 years old, one person with incomplete secondary education and 13 people with complete higher education. Evidence allows us to conclude that anti-speciesism and anti-racism are the main and recurring agendas in the actions and agendas of the Afro-Vegan Movement. However, unlike previous studies that suggest a convergence between the meanings of these guidelines, the results demonstrate that the Afro-Vegan Movement differentiates anti-racism and anti-speciesism in collective practices. Activists are committed to problematizing vegan food practices, looking at social inequalities in veganism. They criticize the elitist universe of vegan consumption and the reproduction of racist practices within it, highlighting the multiple forms of oppression and hierarchy that have characterized this lifestyle. In addition, these activists seek to offer vegan food alternatives accessible to social minorities, rescuing customs, traditions, behaviors and eating routines of ancestral peoples. In this way, they seek to reaffirm the notion of African ancestry as a way of reconnecting black peoples to the origins of food and to their own origins. This implies adapting these activists' eating practices and routines to specific cultural repertoires, which are usually found in the alignment of the Afro-Vegan Movement's agenda with the Black Movement.

**Keywords:** Afro-vegan. Digital Activism. Social Media. Veganism.

## RESUMEN

Esta tesis analiza las narrativas performativas de los activistas del Movimiento Afro Vegano en las redes sociales y la tensión de los significados e identidades del veganismo. El objetivo general fue comprender el activismo digital del Movimiento Afro Vegano a partir de las narrativas performativas de activistas en redes sociales. Se realizó un análisis de los perfiles de Instagram de 14 activistas que se identificaron como afroveganos y activos en el movimiento. Además, se realizaron entrevistas en profundidad a estos activistas, a partir de un guión semiestructurado con preguntas estandarizadas. La recolección de datos digitales se llevó a cabo entre los meses de mayo y diciembre de 2020. En total, se analizaron 6.870 publicaciones, divididas en 14 temas. Cuatro temas fueron los más publicados por los perfiles de activistas analizados: recetas veganas accesibles (210 publicaciones); platos veganos asequibles (195 publicaciones); recetas veganas (191 publicaciones); y alimentación ancestral (110 publicaciones). Estos activistas fueron clasificados con base en los siguientes atributos sociales: género, identificación racial, grupo de edad y educación, siendo cuatro hombres y diez mujeres, con edades entre 18 y 35 años, una persona con educación secundaria incompleta y 13 personas con educación superior completa. La evidencia permite concluir que el antiespecismo y el antirracismo son las agendas principales y recurrentes en las acciones y agendas del Movimiento Afro Vegano. Sin embargo, a diferencia de estudios previos que sugieren una convergencia entre los significados de estas directrices, los resultados demuestran que el Movimiento Afro Vegano diferencia el antirracismo y el antiespecismo en las prácticas colectivas. Los activistas están comprometidos a problematizar las prácticas alimentarias veganas, observando las desigualdades sociales en el veganismo. Critican el universo elitista del consumo vegano y la reproducción de prácticas racistas en él, destacando las múltiples formas de opresión y jerarquización que han caracterizado este estilo de vida. Además, estos activistas buscan ofrecer alternativas de alimentación vegana accesibles a las minorías sociales, rescatando costumbres, tradiciones, comportamientos y rutinas alimenticias de los pueblos ancestrales. De esta manera, buscan reafirmar la noción de ascendencia africana como una forma de reconectar a los pueblos negros con los orígenes de la comida y con sus propios orígenes. Esto implica adaptar las prácticas y rutinas alimentarias de estos activistas a repertorios culturales específicos, que generalmente se encuentran en la alineación de la agenda del Movimiento Afro Vegano con el Movimiento Negro.

**Palabras-clave:** Afroveganismo. Activismo Digital. Redes Sociales. Veganismo.

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1:</b> Características gerais dos movimentos de estilo de vida	74
<b>Quadro 2:</b> Dimensões analisadas	100

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1:</b> Nuvem de palavras com temáticas mais abordadas nos perfis	94
<b>Figura 2:</b> Logotipo e apresentação da AVS	103
<b>Figura 3:</b> Logotipo e apresentação do MAV	105
<b>Figura 4:</b> Posicionamento contra violência policial em São Paulo	112
<b>Figura 5:</b> Convite <i>live</i> do MAV com uma vegana negra LGBTQI+	117
<b>Figura 6:</b> <i>Post</i> sobre o Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha e Dia Nacional de Tereza de Benguela	118
<b>Figura 7:</b> <i>Post</i> do MAV indicando perfis Indígenas	119
<b>Figura 8:</b> <i>Post</i> indicando perfis sobre Saúde Holística Africana	126
<b>Figura 9:</b> <i>Post</i> sobre um evento voltado para a alimentação ancestral	129
<b>Figura 10:</b> <i>Story</i> sobre posicionalidade política	131
Figura 11: <i>Post</i> sobre a produção de alimentos para venda	132
<b>Figura 12:</b> <i>Post</i> sobre queijos fermentados vegetais	135
<b>Figura 13:</b> <i>Post</i> do MAV sobre o sacrifício animal em religiões	140
<b>Figura 14:</b> <i>Post</i> da ativista Deise sobre uma mesa de café da manhã	146
<b>Figura 15:</b> Posicionalidade da ativista Jussara sobre postagem de pratos	147
<b>Figura 16:</b> <i>Post</i> da ativista Nicole sobre a feira do dia	148
<b>Figura 17:</b> Posicionalidade do ativista Beto sobre as marcas	152
<b>Figura 18:</b> <i>Post</i> do ativista Beto sobre escovas de bambu	153
<b>Figura 19:</b> <i>Post</i> da ativista Geise sobre compra de produtos	155

## LISTA DE BOX

**Box 1:** Flexitarianismo, outros 'ismos' e a Indústria de Proteínas Alternativa 27

**Box 2:** Campanha Segunda Sem Carne 45

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABV	Associação Brasileira de Veganismo
ANPOCS	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais
AVS	<i>Afro Vegan Society</i>
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
GFI	<i>The Good Food Institute</i>
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBOPE	Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
LGBTQI+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Trans, Queers, Pansexuais, Agêneros, Pessoas não binárias e Intersexo
MAV	Movimento Afro Vegano
NTICs	Novas Tecnologias da Comunicação e da Informação
PETA	<i>People For The Ethical Treatment of Animals</i>
PPGS	Programa de Pós-Graduação em Sociologia
SBS	Sociedade Brasileira de Sociologia
SVB	Sociedade Vegetariana Brasileira
TMR	Teoria da Mobilização de Recursos
TNMS	Teoria dos Novos Movimentos Sociais
TPP	Teoria do Processo Político
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFVJM	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNIMONTES	Universidade Estadual de Montes Claros
UVA	União Vegana de Ativismo

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>14</b>
<b>2 VEGANISMO OU VEGANISMOS? PLURALIDADES E DISPUTAS</b>	<b>24</b>
2.1 A NOÇÃO DE VEGANISMO	24
2.2 SEGMENTAÇÃO E INTERSECCIONALIDADE NO VEGANISMO	33
2.3 VEGANISMOS, SISTEMAS ALIMENTARES SUSTENTÁVEIS E SAUDÁVEIS	40
<b>3 MOVIMENTOS SOCIAIS E ATIVISMO DIGITAL</b>	<b>49</b>
3.1 DOS MOVIMENTOS SOCIAIS AOS ATIVISMOS NA INTERNET	49
3.2 ENTENDIMENTOS SOBRE ATIVISMOS	56
3.3 ATIVISMOS CONECTADOS EM REDE	61
3.4 ESTILO DE VIDA, UM CAMINHO	70
3.5 ATIVISMOS DIGITAIS E A MILITÂNCIA NEGRA	77
<b>4 NOTAS METODOLÓGICAS E ESTRATÉGIAS INVESTIGATIVAS</b>	<b>86</b>
4.1 SOCIOLOGIA DIGITAL E NETNOGRAFIA NO ESTUDO DAS MÍDIAS	86
4.2 O PROCESSO METODOLÓGICO DA PESQUISA	92
4.2.1 <i>A coleta dos dados</i>	92
4.2.2 <i>A análise dos dados</i>	96
<b>5 EM CENA, O MOVIMENTO AFRO VEGANO</b>	<b>101</b>
5.1 A FORMAÇÃO DO AFROVEGANISMO NO BRASIL	101
5.1.1 <i>Além do antiespecismo: a emergência da luta antirracista</i>	102
5.1.2 <i>Interseccionalidades em movimento</i>	109
5.2 O ESTILO DE VIDA AFROVEGANO COMO FORMA DE ATIVISMO	120
5.2.1 <i>Existências, ancestralidade e a reapropriação de práticas alimentares</i>	121
5.2.2 <i>Relações do afroveganismo com as religiões de matriz africana</i>	137
5.3 NARRATIVAS PERFORMÁTICAS AFROVEGANAS NAS MÍDIAS SOCIAIS	143
5.3.1 <i>Comida não é só comida no Instagram: ativismos nos pratos</i>	143
5.3.2 <i>Posicionalidades em relação às marcas e mercados</i>	150
<b>6 CONCLUSÃO</b>	<b>156</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>162</b>
<b>APÊNDICES</b>	<b>186</b>
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	186
APÊNDICE B – CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO	187
APÊNDICE C – MODELO DE ORGANIZAÇÃO DAS PLANILHAS	188
APÊNDICE D – ROTEIRO SEMIESTRUTURADO PARA ENTREVISTAS	189

## 1 INTRODUÇÃO

A presente Tese de Doutorado articula os estudos sobre movimentos sociais e veganismo. Em termos de tarefa sociológica proposta, o intuito foi compreender os elementos explicativos para os ativismos digitais veganos na contemporaneidade. Diante disso, recorri à investigação das narrativas performáticas dos ativistas do Movimento Afro Vegano (MAV) nas mídias sociais, particularmente no *Instagram*, e o tensionamento dos significados e identidades do veganismo.

Aproximei-me da Sociologia quando, com 13 anos de idade, decidi sair da fazenda que eu vivia com a minha família e ingressar no Seminário, iniciando o processo de formação para me tornar padre. Frequentei aulas de Sociologia, filosofia, teologia, línguas estrangeiras, música, formação humanitária, dentre outras. Porém, a aula que mais me interessava naquele contexto era a de Introdução à Sociologia, na qual eu sempre tirava notas excelentes nas avaliações semanais. Hoje retomo minhas lembranças e percebo que meu interesse em investigar mais as relações sociais, questionar os professores sobre alguns termos que aprendíamos superficialmente (estrutura social, fato social etc.) e passar meu tempo livre na biblioteca do Seminário lendo obras sociológicas, revelam que a Sociologia fazia parte da minha vida.

Decidi sair do Seminário quatro anos depois, em 2011, com 17 anos de idade, e ingressei na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), em Diamantina, Minas Gerais, para cursar o Bacharelado em Humanidades. Não era o curso dos meus sonhos, mas era o mais próximo da sociologia que eu conhecia naquela época. No segundo período do curso, comecei minha primeira atividade de Iniciação Científica, na qual investiguei as configurações homoparentais em narrativas cinematográficas contemporâneas; temática que acabou desembocando no tema do meu Trabalho de Conclusão de Curso. Minha segunda atividade de Iniciação Científica foi relacionada à exclusão de minorias sociais no garimpo, outra temática que contribuiu para o aumento do meu interesse pela Sociologia. Finalmente, a minha terceira atividade de Iniciação Científica tinha como foco a análise das representações da história da África nos livros didáticos do Ensino

fundamental e Médio, tema que só entendi seu real valor hoje com a conclusão desta tese.

Em 2015, ingressei no Mestrado em “Sociedade, Ambiente e Território”, integrando a primeira turma desse curso. Esse Mestrado foi uma proposta de pós-graduação com sede em Montes Claros, Minas Gerais, articulada entre a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e a Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Minha pesquisa focalizou o tema das juventudes rurais do norte mineiro, especificamente as juventudes da região de Porteirinha. Os resultados apontaram os interesses dos jovens em se especializarem em áreas voltadas para a manutenção da produção agrícola de base familiar, assim como ressaltaram a importância das tecnologias digitais para o seu cotidiano de vivências no campo e na cidade.

No primeiro semestre de 2018, ingressei no Doutorado em Sociologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). A realização desse sonho começou com a junção do meu percurso de formação educacional com as linhas de interesse da minha orientadora, Profa. Dra. Anita Brumer, desembocando no estudo da inserção socioprofissional das juventudes em cooperativas agrícolas no Rio Grande do Sul. Este tema passou a ser a minha proposta de pesquisa para a tese.

No meio do período de levantamentos de literatura e escrita do projeto para a qualificação, em setembro de 2018, minha mãe faleceu por uma infecção generalizada em decorrência da pneumonia. Fiquei sem estrutura emocional para a realização de qualquer atividade acadêmica. Minha ligação com a minha mãe era extremamente forte, sendo ela o principal motivo e apoio para que eu seguisse os estudos na Universidade. De maneira reconfortante, recebi apoio dos meus colegas de doutorado, professores das disciplinas que eu cursava naquele período e da própria coordenação do PPGS. Esse suporte foi fundamental para que eu me reestruturasse na minha caminhada no doutorado, dedicando-me à investigação, aulas e estágios na Graduação. Superada parcialmente essa fase, me concentrei novamente na pesquisa e construí meu projeto para qualificação, sendo aprovado para a outra etapa no doutorado.

Entretanto, logo após o meu Exame de Qualificação de Tese, com a saída da minha orientadora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) em função de sua aposentadoria, optei pela mudança de pesquisa, buscando uma proposta que alinhasse meus interesses aos do meu novo orientador, Prof. Dr. Paulo

André Niederle. Após participar de algumas discussões no projeto “Construção política de mercados alimentares e a produção de dispositivos institucionais e sociotécnicos nos repertórios de ação dos movimentos sociais”, financiado pelo CNPq e coordenado pelo meu orientador, minha nova proposta de pesquisa para a tese ganhou forma – o estudo do veganismo.

A proposta inicial era investigar a participação da juventude em movimentos veganos de Porto Alegre, recorrendo a entrevistas em profundidade, grupos focais, participação em encontros, em ações veganas e entrevistas com as lideranças desses movimentos. Entretanto, com o advento da pandemia do Covid-19, inviabilizando o contato presencial entre as pessoas por conta das medidas de distanciamento, esse projeto não pode ser colocado em prática com as características inicialmente pensadas.

Após realizar um estudo exploratório sobre o veganismo no Brasil, me dei conta das diferentes ramificações desse tipo de estilo de vida<sup>1</sup>. Partindo dessa observação preliminar, me questionei sobre as motivações para tantas práticas veganas, já que a função principal do veganismo é a promoção do fim da opressão animal. Com a problematização dessas condições, acrescida de mais estudos exploratórios, me dei conta de que essas ramificações estavam relacionadas a outras pautas que se somavam à luta pelos animais não humanos, como as condutas éticas, morais, reflexões ambientais, lutas antirracistas, dentre outros. Assim, tive elementos para construir a arquitetura da minha proposta de pesquisa, culminando nesta tese de doutorado.

A primeira etapa da pesquisa consistiu em examinar a literatura disponível relacionada à noção de veganismo. Alguns estudos têm apontado que o veganismo não se resume a uma dieta com restrições e pautada no fim da exploração animal, mas busca associar ainda diferentes questões ambientais e problemas de saúde humana (COLE; MORGAN, 2011; SORDI, 2011; BRUERS, 2015; GREENEBAUM, 2018; NIEDERLE; SCHUBERT, 2020; ABRAMOVAY, 2021). Além disso, o ativismo

---

<sup>1</sup> O estilo de vida é compreendido nesta tese como uma expressão que denota hábitos, padrões de consumo, rotinas, práticas e condutas no cotidiano das interações sociais. Do ponto de vista de Giddens (2002), este termo vai além do seu caráter trivial relacionado às rotinas de consumo das pessoas. Conforme o autor aponta, o estilo de vida traduz nossas vivências diárias, sendo um conjunto de ações obrigatórias e peculiares para cada indivíduo. Um estilo de vida pode ser sintetizado como o conjunto de ações responsáveis pela materialidade da autoidentidade das pessoas (GIDDENS, 2002). No capítulo 3, seção 3.4, eu examino a noção de estilo de vida e busco relacionar o termo aos estudos de ativismos digitais.

dos diferentes atores e grupos ligados a algumas vertentes do veganismo têm agregado também outras agendas e lutas de minorias sociais às suas práticas e condutas, tais como as lutas antirracistas, feministas e LGBTQI+ (TERRY, 2014; BRUECK, 2017; KO; KO, 2017; KO, 2019; DISCONZI; SILVA, 2020; DAVIDSON, 2021).

Por esse ponto de vista, é possível afirmar que o ativismo vegano se disseminou e diversificou nesses últimos anos, trazendo à tona diferentes questões éticas e estéticas ligadas às práticas alimentares e vivências cotidianas. Conforme apontado, as principais discussões têm buscado integrar o debate em torno da libertação animal com os problemas ambientais, questões que circundam o feminismo e a homofobia, assim como elementos da luta antirracista. Em virtude dessas múltiplas intersecções, tenho me juntado a muitos ativistas que apontam a inadequação de uma definição singular do veganismo. Como consequência, abordar o veganismo em seu sentido plural, ou seja, veganismos, tem se configurado em uma maneira pragmática de lidar com os múltiplos tensionamentos internos decorrentes da proliferação de grupos e coletivos que reivindicam uma concepção de veganismo adequada às suas realidades socioculturais (CHERRY, 2006; 2014; KENNEDY, 2011; BENNETT, 2012; HAENFLER; JHONSON; JONES, 2012).

É nessa perspectiva que a crescente discussão nas mídias sociais sobre a necessidade de um veganismo mais acessível e inclusivo, em termos de participação social, tem estimulado a produção científica voltada para a compreensão das configurações assumidas pelos movimentos veganos (PINTO, 2011; CHERRY, 2014; SCOTT, 2020; BAKER; WALSH, 2020). Esses movimentos têm apresentado críticas dirigidas à exploração animal pelo sistema capitalista, bem como às condições alimentares precárias das populações, sinalizando desafios para o sistema alimentar em nível global (AFRIKA, 2004; 2013; TWINE, 2010; HAVEWALA, 2020; NIEDERLE; SCHUBERT, 2020; ABRAMOVAY, 2021; FUENTES; FUENTES, 2021). De maneira mais ampla, porém integrada no exercício dos veganismos, esses temas têm feito parte dos debates em torno dos sistemas alimentares sustentáveis e saudáveis.

A abordagem dos sistemas alimentares sustentáveis tem sido utilizada nos estudos sociológicos como uma ferramenta conceitual na apreensão das práticas alimentares, produtivas e comportamentais dos sujeitos neste atual contexto de problemática alimentar global. Este termo tem sido relacionado às práticas agrícolas,

na qual os sistemas de produção, comercialização e consumo encontram-se vinculados, abarcando as diferentes demandas de dietas mais saudáveis e que sejam também mais sustentáveis. Desse modo, essa abordagem tem estimulado a reflexão sobre questões ambientais voltadas para as transformações climáticas e sinalizado os problemas globais de saúde, principalmente aqueles relacionados ao aumento expressivo de doenças crônicas associadas à obesidade (MALUF et al., 2015; HARTMANN; SIEGRIST, 2017; BROAD, 2019; PREISS; SCHNEIDER, 2020; NIEDERLE et al., 2021).

É a partir dessa perspectiva que as mudanças alimentares, sobretudo aquelas que são baseadas em dietas saudáveis e sustentáveis conforme propõem os movimentos vegetarianos e veganos, vêm apresentando significativos impactos nas emissões de gases de efeito estufa, usos do solo, usos da água e saúde humana (MARLOW et al., 2009; RUBY et al., 2016; ALEKSANDROWICZ et al., 2016; HARTMANN; SIEGRIST, 2017). De maneira heterogênea, esse tipo de mudança tem sido relacionado com as reconfigurações do sistema agroalimentar para modelos mais adequados a essas necessidades, agregando diferentes instituições, pessoas, estratégias, recursos e ambiente (MORRIS; KIRWAN, 2006; CRAIG, 2009; ALEKSANDROWICZ et al., 2016; JANSSEN et al., 2016; NIEDERLE; WESZ JUNIOR, 2018; BLAY-PALMER et al., 2019; NIEDERLE; SCHUBERT, 2020).

Com o advento da internet, especificamente das plataformas de mídias sociais, notam-se “mudanças qualitativas nas formas de exercício” do ativismo contemporâneo em plataformas de mídias sociais (RUSKOWSKI, 2018, p. 173). No caso dos ativismos veganos, é possível perceber a integração de diferentes pautas que circundam o autorreconhecimento dos sujeitos e as problematizações elencadas pelos ativistas, ampliando assim as conexões, ações e agendas desses movimentos (SANTOS, 2020; 2021). Alguns estudos apontam que as ações desses movimentos na internet não se restringem apenas aos enfoques da dieta, defesa do bem-estar e luta pelos animais (COLE; MORGAN, 2011; SORDI, 2011; PEREIRA, 2014; BRUERS, 2015; COLOMÉ, 2018; GREENEBAUM, 2018; SCOTT, 2020), mas vêm apresentando ramificações e incorporações de outras demandas.

As conexões vivenciadas por alguns grupos como o Movimento Afro Vegano apresentam o encontro de múltiplos sistemas de opressão (raça, sexualidade, gênero, classe, dentre outros). Desse modo, as mídias sociais têm sido acionadas como recurso na interrelação entre sujeitos, movimentos e o público geral. Essa

experiência de conexão tem sido estimulada também pelo processo de celebração de influenciadores digitais nesses espaços (LEWIS, 2010; DRIESSENS, 2013; SANTOS, 2020), responsáveis, por exemplo, pela conexão, ampliação e discussões de pautas voltadas para alimentação e estilo de vida (LEWIS, 2008; JOHNSTON; GOODMAN, 2015; DOYLE, 2016; PILAR et al., 2021).

Diante disso, em termos conceituais, procurei examinar os debates em torno da noção de movimentos sociais, me direcionando para perspectivas focadas nos ativismos digitais. Isso me exigiu a compreensão das tecnologias de informação e comunicação (jornais, rádio, internet, televisão, dentre outros) como espaços e materialidades cuja representação dos negros tem sido vinculada às noções de preconceito, racismo, estigmatização e invisibilização (SODRÉ, 1999; ARAÚJO, 2000; RODRIGUES, 2001; BARBOSA, 2004; STUMPF, 2005; ACEVEDO; NOHARA, 2008; CARRERA, 2020; ROSHANI, 2020; TRINDADE, 2020). Segundo esses estudos, a lente de análise voltada para a relação entre a internet e a negritude se dá pelo fato de grande parte da população negra se encontrar distante dos processos de democratização dos espaços digitais. Além disso, essas populações vêm sofrendo diariamente com diferentes práticas racistas e de estereotipização, particularmente relacionados ao seu exercício de ativismos na internet. Portanto, levei em consideração que o ativismo digital deve ser entendido como potencial no exercício da ação coletiva contemporânea (HAENFLER et al., 2012; RUSKOWSKI, 2018), mas problematizando a noção de ativismo a partir dos entendimentos de visibilidade e inclusão na luta social.

O ativismo digital visto pela ótica da luta antirracista tem possibilitado o compartilhamento de histórias de vida da população negra, assim como tem sinalizado o alcance e articulação da ação coletiva em níveis globais (NAKAMURA, 2010; ROSHANI, 2020). Para Roshani (2020), a articulação digital em torno da militância negra vem ampliando as fronteiras do encontro face a face e contribuindo para mudanças também no repertório de ação coletiva da negritude. Com isso, o ativismo digital antirracista tem apresentado a interseção da questão racial com outras dimensões relacionadas à opressão e exclusão social da população negra em diferentes contextos, como feminismo negro, LGBTQI+, nutricídio, dentre outros.

Essa aproximação com a perspectiva da negritude levou-me a refletir sobre os ativismos em torno dos veganismos. Para mim, as diferentes vertentes que se

formam em torno do estilo de vida vegano dizem muito sobre sua formação histórica e estrutura na luta social.

A partir dessas reflexões, cheguei à seguinte pergunta central nesta tese: **Como as narrativas performáticas dos ativistas do Movimento Afro Vegano nas mídias sociais tensionam os significados e as identidades do veganismo?**

O objetivo geral do estudo foi analisar as narrativas performáticas dos ativistas do Movimento Afro Vegano nas mídias sociais, particularmente no *Instagram*, buscando compreender como esses ativismos digitais tensionam os significados e as identidades do veganismo. Mais especificamente, o foco foi direcionado para:

- 1) Compreender as características do exercício do ativismo afrovegano, levando em consideração suas mudanças qualitativas a partir do caráter de mediação das plataformas digitais;
- 2) Identificar as narrativas performáticas apresentadas pelos ativistas afroveganos em suas rotinas diárias nas mídias sociais;
- 3) Analisar as características das narrativas performáticas, o poder de fala e as expectativas dos ativistas afroveganos, com enfoque nas estratégias adotadas no tensionamento dos significados e identidades do veganismo nas mídias sociais.

Adotei a seguinte hipótese de trabalho como referência para o estudo: Por meio das narrativas performáticas de ativistas nas mídias sociais como o *Instagram*, significativas mudanças têm sido apresentadas para o entendimento da noção de veganismo. Tais mudanças buscam integrar, por exemplo, o debate antiespecista no veganismo com outras demandas, representações e intersecções, como o antirracismo, o feminismo e o ambientalismo. Acredita-se que as narrativas performáticas digitais do MAV evidenciam a valorização de práticas alimentares e estilos de vida que são peculiares às experiências da negritude.

As estratégias metodológicas para a pesquisa foram adequadas ao contexto de pandemia do covid-19. As incertezas causadas pelo contexto dessa infecção viral implicaram na maior dificuldade de contato com os ativistas do afroveganismo, assim como na minha motivação física e mental para a realização do estudo. Foram inúmeras as tentativas de contato com essas pessoas para fazerem parte da pesquisa, sendo que muitos se negaram a participar e outros nem responderam aos

e-mails e mensagens enviadas por mim via *direct* no *Instagram*. Como resultado, meu cronograma de pesquisa teve que ser constantemente reformulado, já que os prazos previamente estabelecidos não foram cumpridos de maneira satisfatória.

Após definidos os interlocutores que fariam parte de fato da realização deste estudo, comecei os agendamentos para as entrevistas. Por se tratar de um período pandêmico e de sobrecarga de trabalho digital, as entrevistas tiveram que acontecer à noite e nos finais de semana, sábado ou domingo. Alguns ativistas residem em regiões com acesso precário à internet. Como consequência disso, quatro entrevistas tiveram que ser reagendadas em função da instabilidade da internet e outras duas realizadas por telefone fixo. Para essas últimas, eu liguei para esses ativistas do meu telefone fixo e coloquei o aparelho no modo viva voz, a fim de conseguir gravar o momento.

Foram inúmeros os momentos de cansaço em acompanhar as rotinas desses ativistas no *Instagram* neste contexto de pandemia. Como eu não utilizava com frequência as plataformas digitais para pesquisa, eu não tinha o costume de acompanhar pontualmente as pessoas e notícias. Eu sempre procurava me preservar de situações desgastantes que geralmente são compartilhadas em massa na internet, mas infelizmente não foi o caso com o assassinato de George Floyd nos Estados Unidos<sup>2</sup> e o assassinato de João Alberto Silveira Freitas em Porto Alegre, Brasil<sup>3</sup>. Entre os meses de maio e novembro, respectivamente 25 de maio e 19 de novembro, as mortes dessas pessoas foram compartilhadas por diferentes pessoas nas mídias sociais, assim como motivaram revoltas e manifestações em várias partes do mundo. Certamente, foram datas que marcaram ainda mais as lutas antirracistas.

Por eu ser negro e de família que já passou várias vezes por violência policial exacerbada, essas mortes me chocaram e me desestabilizaram emocionalmente. Entretanto, eu tive que acompanhar as posicionalidades<sup>4</sup> dos ativistas em relação a

---

<sup>2</sup> Cf. <https://www.nytimes.com/2020/05/31/us/george-floyd-investigation.html>

<sup>3</sup> <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55018001>

<sup>4</sup> O termo posicionalidade adotado nesta tese é oriundo dos estudos do feminismo negro com os quais eu tive aproximação no desenvolvimento dessa pesquisa. Conforme aponta Costa (2022), o termo é utilizado para caracterizar o lugar de fala de pessoas socialmente marginalizadas, como é caso das pessoas negras, e mais ainda das mulheres. Nesse sentido, posicionalidade em relação a determinado assunto, pauta ou agenda, está associado às práticas discursivas utilizadas por esses sujeitos para refletirem sobre situações que fazem parte de suas vidas, cultura, identidade etc. Dito isso, optei por utilizar o termo para caracterizar o lugar de fala dos afroveganos, que em grande parte são de mulheres negras e feministas.

essas violências que se tornaram negativamente inesquecíveis. Para a minha surpresa, muitos se calaram e sentiram a dor que as famílias dessas vítimas passaram – a mesma ação que eu tive naquele contexto. Nessa hora eu comecei a perceber que os ativismos digitais dos afroveganos apresentavam desgastes com determinadas pautas, como a discussão sobre religiões de matriz africana e o próprio racismo, o que se concretizou com as entrevistas. Conforme esses ativistas apresentaram, levantar discussões raciais na internet tem sido evitado, já que essas práticas geralmente levam à polarização e ao aumento expressivo de mais práticas racistas contra as pessoas negras.

Vencidas essas batalhas, me concentrei em sistematizar e analisar os dados coletados e obtidos por meio das entrevistas ou do *Instagram*. Na sequência, passei para a escrita da tese, participação em eventos com o intuito de apresentar os dados preliminares do estudo e reflexões em grupos de pesquisa dos quais faço parte e que contribuíram significativamente para os delineamentos dessa pesquisa. Entre as participações em eventos, os Encontros Anuais da ANPOCS e o Congresso Brasileiro de Sociologia foram essenciais nos contornos da pesquisa. Foram inúmeras as trocas incríveis de aprendizados e debates instigantes relacionados ao tema.

A organização do trabalho final acompanha os percursos adotados no desenvolvimento da pesquisa sobre os ativismos digitais afroveganos, e se constitui ao todo, além dessa introdução e conclusão, em quatro capítulos.

O segundo capítulo examina a emergência da noção de veganismo com enfoque nos seus aspectos segmentar e interseccional, assim como são trabalhadas também as suas relações com os sistemas alimentares sustentáveis. O capítulo encontra-se estruturado em três seções. A primeira é voltada para a delimitação da noção de veganismo e sua pluralidade, refletindo ainda sobre suas aproximações e distanciamentos do vegetarianismo. A segunda discute o veganismo a partir dos seus aspectos segmentar e interseccional, buscando compreender o caráter multifacetado que permeia esse estilo de vida. Finalmente, a última seção tem como foco as relações do veganismo com os sistemas alimentares sustentáveis e saudáveis, enfatizando as disputas dessa construção.

O terceiro capítulo explora o percurso dos estudos sobre movimentos sociais e ativismos digitais. De maneira mais detalhada, o capítulo está dividido em cinco seções. Na primeira, recorreu-se às contribuições da literatura de movimentos

sociais para os aspectos socioculturais e simbólicos do ativismo na internet. Na segunda, o ativismo é investigado, mas o foco é direcionado para as dimensões simbólicas e identitárias das interações entre os atores. A terceira seção do capítulo se volta para a reflexão sobre os vínculos sociais no contexto da era digital. A quarta seção, por sua vez, aborda os estudos de estilo de vida a partir da sua conexão com os ativismos digitais. Por fim, a última seção encerra o capítulo abordando os ativismos digitais a partir da noção de militância negra.

No quarto capítulo são apresentados formalmente o processo metodológico e as estratégias investigativas adotados no desenvolvimento da tese. Para isso, as contribuições sobre a sociologia digital e estudos da etnografia digital foram articulados. Este capítulo encontra-se estruturado em duas seções principais. Primeiramente, os estudos da sociologia digital são retomados como ponto de partida no delineamento e execução da pesquisa, e a partir disso são articulados às contribuições dos estudos da etnografia digital, possibilitando metodologicamente os entendimentos das interações digitais. Já a segunda seção apresenta o processo metodológico adotado, com dedicação especial para as subseções dedicadas às etapas de coleta e análise dos dados.

O quinto capítulo por sua vez, foi organizado para a apresentação da análise dos dados da pesquisa. Dito isso, o capítulo encontra-se organizado em três seguidas de suas respectivas subseções. A primeira é voltada para uma breve descrição do MAV. A segunda busca compreender o estilo de vida afrovegano como expressão de ativismo, partindo das diferentes estratégias adotadas por esses ativistas em suas ações digitais, práticas e rotinas alimentares compartilhadas na internet. Já a última seção encerra o capítulo apresentando as posicionalidades dos ativismos afroveganos no universo do veganismo.

Na conclusão final retomo os pontos principais levantados na análise dos dados, conectando esses resultados ao referencial teórico voltado para os entendimentos de veganismos e ativismo digital, assim como resgato algumas estratégias utilizadas na coleta dos dados. Além disso, sinalizo os possíveis desdobramentos deste estudo para pesquisas futuras.

## 2 VEGANISMO OU VEGANISMOS? PLURALIDADES E DISPUTAS

Um dos principais desafios colocados a quem estuda processos sociais protagonizados por pessoas que adotam o veganismo é lidar com as suas diferentes ramificações. Em parte, essa dificuldade encontra-se situada no entendimento do veganismo como uma filosofia de vida, ou mesmo uma dieta alimentar, em formação na contemporaneidade – e, portanto, ancorado em significados e identidades que são constantemente tensionados pelos próprios adeptos ou pela sociedade geral. Para tanto, neste capítulo discute-se a emergência da noção de veganismo com enfoque nos seus aspectos segmentar e interseccional, assim como são trabalhadas as contribuições dessa forma de vida para a construção dos sistemas alimentares sustentáveis. Nesse sentido, o capítulo encontra-se estruturado em três seções. A primeira apresenta a delimitação da noção de veganismo e sua pluralidade, buscando refletir sobre suas aproximações e distanciamentos do vegetarianismo. A segunda seção discute as ramificações do veganismo, com o intuito de compreender as diferenciações que permeiam sua noção. Para tanto, a atenção é dada para as pluralidades e disputas em torno da noção de veganismo. Finalmente, a última seção se volta para o estudo das contribuições do veganismo na construção dos sistemas alimentares sustentáveis e saudáveis.

### 2.1 A NOÇÃO DE VEGANISMO

A noção de veganismo apresenta caráter multifacetado nos estudos sociológicos contemporâneos, por abarcar diversidades em termos de estilo de vida, interesses e práticas sociais dos sujeitos que vivenciam essa escolha. Contudo, o ponto de convergência entre os diferentes estudos da temática indica que o veganismo pode ser entendido também como uma categoria que engloba pessoas que vivem à base de dietas restritivas, cujas práticas alimentares e rotinas diárias excluem qualquer apropriação da vida animal (COLE; MORGAN, 2011; SORDI, 2011; PEREIRA, 2014; BRUERS, 2015; GREENEBAUM, 2018; COLOMÉ, 2018; NIEDERLE; SCHUBERT, 2020; SANTOS, 2020; 2021).

Compreender o veganismo como um tipo de dieta restritiva (CRAIG, 2009; ALEKSANDROWICZ et al., 2016; JANSSEN et al., 2016) é reduzir o seu entendimento à dimensão alimentar em si, desconsiderando que se trata de uma vivência baseada em mudanças que vão além da compra de alimentos, sua preparação e consumo no cotidiano. Ademais, alguns estudos têm apontado ainda o veganismo como um subgrupo do vegetarianismo, deixando de lado outras práticas sociais, questões morais e éticas (COLE; MORGAN, 2011; COLE, 2018; SCHUBERT; NIEDERLE, 2020; NIEDERLE et al., 2021).

*The Vegan Society*<sup>5</sup> (2014) defende o veganismo como uma filosofia de vida ou regime alimentar que busca excluir, na medida do possível e praticável, toda forma de exploração e crueldade contra os animais. Por não se tratar apenas de dieta restrita, o veganismo se relaciona a um estilo de viver que busca repensar os processos básicos de existência humana, a partir de uma relação mais horizontal entre animais humanos e animais não humanos. Em vista disso, o lazer, a vestimenta e a esfera do consumo das pessoas que exercem algum tipo de prática vegana são dimensões relacionadas à reflexão ética sobre a exploração animal.

Para Bruers (2015), a definição de veganismo torna-se complexa, haja vista que seu significado emerge da sua diferenciação de vegetarianismo. Para o autor, as dimensões ancoradas nos aspectos morais, filosóficos e religiosos da existência humana são entendidas como atributos indispensáveis para a constituição do caráter ético das práticas veganas.

Destaca-se que o vegetarianismo, por sua vez, entendido enquanto uma dieta alimentar restritiva está centrada necessariamente na causa pelos direitos dos animais e/ou questões de saúde, mas não necessariamente incorporando aquelas pessoas que buscam correlacionar alimentação às suas condutas morais e éticas, por exemplo, como ocorre com os adeptos do veganismo (FOX; WARD, 2008; COLE, 2018; RUBY, 2012).

---

<sup>5</sup> É necessário destacar que no artigo "*The Vegan Society and social movement professionalization, 1944-2017*", publicado em 2019 na *Food and Foodways*, Corey Lee Wrenn apresenta um balanço da existência da Sociedade Vegana, investigando as formas como movimentos sociais como o veganismo negociam as diferenças e conflitos na esfera pública. Este estudo sinaliza importantes mudanças no entendimento identitário de veganismos nos últimos anos, assim como perspectivas sobre o impacto cultural desse estilo de vida nas sociedades, sobretudo ocidentais, bem como contextos cada vez mais globais e digitalizados. O estudo sugere ainda que tais mudanças têm contribuído para a ampliação e problematização do entendimento de veganismo na atualidade e, conseqüentemente, alimentado perspectivas que apresentam o veganismo como um movimento cultural em expansão (tanto no aumento do número de consumidores quanto na diversificação de produtos).

Desse modo, a definição de vegetarianismo é problemática na medida em que caracteriza seus adeptos a partir da sua relação com as explorações dos animais e não da alimentação. Para a Sociedade Vegetariana Brasileira – SVB (2018, sp.), “vegetarianismo é um regime alimentar que exclui os produtos de origem animal”. No entanto, esse regime apresenta subdivisões que também são reconhecidas como integrantes da SVB, mesmo apresentando características que escapam da sua definição central. É o caso, por exemplo, daqueles indivíduos considerados pesco-vegetarianos (que de origem animal consomem apenas peixes), flexitariano/semivegetarianos (que ocasionalmente consomem produtos de origem animal), ovovegetarianos (que consomem ovos de origem animal), dentre outros.

Essas diferenciações persistem a partir da convergência de alguns interesses entre esses grupos, tais como o não consumo de determinados produtos de origem animal. Este é o caso do ovolactovegetarianismo, que agrega pessoas que não consomem nenhum tipo de carne (nem frango, peixe ou frutos do mar), mas não possuem restrições a laticínios e ovos; lactovegetarianismo, que inclui aqueles indivíduos que além de excluírem a carne da sua alimentação, não consomem ovos; e, destaca-se ainda o vegetarianismo estrito, composto por aquelas pessoas que não consomem nenhum tipo de carne, laticínios ou ovos. Já os veganos, além da exclusão da carne em sua alimentação, evitam qualquer tipo de produto executado a partir da exploração animal, incluindo vestuário, produtos estéticos e atividades de entretenimento como rodeios ou touradas.

Em síntese, o vegetarianismo se configura em uma dieta cuja motivação é a redução do consumo de carne animal por diferentes explicações, seja relacionada à sustentabilidade, saúde humana ou sofrimento animal. Já o veganismo é definido como um estilo de vida ancorado em valores morais e éticos que buscam questionar politicamente, além das questões ambientais e de saúde em torno da alimentação, a hierarquia das espécies humanas ou não humanas. Para a Associação Brasileira de Veganismo – ABV (2019), criada em 2010, ainda que existam subgrupos dentro do veganismo, eles estão ligados pelas escolhas de vida que buscam na medida do possível não praticar, promover, apoiar ou financiar a exploração dos animais; sendo o consumo de carne, por exemplo, uma ação que escapa das definições desse movimento e, portanto, inaceitável para a ABV.

### Box 1: Flexitarianismo, outros 'ismos' e a Indústria de Proteínas Alternativas

As práticas alimentares dos sujeitos têm sido modificadas nos últimos anos, a partir das suas diferentes motivações, interesses ou necessidades. A redução do consumo da carne, por exemplo, assume centralidade na alteração dessas práticas alimentares, em parte, por estar relacionada a questões ambientais, éticas e de saúde humana (COLE; MORGAN, 2011; SORDI, 2011; BRUERS, 2015; WRENN, 2017; GREENEBAUM, 2018; NIEDERLE; SCHUBERT, 2020; SANTOS, 2020b; 2021a).

É nessa perspectiva que o termo flexitariano surge – abarcando pessoas que não se consideram totalmente veganas, vegetarianas ou onívoras, mas que buscam um equilíbrio em suas práticas alimentares cotidianas (RAPHAELY; MARINOVA, 2012). Desse modo, além de reduzido, o consumo de carne dessas pode ocorrer de maneira eventual, ou seja, em apenas um dia da semana, por exemplo. Não existem obrigações éticas imediatas para esse tipo de dieta, mas o interesse em contribuir de algum modo para a motivação que levou à sua escolha desse tipo de prática.

Os mercados alimentares têm procurado atender a esses novos estilos e aos interesses dos consumidores. A produção de alimentos vem sendo modificada para fornecer produtos que sejam mais aceitos pelo público cada vez mais informado, conscientizado e exigente por alimentos que possam ser atrelados às suas identidades. Emerge assim, a Indústria de Proteínas Alternativas, podendo ser de base vegetal, sintética ou a partir de insetos (JUNGES et al., 2021). As proteínas produzidas em laboratório têm sido estimuladas por diversas iniciativas pelo mundo (principalmente *Startups*), como é o caso da ONG *The Good Food Institute* – GFI, que apresenta operações no Brasil e em outras partes do mundo (Europa e Ásia).

Esse mercado está estruturado na promoção lucrativa e inovadora de alimentos, considerados por esse setor, como sustentáveis. Entretanto, a carne de laboratório, por exemplo, uma proteína construída em laboratório e que utiliza a tecnologia 3D no cultivo celular, apresenta alta emissão de dióxido de carbono em longo prazo quando comparada ao gado de corte (LYNCH; PIERREHUMBERT, 2019).

Segundo Lynch e Pierrehumbert (2019), o desempenho negativo da proteína alternativa na promoção da sustentabilidade está no seu modo de produção que conta com energia não renovável usada pelas incubadoras. Essa vertente tem sido complementada por outros pesquisadores da temática (OONINCX; BOER, 2012; HENCHION et al., 2017; SALOMONE et al., 2017; HADI; BRIGHTWELL, 2021), que apresentam como solução a substituição da energia utilizada na produção desse alimento por energias renováveis, assim como propõem outras alternativas para essas dinâmicas produtivas. Por se tratar de uma inovação recente nos mercados alimentares, esperam-se maiores investigações desse assunto.

É preciso ter em mente que a carne de laboratório apresenta um alto valor agregado e dimensões nutricionais ainda não muito claras para a sociedade (GRAÇA; GODINHO; TRUNINGER, 2019; KAMALAPURAM; HANDRAL; CHOUDHURY, 2021). Do ponto de vista do vegetarianismo e veganismo, que estimulam o fim da exploração animal, essa inovação precisa ser mais bem investigada (RUBY et al., 2016). Nesse sentido, amparado na justiça alimentar, além de contribuir para a sustentabilidade do planeta, é preciso que esse alimento seja capaz de garantir a saúde à população e seu acesso precisa ser democrático, com a inclusão das pessoas menos favorecidas e sem exploração de mão de obra na dinâmica produtiva (BROAD, 2019). Ademais, os impactos ambientais das proteínas alternativas também precisam ser analisados à luz das relações entre o ambiente e os animais humanos e não humanos (HARTMANN; SIEGRIST, 2017).

No Brasil, os dados mais recentes sobre a opinião pública em relação ao vegetarianismo, apontam que 30 milhões de pessoas não consomem carne e 14% da população se considera vegetariana, representando um crescimento de 75% em relação a 2012, quando essa taxa era de 8% (IBOPE, 2018). Conforme indicado pela SVB (2018), dentre os motivos para o avanço do veganismo e vegetarianismo

está o aumento do número de pessoas com dietas restritivas, em busca de uma alimentação que seja mais saudável, sustentável e pautada no caráter ético. Além disso, considerando o atual contexto digital global, destaca-se a influência do aumento do número de celebridades<sup>6</sup> apresentando-se como vegetarianas ou veganas nas mídias sociais, e o ativismo político dos movimentos e coletivos veganos, os quais, assim como os *influencers*, têm estimulado na mudança dos comportamentos alimentares dos sujeitos<sup>7</sup>.

Cada vez mais, a atuação dos movimentos sociais nas plataformas digitais<sup>8</sup>, especificamente o veganismo, vem apresentando críticas éticas e estéticas ao sistema agroalimentar. Entre tantas mudanças verificáveis, essas críticas têm contribuído para a ampliação de possibilidades e entendimentos sobre as estratégias adotadas nas lutas pelo fim da exploração animal. A internet tem contribuído para a visibilização desses atores sociais, bem como possibilitado o crescimento de celebridades veganas, as quais, na busca pela inserção socioprofissional, visibilidade ou estratégia de ativismo, influenciam os comportamentos alimentares dos sujeitos (DOYLE, 2016). As mídias sociais têm sido um palco privilegiado para o compartilhamento de questões alimentares e consumo ético por celebridades e *influencers* (LEWIS, 2010; JOHNSTON; GOODMAN, 2015; DOYLE, 2016).

A partir do seu aspecto ético abordado pelos estudos filosóficos, o veganismo remete à existência crítica de um indivíduo que se distancia de práticas que promovam a hierarquização dos animais, gerando exploração e superioridade ou

---

<sup>6</sup> Diferentes estudos têm apontado o processo de celebração em crescimento na sociedade contemporânea, configurando-se em um conceito, sobretudo nos estudos culturais, que busca articular representação social à cultura de massa (ROJEK, 2008; MORIN, 2011; ORTIZ, 2016; FRANÇA et al., 2014; TORRES, 2014). Com o advento dos meios de comunicação, a noção de celebridade foi reconfigurada, sendo ajustada à cultura de massa, bem como intensificada com o papel dos *influencers* nas plataformas digitais. E conforme destaca Santos (2020) em seus estudos do imaginário social, o conceito de celebridade na atualidade indica aquele indivíduo que produz determinados conteúdos que são capazes de estimular as mudanças comportamentais dos outros sujeitos. Mais do que isso, é um termo que pode ser atrelado ao de influenciadores digitais.

<sup>7</sup> Esse tipo de representação social do veganismo nas plataformas digitais tem tido interesse, em particular, nos estudos mais recentes da Sociologia da Alimentação. Autoras como Cherry (2006; 2014), Doyle (2016), Braun e Carruthers (2020) Lupton (2020) e Mann (2020), têm destacado o papel das mídias digitais na mudança dos comportamentos alimentares dos sujeitos, cuja transição desses indivíduos ao veganismo tem contado, majoritariamente, com esses espaços como orientação a esse estilo de vida.

<sup>8</sup> A relação entre movimentos sociais e internet é abordada no capítulo 3, a partir da noção de ativismo digital. Já os tensionamentos dentro dos veganismos são analisados na seção seguinte (1.2), partindo dos pressupostos de interseccionalidade e segmentação que permeiam essa mudança de vida.

transformando-os em fonte de alimento, entretenimento, matéria-prima ou transporte (REGAN, 1982; 2003; 2006). O termo designado para essa situação é especismo, cunhado pelo psicólogo Richard D. Ryder e compartilhado com o filósofo Peter Albert David Singer no início de 1970, sendo utilizado com maior frequência para a marcação ética da diferença entre animais humanos e animais não humanos.

No livro “Libertação Animal”, originalmente publicado em 1975, Peter Singer apresenta de maneira crítica a marcação da diferença entre as espécies como responsável pela constituição do termo especismo. Na obra, o autor defende que todos os seres vivos sencientes, que têm sistema nervoso central, mesmo que distintamente, são capazes de sentir e sofrer. Desse modo, o autor sugere que a exploração de animais deve ser percebida como crueldade e, em vista disso, combatida pela sociedade. Neste caso, em oposição ao especismo, emerge a noção de antiespecismo. Nessa linha, os movimentos veganos têm utilizado esses termos em seus ativismos para enquadrar os comportamentos sociais dos sujeitos. Ao seguir essa lógica de demarcação é comum encontrar pessoas veganas que se apresentam como antiespecista, seja em rodas de conversas, perfis em redes sociais ou eventos.

Portanto, o especismo pode ser caracterizado como o processo de hierarquização das espécies, no qual a espécie humana tende a se colocar como superior às demais, representando assim, o sistema de exploração que tende a ser persistente contra os animais inferiorizados – o conceito de excepcionalidade humana (SINGER, 2002). Em outras palavras, as classificações especismo e antiespecismo são comumente utilizadas para demarcar as posições assumidas pelos sujeitos diante de determinadas opressões contra os animais.

O processo histórico de formação da “*The Vegan Society*”, SVB e outros movimentos e ações que se preocupam com a exploração dos animais, sugerem que a principal motivação para a existência dos veganismos ou vegetarianismos, está no conceito de senciência. Este termo, por meio dos estudos da Filosofia e Psicologia, especialmente com as contribuições da Ética Animal, indica que os seres vivos sencientes apresentam a capacidade sentir, de maneira consciente, e de serem afetados positiva ou negativamente pelos diferentes estímulos do meio externo de sobrevivência e interação (DeGRAZIA; ROWAN, 1991; CHANDROO; DUNCAN; MOCCIA, 2004; WEARY et al., 2006). Esse entendimento, portanto, tem

contribuído para a problematização da hierarquização nas relações entre animais humanos e não humanos.

Para Naconecy (2006), o conceito de senciência está atrelado ao entendimento de crueldade e, portanto, às próprias noções de ética e moral. O termo vem sendo utilizado para caracterizar a capacidade de sentir dos diferentes animais, sendo, inclusive, objeto de profundos debates dentro e fora das universidades<sup>9</sup>. O principal debate reside na capacidade de todos os animais raciocinarem, ou seja, serem pensantes. Entretanto, conforme sinaliza o autor, essa capacidade é peculiar a cada indivíduo, podendo ser manifestada de diferentes formas ou mesmo, ainda que pontualmente, não tornar-se evidente em determinada ação.

Para Singer (2002), por exemplo, o debate sobre a consciência é utilizado de maneira errônea por alguns indivíduos com interesses peculiares, principalmente para as situações de hierarquização das espécies e práticas de opressão. Nestes casos, notam-se práticas exploratórias e de domínio de umas espécies sobre as outras, como acontece com o racismo, homofobia ou violências de gênero, cujas motivações podem ser percebidas como interesse próprio e não fruto da irracionalidade dos indivíduos.

Assim sendo, com relação aos animais não humanos, o entendimento de senciência tende a ser mais complexo, já que a principal motivação para a existência do termo é a percepção da capacidade de sentir dos animais e não, necessariamente, os aspectos e as motivações das relações com os outros animais. Dito isso, entende-se que a condição física e emocional dos animais se confirmam como dimensões atreladas ao seu bem-estar e, portanto, à própria noção de senciência.

Na ótica do veganismo, é a partir dessa perspectiva que a dimensão ética da ação humana tem sido somada ao consumo político e relacionada às práticas alimentares (TRIGUEIRO, 2013; SVB, 2020). A reflexão sobre as origens do que se consome e as implicações disso para a vida animal e para a manutenção ambiental, têm contribuído para a ampliação dos estudos em torno das dietas restritivas como veganismo e vegetarianismo.

---

<sup>9</sup> Pode-se destacar também a discussão crítica sobre as novas formas de compreensão dos vegetais, problematizando certa “superioridade” dos animais em relação aos vegetais, um tema que tem feito parte da “Virada Vegetal” (COCCIA, 2018; MANCUSO, 2019). Entretanto, por escapar dos objetivos desse estudo, essa vertente não foi relacionada ao conceito de senciência.

Enquanto uma abordagem pautada no caráter político do consumo alimentar, assim como ancorada na crítica ética da alimentação e suas práticas (PORTILHO, 2020), as investigações sobre veganismo têm sido interesse também dos estudos da Sociologia da Alimentação. A partir dessa dimensão ética da ação humana, o ativismo vegano presente na luta pela libertação animal pode ser percebido como expressão das ações cotidianas dos indivíduos, atrelado às mudanças nos hábitos alimentares, politização do sistema agroalimentar e do consumo. Diante disso, conforme sinalizam Barbosa et al. (2014) e Portilho (2020), a comida e o comer (e neste caso pode-se ampliar também para o estilo de vida) vem apresentando relações intrínsecas em termos éticos, políticos e estéticos com as literaturas que englobam a dimensão alimentar.

A comida e o comer não se restringem ao alimento em si, mas perpassa todo o processo de produção, comercialização e consumo. Pode-se afirmar que o alimento e o comer conformam um conjunto complexo de símbolos, significados e interesses, assim como representam diferentes condutas morais e éticas (PORTILHO, 2020). Diante disso, dizer que a alimentação apresenta caráter político é considerar a complexidade desse processo, constantemente em reconfiguração, sem perder de vista o seu potencial de transformação social e identitária, bem como dos estilos de vida dos sujeitos em realidades distintas. É disso que trata o ativismo vegano, sendo parte das condutas morais, éticas e estéticas de sujeitos que tendem a politizar as práticas alimentares, incorporando essas reflexões nas suas vivências e relações sociais.

A definição básica que estrutura a noção de ativismo alimentar, a partir de uma perspectiva crítica, perpassa a ideia de discursos e ações de pessoas e ou grupos que buscam repensar a complexidade do sistema agroalimentar, tendo como ponto de partida as suas relações com a contemporaneidade das sociedades (PORTILHO, 2020). São críticas centradas em tornar esse sistema mais democrático, inclusivo, sustentável, saudável, ético para os animais humanos e não humanos, buscando melhor qualidade no processo de produção, comercialização e consumo, valorizando receitas e modos de vida tradicionais, assim como outros temas correlatos.

Para Colomé (2018), levando em consideração práticas e discursos em torno do consumo contestatório, os ativismos veganos denotam formas mais individualizadas de ação política. Essas formas, conforme pontua o autor, assumem

aspecto estratégico na ação política (protesto) dos sujeitos em sua relação com os mercados. Com o intuito de denunciar e rejeitar a aquisição de produto ou serviço que se baseia na exploração animal, o ativismo pode adotar a estratégia de boicote<sup>10</sup>. Em contrapartida, o autor sinaliza que no exercício do ativismo vegano enquanto ação contestatória, a prática de estímulo à compra e encorajamento de pessoas a fazerem uso de determinados bens considerados positivos, justos e éticos nos mercados, se configura em estratégia de *buycott*<sup>11</sup>. Neste caso, é comum encontrar no veganismo redes de apoio e estímulo, nas quais os sujeitos indicam determinados produtos, produtores, bens e serviços considerados adequados a esse estilo de vida. Para Santos (2020; 2021), essas redes são mais intensas no período de transição ao veganismo, na qual os aspirantes ao veganismo buscam informações e apoio nesse processo, priorizando indicações e sugestões de veganos mais experientes.

De todo modo, mesmo que a ação contestatória de sujeitos veganos indique uma característica mais individualizada, o conjunto dessas ações e suas motivações éticas estão intrinsecamente relacionadas ao movimento amplamente interconectado da luta pela libertação animal. As condutas morais e éticas dos sujeitos são estruturadas a partir de noções coletivas de veganismos, como é o caso da noção de especismo ao considerar os animais não humanos também como seres sencientes, ou seja, capazes de ter percepções de consciência, sensações e sentidos. Portanto, o veganismo pode ser compreendido, particularmente com o advento da era digital, como uma forma radical de ascetismo que envolve o conjunto de entendimentos culturais de sujeitos dispersos, mas unidos pelo persistente questionamento de suas trajetórias alimentares, fraquezas ou ainda problemas de saúde (COLE; MORGAN, 2011; WRENN, 2017; 2019; SCOTT, 2020).

É nessa perspectiva que a ABV (2019), atrelada aos princípios definidos pela *The Vegan Society* (2014), define veganismos como ações ancoradas no movimento animalista e estruturadas em uma filosofia de vida, ou um regime alimentar,

---

<sup>10</sup> Boicote pode ser entendido como uma ação de abstenção voluntária ou intencional de comprar, usar, relacionar-se com alguém, instituição formal ou não, ou ainda com objetos, transmitindo um efeito de protesto/contestação à determinada ação.

<sup>11</sup> De modo contrário ao boicote, mas diretamente relacionado, *buycotts* dizem respeito às escolhas intencionais por determinadas marcas, produtos, pessoas ou instituições, cujas abordagens e ações estejam alinhadas aos interesses do respectivo indivíduo. Além dessas escolhas, é possível observar nas ações dos indivíduos, a promoção desses elementos como forma de ativismo, cuja intenção além de indicação sobre aquisição e relação positiva a alguém ou algum objeto, é boicotar elementos considerados negativos para esses indivíduos.

orientados pela não exploração dos animais. Enquanto estratégia de popularização do veganismo no Brasil é necessário destacar que a ABV tem trabalhado também com a certificação de produtos veganos, apresentando-se como uma articulação plural e acessível a todas as pessoas, independentemente de sua convicção política, nacionalidade, classe social, raça, cor, sexo ou crença religiosa. Tendo discutido a noção de veganismo e apontado o seu caráter plural a partir dos posicionamentos de seus adeptos, a próxima seção é voltada para os aspectos segmentar e interseccional desse estilo de vida eticamente orientado.

## 2.2 SEGMENTAÇÃO E INTERSECCIONALIDADE NO VEGANISMO

Alguns estudos têm apontado o veganismo como um movimento social que busca articular dieta alimentar à defesa do bem-estar e dos direitos dos animais (COLE; MORGAN, 2011; SORDI, 2011; PEREIRA, 2014; BRUERS, 2015; COLOMÉ, 2018; MANN, 2020). Outras investigações entendem esse tipo de ativismo a partir do seu caráter mais amplo de conexões e interesses, associando as pautas da dieta e da proteção animal com outras demandas tais como justiça ambiental, gênero, classe, justiça alimentar, questão racial e saúde humana (AFRIKA, 2004; 2013; WRENN, 2017; 2019; HAVEWALA, 2020; NIEDERLE; SCHUBERT, 2020; SANTOS, 2020; 2021; FUENTES; FUENTES, 2021). Esta seção analisa como os ativismos veganos associam-se a lutas correlatas, modificando seu entendimento e abrindo espaços para novas discussões e abordagens em torno dessa filosofia de vida. Em síntese, esse tópico discute segmentação e interseccionalidade no veganismo.

O ativismo vegano se intensificou e se segmentou nos últimos anos, trazendo à tona diferentes pensamentos críticos sobre política, ética e estética relacionados à alimentação e ao consumo, podendo ser compreendido a partir da junção de diversos movimentos sociais com pautas diferenciadas, porém interligadas. As principais discussões em torno da temática têm buscado integrar o debate antiespecista com o ambientalismo, o feminismo e a luta antirracista – particularmente a inclusão social nos veganismos, a busca pela sustentabilidade e justiça alimentar (AFRIKA, 2004; 2013). Ao serem atravessados por todas essas possibilidades de conexão e intersecção, muitos ativistas defendem que não cabe

mais a definição singular do termo veganismo, sendo necessário abordá-lo em sua realidade plural, ou seja, como veganismos. Esse posicionamento crítico sobre as concepções de veganismos diz respeito aos próprios tensionamentos internos, decorrentes da proliferação de grupos e coletivos que reivindicam e se articulam nas diferentes esferas sociais nas mídias digitais (CHERRY, 2006; 2014; KENNEDY, 2011; BENNETT, 2012; HAENFLER et al., 2012; SANTOS, 2020; 2021b; FUENTES; FUENTES, 2021).

A associação entre moralidade e racionalidade pelos adeptos dos veganismos também tem estimulado reflexões sobre as condições de existência dos animais e, conseqüentemente, vem contribuindo para os tensionamentos internos nesse estilo de vida. De acordo com Lira (2013), como síntese da associação entre moral e razão, é possível notar, por exemplo, algumas vertentes do veganismo centradas na comparação de padrões de racionalidade entre animais humanos e não humanos. Entretanto, conforme pontua a antropóloga, as diferenciações entre as espécies persistem e são específicas em cada realidade, podendo ser problemáticas para alguns grupos de minorias sociais.

Apesar da crítica em relação aos especismo relativos ao privilégio de algumas espécies em relação a outras, como no caso dos animais de estimação em relação aos animais usados na alimentação, há em toda parte graus diferenciados de consideração moral e níveis de comprometimento ético diferenciados em relação aos sujeitos que são incorporados às nossas preocupações, sejam esses humanos ou não humanos (LIRA, 2013, p.388).

A hierarquização entre as espécies leva não só à diferenciação, mas também à exclusão e à opressão dos seres em desvantagem. É o que ocorre com a persistência da discriminação e subjugação de negros e judeus, por exemplo, no qual o critério de superioridade de raças ou etnias geralmente é lembrado em alguns ativismos veganos de extrema direita, como justificativas para o fim da exploração animal e luta pelos seus direitos (LIRA, 2013). Para a autora, utilizar a hierarquização como estratégia de comparação entre espécies exploradas tem sido problematizado por movimentos como feminismo vegano, feminista, dentre outros. Esses movimentos buscam contestar essa comparação entre as espécies, lutando por um veganismo pautado no direito universal e no fim do elitismo.

Um exemplo desse tipo de contestação pode ser verificado nos estudos de Fracione (2007a), no qual é problematizada a comparação de mulheres com mercadorias em campanhas do grupo *People For The Ethical Treatment of Animals*

(Peta)<sup>12</sup>. Essas campanhas “comodificam um grupo tradicionalmente desfavorecido (mulheres) com a suposta intenção de ajudar a outro grupo desfavorecido (não humanos)”, transformando as mulheres em objetos ou ainda em mercadorias (FRACIONE, 2007a, n.p). Acontecimentos como o caso Peta são frequentes nos ativismos veganos, apresentando tensões entre vertentes a favor da integração de outras pautas sociais à luta pelo direito animal e movimentos mais extremistas que se distanciam dessa integração. Para essas vertentes dos movimentos veganos a favor da integração de outras pautas sociais, as lutas e experiências das minorias sociais podem ser utilizadas como recurso na comparação às opressões dos animais não humanos (FRACIONE, 2007b; LIRA, 2013).

Com o objetivo de avançar em uma melhor estratégia para o estudo das configurações assumidas pelo veganismo, a problematização de seu aspecto plural torna-se necessária nesta tese. Em termos analíticos, o que significa exatamente entender o veganismo como um movimento plural? Levando em consideração as múltiplas questões políticas, éticas e estéticas na alimentação e consumo, entende-se que a noção de veganismo está ancorada em duas perspectivas: a segmentação e a interseccionalidade.

A perspectiva voltada para a segmentação parte do pressuposto de que o veganismo vem apresentado diferentes ramificações com interesses, pensamentos, estratégias e ações nesse estilo de vida, levando à pluralidade do seu entendimento. Os movimentos animalistas<sup>13</sup>, como podem ser compreendidos os veganismos, vêm apresentando um fenômeno complexo para os entendimentos dos seus arranjos organizacionais, ou seja, apresentando polarização da sua posição na esfera dos direitos dos animais (NACONECY, 2009). Na luta ética pelos direitos dos animais, os movimentos veganos comumente são classificados a partir de duas vertentes principais com métodos e estratégias diferentes em suas ações, o veganismo abolicionista e o veganismo pragmático (SZTYBEL, 2007; NACONECY, 2009; TRIGUEIRO, 2013; NIEDERLE et al., 2021).

---

<sup>12</sup> O grupo Peta, considerada a maior organização pelos direitos dos animais no mundo, tem utilizado diferentes estratégias articuladas como forma de ativismo antiespecista. Nas campanhas específicas problematizadas por Fracione (2007a), “eu prefiro ficar nu a vestir pele” e “Estado da União do PETA despido”, o grupo manifestou publicamente divulgando em vídeos e fotos, o nu feminino frontal total e depilado, como resultado de um processo de depilação de uma mulher. No vídeo, a mulher começa a se depilar e aborda a discussão sobre especismo e consumo. Esse vídeo, considerado um material pornográfico pela mídia, finaliza com uma citação de Martin Luther King sobre justiça.

<sup>13</sup> Movimento Animalista é um termo utilizado para designar a luta pelos direitos dos animais (REGAN, 1983; 2006).

Os abolicionistas caracterizam aqueles indivíduos, veganos ou não, que lutam pelos direitos dos animais, buscando promover a reflexão sobre os modos como eles vivem, sem necessariamente haver uma mudança abrupta dos costumes e tradições da sociedade. Mais do que isso, eles entendem, por exemplo, que é possível manter o consumo de carne animal se a sua criação atender a determinadas diretrizes para a garantia da qualidade de vida. É uma linha de pensamento também dentro da ética animal, que busca o bem-estar dos animais no contexto de produção capitalista, legitimando a sua criação e comercialização desde que seja evitado o sofrimento desses seres. Isso vale também para a utilização de animais em pesquisas científicas, cujas práticas tendem a ser percebidas por esses movimentos como ancoradas na crueldade demasiada contra eles, já que são objetos de testes científicos que resultam na sua morte e o seu destino não é o consumo alimentar.

A corrente ideológica abolicionista no universo vegano vem apresentando ramificações, podendo ser relacionada a termos como liberal, eficaz, pragmático, estratégico, de mercado ou capitalista. Essa vertente se vincula diretamente ao sistema capitalista, ao buscar relacionar a exploração animal na produção e comercialização às esferas do consumo. Os abolicionistas se preocupam mais com as ações práticas que promovam o fim da exploração animal, boicotando os produtos e não as marcas, e assim, mantêm aproximações com pessoas, ONGs, empresas e marcas que comercializam produtos que estimulam o veganismo (NACONECY, 2009).

O veganismo pragmático, por sua vez, reúne aqueles indivíduos que propõem a abolição total de quaisquer práticas que levem à exploração dos animais nas mais diversas situações (alimentação, vestuário, entretenimento, dentre outros). Essa vertente tem sido difundida para diferentes realidades, sobretudo de economias capitalistas, buscando romper com as múltiplas práticas, condutas e regulações que permitam tanto a opressão quanto o sofrimento dos animais, assim como a perpetuação de ações especistas (SZTYBEL, 2007).

Portanto, dizer que existe a segmentação nos veganismos é considerar que esse estilo de vida é formado a partir de um conjunto de tensionamentos, apresentando reflexões à própria noção de veganismos e seus arranjos organizacionais. É preciso considerar que a condição vegana está atrelada aos múltiplos entendimentos da relação entre mercados e o fim da opressão animal, gerando relações conflituosas entre aqueles que promovem a comercialização de

produtos veganos em larga escala e aqueles sujeitos que problematizam essa relação. Desse modo, o termo segmentação proposto aqui como vinculado a veganismos pode ser representado a partir das diferenças de pensamentos e ações de cada ativista, na tentativa cotidiana de correlacionar mercados veganos e libertação animal.

Já a perspectiva orientada pela interseccionalidade nos veganismos busca examinar e problematizar os processos de sobreposição ou mesmo hierarquização dos sistemas de opressão. Diante disso, as pautas sobre desigualdade social e violência devem ter igual valor ou urgência na esfera dos ativismos veganos, sendo elementos complementares nesse tipo de luta. O termo interseccionalidade busca dar conta das diferentes opressões relacionadas à raça, classe e gênero, e também à espécie, que afetam de forma sistemática as minorias sociais (CRENSHAW, 1989).

Para Davidson (2021), entender o veganismo a partir da perspectiva interseccional, na América Latina de modo particular, é levar em consideração o processo de silenciamento das pessoas negras na construção dessa filosofia de vida. O veganismo é entendido a partir disso, como um movimento pensado e estruturado em outra realidade social que não buscou levar em consideração a inclusão social na sua formação.

Por meio do projeto decolonial e das críticas que originaram o feminismo decolonial, somos capazes de identificar que a importação de um Veganismo como marca colonizadora para a América Latina simplesmente invisibiliza, silencia e exclui as particularidades raciais presentes no continente. Esse processo, que é o que vem acontecendo em ampla difusão do Veganismo (atrelado à sociedade de consumo), ignora os legados deixados pelo processo de colonização e as relações epistemes pré-existentes a eles (DAVIDSON, 2021, p. 111).

Entende-se que a opressão perpassa a estrutura social, afetando particularmente com maior incidência as pessoas negras, sobretudo mulheres. Conforme aponta Ribeiro (2017), analisar o atual contexto de interações sociais cujos processos de exclusão tornaram-se predominantes em muitas situações, exige das pesquisas o caráter mais crítico sobre as condições de silenciamento das pessoas, sobretudo mulheres negras em seu cotidiano.

O conceito de interseccionalidade tem sido intensamente utilizado nas Ciências Sociais nos últimos anos, particularmente após o seu surgimento na transição de 1960 para 1970. Esse termo foi cunhado pela intelectual afro-

estadunidense Kimberlé Crenshaw, sendo atrelado à teoria crítica de raça do Movimento Feminista Negro. Para Collins (2016), o pensamento feminista negro se trata de uma produção coletiva de mulheres negras para outras mulheres negras, buscando formar, a partir de uma perspectiva singular, redes de compartilhamento sobre conhecimentos e situações de exploração vividas por essas mulheres.

Apesar disso, o que se observa nas Ciências Sociais dos últimos anos é que as contribuições da literatura feminista negra têm sido disseminadas pelos diferentes estudos relacionados a essa temática, e desse modo, essas ações têm potencializado a aplicabilidade do termo. Alguns estudos têm apontado a ampliação dessa temática para outras áreas de investigação, assim como as suas múltiplas conexões nos estudos da negritude e além dela, reforçando suas contribuições teóricas para a teoria social como um todo (COLLINS, 2016; RIBEIRO, 2017; AKOTIRENE, 2020).

Em contrapartida, a apropriação dessa temática por outras esferas que não estejam necessariamente relacionadas ao feminismo negro tende a ser problemática na luta contra o conhecimento hegemônico (entendido como a dominação ideológica de um conhecimento sobre o outro). As abordagens eurocêtricas sobre o pensamento feminista negro e a categoria de mulher universal tendem a reposicionar os ativismos das mulheres negras para segundo plano, ou mesmo estimular a sua invisibilização na produção científica (GONZALEZ, 1988; 1984; CARNEIRO, 2011; BELL HOOKS, 2015; COLLINS, 2016; DAVIS, 2016; RIBEIRO, 2017; AKOTIRENE, 2020).

Neste caso, presume-se que o termo interseccionalidade aplicado aos ativismos veganos pode apresentar duas situações antagônicas. Por um lado, o conceito caracteriza as manifestações que contribuem para as reflexões sobre os processos de desigualdades sociais nos veganismos, sejam eles de raça, classe ou gênero. Por outro lado, podem servir de subsídio para movimentos que entendem a ampliação da agenda dos veganismos para outras causas sociais, como um meio de invisibilização da luta pelos animais não humanos. Isso se verificaria, por exemplo, nos argumentos apresentados pelos ativismos veganos abolicionistas que buscam se diferenciar dos demais veganismos.

Diante disso, cabe destacar que as diferenciações de gênero não são centrais nesta tese. O enfoque adotado aqui é para a interseccionalidade entre o movimento vegano e o movimento antirracista, ressaltando as condições de injustiça,

desigualdade, dominação e discriminação que têm afetado a sociedade contemporânea. E em função disso, o estudo leva em consideração as relações dessas opressões com o sistema agroalimentar e as lutas para torná-lo mais sustentável e saudável.

É nessa perspectiva que o veganismo interseccional se aplica, podendo também ser chamado de veganismo popular por alguns grupos veganos, como a União Vegana de Ativismo - UVA. Essa vertente engloba diferentes ações coletivas e movimentos articulados por interseções como LGBTQI+, direitos humanos, feminismo, anarquismo, racismo, direito dos animais, dentre outros. Essas ações problematizam o veganismo, almejando maior participação social e inclusão. Para a UVA (2019, on-line), por exemplo, que tem como lema central a promoção de um veganismo popular e inclusivo, “[...] o veganismo deve se articular a outras lutas por justiça social e ser disseminado de uma forma acessível e popular”. Portanto, é preciso levar em consideração que a noção de veganismo está em disputa interna, apresentando diferentes terminologias e pautas diferenciadas. E, neste caso, o veganismo interseccional, particularmente, pode ser compreendido como uma vertente do movimento animalista que busca correlacionar práticas veganas às diferentes formas de desigualdade e violência que circundam os grupos sociologicamente considerados minoritários.

No exercício dos ativismos digitais veganos, sobretudo nas mídias como *Instagram*, no qual as ações tendem para a difusão e individualidade, nota-se a existência de uma fronteira tênue entre a segmentação e a interseccionalidade. Por exemplo, movimentos animalistas se unem a movimentos de luta pela terra para denunciarem práticas específicas que são incompatíveis com as suas respectivas esferas morais e éticas de ação. Entretanto, essas ações pontuais não querem dizer que esses movimentos sociais sejam correlatos e que suas lutas sejam pelas mesmas causas. Esse comportamento sinaliza a união de objetivos diferentes para solucionarem problemas comuns e pontuais; neste caso, os problemas persistentes relacionados à desigualdade social, saúde e sustentabilidade nos sistemas agroalimentares.

Desse jeito, a noção de veganismo interseccional pode ser percebida como uma lente de análise da opressão, que busca reconhecer o direito de fala, existência e resistência, assim como das rotinas e práticas alimentares das minorias sociais. Em síntese, os movimentos veganos vistos pelo prisma da abordagem interseccional

proposta aqui, diz respeito àqueles ativismos articulados que buscam, por meio da justiça social, lutar pelos animais humanos e não humanos em situação de opressão, buscando a articulação dessas lutas com as dietas alimentares saudáveis e sustentáveis. Na próxima seção são discutidas as relações entre veganismos e sistemas alimentares sustentáveis e saudáveis.

### 2.3 VEGANISMOS, SISTEMAS ALIMENTARES SUSTENTÁVEIS E SAUDÁVEIS

Esse tópico se dedica às mais recentes contribuições sociológicas para os entendimentos das relações entre veganismos e sistemas alimentares sustentáveis e saudáveis. Essa temática tem sido responsável por diálogos, controvérsias e aproximações cada vez mais interdisciplinares, estimulando debates e buscando explicações ou soluções para os desafios crescentes na relação entre produção de alimentos, comercialização e consumo.

As mudanças alimentares, sobretudo baseadas em dietas restritivas saudáveis e sustentáveis, como a vivenciada pelos vegetarianos e veganos, têm apresentado significativos impactos nas emissões de gases de efeito estufa, usos do solo, usos da água e saúde humana (MARLOW et al., 2009; RUBY et al., 2016; ALEKSANDROWICZ et al., 2016; HARTMANN; SIEGRIST, 2017). Esse tipo de mudança tem sido relacionado com as reconfigurações do sistema agroalimentar, agregando instituições, pessoas, recursos e ambiente (MORRIS; KIRWAN, 2006; CRAIG, 2009; ALEKSANDROWICZ et al., 2016; JANSSEN et al., 2016; NIEDERLE; WESZ JUNIOR, 2018; BLAY-PALMER et al., 2019; NIEDERLE; SCHUBERT, 2020).

O caráter inovador da abordagem de sistema alimentar sustentável reside na sua contribuição como uma ferramenta conceitual na apreensão das práticas alimentares, produtivas e comportamentais dos sujeitos. O termo segue alinhado às práticas agrícolas, na qual o sistema de produção encontra-se enraizado, assim como às múltiplas demandas de dietas saudáveis e sustentáveis. Nessa perspectiva, a abordagem tem estimulado a reflexão sobre questões ambientais relacionadas às transformações climáticas e os problemas de saúde, principalmente relacionados ao aumento da obesidade e, mais recentemente, também o retorno da fome (MALUF et

al., 2015; HARTMANN; SIEGRIST, 2017; BROAD, 2019; PREISS; SCHNEIDER, 2020; NIEDERLE et al., 2021).

A comida e o comer são dimensões interligadas e singulares nas rotinas das pessoas, estando relacionados à vida social, aspectos simbólicos, éticos, estéticos, culturais e comportamentais desses sujeitos (BARBOSA, 2016; SCHUBERT, 2017; MENEZES; CRUZ, 2018; HALKIER, 2019; PORTILHO, 2020). Isso significa compreender que o sistema agroalimentar está integrado à participação social, que por sua vez, tem apresentado contribuições na pluralidade dos debates sobre esse sistema (NIEDERLE; WESZ JUNIOR, 2018).

Com o advento da era digital, em especial o atual contexto marcado pela plataformização<sup>14</sup> da vida social, englobando pessoas, instituições, economias, práticas e imaginários culturais (POELL; NIEBORG; VAN DIJCK, 2020), as transformações dos sistemas agroalimentares se dão, especialmente, a partir da utilização das plataformas digitais pelos agricultores e consumidores, envolvendo tanto a adoção das tecnologias para a produção quanto para a comercialização<sup>15</sup>. Essa relação entre produção e consumo, contando com a mediação da internet no processo de comercialização, sinaliza que as práticas e rotinas alimentares têm sido ajustadas ao contexto das inovações tecnológicas.

Comprar e comer alimentos não são ações pontuais, cujas práticas faziam parte das rotinas comerciais das pessoas nos supermercados, feiras ou diretamente com os agricultores. Na internet, particularmente com a chegada da pandemia do Covid-19, essas ações foram modificadas e confirmaram o quão alimentar-se envolve diferentes experiências sociotécnicas. A alimentação não diz respeito apenas às ações pessoais de escolhas e poder de compra, ela também pode ser relacionada a valores morais e éticos que tendem a ser colocados à prova quando um sistema de desigualdade social é revelado, por exemplo.

---

<sup>14</sup> A plataformização pode ser entendida a partir da ideia de “penetração de infraestruturas, processos econômicos e estruturas governamentais das plataformas digitais em diferentes setores econômicos e esferas da vida”, envolvendo o reordenamento de “práticas e imaginários culturais em torno dessas plataformas” (POELL; NIEBORG; VAN DIJCK, 2020, p. 1). Em outras palavras, o termo se refere a essa íntima relação entre plataformas digitais e vida humana vivenciada pelas sociedades globais.

<sup>15</sup> O recente livro organizado por Niederle, Schneider e Cassol, intitulado “Mercados Alimentares Digitais: inclusão produtiva, cooperativas e políticas públicas”, lançado no Brasil em 2021, procura dar conta das transformações tecnológicas e suas implicações para os sistemas alimentares. A compra de alimentos em plataformas digitais tornou-se um assunto em alta nos estudos dos sistemas alimentares atuais (ABALA, 2017; WALTER et al., 2017; EHLERS; HUBER; FINGER, 2021; GAZOLLA; AQUINO, 2021; NIEDERLE; SCHNEIDER; CASSOL, 2021; PREISS et al., 2021).

Não é novidade que os movimentos sociais têm buscado refletir sobre a sustentabilidade dos sistemas alimentares e suas transformações, contribuindo para a visibilidade da agricultura familiar e apontando novas agendas para o estudo das rotinas e práticas alimentares (WILKINSON, 2008; GUIVANT; SPAARGAREN; RIAL, 2010; PETERSEN; MUSSOI; DALSOGLIO, 2013; CASSOL; SCHNEIDER, 2015; MALUF et al., 2015; MARQUES; CONTERATO; SCHNEIDER, 2016; PREISS; SCHNEIDER, 2020). A vinculação dos ativismos veganos com a pauta da sustentabilidade associada a esses sistemas alimentares acontece de diferentes formas e contar com múltiplas estratégias, como as compras por aplicativos. Essa vinculação está no dia a dia desses sujeitos, que constantemente questionam a origem dos alimentos, o acesso a eles, seus impactos nas mudanças climáticas e as configurações dos mercados veganos (LEITZMANN, 2003; LEENAERT, 2017; NIEDERLE; SCHUBERT, 2020; NIEDERLE et al., 2021).

Destaca-se, por exemplo, as contribuições do estilo de vida de veganos e dietas restritivas de vegetarianismos na promoção da sustentabilidade, merecendo atenção os crescentes debates sobre o consumo da carne e suas relações com as mudanças ambientais, opressão animal e com a saúde humana. Os principais debates são aqueles que apontam a utilização da carne como desejo alimentar e usos diversos no cotidiano (BRANDÃO, 2013; RUBY et al., 2016; HARTMANN; SIEGRIST, 2017); aqueles que pregam a redução gradual e consciente desse tipo de consumo<sup>16</sup> (RAPHAELY; MARINOVA, 2012; SCARBOROUGH et al., 2014; ALEKSANDROWICZ et al., 2016); aqueles que apresentam e problematizam mudanças mais sustentáveis para esse tipo de mercado (OONINCX; BOER, 2012; HENCHION et al., 2017; SHA; XIONG, 2020; HADI; BRIGHTWELL, 2021; KAMALAPURAM; HANDRAL; CHOUDHURY, 2021; KUMAR et al., 2021); e aqueles que apontam a inviabilidade do consumo de qualquer proteína animal quando

---

<sup>16</sup> A título de curiosidade, esse tipo de dieta (dieta redutetária, por exemplo) tem sido abordado pelo mercado de entretenimento. O documentário *“Meat Me Halfway”*, lançado em 19 de julho de 2021, nos EUA, dirigido por Brian Kateman e produzido por Journey Wade-Hak, trata de uma produção vinculada à organização sem fins lucrativos Reductarian Foundation. A obra fílmica gira em torno das rotinas de Kateman, um ativista líder do Movimento Reducionista, cuja finalidade é a redução do consumo da carne sem a necessidade de exclusão total desse elemento na alimentação. Conforme o próprio personagem destaca ao longo do documentário, a ideia principal do movimento é estimular o aumento do consumo de vegetais nas refeições diárias, contribuindo para a saúde humana, diminuição da crueldade animal e a redução das emissões de gases de efeito estufa gerados nesse mercado. Conforme o título da obra sugere, essas ações denotam um “meio-termo” no consumo de carne, já que algumas pessoas não conseguem atingir uma dieta totalmente restritiva como no veganismo.

relacionada com as questões ambientais e de saúde humana (VINNARI; VINNARI, 2013; SABATÉ; SORET, 2014; TILMAN; CLARK, 2014; TUSO; STOLL; LI, 2015; POTTS, 2016; McMACKEN; SHAH, 2017).

Para Ruby et al. (2016), o cenário global do mercado da carne vem sendo tensionado por parte dos consumidores a partir de questões éticas, ambientais, saúde e peso, mas o desejo pela carne como alimento, especialmente a carne bovina, vem se mantendo em níveis altos. Isso implica em prováveis dificuldades na transição de modelos e fonte de proteínas mais sustentáveis, como o consumo de insetos ou carne cultivada (SHA; XIONG, 2020).

Henchion et al. (2017) problematizam a oferta e demanda de proteínas futuras, destacando a necessidade de repensar as estratégias que estão sendo mobilizadas para alcançar a sustentabilidade. Conforme eles apontam, embora os atuais mercados da proteína animal apresentem impactos ambientais negativos e estejam relacionados às preocupações em torno da saúde, eles oferecem benefícios econômicos e sociais, assim como um alto nível de aceitação pelos consumidores. Por essa ótica, os autores defendem a necessidade de considerar os fatores que influenciam o potencial das fontes de proteínas existentes e novas, levando em consideração o comprometimento com a sustentabilidade e a garantia de segurança alimentar às populações.

Amparados na ótica da adequação dos sistemas de produção da carne às necessidades da sustentabilidade e aumento da demanda alimentar pela proteína animal, Rauw et al. (2020) acreditam em alternativas para o caso do futuro dos sistemas de produção de suínos, por exemplo, para os autores, pelo menos duas soluções podem ser apontadas. A primeira é a intensificação na preparação desses animais para abate em superfície terrestre limitada. A segunda está relacionada à redução da entrada e saída da produção, baseando-se na seleção de animais mais resistentes às mudanças climáticas e ao consumo de rações locais e de baixa qualidade. Na contramão, essa última opção aumentaria significativamente os preços da carne nos mercados, já que os rendimentos seriam reduzidos.

Associada aos mercados da carne, a produção da soja também tem feito parte dos debates em torno da sustentabilidade, crucialmente porque ela é utilizada para a alimentação animal. Além disso, em função do aumento da sua produtividade e modificação genética, essa oleaginosa tem apresentado impactos negativos tanto

para o meio ambiente quanto para a saúde humana em diferentes realidades globais (BENBROOK, 2012; ALMEIDA et al., 2017).

No Brasil, a soja tornou-se o principal cultivo agrícola, assumindo destaque no setor de exportação e de área plantada (WESZ JUNIOR, 2014). Em função da sua capacidade de produzir proteínas e óleos de baixo custo, a soja é a oleaginosa mais utilizada no mundo, seja para o consumo humano ou alimentação de animais não humanos. Dentre as principais produções geradas a partir do processamento da soja, destacam-se a margarina, gorduras emulsionadas, leite e queijo de soja, molho de soja e as proteínas vegetais texturizadas, que são bastante utilizadas na substituição da carne de origem animal (MELO, 2019; WESZ JUNIOR, 2019).

A crítica aos alimentos ultraprocessados tem feito parte das agendas dos movimentos veganos e de pesquisadores da saúde humana. Para Lea, Crawford e Worsley (2006), a principal motivação das pessoas para a adoção de uma dieta baseada em vegetais é o seu benefício para saúde, principalmente com o aumento da ingestão de fibras, a prevenção de doenças e a diminuição da ingestão de gordura saturada. De modo complementar, Tuso, Stoll e Li (2015) defendem que as dietas baseadas em grandes quantidades de sal, gordura, colesterol, açúcar, encontradas em alimentos de origem animal e ultraprocessados, podem levar à hipertensão arterial, obesidade e outras doenças. Como alternativa, os autores sugerem a mudança desse tipo de dieta para uma alimentação baseada em vegetais, já que esse tipo de prática representa uma intervenção simples e de baixo custo, além de prevenir futuras doenças.

Do ponto de vista sociológico, Azevedo (2011) propõe a necessidade de ampliação do conceito de alimento saudável para o de alimentação saudável no caso da soja, legitimando a construção social das escolhas alimentares a partir da dimensão cultural e socioambiental. Em outras palavras, é necessário considerar “a alimentação saudável inserida em um amplo contexto de qualidade de vida” (AZEVEDO, 2011, p. 786). Nesse sentido, conforme aponta Leitzmann (2003), a dieta vegetariana (e pode-se acrescentar também o estilo de vida vegano), vem apresentando diferentes motivações (religiosas, éticas, filosóficas e de saúde) para a contribuição da sustentabilidade da cadeia alimentar. Essa contribuição pode ser alcançada com a priorização de produções orgânicas e sazonais, em especial da agricultura familiar, tal qual o exercício da redução do consumo de alimentos processados e embalados. Neste caso, ações práticas como campanhas de

estímulo à alimentação vegetariana ou vegana, têm sido percebidas como ações positivas na promoção da sustentabilidade, mesmo podendo ocorrer de modo pontual (Cf. Box 2).

Para Niederle e Schubert (2020), as dietas restritivas têm contribuído para a sustentabilidade alimentar. Após pesquisas com restaurantes veganos e consumidores em Porto Alegre e Rio Grande do Sul, os autores percebem que as escolhas alimentares dos frequentadores desse tipo de restaurantes estão relacionadas às suas condutas morais e condições econômicas. Os resultados apontam ainda que a maior parte dos frequentadores desses restaurantes são pessoas com maior poder aquisitivo e elevado nível de formação escolar, refletindo também a existência de preocupações com as questões ambientais, problemas de saúde, valorização da agricultura familiar local.

#### **Box 2: Campanha Segunda Sem Carne**

A “Campanha Segunda Sem Carne” é uma iniciativa de conscientização que surgiu em 2003, nos Estados Unidos, e que assumiu destaque na atualidade, estando presente em mais de 40 países. Tal proposta está ligada ao exercício do ativismo vegano e vem se configurando, sobretudo a partir de sua difusão nas mídias sociais, em uma alternativa na promoção da sustentabilidade com ações locais e articuladas entre os diferentes atores sociais conectados. Para a SVB (2021, on-line), essa Campanha entre tantas outras coisas,

se propõe a conscientizar as pessoas sobre os impactos que o uso de produtos de origem animal para alimentação tem sobre os animais, a sociedade, a saúde humana e o planeta, convidando-as a descobrir novos sabores ao substituir a proteína animal pelo vegetal pelo menos uma vez por semana.

A ação tem por intuito promover o bem-estar para as pessoas, animais e planeta. Para as pessoas, os resultados são esperados para a saúde, a partir do maior consumo de alimentos vegetais, ou como um primeiro passo para o início de uma possível rotina de uma alimentação mais consciente. Para os animais, a Campanha busca reduzir o abate desses seres, tendo em vista seus impactos a partir do consumo da proteína animal pelos humanos. Já para o planeta, essa ação em cadeia promove a reflexão sobre os impactos ambientais causados pela alimentação de origem animal, seja na emissão de gases poluentes ao ambiente ou desmatamento de determinadas áreas para a criação de animais.

A Campanha tem sido difundida nas mídias sociais, a partir de diferentes frentes, sejam elas de maneira mais coletiva ou individualizada. No Brasil, além dessas instâncias que promovem a ação, observa-se também o apoio do governo (particularmente o estado de São Paulo), personalidades e empresas. Conforme aponta a SVB (2021), esse apoio diversificado é fundamental para a propagação dos ideais do vegetarianismo e, conseqüentemente, para a promoção da sustentabilidade proporcionada pela redução de ações nocivas ao planeta.

No entanto, por apresentar a relação entre condutas morais e condições econômicas como centrais nas escolhas alimentares dos sujeitos, o estudo desses autores revela a complexa condição de desigualdade que opera dentro dos mercados veganos, particularmente ligados aos restaurantes. A pesquisa aponta que a preocupação dos consumidores nesses espaços, contando com um público formado majoritariamente por pessoas economicamente estáveis e com elevados níveis educacionais, não está na luta pelo acesso democrático aos alimentos. Em outras palavras, as preocupações desses consumidores são com questões pessoais, ambientais e com a produção local de famílias agricultoras, deixando de lado aquelas minorias sociais que são excluídas dessas práticas e rotinas alimentares tidas como necessárias e saudáveis. Assim, as desigualdades relacionadas à alimentação fogem das pautas levantadas nesse tipo de experiência vegana (em restaurantes).

Um exemplo dessa desigualdade está nas motivações das lutas sociais pela justiça alimentar. São as desigualdades sociais relacionadas à alimentação que têm motivado a articulação cada vez mais global em torno desse termo. Por exemplo, para Teixeira (2021), embora entidades de representação do agronegócio do Brasil insistam em publicizar que o país é um dos maiores produtores de grãos do mundo, sua produção basicamente é destinada ao comércio exterior, ração de animais e produção de combustíveis. O autor reforça que o país é dos lugares mais desiguais em termos alimentares no planeta, apresentando uma forte concentração de empresas que comercializam localmente produtos ultraprocessados (margarina, macarrão instantâneo etc.). Consequentemente, essa desigualdade tem gerado uma série de problemas relacionados à saúde da população, agravados com o advento da pandemia do Covid-19, em especial para as pessoas negras mais vulneráveis, conforme aponta o estudo de Santos et al. (2020).

A crítica ao sistema agroalimentar pelos ativistas veganos, agricultores, empresas ou pessoas que buscam associar suas rotinas e práticas alimentares à sustentabilidade, se dá por meio do boicote a esse sistema (GUIVANT; SPAARGAREN; RIAL, 2010; COLOMÉ, 2018). O que se observa no sistema alimentar global é a crescente demanda por produções alternativas que apresentem menor impacto ambiental e que sejam capazes de atender os hábitos alimentares relacionados à saúde humana (GUIVANT; SPAARGAREN; RIAL, 2010; MALUF et al., 2015; PREISS; SCHNEIDER, 2020; ABRAMOVAY, 2021). Destacam-se a

necessidade de alimentos frescos, minimamente processados e de produções locais (ABRAMOVAY, 2021).

Uma matéria publicada no *The Guardian* (2018), intitulada “Apartheid alimentar: a raiz do problema com os mantimentos da América”<sup>17</sup> apresenta uma síntese da entrevista com a ativista comunitária e defensora da justiça alimentar, Karen Washington. Essa ativista se posiciona contrariamente ao termo deserto alimentar<sup>18</sup>, problematizando a expressão ao considerar a existência do racismo sistêmico que tem afetado as sociedades, em especial as Américas. Para Karen, o movimento em defesa dos alimentos saudáveis representado pelas pessoas brancas, tem negligenciado as necessidades básicas que afetam as pessoas negras mais pobres que vivem em situação de desvantagens sociais. Conforme aponta a ativista, não basta estimular o abastecimento com alimentos de qualidade em mercearias ou supermercados nos locais periféricos, se o poder de compra das pessoas que habitam essas regiões é insuficiente para a aquisição desses bens.

Karen reforça que é necessário ir além da negociação pelo abastecimento alimentar e possibilitar que a produção seja local, especialmente a partir da participação em conjunto dos moradores dessas regiões marginalizadas, como acontece com a produção em hortas coletivas. Para Afrika (2004; 2013), a diferenciação alimentar contribui para a destruição nutricional da raça negra, sendo caracterizada pela má alimentação dessas pessoas e mudança em seus hábitos alimentares culturais.

Conforme abordado, a comida e o comer são dimensões interligadas que apresentam especificidades nas práticas cotidianas dos sujeitos, evidenciando ainda seu caráter multifacetado, principalmente quando associadas às questões de sustentabilidade, saúde e justiça alimentar. Entretanto, se por um lado esse contexto permite a ampla organização e formação de pautas integradas na promoção da sustentabilidade, saúde humana e fim da opressão animal, por outro lado, essas ações podem ser desiguais e excluir socialmente os indivíduos menos favorecidos.

---

<sup>17</sup> Tradução de: “*Food apartheid: the root of the problem with America’s groceries*”.

<sup>18</sup> Desertos alimentares podem ser entendidos como os espaços de difícil acesso a alimentos de qualidade, *in natura*, orgânicos, agroecológicos ou minimamente processados. O termo se relaciona ainda à condição de deslocamento, na qual as pessoas que habitam esses espaços sofrem para ter acesso a esse tipo de alimentação mais saudável, mesmo pagando por ela (em supermercados, mercearias, hortifrutis, açougues, dentre outros). Esses espaços podem ser encontrados em diferentes lugares nas sociedades (especialmente centros urbanos), sendo as periferias e/ou regiões com indicadores sociais baixos, os locais de maior dificuldade de acesso a alimentos de qualidade.

Desse modo, é fundamental investigar a formação dos arranjos organizacionais e ativismos digitais que buscam relacionar práticas alimentares e ação coletiva na internet, centrados na construção do sistema agroalimentar sustentável, busca pela saúde e redução do consumo de carne animal. O próximo capítulo examina a noção de movimentos sociais e ativismo digital.

### 3 MOVIMENTOS SOCIAIS E ATIVISMO DIGITAL

Este capítulo examina os estudos sobre movimentos sociais e ativismos digitais. O capítulo está dividido em cinco seções. Na primeira seção recorre-se às contribuições da literatura de movimentos sociais na apreensão dos aspectos socioculturais e simbólicos do ativismo na internet. Na segunda seção o ativismo é retomado, mas o foco volta-se às dimensões simbólicas e identitárias das interações entre os atores. A terceira seção é dedicada aos vínculos sociais e sua problematização no contexto de avanço da era digital. A quarta seção busca nos estudos de estilo de vida uma conexão entre os ativismos digitais e os aspectos culturais das ações dos sujeitos. Finalmente, na última seção os ativismos digitais são abordados a partir da noção de militância negra.

#### 3.1 DOS MOVIMENTOS SOCIAIS AOS ATIVISMOS NA INTERNET

Com os debates iniciados a partir de 1960, sinalizando a efervescência social e política em torno da luta pela justiça global, os movimentos sociais apresentaram diferentes significados e configurações no mundo, o que também implicou na complexificação das teorias que visam explicar seus formatos e formas de ação. Com o avançar dos meios de comunicação de massa, das interações via internet, bem como das potencialidades das Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação (NTICs), dimensões adicionais foram somadas aos repertórios de ação dos movimentos, contribuindo para a diversificação das suas maneiras de protestar em realidades diversificadas.

É nesse aspecto que a instrumentalização da noção de ativismo como uma alternativa que visa subsidiar discussões e controvérsias entre os diferentes pesquisadores ganha relevância nos estudos das Ciências Sociais (GOHN; BRINGEL, 2014; JOYCE, 2014; RUSKOWSKI, 2018), transformando-se em uma ferramenta na compreensão das maneiras pelas quais os movimentos sociais colaboram, manifestam e comunicam suas ações na sociedade digital (GARRETT,

2006; BENNETT; SEGERBERG, 2012; RAINIE; WELLMANN, 2012; GERBAUDO; TRERÉ, 2015).

Nos últimos anos, com o advento da internet, as agendas, ações e os comportamentos apresentados pelos movimentos sociais chamaram a atenção de estudiosos que passaram a se dedicar intensamente até os dias atuais em mapear esses movimentos e suas perspectivas teórico-epistemológicas nesse contexto digital (SILVA, 2010; GOHN, 2014; SILVA; COTANDA; PEREIRA, 2017). Vários grupos de estudo passaram a focar nessa área de temática, publicações relacionadas emergiram, processos teórico-metodológicos foram propostos, conexões com outras áreas de investigação foram estabelecidas (ALCÂNTARA, 2016) e, ainda assim, consensos não foram alcançados sobre os comportamentos dos movimentos no contexto digital (RUSKOWSKI, 2018).

Dentre as questões que permanecem em aberto nesse campo de estudos destacam-se: Como os movimentos sociais se comunicam com o público? Quais suas configurações? Quais as relações das comunicações dos movimentos sociais com a sociedade de modo geral? Que implicações comunicativas no contexto da sociedade conectada podem ser observadas nos movimentos sociais também interconectados? Em que medida essas implicações influenciam na organização, repertório e difusão dos movimentos? Por fim, como as NTICs contribuem para moldar a identidade coletiva dos movimentos sociais?

É buscando responder a essas inquietações que o conceito de ativismo digital se desenvolve e vem sendo utilizado na teoria dos movimentos sociais, configurando-se, sobretudo, em um recurso na apreensão dos aspectos relacionais e comunicacionais da ação coletiva na internet (DOWNING et. al., 2001; ATTON, 2002; PERUZZO, 2004; MACHADO, 2007; LAER; AELST, 2010; GARRETT, 2011; PERUZZO; TUFTE; CASANOVA, 2011). Os estudos sobre ativismo digital se relacionam aos estudos dos comportamentos sociais no contexto de tecnologias globais, apresentando diferentes modulações para esse tipo de relação, como a própria tecnologia, as trajetórias e identidades das pessoas envolvidas nesse processo (RUSKOWSKI, 2018).

No entanto, é preciso ter em mente que a internet é apenas um componente de todo o processo comunicativo dos movimentos sociais com a comunidade geral. Para Castells (2013), os movimentos também precisam atuar nos espaços públicos não digitais, nas arenas visíveis, onde outras dimensões como as elites dominantes

se movimentam e disputam a proximidade social com os indivíduos. Os espaços públicos não digitais podem ser percebidos como arenas de poder simbólico, representação social, deliberação e controle. Extrapolando a perspectiva do autor, isso não impede que haja uma hibridização entre as vivências *online* e *offline*<sup>19</sup>, já que tanto as experiências da internet quanto as realidades fora dela são entendidas pela pesquisa social como complementares nas transformações sociais.

Como ponto de partida para a compreensão de movimentos sociais nessa tese, dimensões complementares como emoções e identidades são acionadas nos entendimentos das ações humanas no processo de contestação. De acordo com Castells (2013), as emoções, em suas diferentes facetas e configurações, são aspectos indispensáveis na análise dos comportamentos humanos em mobilizações, sendo potencializadas no exercício da comunicação. Isso pressupõe que as manifestações sociais de indignação são frutos das inquietações subjetivas dos sujeitos em conexão de redes de apoio. Dito isso,

[...] para que se forme um movimento social, a ativação emocional dos indivíduos deve conectar-se a outros indivíduos. Isso exige um processo de comunicação de uma experiência individual para outras. Para que o processo de comunicação opere, há duas exigências: a consonância cognitiva entre emissores e receptores da mensagem e um canal de comunicação eficaz. A empatia no processo de comunicação é determinada por experiências semelhantes às que motivaram o acesso emocional inicial. Em termos concretos, se muitos indivíduos se sentem humilhados, explorados, ignorados ou mal representados, eles estão prontos a transformar sua raiva em ação, tão logo superem o medo. E eles superam o medo pela expressão extrema da raiva, sob a forma de indignação, ao tomarem conhecimento de um evento insuportável ocorrido com alguém com quem se identificam. Essa identificação é mais bem atingida compartilhando-se sentimentos em alguma forma de proximidade criada no processo de comunicação (CASTELLS, 2013, p. 15).

Gohn e Bringel (2014) entendem que as recentes abordagens sobre os movimentos sociais têm apontado para a pluralização dos debates em torno do assunto. As definições de movimentos sociais sofreram importantes modificações e contribuíram para novas delimitações no campo de estudo<sup>20</sup>. Conforme reforçam os

---

<sup>19</sup> Os termos se referem, respectivamente, a estar conectado digitalmente ou não. *Online* e *offline* são compreensões atualizadas que superam as percepções “real” e “virtual” nas ações humanas, destacando-se que as interações humanas não ocorrem em mundos separados, mas de modo complementar. Para Castells (2013, p. 130), essa maneira conjunta de articulação social ligando simultaneamente o local e o global, para, na e além da internet, se configura, pois, em um novo espaço denominado “espaço da autonomia”.

<sup>20</sup> Termos como “novos movimentos sociais” e “novíssimos movimentos sociais”, surgiram para demarcar e diferenciar a ação coletiva contemporânea, da contestação considerada mais recente ainda na literatura sociológica, cujas formas de manifestação se dão de maneiras multifacetadas, sobretudo, com o advento da atual era global (GOHN; BRINGEL, 2014, p. 12).

autores, não cabe uma sobreposição teórica no entendimento da temática em questão, uma vez que se trata de continuidades e não de rompimentos nas configurações assumidas pela ação coletiva no contexto das tecnologias globais.

Os estudos sobre os movimentos sociais estão enraizados historicamente em três grandes abordagens teóricas: Teoria da Mobilização de Recursos (TMR), Teoria do Processo Político (TPP) e a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS). Essas divisões buscaram atender às diversidades dos comportamentos dos atores em determinados contextos de engajamento social, apresentando características peculiares para cada situação (ALONSO, 2009). Não houve convergência entre essas abordagens ao longo do tempo, mas tentativas de superação e sobreposição, ampliando os modos como os conflitos sociais podem ser analisados do ponto de vista teórico, conceitual e metodológico pelos estudiosos da temática.

No que tange às configurações assumidas pelos movimentos sociais em contexto de avanço tecnológico, as abordagens prevaletentes apresentam análises distintas para o fenômeno social em questão. De modo particular, para os estudos sociológicos da utilização da comunicação digital pelos movimentos sociais, essas vertentes implicam em formas diferenciadas de estudos desse tipo de manifestação social, ampliando, por consequência, o olhar analítico sobre a noção de ativismo digital.

A TMR considera que a ação coletiva é permeada pelo processo de manifestação e obtenção de recursos para o exercício dos ativismos. A mobilização de recursos (humanos, financeiros e de infraestrutura) assumiu a centralidade nos estudos dos movimentos sociais a partir dos anos 1960, cabendo à TMR, refletir sobre os elementos necessários para a existência e permanência dos movimentos sociais.

Alonso (2009) considera que a TMR pode ser caracterizada a partir do processo de burocratização dos movimentos sociais, cujas regras e acordos são ajustados e especializados nas práticas cotidianas da ação coletiva. Para a autora, a burocracia se consolida no encontro de movimentos sociais distintos e com perspectivas diferenciadas para um mesmo problema social. Assim,

A longevidade, por sua vez, dependeria da capacidade de os movimentos vencerem a concorrência. Isto é, vários movimentos podem se formar em torno de um mesmo tema, compondo uma “indústria de movimento social”, na qual haverá cooperação, mas também competição, em torno de recursos materiais e de aderentes a serem garimpados num mercado de consumidores de bens políticos. Daí a emergência de conflitos internos que

gerariam faccionalismo, com dissolução de movimentos grandes e formação de subunidades em torno de uma mesma causa (ALONSO, 2009, p. 52).

Essa percepção sobre a longevidade dos movimentos sociais pode ser relacionada ao entendimento da formação de novas ações coletivas, bem como a sinalização das conexões estabelecidas, possíveis interseções e conflitos vivenciados nas interrelações cotidianas desses movimentos. Entende-se que nos espaços digitais, as aproximações, divergências e sobreposições de pautas entre os movimentos tornam-se mais frequentes e intensas. Porém, essas dimensões podem não ser as únicas responsáveis pelo surgimento de subunidades de ativismos que seguem as mesmas causas sociais e que adotam estratégias diferenciadas de ativismos, devendo ser analisadas pontual e contextualmente nos estudos científicos.

Dentre as inúmeras críticas dispensadas à TMR, a ausência de uma abordagem mais qualitativa da identidade coletiva é entendida como central. Para Alonso (2009), a teoria aborda de modo demasiado a organização dos movimentos sociais, chegando a ser comparada em termos estruturais, com a organização de empresas. Mesmo com sua relevância nos estudos dos movimentos sociais, essa abordagem não levou em consideração a relevância do processo formativo da identidade coletiva, particularmente a contribuição individual na constituição dos repertórios, organização e difusão desses movimentos na esfera pública, seja na esfera digital ou não.

Já a TPP teoriza os macroprocessos políticos que orientam as ações dos grupos sociais em protesto. De modo semelhante à lógica da TMR, a TPP focaliza a análise das manifestações sociais na arena pública, a partir da compreensão de sua estrutura organizativa. Entretanto, ao diferenciar-se da TMR, a TPP estimula o aprimoramento dessa compreensão com a utilização de elementos culturais como a solidariedade, enquanto uma alternativa na explicação das configurações assumidas pelas redes interpessoais da ação coletiva (TILLY, 1978; TARROW, 2009; ALONSO, 2009).

A dimensão relacional da mobilização entra em cena na TPP, abrindo caminhos para as reflexões sobre a participação social na formação dos repertórios dos movimentos. Assim, a noção de repertórios está inscrita nas relações sociais vivenciadas pelos indivíduos. Trata-se de relações cujas disputas em torno das configurações assumidas pela ação coletiva, bem como a sua comunicação à

sociedade, tendem a ser definidas a partir dos acordos entre os membros do movimento. Assim, os repertórios não são estruturados exclusivamente pelas organizações, mas também a partir da criação cultural das diferentes interrelações, disputas e acordos da estrutura social em determinado contexto, sofrendo variações em função do tempo e interferências da participação social (TILLY, 1978).

A TPP fornece subsídios para os entendimentos das dinâmicas comunicativas dos movimentos sociais a partir da dimensão relacional da mobilização. Uma vez que o encontro com o outro se confirma como uma ação responsável pela estruturação e manutenção dos repertórios de ação coletiva, entende-se que os repertórios podem ser compreendidos como a parte visível dos movimentos e integrados à sociedade (MELUCCI, 1989; 1994; 2001; TARROW, 2009; BRINGEL, 2012; ALCÂNTARA, 2016).

A partir das contribuições da TPP aos estudos dos movimentos sociais, e particularmente para a própria noção de ativismos digitais, entende-se que os repertórios de ação coletiva resultam das interações sociais, apresentando caráter relacional e comunicacional. Ademais, ainda que não seja uma percepção pontual da abordagem em questão, os repertórios também expõem sua vinculação à dimensão identitária dos grupos, já que comunicam as características, agendas, escolhas, conflitos e ações dos movimentos à sociedade interconectada (ALCÂNTARA, 2016).

Conforme aponta Alcântara (2016), os indivíduos, seus comportamentos e influências na estrutura da ação coletiva ainda não são abordados de forma satisfatória pela TPP, uma vez que algumas dimensões escapam dos seus limites. A abordagem é focada na apreensão das relações sociais, sobretudo para as ações externas dos movimentos sociais em seus confrontos políticos na esfera pública, que se enquadram no modelo de *contentious politics* (política contenciosa). Ainda assim, torna-se limitada no fornecimento de recursos capazes de apresentarem significado às manifestações simbólicas dos sujeitos, identidade pessoal e coletiva. Com o advento das mídias digitais seus limites tornam-se mais claros, gerando controvérsias nos estudos da mobilização e evidenciando a necessidade de ampliação dessa temática.

É nessa perspectiva que a TNMS surge – alicerçada nos aspectos da mudança cultural dos movimentos sociais, com investimento em reflexões sobre os processos de formação da identidade coletiva (ALONSO, 2009). Os aspectos

simbólicos que estruturam as manifestações sociais dos indivíduos são problematizados e ganham centralidade nessa abordagem. Outro ponto que merece destaque na TNMS é que essa abordagem é mais diversificada, abarcando diferentes agendas de interesse. Em síntese, tornam-se o foco dessa abordagem as novas configurações assumidas pelos movimentos sociais, as performances dos sujeitos, suas interações e as formas de dissipação da ação coletiva na atualidade.

Os comportamentos da sociedade relacionados às especificidades da globalização e seu caráter cada vez mais informacional, são problematizados e tornam-se objeto de reflexão na TNMS. A abordagem está ancorada na compreensão dos sistemas sociais e na forma como esses sistemas são analisados cientificamente. Interessa nessa abordagem a apreensão das transformações observadas na solidariedade, novos canais de agrupamento, identidades, individualidades, sociedade de massa, conflitos e confrontos, sendo um conjunto de condições responsáveis pelas agendas dos estudos dos movimentos a partir dos anos 1970 (MELUCCI, 1989; 1994; 2001).

Mais do que uma preocupação com a estrutura das organizações sociais, os estudos dos movimentos sociais passaram a levar em consideração os atores envolvidos no curso de mobilização e os múltiplos recursos acionados ao longo dessa mobilização. Nesse contexto, a dimensão política das manifestações se torna descentralizada nas literaturas críticas, abrindo caminhos para os estudos dos comportamentos não apenas políticos. Desse modo, emergem também as concepções voltadas para os aspectos culturais das mobilizações sociais (MELUCCI, 1989; 1994; 2001).

Com base nas contribuições de Melucci (1989), essa tese interpreta a noção de movimentos sociais da seguinte forma: 1. Uma forma de ação coletiva, cuja manifestação se dá em forma de ativismo, individual ou coletivamente; 2. Permeada pela solidariedade entre os indivíduos; 3. Estruturada em conflito interno e externo, contando com emoções múltiplas; 4. Não apresenta fronteiras delimitadas para a ocorrência da ação, podendo ser digital, não digital ou de maneira híbrida. Para Melucci (1989), é isso que caracteriza a dimensão plural da ação coletiva. Em termos analíticos, isso implica em possibilidades diversas para a interpretação da ação coletiva, dependendo dos objetivos de determinados estudos.

### 3.2 ENTENDIMENTOS SOBRE ATIVISMOS

O uso das redes de comunicação da internet e dos telefones celulares é essencial, mas a forma de conectar-se em rede é multimodal. Inclui redes sociais online e offline, assim como redes preexistentes e outras formadas durante as ações do movimento. Formam-se redes dentro do movimento, com outros movimentos do mundo todo, com a blogosfera da internet, com a mídia e com a sociedade em geral. As tecnologias que possibilitam a constituição de redes são significativas por fornecer a plataforma para essa prática continuada e que tende a se expandir, evoluindo com a mudança de formato do movimento (CASTELLS, 2013, p. 129).

O papel dos sujeitos é relevante na construção simbólico-cultural de maneiras diferenciadas de transmissão das comunicações da ação coletiva, com destaque para a utilização internet. Conforme sugere Joyce (2014), o que interessa, portanto, é o processo de construção de significados e sentidos com teor de transformação política e social nos estudos dos movimentos.

Ruskowski (2018) percebe o indivíduo como fundamental no curso do ativismo, demonstrando que as categorias de análise nos estudos dos processos contenciosos tornam-se indispensáveis. Assim,

[...] faz sentido realizar um esforço para se discernirem as categorias de análise que envolve estudar processos contenciosos. O primeiro esforço é separar a análise do ativismo do envolvimento com organizações de movimentos sociais, ou seja (na maioria das vezes), ativistas não terão pertencimento organizativo. O segundo esforço é identificar as causas pelas quais os indivíduos são mobilizados a se envolver. O terceiro esforço é entender como os processos de identificação entre indivíduos e causas ocorrem, quando e como eles geram vinculação a uma organização de movimento social. O quarto esforço é apontar os diferentes tipos de recursos mobilizados pelos ativistas seja em ações individuais, táticas coletivas, campanhas até o envolvimento em redes de movimentos sociais. O quinto esforço é mensurar de que forma a utilização das mais diversas ferramentas e repertórios impactam na duração do ativismo e na criação de laços organizativos (RUSKOWSKI, 2018, p. 47).

A categorização dos processos contenciosos não somente contribui para diferenciar ativismo de engajamento<sup>21</sup>, como também fornece ferramentas na apreensão dos aspectos simbólico-culturais (identidades, símbolos e estilos de vida) resultantes das ações dos indivíduos na ação coletiva. Conforme aponta Ruskowski

---

<sup>21</sup> De modo sintético, engajamento é entendido aqui como a vinculação social e efetiva dos sujeitos na ação coletiva cotidiana, configurando-se em um processo relacional com a identificação e aproximações em torno de determinada causa, sendo, portanto, diversificado e multimodal a depender das características dessa vinculação (SAWICKI; SIMEANT, 2011; RUSKOWSKI, 2012; SILVA; RUSKOWSKI, 2016; RUSKOWSKI, 2017).

(2018), é possível mensurar ainda suas contribuições na transformação social cotidiana, seja ela executada no interior dos movimentos ou fora deles.

Com as contribuições da teoria dos novos movimentos sociais na estruturação do conceito de ativismo, os entendimentos sobre “[...] a dimensão simbólico-cultural na análise da formação, atuação e impacto dos movimentos sociais” se aplicam na delimitação da cultura, do processo de interpretação e atribuição de sentido aos fenômenos sociais contemporâneos (SILVA; COTANDA; PEREIRA, 2017, p. 144).

Silva, Cotanda e Pereira (2017) acreditam que a TNMS contribuiu para a construção de modelos analíticos mais qualificados nos estudos dos movimentos sociais, a partir dos processos interpretativos, principalmente com as contribuições de Erving Goffman na construção da noção de “frames”<sup>22</sup>. Todavia, eles apontam criticamente que este percurso teórico se manteve invisibilizado na sociologia brasileira, fazendo parte apenas dos debates cada vez mais acirrados em nível internacional sobre a temática.

O conceito de enquadramento interpretativo trata dos aspectos culturais e simbólicos dos movimentos sociais. Entretanto, suas contribuições se limitam às percepções centradas nas ações e experiências dos movimentos e não nas dimensões individuais que compõem a ação. Mesmo com um alcance limitado na interpretação da ação coletiva, Silva, Cotanda e Pereira (2017, p. 146) pontuam que a teoria proposta se apresenta como “uma ferramenta para ampliar a inteligibilidade sobre os processos de interação, significação e ação por parte de atores individuais ou coletivos em contextos determinados”. Dentre as críticas recentes dirigidas à abordagem dos enquadramentos interpretativos para as práticas sociais, o papel das emoções não tem sido perceptível nos estudos da corrente em questão. A abordagem se destaca pela relevância conferida aos aspectos cognitivistas da ação coletiva, favorecendo apenas “a dimensão racional da construção dos significados” (SILVA; COTANDA; PEREIRA, 2017, p. 158).

Para Mendonça e Simões (2012), os estudos embasados pela análise de enquadramentos se disseminaram nos últimos anos pelo seu caráter adaptável às pesquisas empíricas. Não obstante, corroborando com uma sinalização dos autores,

---

<sup>22</sup> Assim como vem sendo adotado em outros estudos da temática, como o trabalho dos autores em questão, o termo é traduzido nesta tese como “enquadramentos interpretativos”, “molduras interpretativas” ou “emolduramentos interpretativos”.

adotar essa abordagem sem levar em consideração suas especificidades e coerência conceitual, implica na distorção da definição, podendo gerar a ausência de efeitos positivos ao problema de pesquisa. Conforme pontua o trabalho de Mendonça e Simões (2012), é possível elencar pelo menos duas incongruências traduzidas na utilização inadequada do conceito de “frames” ao objeto empírico.

A primeira é a perda de precisão conceitual. Na medida em que a definição de um conceito se expande para abarcar fenômenos diferentes, há prejuízos no que concerne à sua exatidão. Os limites e contornos do conceito tornam-se dispersos e pouco claros. A segunda consequência potencialmente perigosa diz respeito a uma eventual fratura do conceito. Para além da expansão semântica, o conceito passa a ser usado com sentidos diferentes e, muitas vezes, conflitantes. Ainda que o termo pareça articular estudos diversos, o que se nota é o surgimento de um terreno teórico não partilhado; ou melhor, a emergência de terrenos teóricos distintos (MENDONÇA; SIMÕES, 2012, p. 187).

Essa tese se interessa pelas implicações da ação digital dos indivíduos envolvidos no processo de transformação e disseminação dos discursos da ação coletiva, para o próprio entendimento de movimentos. Portanto, o ponto de partida é a noção de mediação proporcionada pelas tecnologias digitais na compreensão da perspectiva simbólica da interação social. Desse modo, o enfoque conceitual dessa tese é dado à delimitação dos significados das dimensões identitárias, emotivas, simbólicas e culturais da ação dos sujeitos nas mídias sociais – os seus ativismos.

As correntes teóricas que dão suporte às mais recentes formas de análise dos comportamentos dos movimentos frente à era global e de processos tecnológicos, sinalizam, pois, o caráter simbólico e transfronteiriço dos ativismos na contemporaneidade (ALONSO, 2009). As disputas em torno da delimitação dos movimentos sociais elucidaram o campo temático em questão e ampliaram seus horizontes interpretativos nas investigações sociológicas. Embora essas abordagens permaneçam em conflito entre si, importantes sínteses puderam ser extraídas para a análise da mobilização social, como é o caso dos estudos dos ativismos tecnologicamente mediados e sua contribuição para a apreensão das autorrepresentações, performance e identidade coletiva (RUSKOWSKI, 2018).

Antes de avançar nas delimitações da ação social digital propriamente dita, cabe pontuar o entendimento de ativismo, ainda que este conceito careça de definições mais estruturadas na literatura especializada sobre o assunto. Para Joyce (2014), ativismo pode ser compreendido como o conjunto contextual de causas, táticas e ferramentas acionadas na comunicação de pautas defendidas por

determinados atores, de maneira articulada ou não. Na lógica apresentada pela autora, os atores podem manifestar os seus interesses por meio de quatro situações: ações coletivas, individuais, campanhas ou movimentos sociais.

Ruskowski (2018) complementa essa percepção de ativismo ao problematizar sua vinculação ao conceito de movimentos sociais. Nessa perspectiva, com o avançar das NTICs na era digital, as formas como acontecem as mobilizações sociais, bem como as manifestações individuais e desarticuladas sobre temáticas não exclusivamente políticas, incidem diretamente nas novas percepções sobre a noção de ativismos na contemporaneidade. A partir disso, a terminologia ativismo ressurge atribuindo demasiado enfoque para o indivíduo e suas ações no processo de engajamento dos movimentos sociais, deixando em segundo plano as atribuições das organizações de movimentos sociais em mobilizar os atores sociais e organizar protestos (LAER; AELST, 2010; BENNETT; SEGERBERG, 2012; JOYCE, 2014; RUSKOWSKI, 2018).

Arelada aos estudos da ação coletiva, a 'teoria da ação conectiva', cunhada por Bennett e Segerberg (2012), tem tensionado as investigações sobre movimentos sociais e a lógica de apreensão dos comportamentos sociais em contextos de mídias digitais. Essa teoria avança no entendimento dos indivíduos e suas ações, problematizando a formação de redes sociais configuradas por esses indivíduos ao dissiparem suas conexões digitais. Contudo, mais do que focar nos indivíduos e suas manifestações no universo *online*, a teoria propõe a articulação entre organização e identidade individual, cujas manifestações sociais são compreendidas como estruturas organizativas complexas. Essa abordagem, que ainda segue prevalecendo em alguns estudos críticos na área, sofreu críticas pela centralidade conferida ao indivíduo e à organização na formação e manutenção das estruturas organizativas *online*. Tais críticas têm sugerido a necessidade de incorporação de uma concepção mais ampla de redes sociais digitais aos estudos da ação coletiva, buscando abarcar as diferentes dimensões que compõem a ação tecnologicamente mediada (GERBAUDO; TRERÉ, 2015; ALCÂNTARA, 2016).

Para Alcântara (2016), com a retomada do aparato histórico de formação da abordagem conceitual de ação coletiva, dando ênfase para seu caráter

comunicacional<sup>23</sup>, é possível entender a formação e a manutenção dos ativismos digitais. Para a autora, esse recurso deve ser aplicado a partir da noção de mediação das novas tecnologias digitais para as manifestações sociais, configurando-se em uma percepção dialógica e não pautada no caráter instrumental que permeia essa noção. Ademais, os aspectos simbólicos das interações digitais podem ser percebidos como centrais nesse tipo de relação social, evidenciando também o perfil multimodal da internet e o aspecto individual da comunicação da ação coletiva (CASTELLS, 2013).

Duas condições têm sido abordadas até aqui. Por um lado, temos teorias que dão relevância aos papéis da organização como um todo no curso do ativismo *online*; por outro lado, os estudos que entendem a participação individual como central nesse curso. Essas perspectivas contribuíram de modo complementar e não antagônico para o fornecimento de subsídios analíticos à apreensão da noção de movimentos sociais na era digital e, por extensão, ao próprio entendimento e estruturação do conceito de ativismos digitais.

A utilização das mídias sociais pelos movimentos sociais diz muito sobre as configurações assumidas pelos ativismos, relações sociais, sistemas de distinção social e sobre a pluralidade de agenda e repertório dos movimentos na contemporaneidade. Mas é preciso ter clareza que as mídias sociais funcionam como mecanismo de controle social e espaços nos quais ocorrem simultaneamente a inclusão e exclusão social, personalização das identidades e as disputas políticas e morais pelo que é socialmente aceitável (ARRUDA, 2018; OLIVEIRA; SILVEIRA; SILVA, 2020).

Na prática, o que está em jogo é o processo de socialização nas plataformas digitais e as maneiras com as quais os movimentos sociais comunicam suas ações com o público conectado. Dito isso, a partir da ótica comunicativa dos movimentos sociais e da confluência entre o público e o privado, é possível evidenciar o caráter performativo e negociador das ações dos usuários conectados. Conforme aponta Ruskowski (2018), essas condições não são diferentes no ativismo digital, já que

---

<sup>23</sup> A autora analisa especificamente a noção de ciberativismo em seu estudo, entendendo que se trata de uma dimensão complementar à noção de ativismo, pautada no aspecto comunicacional da ação digital. Neste caso, o conceito ciberativismo é percebido como uma prática social perpassada pelas tecnologias digitais, voltado para a comunicação, organização, politização, mobilização e difusão dos conflitos societários em realidades difusas (VEGH, 2003; PEREIRA, 2008; 2011; CAMMAERTS; MATTONI; MCCURDY, 2013; GERBAUDO; TRERÉ, 2015; ALCÂNTARA, 2016).

esse tipo de ação tende a incorporar os aspectos culturais e simbólicos das vivências e interações dos sujeitos.

Por essa ótica, os ativismos digitais apresentam determinadas estratégias para a realização de vínculos entre os usuários, a partir das possibilidades técnicas das plataformas digitais, como ocorre com a mobilização de *hashtags* em manifestações. No entanto, se tratando de uma ação coletiva com o mesmo perfil, essas táticas não se diferenciam das estratégias adotadas no ativismo de rua, tido como tradicional nos estudos dos movimentos.

Em termos de sociabilidade, para Rainie e Wellmann (2020) a internet produz uma continuidade entre espaços públicos e privados, permitindo que experiências particulares sejam compartilhadas e inseridas em discussões mais amplas. Tais redes de comunicação, interação e tensionamento, como apontado por Castells (2013), permitem compartilhar estados emocionais e valores morais.

Neste contexto de transformação cultural da sociedade, envolvendo mudanças na conexão digital, modos de interação social e mobilização, emerge o entendimento da centralidade do indivíduo nas manifestações. Essa temática tem movimentado a investigação sociológica, e autores como Castells (2013) apontam que os projetos e interesses individuais podem ser incorporados à ação e identidade coletiva, fazendo parte das agendas dos movimentos, sem necessariamente se configurar em individualismo. O individualismo neste caso, diz respeito à sobreposição dos interesses próprios sobre os acordos e aproximações do coletivo, gerando distanciamento entre o movimento e o sujeito. Aquilo que é público e socializado na ação coletiva ou ativismo individual, pode ser percebido como fruto da performance social dos atores em interação no universo híbrido (digital ou não digital). Em outras palavras, isso sugere que a performance social na era da internet, seja ela executada individual ou coletivamente, é responsável por caracterizar e dar corpo ao tipo de ativismo, contestação ou mobilização dos movimentos sociais.

### 3.3 ATIVISMOS CONECTADOS EM REDE

Os movimentos são simultaneamente locais e globais. Começam em contextos específicos, por motivos próprios, constituem suas próprias redes

e constroem seu espaço público ao ocupar o espaço urbano e se conectar às redes da internet. Mas também são globais, pois estão conectados com o mundo inteiro, aprendem com outras experiências e, de fato, muitas vezes são estimulados por essas experiências a se envolver em sua própria mobilização. Além disso, mantêm um debate contínuo na internet e algumas vezes convocam a participação conjunta e simultânea em manifestações globais numa rede de espaços locais. Expressam uma profunda consciência da interligação de questões e problemas da humanidade em geral e exibem claramente uma cultura cosmopolita, embora ancorados em sua identidade específica. Prefiguram, em certa medida, a superação da atual divisão entre a identidade comunal local e a constituição de redes individuais globais (CASTELLS, 2013, p. 130).

A partir do papel das tecnologias digitais na formação dos atuais movimentos sociais, bem como na reconfiguração dos movimentos já existentes (amparados e movidos pela contradição, sofrimento, esperança e conflito), Castells (2013) problematiza o caráter multidimensional da cultura da autonomia<sup>24</sup> na internet. Este apontamento é conduzido pela crença de que a lógica da conectividade só ganha sentido nas ações coletivas, contando com a socialização de experiências, símbolos e similaridades entre os indivíduos em rede, caracterizando essas ações como expressões culturais. Dessa forma, entende-se que no contexto digital os vínculos sociais estabelecidos ao longo do processo de mobilização, organização, deliberação, coordenação, decisões, comunicação na ação coletiva e manutenção de agendas, é que dão corpo às configurações assumidas pelos ativismos e movimentos.

A dimensão comunicativa da ação coletiva é importante na medida em que subsidia os elementos qualificáveis na apreensão dos processos de organização, formação e manutenção dos repertórios de ação, e dinâmica de difusão na era digital. Conforme aponta Alcântara (2016), essa percepção é recente e ainda está em disputa pelos diferentes estudiosos da temática de movimentos sociais.

Diante desses apontamentos, o objetivo desse tópico é refletir sinteticamente sobre as contribuições dos ativismos digitais para os aspectos relacionais da comunicação na ação coletiva. Para isso, cabe analisar os vínculos estabelecidos entre os atores sociais, tendo como ponto de partida o compartilhamento de identidades entre os sujeitos e a formação do que pode ser compreendido como 'laços digitais' (PARIGI; GONG, 2014).

---

<sup>24</sup> A autonomia aqui é percebida como a "capacidade de um ator social tornar-se sujeito ao definir sua ação em torno de projetos elaborados independentemente das instituições da sociedade, segundo seus próprios valores e interesses" (CASTELLS, 2013, p. 135).

Conforme apontam Parigi e Gong (2014), os laços digitais ou laços online que se formam nas plataformas digitais ao longo das interações, podem favorecer a aproximação dos indivíduos aos objetivos de determinado movimento, contando com o compartilhamento de identidades nesse processo. Para os autores, essas são as motivações presentes nas possibilidades inovadoras de manifestação social, evidenciando a transformação do ativismo e sua readequação contextual, estabelecendo, assim, uma maneira adicional dos atores se conectarem e praticarem ativismos.

Na formação dos laços digitais e no compartilhamento das identidades entre os sujeitos conectados, é possível encontrar novas possibilidades para a estruturação da identidade coletiva do movimento e dos próprios indivíduos em um processo mútuo. Ademais, os vínculos gerados na conexão entre a ação digital dos ativistas e o público são potenciais para que as redes se constituam e garantam a renovação no engajamento ao ativismo, alinhando interesses pessoais aos enquadramentos do movimento, possibilitando também que o processo de recrutamento aconteça (PARIGI; GONG, 2014).

Parigi e Gong (2014) acreditam ainda que os laços digitais em torno dos ativismos se assemelham às ações coletivas contenciosas em suas táticas, se diferenciando pelos tipos de laços formados entre os sujeitos. Em situações ideais, esses laços tendem a ser fortes quando estão estruturados no compromisso com o movimento, podendo em muitos casos complementar ou substituir os laços presenciais (PARIGI; GONG, 2014). Retomando a perspectiva apresentada por Castells (2013), por se tratar de ações em espaços diferentes, vale reforçar que os ativismos digitais e as ações coletivas que acontecem fora da internet se complementam no curso da ação coletiva sem sobreposição. Sendo assim, entende-se que as motivações pessoais e as táticas apresentadas pelo movimento ao longo da ação é que influenciarão no sucesso ou não dos vínculos formados entre as pessoas.

Cada vez mais vem ganhando espaço nos estudos da ação coletiva, os interesses nas maneiras pelas quais as ações são comunicadas à sociedade civil (TARROW, 2005; CARROLL; HACKETT, 2006; LAER; AELST, 2010; EARL *et. al.*, 2010; GARRET, 2011; ALCÂNTARA, 2016; RUSKOWSKI, 2018). Por serem utilizadas como ferramentas de articulação social, interação e difusão contenciosa (BENNETT; SEGERBERG, 2012), as plataformas digitais apresentam cada vez mais

funcionalidades aos usuários<sup>25</sup>, exigindo constantes atualizações, o desenvolvimento de novas habilidades e estratégias adicionais na sua utilização (LAER; AELST, 2010; RUSKOWSKI, 2018). Isso pressupõe atualizações também constantes por parte dos estudiosos da temática e, conseqüentemente, ampliação dos debates em torno do assunto.

É de interesse desta tese o processo de interação social, possibilitado pelas mídias digitais. Ressalta-se a necessidade de compreensão das tecnologias digitais a partir do seu caráter de medição, buscando não restringir às suas funcionalidades no uso cotidiano das mobilizações sociais dos indivíduos (DELLA PORTA; DIANI, 2006; CARDOSO, 2007; GARRETT, 2006; CAMMAERTS; MATTONI; MCCURDY, 2013; GERBAUDO; TRERÉ, 2015). Para Alcântara (2016, p. 317), focar análises nas tecnologias em si sugere duas situações possíveis: de um lado, “[...] em descrições isoladas de casos de apropriações político-tecnológicas”, e de outro lado, “em análises inteiramente baseadas em dados das redes sociais digitais, sem um aprofundamento nas interações e contextos políticos”. Paralelo a esse entendimento do caráter de mediação das tecnologias digitais, urge compreender a noção de repertórios de contestação, levando em consideração suas estruturas de funcionamento (características, formação e dissipação), e dando ênfase para seus impactos no ativismo digital.

No entendimento da ação coletiva, conforme pontua Tilly (2006), os “repertórios de contestação” ou “repertórios de ação coletiva” resumizam as

---

<sup>25</sup> As funcionalidades das plataformas digitais podem ser conferidas no documentário estadunidense intitulado “*The Social Dilemma*”, lançado pela Netflix, em 9 de setembro de 2020. Esse documentário foi disponibilizado ao público em pleno período de avanço exponencial da pandemia da COVID-19. Segundo os dados da *Reuters Institute* (2020), muitas pessoas se encontravam em isolamento social em casa e faziam maior uso dos veículos de informação e comunicação. A obra é caracterizada pelo seu caráter dramático, abordando a estrutura e o papel das redes sociais, bem como as suas implicações para a sociedade e a indústria digital. O filme é dirigido por Jeff Orlowski e escrito por Davis Coome, Vickie Curtis e Jeff Orlowski. A obra traz alguns detalhes sobre as manipulações presentes nas plataformas sociais de interação, gerando lucros para um grupo seleto de empresas e dependência aos usuários conectados. O documentário aborda também a mudança em comportamentos sociais, uma vez que a própria indústria digital se caracteriza como transformadora de comportamentos e emoções das pessoas interconectadas, por ser baseada em metas centradas em algoritmos para as redes sociais (como engajamento, crescimento e propaganda). Essas percepções se atrelam a este estudo, a partir dos mecanismos de engajamento e implicações sociais presentes nas mídias digitais, uma vez que são amplamente utilizadas pelos diferentes movimentos sociais. As manifestações e protestos políticos que ocorreram no Brasil entre 2013 e 2016 (Cf. GONDIM, 2016; RECUERO; BITTENCOURT; ZAGO, 2016; TEIXEIRA; FERNANDES; SILVA, 2017; SILVA, 2018; TATAGIBA; GALVÃO, 2019; PASSOS; PIRES, 2019), contando essencialmente com as mídias digitais para a articulação social entre os usuários e dissipação de informações, evidenciam a importância dos estudos sobre os aspectos relacionais e estruturais da comunicação da ação coletiva.

maneiras pelas quais os atores sociais protestam. É notório que os repertórios são frutos de reformulações e tensionamentos analíticos aos longos das interações. Ao conceituar repertórios partir de sua centralidade na política contenciosa, o autor explica o seu caráter performativo ao atingir o espaço público de interação. Assim, as dimensões previamente estabelecidas e que dão significado às demandas da ação coletiva se cruzam com as novas fronteiras estabelecidas pelos confrontos entre os atores, evidenciando assim, as maneiras pelas quais a contestação acontece.

Alguns aspectos que estruturam a ação coletiva permanecem e outros tantos são modificados, sendo responsáveis pelas variações do repertório. Em outras palavras, segundo Alcântara (2016, p. 318), os repertórios podem ser compreendidos como “criações culturais que emergem na luta política”, cujas formas instáveis de manifestação da ação coletiva podem sofrer modificações ao longo das interações e confrontos entre os atores sociais. Os vínculos (aproximações ou divergências) entre os ativistas retratam a importância no processo de estruturação e disseminação dos repertórios dos movimentos. Essas interrelações se dão interna ou externamente à ação coletiva.

O caráter relacional e comunicacional do repertório da ação coletiva está na sua dupla função comunicativa (externa e interna), conforme afirma Alcântara (2016) ao dimensionar aquilo que se configura como “repertórios ciberativistas”<sup>26</sup> nas análises sociológicas a partir de 1990.

Por um lado, são a forma pela qual os movimentos sociais colocam em pauta seus objetivos e reivindicações para a sociedade e para o Estado – visibilizando as características da ação coletiva e do confronto político. E em um sentido interno, os repertórios são produtos da contínua elaboração dos atores, que diante dos contextos e dos desafios políticos, inovam e adaptam as formas de ação para alcançarem seus objetivos. Possuem também, um papel no desenvolvimento da identidade do grupo, uma vez que expõem publicamente os polos do conflito, permitindo as pessoas se identificarem com um ou outro lado da questão em jogo (ALCÂNTARA, 2016, p. 318-319).

Essa análise sugere que a ação coletiva é responsável pela construção e manutenção da identidade coletiva dos movimentos, bem como da comunicação

---

<sup>26</sup> O termo “repertórios ciberativistas”, na ótica de Laer e Aelst (2010), diz respeito às ações sociais dos sujeitos com teor digital. Ele foi cunhado para designar as táticas utilizadas pelos movimentos sociais na dissipação de suas reivindicações (ação social e política) na era da internet. Embora o termo seja amplamente difundido nos estudos sobre movimentos sociais, esta tese opta pela compreensão da ação digital e sua relação com movimentos sociais, a partir dos vínculos compreendidos como ativismos digitais.

dessa identidade à sociedade. Neste caso, é preciso levar em consideração a participação dos sujeitos nesse processo. Não se trata apenas de formulações coletivas de ações e percursos para os movimentos, mas de manifestações simbólicas, emotivas e identitárias de ações individuais que são articuladas e modeladas no curso da interação, formando os repertórios que são visíveis e socialmente projetados pelos movimentos nos seus ativismos (TILLY, 2006).

Com o advento da internet, notam-se transformações nos entendimentos de repertórios da ação coletiva que podem ser somadas às contribuições de Tilly (2006). Laer e Aelst (2010), ao analisarem as implicações da era digital para a dimensão comunicativa dos movimentos sociais, destacam que os repertórios não sofrem apenas pequenas variações, mas são profundamente modificados na era digital. Para os autores, a conexão digital e todas as relações sociais possíveis nesses espaços influenciam diretamente na reconfiguração dos repertórios dos movimentos em pelo menos duas formas: no seu alcance, assumindo espaços cada vez mais distantes, e nas suas configurações assumidas em termos de ativismos.

Em termos de alcance dos ativismos digitais, destacam-se as facilidades comunicativas presentes no processo de interação, o amplo engajamento proporcionado pelas mídias digitais e a instantaneidade entre a transmissão da informação e a sua recepção pelos atores sociais conectados. Conforme apresentado, os vínculos são indispensáveis para que a comunicação da ação coletiva aconteça, atinja um maior número de pessoas e seja constantemente reconfigurada (CARDOSO, 2007).

Laer e Aelst (2010) reforçam que são relevantes as ferramentas com as quais os ativistas podem recorrer nesse contexto global de tecnologias digitais para dissiparem suas ações, implicando não só em inovações tecnológicas do contexto, mas também na permanente redefinição da criatividade desses ativistas na promoção do engajamento social. E com isso, a ação social digital permite aos movimentos compartilharem suas ações com a sociedade, alcançando patamares jamais imaginados em termos de manifestação social, assim como os vínculos assumidos entre pessoas tão diversas se manifesta como uma contribuição positiva dessa experiência de ativismo. Assistimos a emergência de articulações sociais cada vez mais fluidas e ramificadas, nas quais a conexão digital se apresenta aos movimentos como uma alternativa no estreitamento das relações, capaz de potencializar as ações contestatórias e ampliar a noção de ativismo.

Cabe destacar que se a internet pode ser compreendida como positiva para a visibilidade e amplitude das ações coletivas, principalmente por meio de complexas redes identitárias (MACHADO, 2007), ela potencializa também os diferentes conflitos e antagonismos entre os movimentos sociais. Neste caso, as posições contraditórias sobre pautas e agendas defendidas tendem a ser disputadas na internet, potencializando os desentendimentos entre os movimentos e fazendo com essas desavenças ganhem escala.

A internet possibilita que os movimentos sociais recriem novas e melhores alternativas na promoção da ação social e política, exercendo o ativismo digital. Entretanto, Laer e Aelst (2010) sinalizam que essas reconfigurações não são suficientes para substituírem as práticas tradicionais de ativismos. E, nesse caso, a internet não pode ser considerada como único caminho na manifestação social capaz de atravessar as fronteiras do local e se integrar em âmbito internacional. As plataformas digitais favoreceram as práticas sociais de contestação ao operarem de modo global e estratégico na promoção da articulação social, mas não podem ser consideradas como únicas alternativas para o exercício do confronto e da mobilização na sociedade.

Fernandes (2020) problematiza ainda mais essa relação, considerando que as NTICs contribuíram nos últimos anos não só para as transformações dos ativismos, mas também para a sofisticação das táticas policiais de vigilância à ação coletiva contestatória. O autor apresenta um conjunto de mecanismos responsáveis por essa sofisticação, como a antecipação à ação dos manifestantes, a apropriação do conteúdo de mídias alternativas, dentre outros. Assim, observa-se que as NTICs assumiram dimensões diversificadas no universo da ação coletiva (manifestação, vigilância e repressão).

Sendo mobilizadas para aprimorar o conhecimento policial sobre quem eram os manifestantes e quais suas formas de agir. O uso de táticas de vigilância mediadas pelas TICs (filmagem *in loco*, uso de helicóptero, monitoramento das redes sociais) buscou ampliar a visibilidade sobre a ação de manifestantes, sendo as tecnologias também adotadas como forma de antecipação ao que ocorreria nos protestos (monitoramento de *Facebook* para previsão do número de manifestantes em protesto, por exemplo). Os manifestantes, por outro turno, também investiram na mobilização das TICs para coletar e disseminar denúncias de violência policial (postagem de vídeos no *Youtube*, por exemplo), fomentando-se as disputas interpretativas do período. Ainda, o uso de táticas policiais menos visíveis (como o monitoramento das redes) ofereceu vantagens táticas para as forças policiais, tornando estas menos suscetíveis ao controle externo (FERNANDES, 2020, p. 270).

Embora tenha se incorporado como uma alternativa amplamente dissipada pelas ações coletivas, a internet se consolida como um meio de desigualdade social, evidenciado na sua também permanente exclusão digital (LAER; AELST, 2010). Para que a ação digital aconteça, é necessário que pelo menos dois indivíduos estejam conectados na rede, façam uso dos espaços digitais e se interessem pelo mesmo assunto mobilizado na conexão, ainda que apresentem posicionamentos opostos sobre esse assunto.

Entretanto, o acesso à internet é um problema para muitos indivíduos, seja pela sua moradia (periferias ou espaços rurais) ou por suas condições econômicas limitadas (YE; YANG, 2020; ROLANDI et al., 2021; NIEDERLE et al., 2021). Além disso, conforme sinalizam Laer e Aelst (2010), a desigualdade por trás do acesso à internet assume ainda contornos diversos, estando atrelada também à ausência de habilidades adequadas por alguns sujeitos em situações específicas no uso da internet, não conseguindo alcançar em sua totalidade as potencialidades dessa ferramenta.

Ao relacionar ação digital e ativismo por meio dos vínculos, temos três aspectos que merecem atenção. O primeiro diz respeito à pluralização de debates e informações diárias compartilhadas nesse espaço de conexão. O segundo é sobre as implicações dessa pluralidade para os movimentos sociais organizados. Já o terceiro aspecto é a contribuição da internet para os ativismos desvinculados de modelos mais ou menos organizados de ação coletiva. Desse modo, ainda que a ação social digital esteja pautada nos vínculos entre os diferentes atores sociais, a noção de subjetividade no processo de manifestação merece ser problematizada e ampliada nos estudos sociológicos de ativismos.

A internet possibilita o encontro de diferentes pautas, tensões e conflitos sociais, levando à pluralização de debates em torno da condição de vida das pessoas em seu cotidiano. Com as manifestações minimamente organizadas ou posicionalidades de alguns ativismos sobre determinados assuntos, temáticas sociais são compartilhadas, problematizadas e potencialidades nas mídias para representarem as inquietações das diferentes frentes, seja a favor ou contra. Esse encontro com o outro e sua opinião é o que caracteriza o ativismo, estruturando e podendo se ramificar na esfera digital, fora dela ou de maneira híbrida. Para que a aproximação desses indivíduos aconteça, além das pautas levantadas e decididas anteriormente na interação, são mobilizadas diferentes ferramentas, táticas e

estratégias no curso do engajamento e contestação (SILVA, 2018). Nesse ínterim, novas sínteses são alcançadas, incorporadas e redefinidas pelo movimento.

Isso nos leva ao segundo aspecto da ação digital – as implicações da pluralidade de pautas para ação coletiva. Para Rosa, Penna e Carvalho (2020), com a absorção de outras agendas e defesas de outras manifestações, as reconfigurações estruturais tomam conta dos movimentos, multiplicando as possibilidades de articulação. Amparados na atualização de suas frentes de defesa e alinhamentos identitários, a pluralidade de pautas evidenciadas no encontro/confronto com o outro pode significar o rompimento ou soma às práticas já consolidadas no movimento (ROSA; PENNA; CARVALHO, 2020). Além da pluralidade das interações, entende-se que esse é um processo fruto do contato social interno e externo desigual, ancorado na composição do movimento e na constante avaliação dos sujeitos envolvidos.

Rosa, Penna e Carvalho (2020, p. 499) propõem uma análise crítica da apreensão conceitual da condição vivenciada pela ação coletiva, partindo de uma definição ontológica da articulação social “marcada por contínuos agenciamentos de elementos heterogêneos e instáveis”. Para eles, nos estudos dos movimentos sociais, é preciso analisar aspectos além da mobilização ou construção de identidades. Sendo assim, a compreensão dos vínculos da ação coletiva torna-se necessária nos estudos sociais.

Segundo Rosa, Penna e Carvalho (2020, p. 508), a alternativa analítica proposta é se dedicar ao “[...] entendimento da ação como efeito instável de coletivos heterogêneos, o que requer estudar como esses últimos são formados, parcialmente estabilizados e continuamente modificados”. Dessa maneira, a atenção se desloca do movimento e sua estrutura para os vínculos sociais estabelecidos entre os atores. Conforme apontado pelo estudo, é por meio do agenciamento e engajamento em controvérsias, traduzido nos elementos compartilhados ao longo da ação coletiva, que os movimentos se conectam e apresentam explicações para a sua constituição e duração. Assim, o estudo conclui que “[...] quanto mais elementos um movimento tiver para se associar a controvérsias, mais condições ele terá de se manter existindo no espaço público” (ROSA; PENNA; CARVALHO, 2020, p. 510).

Diante deste cenário, compreender a mudança social a partir dos ativismos digitais se conforma como uma dimensão necessária no estudo dos movimentos. Além de apreender as explicações para a existência desses vínculos na ação

coletiva, influenciando intensa e continuamente nas suas configurações e estruturas, as manifestações dos ativistas, conectados a outros ativistas, são indispensáveis no campo da ação digital. Elas se caracterizam pela presença marcante nas ações dos movimentos sociais e na disseminação/conexão do repertório, organização e difusão para e além da internet. E além das noções de instabilidade e heterogeneidade dos movimentos, essa tese se dedica à análise da produção de significados e identidades, a partir das estratégias comunicacionais e discursivas de ativistas em plataformas de mídias sociais, como um modo de manejar os tensionamentos e conflitos em torno dos movimentos sociais.

### 3.4 ESTILO DE VIDA, UM CAMINHO

A sociedade contemporânea é marcada por influências globalizantes capazes de reconfigurar os aspectos mais íntimos da vida pessoal dos indivíduos (GIDDENS, 1991; 2002). É levando em consideração essa teia global de relações sociais permitidas pelo contexto pós-tradicional, que os estudos sociológicos dedicados à apreensão da formação e transformações da identidade se estruturam. Analisar as características acionadas pelos sujeitos em seu processo de interação na atualidade tornou-se o ponto chave para o entendimento das mudanças sociais. A reflexão sobre as vivências tradicionais e o processo de ressignificação de ordens locais – os estilos de vida por assim dizer, podem explicar a emergência de novas formas de ativismos e ação coletiva.

Giddens (2002) considera que no curso de vida, aperfeiçoamento e formação daquilo compreendido como “trajetória do eu”, o indivíduo percorre uma série de passagens, interações e ritos na sociedade, a fim de alcançar a autorrealização. Dessa forma, o estilo de vida não só orienta as escolhas cotidianas no aspecto mais íntimo da vivência humana em busca da realização pessoal, como também evidencia a permanente consequência e risco que essas ações podem acarretar nas aproximações ou distanciamentos entre as pessoas.

A noção de estilo de vida soa um tanto trivial porque é muitas das vezes pensada apenas em termos de consumismo superficial – estilos de vida como os sugeridos pelas imagens das revistas ilustradas e da publicidade. Mas há algo mais fundamental em andamento do que sugere essa concepção: nas condições da alta modernidade, não só seguimos estilos de

vida, mas num importante sentido somos obrigados a fazê-lo – não temos escolha senão escolher. Um estilo de vida pode ser definido como um conjunto mais ou menos integrado de práticas que um indivíduo abraça, não só porque essas práticas preenchem necessidades utilitárias, mas porque dão forma material a uma narrativa particular da auto-identidade (GIDDENS, 2002, p. 79).

É na busca pela formação do ‘eu’, na reinvenção e performance, que o estilo de vida é mobilizado e adequado aos interesses cotidianos do indivíduo. Especificamente, o estilo de vida pode ser percebido como o conjunto de práticas e condutas rotinizadas, cuja incorporação acontece nos “hábitos de vestir, comer, modos de agir e lugares preferidos de encontrar os outros”, sendo que as “rotinas seguidas estão reflexivamente abertas à mudança à luz da natureza móvel da auto-identidade” (GIDDENS, 2002, p. 80).

O estilo de vida não se reduz ao consumo em si, embora esta seja uma relação comum nos estudos sociológicos. Para Giddens (2002), o estilo de vida vai muito além das escolhas nas transações econômicas presentes na sociedade, estando atrelado às diferenças de classe social. Ao escolher, os indivíduos partem dos seus desejos internos, podendo ser limitados pela estratificação social. Portanto, na pluralidade de escolhas disponíveis, além da influência dos grupos sociais na formação das motivações pessoais, a condição socioeconômica também influencia na delimitação do estilo de vida que é mutável ao longo da existência humana.

[...] considere-se a situação de uma mulher negra, chefe de uma família de muitos filhos, vivendo em condições de pobreza no centro da cidade. Pode-se supor que tal pessoa possa olhar com amarga inveja as opções disponíveis para os privilegiados. Para ela só existe o tédio da rotina diária de atividades realizadas em limites estreitamente definidos – ela não tem a oportunidade de seguir um estilo de vida diferente, e dificilmente poderia planejar sua vida, posto que dominada por limites externos (GIDDENS, 2002, p. 84).

A trajetória individual é incorporada nos estudos dos movimentos sociais a partir das suas implicações na ação coletiva – o engajamento militante dos sujeitos e a sua transição para o ativismo (JOYCE, 2014). Neste caso, a análise dos aspectos socioculturais dos processos de mobilização tem contribuído para os entendimentos dos ativismos na contemporaneidade. Dessa forma, destaca-se que enquanto a duração do envolvimento na promoção/defesa de determinada causa se confirma como uma explicação para a diferenciação entre engajamento e ativismo, a intensidade dessa ação também é incorporada a esse processo como fator relevante (SAWICKI; SEMÉANT, 2011; RUSKOWSKI, 2018). Sendo assim, é no “alinhamento

identitário entre o indivíduo e a organização” que a problemática em torno da formação de vínculos se desenvolve na literatura de movimentos sociais (RUSKOWSKI, 2018, p. 60).

Nos estudos sobre os movimentos sociais, o estilo de vida entra cena como uma abordagem conceitual centrada no tensionamento da interseção entre a ação individual e a participação coletiva na promoção da mudança social. Esse conceito propõe a ampliação da noção de movimentos sociais, ligando as dimensões individual e coletiva por meio dos vínculos sociais, identidades pessoal e coletiva, práticas culturais e discursivas, cooperação e laços de solidariedade entre as pessoas (HAENFLER; JOHNSON; JONES, 2012). Em suma, é na combinação entre a transformação pessoal e a mudança social que o estilo de vida aparece vinculado à noção de movimentos.

Com o posicionamento crítico sobre as abordagens mais ‘tradicionais’ de estudo de movimentos (centrados nas organizações), os estudos de estilo de vida se apresentam como alternativa para a análise das mudanças sociais a partir dos aspectos culturais da interação (CHERRY, 2006; HAENFLER; JOHNSON; JONES, 2012; RUSKOWSKI, 2018). Nesse sentido, ao contribuir para a problematização do debate sobre vínculos sociais, o estilo de vida busca apreender a participação social como uma ação de caráter privado e mais individualizado, sem necessariamente direcionar suas ações para o Estado (HAENFLER; JOHNSON; JONES, 2012; RUSKOWSKI, 2018).

É importante destacar ainda que o estilo de vida pode ser comparado tanto à política prefigurativa<sup>27</sup> quanto ao consumo político no estudo dos movimentos sociais. A política prefigurativa está ligada à busca pela democracia participativa, relacionando-se às manifestações que problematizam as instituições econômicas a partir do seu aspecto restrito, incoerente e injusto socialmente (BREINES, 1980; CORNELL, 2009; HAENFLER; JOHNSON; JONES, 2012; YATES, 2014; TÖRNBERG, 2021). Já o consumo político tem como intuito a promoção de mobilizações e reflexões críticas que envolvem o consumo em suas diferentes dimensões, problematizando a escolha individual dos atores sociais e estabelecendo

---

<sup>27</sup> A política prefigurativa é uma abordagem conceitual voltada para os modos de organização e táticas acionadas na ação coletiva, buscando desenhar um modelo ideal de sociedade a partir das vivências cotidianas. É na vida em comunidade, modelos alternativos, participação democrática e luta contra as injustiças, que essa abordagem se estrutura (BREINES, 1980; CORNELL, 2009; HAENFLER; JOHNSON; JONES, 2012; YATES, 2014; TÖRNBERG, 2021).

suas relações com o poder político, por exemplo, como ocorrem em campanhas de boicotes ou *boycotts* (BENNETT, 1998; MICHELETTI; STOLLE, 2010; YATES, 2011; HAENFLER; JOHNSON; JONES, 2012; COLOMÉ, 2018). Conforme aponta Micheletti (2003), ainda que essas manifestações sociais se estruturam em um tipo de *lifestyle politics*, esse tipo de ação apresenta vida curta e escopo limitado, estando direcionado para ações pontuais e estratégicas com uma agenda política restrita. Para Haenfler, Johnson e Jones (2012), o consumo relacionado à ação coletiva pode ser caracterizado a partir de comportamentos mais ou menos politizados, mas não necessariamente deve ser relacionado ao *lifestyle movement*. Porém, as influências da prefiguração e do consumo político na mobilização do estilo de vida, representam um caminho na compreensão das práticas dos indivíduos e coletivos, a partir do compartilhamento do seu cotidiano, especialmente quando ocorrem em plataformas digitais.

Os movimentos de estilo de vida se diferenciam de modismos ou tendências, podendo ser caracterizados e entendidos a partir da organização interna pautada nas manifestações subjetivas dos sujeitos (Quadro 01). É no encontro com o outro que os aspectos semelhantes se complementam na ação coletiva, sobretudo os aspectos identitários, permitindo que aconteça o alinhamento identitário entre o indivíduo e a organização (HAENFLER; JOHNSON; JONES, 2012; RUSKOWSKI, 2018).

Para Haenfler, Johnson e Jones (2012) a abordagem do estilo de vida se caracteriza dentro dos estudos dos novos movimentos sociais, a partir da ação individual dos sujeitos. Essa abordagem se apresenta como uma alternativa na teoria dos movimentos sociais, sendo orientada para a análise dos movimentos que não se enquadram formalmente nas teorias organizacionais e políticas disponíveis na literatura. É o caso, por exemplo, de grupos mais ou menos organizados como os anarquistas, justiça global, hip-hop, vegetarianismo, veganismo e direito dos animais etc.

Embora os movimentos de estilo de vida se expressem coletivamente na ação coletiva, apresentando organização interna voltada para a mudança social, essas ações são firmadas individualmente (HAENFLER; JOHNSON; JONES, 2012). Em outras palavras, conforme apresentado no quadro 01, essa abordagem se interessa pela vida diária das pessoas, seus hábitos de consumo, atividades de lazer, modos de vestir, hábitos alimentares, dentre outros. E dessa forma, o movimento de estilo

de vida tem por intuito compreender os efeitos de mudança social resultantes das ações dos sujeitos, assim como busca explicações para comportamentos comuns gerados a partir das conexões entre esses sujeitos.

**Quadro 1:** Características gerais dos movimentos de estilo de vida

Variáveis	Características	Exemplos
Ações individuais	Motivações individuais, que na conexão com os demais sujeitos, gera um movimento estruturado em afinidades.	Defesa dos animais, dieta, etc.
Estrutura	São movimentos difusos, mas centralmente organizados (coerentes e contínuos).	Redes sociais informais, etc.
Ações privadas	Geralmente as ações do indivíduo ocorrem no processo de interação de sua vida cotidiana, contando com diferentes táticas.	Postagens em mídias sociais, reuniões, etc.
Finalidade das ações	As ações dos sujeitos são centradas na autorrealização, práticas/códigos culturais e motivações internas, com implicações em mudanças sociais no cotidiano de interação.	Ética, moral, sensibilidade, empatia, cooperação, etc.
Identidade pessoal ou coletiva	No curso da ação, são mobilizadas e compartilhadas dimensões morais e coerentemente relacionadas aos símbolos e significados das ações dos sujeitos, como alternativas na aproximação ou distanciamento. A identidade pode ser estruturada de modo pessoal ou coletivo.	Tradições alimentares, religiosidade, estética, consumo ético, etc.

**Fonte:** Adaptado de Haenfler, Johnson e Jones (2012).

Na internet, as táticas acionadas pelos movimentos de estilo de vida vão além dos protestos públicos, como geralmente se caracterizam os modelos mais tradicionais de ação coletiva pautados em agendas políticas. Haenfler, Johnson e Jones (2012) problematizam táticas nos estudos dos movimentos sociais, retomando estudos que apresentam elementos adicionais à participação individual e coletiva na construção da mudança social. Além de transmitirem valores, políticas discursivas e resistência cultural permeados pela expressão da performance, o *lifestyle movement* possibilita que a esfera local seja uma ponte para as mudanças sociais em níveis globais (do particular para o coletivo). Para os autores, é a partir do compartilhamento das individualidades (estilo de vida) que a mudança diária composta pelas escolhas, identidades, consumo, modos de vida, sensibilidade, ética etc., influencia na mudança social. Ademais, salienta-se que esses processos influenciam simultaneamente na composição dos repertórios dos movimentos sociais, unindo identidade pessoal à identidade coletiva.

É no compartilhamento dessas experiências subjetivas, gerando a ampliação do repertório e novos vínculos, que o movimento se estrutura como uma alternativa

na mudança social e se caracteriza enquanto movimento, ainda que de modo instável. Retomando Rosa, Penna e Carvalho (2020), esse efeito instável apresentado pelos movimentos, é justificado tanto pela sua associação às controvérsias quanto pelos vínculos estabelecidos. Assim, as táticas utilizadas na participação individual e coletiva em torno de agendas bem definidas e estruturadas no contato com o outro, funcionam como mecanismos de coesão nas esferas íntima e pública da ação. Essa coesão implica na participação contínua dos sujeitos em determinada ação, sendo executada de maneira contestatória ou não. Os conflitos e tensionamentos internos nos movimentos sociais são cruciais para a sua existência e difusão (SILVA; COTANDA; PEREIRA, 2017; PEREIRA; SILVA, 2017).

Para Haenfler, Johnson e Jones (2012), a participação continuada é uma característica que diferencia *lifestyle movement* das atividades de protesto vinculadas às percepções tradicionais de movimentos (geralmente são episódicas e pontuais). Conforme apontam os autores, os movimentos de estilo de vida, por serem estruturados em dimensões simbólico-culturais e identitárias voltadas para uma motivação íntima, permitem a constante renovação pessoal das motivações com implicações na mudança social. Além disso, as ações executadas pela ótica do estilo de vida, evidenciam que os atores sociais permanecem em um modo de vida estruturado na perpétua renovação e, conseqüentemente, no modo ativo de luta social a partir de seus interesses pessoais, ocorrendo de modo autônomo ou vinculado a movimentos.

No estudo do estilo de vida, há convergência entre a identidade pessoal e a identidade coletiva de um movimento, uma vez que a estruturação de ambas perpassa motivações pessoais e interesses comuns (HAENFLER; JOHNSON; JONES, 2012). A partir disso, o que garante a renovação constante dos movimentos de estilo de vida, evidenciando seu caráter instável e heterogêneo é o encontro das subjetividades dos sujeitos envolvidos. Para os autores em contrapartida, essa configuração mostra que nos movimentos de estilo de vida, a identidade pessoal se sobrepõe à identidade coletiva, podendo esta última ser contestada de forma autônoma ou articulada no curso do alinhamento identitário.

A continuidade do movimento de estilo de vida é esperada a partir do engajamento, alinhamento e articulação dos indivíduos. Espera-se que ao se conectar com a estrutura do movimento (identidade coletiva, agendas, repertórios etc.), o indivíduo seja capaz de reproduzir suas experiências para outras pessoas

que não fazem parte da organização, estabelecendo novos vínculos e ampliando seu alcance na esfera social (MAURER, 2002; CHERRY, 2006; HAENFLER; JOHNSON; JONES, 2012; SILVA; COTANDA; PEREIRA, 2017; PEREIRA; SILVA, 2017).

A internet enquanto meio alternativo de comunicação e interação social favorece a existência dos movimentos de estilo de vida, sejam eles de comércio justo, veganismos, justiça global, vegetarianismo, estéticos, dentre outros (HAENFLER; JOHNSON; JONES, 2012). É nessa perspectiva que a noção de ativismo digital adotado nessa tese se apresenta como uma manifestação sociocultural, individual ou coletiva nas plataformas de mídias sociais (*sites, blogs, Facebook, Telegram, Instagram, Twitter, YouTube*, dentre outros), direcionadas para a mudança social a partir da articulação de interesses comuns.

Por essa ótica, observam-se ainda nos estudos dos movimentos sociais vistos pelo prisma do estilo de vida, as mudanças qualitativas nos comportamentos sociais das juventudes<sup>28</sup>, suas identidades culturais e formas de comunicação nessa era de conexão e aproximação dos universos digital e não digital dos sujeitos. Para alguns estudos a atual era digital pode ser chamada, a partir da sua magnitude e contornos assumidos, de era 'hiperdigital' (FEIXA, 2000).

Nesse contexto de avanço e ampliação tecnológica, as inter-relações sociais apresentaram modificações significativas em termos de interação. Para Feixa e Fernández-Planells (2014), se tratando de mídias sociais, houve uma transição nas atuações de gerações, geração @ (nascidos após 1975 e atingindo a juventude nos anos 2000) e geração # (nascidos após 1985 e atingindo a juventude nos anos 2010). Para os autores, a geração @ é caracterizada pela juventude que cresceu na era digital e seguiu na utilização cotidiana da internet, seja para pesquisa, estudos, interações sociais, lazer, informações ou compras. Já a geração # no contexto da Web 2.0, conforme sinalizam Feixa e Fernández-Planells, (2014), é marcada pelas mídias sociais e a dissipação de vínculos globais entre os sujeitos.

Essas gerações foram essenciais na inserção de movimentos sociais nos espaços digitais, bem como na ampliação dos repertórios e ações desses

---

<sup>28</sup> A juventude é uma fase de transição à vida adulta (atendendo a ritos simbólicos de passagem), seguindo processos social e culturalmente heterogêneos em diferentes contextos e interações (MANNHEIM, 1982; GROppo, 2000; 2015; BRANNEN; NILSEN, 2003). Essa transição, conforme sinalizado, está relacionada às gerações e a uma série de estágios ou fases organizadas na vida do indivíduo, acirrados com o desenrolar da globalização, crescimento da longevidade e o advento das mídias digitais (BRANNEN; NILSEN, 2003; PIMENTTA, 2014; 2017).

movimentos (FEIXA; FERNÁNDEZ-PLANELLIS; FIGUERAS-MAZ, 2016). Devido aos seus contextos de vivências e interações sociais na era digital, as juventudes protagonizaram as mobilizações sociais mediadas digitalmente, contribuindo para o desenho e a ampliação de novas tendências tecnológicas e culturais nas formas de ativismos sociais, diversificando suas ações, pautas e agendas em condições diversas de atuação (FEIXA; FERNÁNDEZ-PLANELLIS; FIGUERAS-MAZ, 2016).

Assim, as diferentes inserções e enfoques das juventudes e sua presença massiva em organizações formais e informais, evidenciam o encontro de diferentes realidades contextuais, interesses, identidades e motivações que se configuram enquanto uma categoria socialmente construída e com caráter multifacetado (CASTRO, 2005; WEISHEIMER, 2009). Com isso, os estudos sobre as juventudes e suas associações na manutenção dos movimentos sociais na contemporaneidade devem abarcar a multiplicidade de experiências, subjetividades, estilos de vida e interações desses sujeitos em conexão.

Por meio das contribuições dos estudos sobre movimentos sociais e estilo de vida, essa seção teve como intuito refletir sobre ativismos digitais na internet a partir dos estilos de vida. Ainda que os movimentos sociais venham se organizando paulatinamente nos espaços digitais, e muitas das vezes apresentando características de movimentos culturais, as manifestações individuais, porém articuladas e que contam em grande parte com a participação das juventudes, compartilham pautas coletivas e sociais com o objetivo de mudança social. Cada vez mais essas discussões deixam a esfera local, tornando-se mais abrangentes e coletivas, um processo que vem contando com a identificação e a união dos sujeitos a determinadas causas que representam suas realidades comuns.

### 3.5 ATIVISMOS DIGITAIS E A MILITÂNCIA NEGRA

As tecnologias digitais não alcançaram os objetivos esperados por alguns estudiosos, como a superação da diferenciação social (SILVA, 2020). Em vez de se tornar um espaço democrático, houve uma cisão digital e, portanto, entre outras coisas, permitiu-se que a ocupação de pessoas brancas nesses espaços assumisse

patamares jamais esperados. Isso se deu não apenas a partir do número de pessoas brancas utilizando a internet, mas também das diferentes funcionalidades assumidas por esses espaços na exclusão das minorias sociais.

Ao longo das últimas décadas, inúmeras ideias sobre o “virtual”, o “digital” ou a “cibercultura” ganharam tração nos espaços acadêmicos e vernaculares interessados em estudar o impacto (ou relação) da internet na sociedade. Figuras de linguagem que evocavam a internet como composta de “janelas” a outros mundos possíveis também foram aplicadas a indivíduos, grupos e suas identidades. A comunicação mediada por computador permitiria até o abandono de afiliações identitárias, disseram muitos. Gênero, raça, etnia, nacionalidade e classe ficariam de lado, afirmaram pesquisadores que faziam parte da pequena parcela conectada da população. A realidade era muito diferente disso, como sabiam tanto as majorias demográficas reais quanto as camadas mais violentas da branquitude. Nos anos 90 supremacistas brancos já planejavam uma reconexão e expansão global, através da internet, que dá seus frutos tóxicos hoje em todo o mundo (SILVA, 2020, p. 9).

Dito isso, o ativismo digital não é uma ação democrática que todas as pessoas podem praticar. Para que essa ação aconteça, entre tantas outras condições, são necessários vínculos sociais entre as pessoas, interesse, acesso à internet e a difusão de pautas a partir de diferentes mecanismos de engajamento na internet (mobilização de *hashtags* específicas, embates e confrontos sobre temáticas relacionadas, dentre outros). É de amplo entendimento que esse conjunto de mecanismos de ação digital, mais ou menos interligados, está intrinsecamente relacionado às condições econômicas, sociais e culturais dos indivíduos. A internet deve ser vista como um espaço de interação social, compartilhamento de conhecimento, formação sociocultural, inovação, manifestação, militância, e como uma arena de diferenciação social.

Antes de apresentar a compreensão sobre a utilização da internet pelo Movimento Negro, buscando analisar seus efeitos a partir do ativismo digital, apresenta-se, na sequência, a retomada breve do processo histórico de formação do Movimento Negro no Brasil. Neste caso, algumas dimensões se fazem necessárias como ponto de partida, destacando-se sua definição, estrutura, agendas, tensionamentos, assim como sua relação com a desigualdade social e ativismos digitais.

O Movimento Negro no Brasil está interligado de diferentes formas às ações e lutas pela igualdade social. Para Domingues (2007), a trajetória desse movimento é

marcada pelas lutas por inclusão social dos negros e superação do racismo<sup>29</sup>. O autor aponta que a raça é entendida nesse movimento como identidade, sendo utilizada como um mecanismo que orienta as mobilizações, mediação e articulações voltadas para um projeto comum de mudança social.

O Movimento Negro é a luta dos negros na perspectiva de resolver seus problemas na sociedade abrangente, em particular os provenientes dos preconceitos e das discriminações raciais, que os marginalizam no mercado de trabalho, no sistema educacional, político, social e cultural (DOMINGUES, p. 101, 2007).

O Movimento Negro apresenta ramificações e pautas diversificadas voltadas para as dimensões históricas, sociais, culturais, políticas e econômicas, contando com ativismos interligados com coletivos, movimentos sociais e organizações populares (GOMES, 2011; 2012). Apesar disso, Domingues (2007) e Gomes (2011; 2012) defendem, do ponto de vista político de mobilização racial negra, que ele é estruturalmente organizado e reconhecido enquanto movimento social. Em síntese, conforme apontado na análise de Carneiro (2002), de maneira articulada, porém heterogênea, o Movimento Negro busca combater a desigualdade racial a partir das diferenças de direitos e oportunidades que vêm afetando direta e negativamente as pessoas negras no Brasil.

Sistematizado ao longo da década de 1970 enquanto Organização Não Governamental voltada à causa da negritude, o Movimento Negro Brasileiro buscou se apresentar como uma instância plural e descentralizada (mas que atua em rede). No contexto do uso das tecnologias para o exercício dos ativismos, a atuação do Movimento Negro na geração e distribuição de conteúdos relacionados à negritude tem contribuído para o aumento da visibilidade do movimento e maior engajamento das populações negras nessa luta social (COGO; MACHADO, 2010).

Para Gonzales (1981), a definição Movimento Negro deve levar em consideração a complexidade presente na multiplicidade de suas variantes.

---

<sup>29</sup> O racismo é definido por Almeida (2019) a partir do seu caráter estrutural. Segundo o autor, “ele é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade”, sendo nesse caso, uma “manifestação normal de uma sociedade, e não um fenômeno patológico ou que expressa algum tipo de anormalidade” (ALMEIDA, p. 20-21, 2019). Portanto, “o racismo fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para a reprodução das formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea” (ALMEIDA, p. 20-21, 2019). O termo raça apresenta enquanto conceito, sentido relacional e histórico nos estudos sociológicos da negritude, estando ligado à intenção de classificação e hierarquização das espécies. Dessa forma, entende-se que “racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento”, sendo manifestado “por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo social ao qual pertencam” (ALMEIDA, p. 32, 2019).

[...] Afinal, nós negros, não constituímos um bloco monolítico, de características rígidas e imutáveis. Os diferentes valores culturais trazidos pelos povos africanos que para cá vieram [Brasil] (iorubas ou nagôs, daomeanos, malês ou muçulmanos, angolanos, congolanos, ganeses, moçambicanos etc.), apesar da redução à 'igualdade', imposta pela escravidão, já nos levam a pensar em diversidade. Além disso, os quilombos, enquanto formações sociais alternativas, o movimento revolucionário dos malês, as irmandades (tipo N.S. do Rosário e S. Benedito dos Homens Pretos), as sociedades de ajuda (como a Sociedade dos Desvalidos de Salvador), o candomblé, a participação em movimentos populares etc., constituíram-se em diferentes tipos de resposta dados ao regime escravista [do contexto] (GONZALES, p. 18, 1981).

O Movimento Negro enquanto uma ação plural na esfera da ação coletiva engloba diferentes percepções e experiências oriundas dos múltiplos sistemas de opressão com as quais esses povos foram submetidos. De maneira restrita à noção de Movimento Negro, a dimensão da desigualdade social tem sido abordada enquanto pauta central nas agendas do movimento, estando atrelada à discussão persistente de racismo. Gomes (2012, p. 741) defende que, “ao ressignificar e politizar a raça, compreendida como construção social, o movimento negro reeduca e emancipa a sociedade e a si próprio”, gerando “novos conhecimentos e entendimentos sobre as relações étnico-raciais e o racismo no Brasil, em conexão com a Diáspora africana”.

Essa necessidade de ressignificação, somada à politização da raça, está atrelada ao processo histórico de exclusão social, marginalização e opressão da população negra. Tanto a invisibilização quanto a inferiorização desses povos contribuíram para o surgimento de manifestações ativas, articuladas e organizadas contra as condições de submissão, estimulando a busca pela igualdade social. Para Domingues (2007, p. 120),

Os egressos do cativeiro e os afrodescendentes de um modo geral foram privados – ou tiveram dificuldades – de acesso ao emprego, à moradia, à educação, à saúde pública, à participação política, enfim, ao exercício pleno da cidadania. Ante tal situação, uma parte deles não permaneceu passiva. Pelo contrário, levou avante múltiplas formas de protesto, impulsionando os movimentos de mobilização racial (negra) no Brasil. Foram engendradas diversas organizações com base na identidade racial; elas procuravam projetar os “homens de cor”, como atores políticos, no cenário urbano.

A desigualdade social no Brasil é um problema sistêmico intensamente abordado nos estudos sociológicos. A temática abarca dentre outros aspectos, as diferenças sociais, econômicas, de gênero, raça e crença. E neste caso, o estudo liderado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2019, indica que a condição histórica de desigualdade social no Brasil tem sido persistente.

Segundo o IBGE (2019), a partir da pesquisa com pessoas com 15 anos ou mais da população brasileira, a taxa de analfabetismo incluindo a população rural e urbana é de 9,1% para pessoas pretas ou pardas. Já para a população branca, essa taxa é de 3,9%. Além disso, do total da população, 28,8% das pessoas pretas ou pardas de 18 a 24 anos de idade com menos de 11 anos de estudo, não frequentam a escola. Em contrapartida, para a população branca nessas mesmas condições, a taxa é de 17,4%. O nível de ensino superior frequentado pode ser representado por 78,8% para pessoas brancas de 18 a 24 anos de idade, enquanto esse nível para pessoas pretas ou pardas nessas mesmas idades é de 55,6%.

O reflexo dessa condição de acesso educacional às populações pode ser visualizado na desigualdade de salário entre os indivíduos. Conforme aponta o IBGE (2018), o Rendimento médio real habitual do trabalho principal das pessoas ocupadas (R\$/mês) em seu total é de 2.796 para pessoas brancas e de 1.608 para pessoas pretas ou pardas. As pessoas em ocupação informal por estado representavam os seguintes percentuais: 51,7% (branca) e 61,0% (preta ou parda) na região Norte; 52,0% (branca) e 57,8% (preta ou parda) na região Nordeste; 37,1% (branca) e 40,7% (preta ou parda) na região Centro-Oeste; 32,5% (branca) e 39,1% (preta ou parda) no Sudeste; e por fim, 27,3% (branca) e 34,1% (preta ou parda) no Sul. No total, o Brasil contava em 2018 com 34,6% de pessoas brancas em situação de informalidade e 47,3% de pessoas pretas ou pardas nessa condição. Isso representa uma diferença de renda na ocupação formal ou informal entre os grupos, sendo R\$ 3.282 para pessoas brancas em ocupação formal; R\$ 2.082 para indivíduos pretos ou pardos; R\$ 1.814 para pessoas brancas na ocupação informal; e, por fim, R\$ 1.050 para sujeitos pretos ou pardos também nessas mesmas condições.

É preciso destacar que, nos dados do Censo de 2010, o Brasil contava com uma população total de 190.755.799 pessoas (IBGE, 2010). Em 2018, representando aproximadamente 99% da população brasileira, as pessoas brancas, pretas e pardas se dividiam segundo as estimativas, respectivamente em 43,1%, 9,3% e 46,5% (IBGE, 2019). Não é por acaso que a militância negra tem problematizado a condição social das pessoas pretas ou pardas no Brasil. Embora representem a maioria em números, esses povos seguem existindo e resistindo em condições precárias, buscando por meio da produção de saberes e lutas políticas a

construção de uma sociedade mais democrática e pautada na emancipação social (GOMES, 2011; 2012).

Conforme observado nos dados apresentados, a desigualdade social entre brancos e negros encontra-se nos diferentes indicadores utilizados pelo IBGE. Particularmente, o acesso à internet e a posse de telefone móvel celular de uso pessoal, dois indicadores importantes no estudo das relações entre ativismo digital e militância negra, embora sinalizem aumento expressivo nos últimos anos, vêm apresentando desvantagens da população preta ou parda em comparação com as pessoas brancas. Conforme aponta o IBGE (2017), em 2016, 59,5% da população preta ou parda (pessoas de 10 anos ou mais) acessou a internet, passando para 65,4% em 2017. Em relação à população branca, em 2016 o percentual de pessoas que acessaram a internet era de 71,2%, passando para 75,5% em 2017. Em relação à posse de telefone móvel celular de uso pessoal por grupo social, em 2017, a população branca apresentou um percentual de 82,9%, enquanto a população preta ou parda fazia parte dos 74,6% (IBGE, 2017).

No caso de utilização da internet e meios pelos quais essa utilização ocorre, a desigualdade social aponta para importantes questões sobre inclusão digital no Brasil. Quais as explicações para essa desigualdade digital no Brasil? O IBGE (2019) afirma que a questão econômica é responsável pelo processo de exclusão social, particularmente dos jovens com idades entre 15 e 29 anos. Entretanto, os dados estatísticos do Instituto sugerem que a desigualdade social relacionada ao acesso à internet está atrelada não só a um aspecto, mas aos diferentes indicadores (educação, trabalho, violência, representação política, etc.), destacando assim, a população preta ou parda em situação de vulnerabilidade social. Ademais, os indicadores sociais que sustentam as condições precárias com as quais as pessoas pretas ou pardas se encontram perante as pessoas brancas, retratam importantes clivagens na história do desenvolvimento socioeconômico do país.

Para Silva (2020), conceitos como Big Data ou Inteligência Artificial merecem ser problematizados nos estudos da negritude. Atrelado ao entendimento de desigualdade digital, esses termos com igual teor contribuem para a diferenciação social entre brancos e pretos na sociedade, assim como permitem o aprimoramento de táticas de hierarquização, produção, apropriação e compartilhamento de dados. A população negra segue inferiorizada nos espaços digitais, estando distante do que seria um processo democrático de comunicação na internet. Além disso, Roshani

(2020, p. 47) observa que a exclusão social de jovens afrodescentes tem chamado cada vez mais a atenção dos pesquisadores, já que frequentemente são retratados nesses espaços “como os únicos perpetradores da violência” e, portanto, eles “são constantemente confrontados com discursos racistas”.

É possível observar a constituição de um complexo sistema de exclusão social de pessoas negras ou pardas na internet, que por sua vez, contribui para a permanência da propagação da invisibilização, opressão, segregação e inferiorização dessa população perante as pessoas consideradas brancas. Silva (2020) reforça que esse processo de segregação, que também é de desigualdades sociais, está atrelado às práticas de separação das pessoas pelas tecnologias da comunicação. Desse modo, por meio de algoritmos e códigos, o que se torna valorizado nas mídias digitais são representações e símbolos que priorizam as pessoas brancas e seus estilos de vida. E, neste caso, é possível observar mudanças nas transformações estéticas e de autoestima da população negra nesses espaços (GOMES, 2020)<sup>30</sup>.

Processo similar aconteceu na última década com a empolgação quanto a conceitos como big data ou inteligência artificial. Os mais inocentes e os mais cínicos convergiram publicamente a acreditar ou defender que a abundância na geração de dados e a capacidade computacional para analisá-los levariam ao fortalecimento da produção democrática de conhecimento sobre as questões públicas. Testemunhamos o contrário: um aprofundamento do abismo entre cidadãos comuns – que, de fato, possuem mais acesso à informação do que antes – e corporações que concentram exponencialmente não só as informações e sua capacidade de interpretação analítica, mas também a aplicação de conhecimento operacionalizado na concentração de capitais e esfarelamento das instituições públicas (SILVA, 2020, p. 8).

Diferentes perspectivas têm apresentado as tecnologias de informação e comunicação (jornais, rádio, internet, televisão, dentre outros) como espaços e materialidades, cuja representação dos negros tem sido vinculada às noções de preconceito, racismo e invisibilização (SODRÉ, 1999; ARAÚJO, 2000; RODRIGUES, 2001; BARBOSA, 2004; STUMPF, 2005; ACEVEDO; NOHARA, 2008; SILVA, 2020; ROSHANI, 2020; TRINDADE, 2020). Nesse sentido, conforme apontam os dados do

---

<sup>30</sup> Atrelado a isso, alguns autores têm apontado que na internet é possível perceber o crescimento da apropriação da cultura negra, dismorfia corporal, fetichização, estereótipos raciais, dentre outros, na qual uma pessoa branca tenta se passar por uma pessoa preta por diferentes razões, configurando-se no *blackfishing* (DURIBE, 2018; LITTAL, 2018; STRAWHORN, 2018; LUTZ, 2019; ARAÚJO; JÚNIOR, 2020). Para Araújo e Júnior (2020), essa prática de transformação transracial monetizada tem chamado a atenção, sobretudo no *Instagram*, apontando pessoas que utilizam dessa apropriação cultural para ganhar dinheiro, contribuindo para a perpetuação do racismo e preconceito das pessoas negras, assim como seu entendimento enquanto um ser “exótico” na sociedade digital.

IBGE e essas pesquisas científicas, fica claro que além de grande parte da população negra se encontrar distante dos processos de democratização dos espaços digitais, vem sofrendo com diferentes práticas racistas e de estereotipização<sup>31</sup>.

O racismo algorítmico<sup>32</sup> vem revelando o caráter problemático das interfaces e dos sistemas automatizados possibilitados com o advento da internet, destacando a invisibilização de práticas racistas como potencial na disseminação do discurso de ódio e no privilégio da branquitude sobre a negritude (ARANGO, 2013; NOBLE, 2018; ARAUJO; JÚNIOR, 2020; SILVA, 2020; ROSHANI, 2020; TRINDADE, 2020).

O ativismo digital da militância negra procura romper com esses processos de desigualdade social e exclusão das pessoas negras no atual contexto de tecnologias da comunicação. Como apresentado, a internet pode ser compreendida como extensão da vida cotidiana das pessoas e, portanto, o local do conflito, das divergências, do racismo, mas também do compartilhamento positivo de experiências de vida, conhecimento e valores pessoais (KOLKO; NAKAMURA; RODMAN, 2000; NAKAMURA, 2010; DANIELS, 2009; 2013; KETTREY; LASTER, 2014; NOBLE, 2018; CARRERA, 2020; SILVA, 2020; TRINDADE, 2018; 2020).

Nos últimos anos a juventude negra tem ressignificado e potencializado as formas de ativismo antirracista nas mídias digitais. Tanto para Guerreiro (2016) quanto para Roshani (2020), esses indivíduos têm utilizado sua herança cultural e identidades a favor da reconfiguração do debate público de cidadania, estabelecendo novas diretrizes e problematizando discussões sobre inclusão social. Ademais, a juventude negra também tem recriado na internet os próprios entendimentos ideológicos e de repertórios culturais relacionados à sua história de vida (GUERREIRO, 2016).

Entretanto, o autorreconhecimento enquanto negro é um processo em questão em muitos países. Segundo Guerreiro (2016), para que o ativismo

---

<sup>31</sup> Trindade (2018; 2020) aponta que nos últimos anos (a partir de 2011), no contexto brasileiro, o discurso de ódio vinculado ao racismo contra pessoas negras tem aumentado nos espaços digitais, afetando em especial (mais de 80%) as mulheres negras socialmente ascendentes. Conforme o autor aponta, na análise de 506 edições de cinco publicações estrangeiras e nacionais (*The Guardian*, *Carta Capital*, *Time Magazine*, *Veja* e *The Week*), 92,6% dos trechos que apresentam discurso de ódio estão relacionados ao recorte temporal 2012-2018.

<sup>32</sup> O racismo algorítmico pode ser compreendido como a invisibilização do conteúdo digital de uma pessoa não branca por parte das funções computacionais, promovendo também a inferiorização dessa pessoa em uma hierarquização social, cujo perfil de uma pessoa branca tende a se sobressair nas plataformas digitais.

antirracista se estruture enquanto ação contestatória à diferenciação social na internet, é preciso que esses indivíduos se reconheçam enquanto negros e resgatem ideologias e heranças culturais relacionadas à sua história de vida. Roshani (2020) reforça que, de modo especial na América Latina, o problema do autorreconhecimento da identidade negra está relacionado ao percurso histórico do estigma associado à negritude. Mas as resistências às normas e condutas ocidentais dominantes têm contribuído para a mudança desse cenário e, assim, cada vez mais jovens negros têm buscado suas raízes culturais e ascendência africana, “como usar um turbante, usar um pano africano e exibir seu cabelo natural” (ROSHANI, p. 55, 2020).

Todas essas ações podem ser percebidas como contracultura e práticas de ativismos, cuja finalidade é a contradição de condutas morais e estilos de vida tidos como predominantes nas sociedades. As narrativas e os discursos presentes no ativismo digital antirracista apresentam caráter de interconexão. Isso quer dizer que combater o discurso do ódio na internet é muito mais do que lutar pela visibilidade das populações negras, sendo também aproximação com a história de vida de outras pessoas que se encontram na mesma condição de invisibilidade e exclusão social. Percebe-se que o ativismo digital antirracista diz respeito à formação de redes de confiança ancoradas na herança cultural e identidades da negritude, que problematizam a noção de ativismo digital buscando sua democratização, e procuram romper com a perpetuação de racismos na internet.

Com a inserção da discussão sobre o antirracismo na ação coletiva, em especial nos espaços digitais, algumas mudanças no exercício do ativismo digital merecem ser destacadas. Estudos têm apontado que o ativismo digital antirracista possibilita que histórias de vida da população negra sejam contadas e representadas, bem como alcance os espaços jamais imaginados para essas pessoas, em articulação internacional (NAKAMURA, 2010; ROSHANI, 2020). Conseqüentemente, Roshani (2020) reforça que essa mobilização cada vez mais globalizada, pautada na representação e defesa dos povos negros, tem contribuído para a ampliação do repertório de ação coletiva da negritude. Por isso, observa-se no exercício do ativismo digital antirracista a interseção da questão racial com outras dimensões relacionadas à opressão e exclusão social da população negra em diferentes contextos, como feminismo negro, LGBTQI+, nutricional, dentre outros.

## 4 NOTAS METODOLÓGICAS E ESTRATÉGIAS INVESTIGATIVAS

Este capítulo apresenta o desenho metodológico e as estratégias investigativas adotados no desenvolvimento da tese. Para tanto, buscou-se articular as contribuições teórico-conceituais sobre a sociologia digital aos estudos da netnografia<sup>33</sup>. O capítulo encontra-se estruturado em duas seções. Na primeira seção, os estudos da sociologia digital são retomados como ponto de partida no delineamento e execução da pesquisa, e são articulados às contribuições da netnografia para os entendimentos das interações digitais. Já a segunda seção apresenta o processo metodológico adotado, com dedicação especial para as etapas de coleta e análise dos dados.

### 4.1 SOCIOLOGIA DIGITAL E NETNOGRAFIA NO ESTUDO DAS MÍDIAS

A pesquisa sociológica exige que as contribuições teóricas estejam articuladas com as técnicas utilizadas na prática de investigação. Ela é o produto que resulta da combinação de diferentes conhecimentos aplicados na esfera social, contribuindo para a reflexão sobre o objeto de estudo. A pesquisa sociológica é um processo, podendo assumir diferentes significados para cada quadro de análise em etapas específicas. Na medida em que esta tese analisa os comportamentos sociais relacionados aos usos das mídias digitais para o exercício dos ativismos, torna-se necessário compreender as especificidades desse fazer sociológico.

No desenrolar da era digital, especialmente com o potencial das NTICs na ampliação e diversificação das formas de ativismos, os comportamentos e entendimentos dos movimentos sociais tornaram-se mais complexos. A pesquisa sociológica entra em cena, sendo parte integrante da transformação social. Do mesmo modo que a sociedade passa por metamorfoses e apresenta novos elementos para as reflexões teórico-conceituais e metodológicas dos pesquisadores,

---

<sup>33</sup> A Netnografia, ou Etnografia Digital, pode ser entendida como o processo de realização de pesquisas em ambientes digitais, tendo como principal característica a imersão do pesquisador nesses espaços e cotidianos das interações sociais mediadas digitalmente (HORST; MILLER, 2012; HINE, 2015; LEITÃO; GOMES, 2017).

novas maneiras de interpretar essa sociedade tornam-se possíveis. Conforme afirma Miskolci (2016), a era digital não se trata apenas de rupturas ou novidades, mas também de reflexões e continuidades.

Ao contar com a utilização de equipamentos e dispositivos tecnológicos como gravadores e câmeras, a pesquisa sociológica experimentou o que seria uma prática decorrente do avanço da era digital no contexto da globalização. Constantemente, novas tecnologias são desenvolvidas e outras aprimoradas, implicando em novas possibilidades de conexão entre as pessoas, assim como novas possibilidades de apreensão dessa realidade (LEMOS, 2002). Portanto, torna-se necessário repensar as ferramentas de pesquisa qualitativa, sendo preciso romper com a dependência do uso exclusivo do gravador (BACK, 2010)<sup>34</sup> e, conforme orientam Padilha e Facioli (2018), desbravar todo um universo de possibilidades sócio-material-técnicas que o atual contexto de globalização oferece. Segundo os autores,

[...] em termos sociológicos, o “digital” deve ser entendido em outro sentido: como um conjunto de práticas sociais específicas que articulam humanos e não humanos em ações que atravessam a vida social e que tem implicações relevantes tanto para a teoria, quanto para a pesquisa social. (Padilha e Facioli, 2018, p. 306).

Este processo de transição digital, por meio do qual o cotidiano das pessoas passa a ser mediado tecnologicamente, pode ser compreendido como uma realidade que também transforma as relações sociais (BACK, 2010). Mais do que isso, essa realidade deve ser percebida como um processo de conexão ambígua, no qual as relações sociais moldam esses espaços tecnológicos, ao mesmo tempo em que são moldadas por eles. Padilha e Facioli (2018) reforçam que as mídias são também modulares, e neste caso, elas agem regulando o cotidiano dos sujeitos mesmo que eles estejam geograficamente distantes desses espaços digitais.

Por serem recursos tecnológicos que influenciam nas transformações sociais, eles não podem ser invisibilizados pelas técnicas de pesquisa. A utilização desses dispositivos sociotécnicos no ato de fazer pesquisa deve acompanhar o desenrolar organizacional da sociedade, concretizando-se em uma maneira profícua de conhecer, acompanhar e investigar a vida social em seus diversos contextos de interação (BACK, 2010; WITTE, 2012; LUPTON, 2015; NASCIMENTO, 2016;

---

<sup>34</sup> Vale destacar que Back (2010) não apresenta resultados concretos sobre as possibilidades atuais de se fazer pesquisa na sociologia, mas sim, reflexões críticas sobre a utilização de gravadores em pesquisas sociais, problematizando a utilização de abordagens, técnicas e ferramentas capazes de acompanhar o desenrolar da era digital na atualidade.

SELWYN et al., 2016; LEER; KROGAGER, 2021). Desse modo, a sociologia digital pode ser percebida como uma possibilidade no acompanhamento das relações e transformações sociais, sendo parte integrante desse percurso.

A sociologia digital tem avançado no suporte para as pesquisas sociais que buscam apreender metodologicamente as interações e comportamentos sociais na internet (BAYM, 2010; ATHIQUE, 2013; VAN DIJCK; POELL, 2013; LUPTON, 2015; NASCIMENTO, 2016; MISKOLCI, 2016). No entanto, esse avanço tem sido paulatino frente ao rápido desenvolvimento das tecnologias digitais e performance<sup>35</sup> social nesses espaços (THOMPSON, 2008; RECUERO, 2009; FRAGOSO; RECUERO; AMARAL, 2011; VAN DIJCK, 2013; RECUERO, 2014; NASCIMENTO, 2016; MISKOLCI; BALIEIRO, 2018). Essa transformação digital tem sido rápida e intensa nas sociedades, tornando-se cada vez mais hegemônica (LUPTON, 2015; MISKOLCI, 2016). Em vista disso, lacunas metodológicas não foram preenchidas e outros aspectos carecem de problematização, atualização, aprimoramento e ajustamento à realidade empírica.

Lupton (2015) destaca que a sociologia digital se encontra estruturada em pelo menos quatro campos distintos: o profissional, sendo responsável pela adequação das práticas profissionais ao universo digital; o analítico, abarcando a relação dos estudos quantitativos e qualitativos com os espaços digitais; a análise midiática, dando ênfase para a investigação dos comportamentos sociais; e o crítico, utilizando-se a teoria social no avanço dessa disciplina. Conforme aponta a autora, esses campos estão interligados de maneira complementar, sendo responsáveis pela manutenção da noção de sociologia digital enquanto disciplina científica.

Dado o caráter inovador das ferramentas e técnicas digitais para o processo de pesquisa, em especial para a análise qualitativa dos dados, não é por acaso que o posicionamento dos pesquisadores tende a ser diversificado quando se trata do emprego dessas ferramentas (PUEBLA, 2003). Alguns mantêm posturas tidas como tradicionais na coleta e análise dos dados, sem utilização de ferramentas digitais

---

<sup>35</sup> Para Recuero (2014), as redes sociais como o *Facebook* (ou mesmo *Instagram* ou *Twitter*), por exemplo, têm se tornado ferramentas apropriadas para a construção simbólica do cotidiano das pessoas. O estudo sinaliza que essa construção simbólica, conforme ocorre com a conversação, em termos sociológicos tem apresentado nítida relação com as transformações das tecnologias digitais e comportamentos dos sujeitos fora dos espaços da internet. Desse modo, ainda que alguns comportamentos dos sujeitos indiquem cautela e restrições da vida fora da internet, no geral sinaliza a existência de uma extensão da vida cotidiana das pessoas para esse universo digital que não é mais distante da realidade não digital.

nesse processo. Outros percebem a era digital como potencial no processo de pesquisa, mas não dominam suas funcionalidades. Por fim, existem pesquisadores que além de utilizarem os *softwares* e técnicas diversas possibilitadas pela digitalização, dedicam-se a elaborar apontamentos e críticas às ferramentas digitais, estimulando seu aprimoramento para utilização nas pesquisas.

Um possível ponto de fragilidade dessa estratégia está no controle dos pesquisadores sobre os *softwares* e programas de coleta de dados (sobretudo nas pesquisas com um grande volume de dados, em tempo curto e com recursos financeiros limitados)<sup>36</sup>, abrindo margens para direcionamentos e, conseqüentemente, a ocorrência de distorções (AGAR, 1991). Ainda assim, estudos posteriores apontaram que as ferramentas digitais coletam os dados a partir dos interesses previamente definidos na metodologia dos estudos, organizando esses dados em tabelas, planilhas etc., permitindo que os pesquisadores dediquem um tempo maior na sua sistematização (DOLAN; AYLAND, 2001; PUEBLA, 2003; FRAGOSO; RECUERO; AMARAL, 2011; BOYD; CRAWFORD, 2012; WITTE, 2012; RUSKOWSKI, 2018).

Outra fragilidade nos estudos que lançam mão da sociologia digital que tem movimentado reflexões e se configurado em temática de investigação é o debate ético sobre a coleta de informações na internet. Para alguns estudiosos essa condição se aplica especialmente aos casos de pesquisa com um volume maior de dados, como ocorre com a utilização de programas de raspagem de dados automatizados, que são controlados apenas pelas políticas de privacidade e interesses comerciais de determinadas mídias sociais como *Facebook* e *Twitter* (BOYD; CRAWFORD, 2012; RUSKOWSKI, 2018). Nesses casos, informações sobre os comportamentos digitais dos usuários podem ser extraídos e investigados sem a necessidade de autorização prévia por parte dos usuários ou da própria mídia em análise.

---

<sup>36</sup> O advento das tecnologias digitais proporcionou uma ampla variedade de técnicas de coleta e análise de dados, sendo digitais ou não. No âmbito de uso dos *softwares*, os dados qualitativos têm sido analisados a partir do uso de programas, gerenciamento, construção de mapas conceituais, pesquisa de textos e imagens, codificação, recuperação, sistematização, dentre outras possibilidades (DOLAN; AYLAND, 2001). Esse conjunto de ferramentas e técnicas de pesquisa é conhecido internacionalmente como *Computer Aided Qualitative Data Analysis Software – CAQDAS*. É nesse conjunto que se encontram vinculadas as ferramentas Atlas.ti e NVivo, intensamente utilizadas nas atividades de codificação e recuperação de textos, particularmente no campo das humanidades, por exemplo.

Para estudos com um volume menor de dados o pesquisador tem a possibilidade de coletar autorizações para a pesquisa, se inserindo também no universo da pesquisa como sujeito atuante e não apenas observador das interações digitais. Ruskowski (2018) compreende que é possível ainda executar uma triangulação no percurso metodológico da pesquisa com esses dados de menor volume, articulando diferentes ferramentas (tradicionais ou não), estratégias e técnicas na coleta e análise dos rastros digitais deixados pelos atores sociais pesquisados.

Se inserir no universo da pesquisa na internet é também estabelecer conexões, permitindo que o pesquisador possa transcender a realidade digital compartilhada por determinado perfil. Acionando as técnicas adequadas no processo de pesquisa, é possível adentrar o cotidiano de determinados usuários, dentro e fora da internet. Como as mídias sociais ficaram conhecidas por serem espaços relacionais na análise sociológica (PADILHA; FACIOLI, 2020), isso implica que o pesquisador, além de seus objetivos predefinidos no desenho de pesquisa, pode conhecer as diferenças sociais inerentes nesses espaços, sejam elas de classe, raça, gênero, nível de instrução, acesso à internet, local de moradia, dentre outros. São dimensões já consideradas clássicas no percurso da sociologia, mas que persistem e influenciam nas posicionalidades assumidas pelos usuários na internet, reforçando o caráter estratificado dos espaços digitais.

Conforme apresentado, o advento da era digital modificou não apenas os comportamentos sociais, mas também os modos de pesquisar e compartilhar os resultados desses estudos para um número cada vez maior de indivíduos espacialmente distantes. Por exemplo, um estudo de caso com um usuário do *Instagram* pode revelar fenômenos sociais complexos e entrelaçados que se encontram articulados com observações em níveis mais globais – é o que tem acontecido com o processo social contemporâneo de celebração de *influencers* nas mídias (ROJEK, 2008; MORIN, 2011; ORTIZ, 2016; FRANÇA et al., 2014; TORRES, 2014; KJAER, 2021). Compartilhar o dia a dia na internet não é só estar conectado e socializar suas experiências pessoais, mas estabelecer conexões e fazer parte delas, influenciar comportamentos e ser influenciado por eles, modificar dinâmicas de vida e ser modificado por elas. Em síntese, as relações digitais têm desenhado novas configurações de relações sociais.

Captar e analisar esses modelos de relações sociais se torna mais complexo, já que as estratégias tradicionais utilizadas na aproximação do pesquisador aos indivíduos a serem pesquisados geralmente são construídas com base em relações proximais, de diálogo e confiança. Além da ausência do contato presencial, o pesquisador pode não conseguir definir de imediato as verdadeiras intenções de determinado usuário devido à constante metamorfose de suas ações, ou, por exemplo, se o seu desejo é o anonimato nas plataformas digitais. No processo tradicional de entrevistas, por exemplo, o pesquisador se apresenta a determinado indivíduo, de modo presencial, compartilha sua pesquisa e, após acordado com essa pessoa, inicia seu estudo sem maiores mudanças no percurso. Essa presença pode ser entendida como uma garantia que atesta a pesquisa, sua execução e as informações fornecidas pelos indivíduos a serem pesquisados.

De outro modo, no contexto digital, algumas estratégias e técnicas de pesquisa são remodeladas. Para captar o cotidiano das interações digitais pode ser necessária a inserção do pesquisador nessas plataformas como usuário, devendo esse estudioso entender esses espaços como ambientes construídos e conectados com as realidades não digitais desses indivíduos. As plataformas digitais devem ser entendidas como uma extensão da vida dessas pessoas, apresentando cidadanias, regramentos e condutas próprios (BORGES, 2013; HINE, 2015; LEITÃO; GOMES, 2017; SCHNEIDER; ELI, 2021). Além disso, o pesquisador precisa obter conhecimento sobre as interações sociais existentes e, em alguns casos se necessário, fazer parte dessas relações e estabelecer contato com os usuários que farão parte da pesquisa.

É nessa perspectiva que a etnografia digital, ou netnografia, uma técnica de pesquisa qualitativa cunhada dentro da antropologia, visa dar suporte às pesquisas na internet que busquem analisar as interações, comportamentos e cotidianos dos usuários no ambiente online. Com isso, a seguir apresenta-se o processo metodológico adotado neste estudo, com atenção especial para a coleta e análise dos dados.

## 4.2O PROCESSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

Este tópico é dedicado à apresentação do percurso metodológico da pesquisa. Como alternativas na apreensão dos comportamentos dos sujeitos, emoções, interações, símbolos e significados das ações sociais na internet, a pesquisa optou pela articulação das ferramentas analíticas da Sociologia Digital (LUPTON, 2015; NASCIMENTO, 2016; MISKOLCI, 2016), acionando os recursos da Etnografia Digital (BORGES, 2013; HINE, 2015; LEITÃO; GOMES, 2017; KENT, 2021; MANN, 2021; SCHNEIDER; ELI, 2021). Complementarmente, foram realizadas entrevistas em profundidade (BAUER; GASKELL, 2002; BONI; QUARESMA, 2005; PAUGAM, 2015) com os ativistas do Movimento Afro Vegano. Finalmente, por meio das ferramentas da análise do discurso digital (FAIRCLOUGH, 2003; CHARAUDEAU, 2006; ORLANDI, 2012; LEE; PETERSEN, 2015; DIAS, 2018; PAVEAU, 2021; KENT, 2021) buscou-se compreender os ativismos digitais dos integrantes do MAV.

### 4.2.1 A coleta dos dados

Amparada em categorias e eixos de investigação, a pesquisa recorreu à etnografia em ambientes digitais como estratégia de imersão na internet para a coleta dos dados digitais, utilizando-se como estratégias o acompanhamento e interação em *hashtags*, postagens, *lives*, enquetes, dentre outros. Para isso, foi necessário compreender as plataformas digitais como ambientes ou espaços onde também ocorrem as interações sociais cotidianas das pessoas (LEITÃO; GOMES, 2017; MISKOLCI, 2016; MISKOLCI; BALIEIRO, 2018). E, neste caso, entender que as ações pessoais dos sujeitos nas mídias sociais podem induzir e estimular as ações de outras pessoas especialmente distantes, em um complexo processo de compartilhamento diário de identidades, experiências, rotinas, crenças e estilos de vida (LEWIS, 2008; 2010; MORIN, 2011; DRIESSENS, 2013; HINE, 2015; PRADO, 2015; ORTIZ, 2016; FACIOLI, 2021; PILAR et al., 2021).

Adotou-se a observação participante enquanto estratégia privilegiada na captação, imersão e coleta de dados ao longo da pesquisa nas mídias digitais, já que nessa estratégia o fluxo da circulação de mensagens é mais claro e condizente com a política de funcionamento da plataforma (LEITÃO; GOMES, 2017). Assim, a pesquisa levou em consideração uma postura reflexiva na coleta dos dados digitais no *Instagram*, cujos registros de impressões, emoções e sensações se deram com o auxílio do caderno de campo e captura de tela (*Print Screen*).

Atendendo aos pressupostos éticos da pesquisa nos espaços digitais, as informações que pudessem identificar os ativistas que fizeram parte do estudo foram omitidas ao longo da tese. Entende-se que esse aspecto trata de uma questão problemática nos estudos com dados digitais, já que o debate ético nesse tipo de recorte carece de estudos e reflexões nas ciências sociais. Para Nascimento (2016), esses elementos fazem parte dos desafios impostos aos pesquisadores dessas temáticas. Para essa pesquisa particular, que contou com volumes menores de dados e aproximação do pesquisador aos participantes do estudo, algumas estratégias metodológicas foram suficientes para a investigação, tais como o uso do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo A) e o Consentimento da Participação (Anexo B). O intuito foi obter a autorização dos usuários para a coleta dos dados digitais e participação em entrevista.

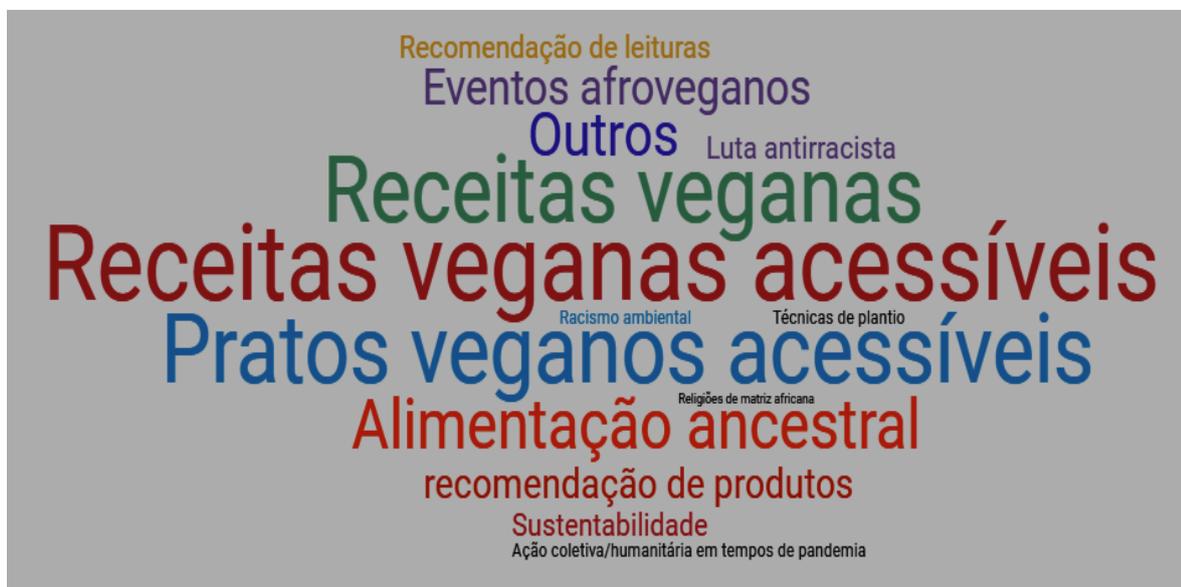
Para compreender a configuração do Movimento Afro Vegano e sua estrutura no Brasil, levando em consideração suas pautas defendidas e tensionadas nas plataformas digitais, a pesquisa analisou perfis de usuários no *Instagram*<sup>37</sup> que se dedicam a este tipo de movimento, seguindo sua lógica de identidade coletiva compartilhada (PEREIRA; KUNRATH, 2017; LEWIS, 2021; MANN, 2021). A escolha dessa mídia social se deu em função da maior presença das ações do movimento nesse espaço, já que o *Facebook*, por exemplo, tem sido um espaço de marcação de reuniões entre esses ativistas.

---

<sup>37</sup> Lançado em outubro de 2010, o *Instagram* é uma rede social que permite o compartilhamento de vídeos e fotos entre os usuários, possibilitando ainda conexões diretas com outras redes sociais como *Facebook* e *Twitter*. Além do compartilhamento gratuito de informações, no *Instagram* é possível veicular propaganda e estabelecer conexões com as diferentes regiões do mundo, acionando, por exemplo, as *hashtags*. A *hashtags* é um termo associado a assuntos ou discussões que alguém deseja indexar no Instagram, e para isso, o usuário basta inserir o símbolo de cerquilha (#) antes da palavra, frase ou expressão de interesse. Após a publicação, essa combinação transforma-se em um tipo de *hiperlink* que leva para outra página com outras publicações semelhantes.

A coleta dos dados se deu ao longo do ano de 2020, sendo de março a abril para a identificação e análise da estrutura dos perfis, maio a setembro para entrevistas em profundidade e maio a dezembro para a coleta dos dados digitais. Ao todo foram identificados 33 perfis de usuários ativistas do MAV, na modalidade pública no *Instagram*. Desses perfis, foram analisadas 6.870 publicações, as quais foram então divididas em 14 temáticas (recomendação de leituras; eventos afroveganos; lutas antirracistas; receitas veganas; receitas veganas acessíveis; racismo ambiental; técnicas de plantio; pratos veganos acessíveis; religiões de matriz africana; alimentação ancestral; recomendação de produtos; sustentabilidade; ação coletiva/humanitária em tempos de pandemia; e outros). Essas temáticas foram organizadas e sistematizadas em uma nuvem de palavras, a partir da frequência de postagens relacionadas (Figura 01). Como é possível perceber, quatro temas foram publicados mais vezes pelos perfis de ativistas analisados: receitas veganas acessíveis (210 publicações); pratos veganos acessíveis (195 publicações); receitas veganas (191 publicações); e alimentação ancestral (110 publicações).

**Figura 1:** Nuvem de palavras com temáticas mais abordadas nos perfis



**Fonte:** Elaboração própria.

Os perfis foram classificados a partir dos seguintes atributos sociais: gênero, faixa etária, identificação racial e escolaridade. Do total de 33 ativistas ativos no *Instagram*, 14 participaram das entrevistas em profundidade, sendo quatro homens e dez mulheres, todos negros, com idades entre 18 e 35 anos, uma pessoa

com Ensino Médio Incompleto e 13 pessoas com Ensino Superior Completo. O menor número de participantes nas entrevistas deve-se ao fato dos demais não contarem com páginas na modalidade pública de acesso e/ou não confirmarem interesse para participar da pesquisa. Outros não fizeram parte do estudo por se tratar de páginas de empresa ou não responderam ao convite para a entrevista (convite via mensagem pela própria mídia social ou contato via *WhatsApp*, quando o número era fornecido pela administração do MAV, ou ainda por outro ativista). Entretanto, seus perfis foram relacionados aos demais perfis analisados, a fim de serem observados quaisquer aspectos que se diferenciavam dos padrões comuns apresentados pelos usuários participantes. Em outras palavras, os perfis que não participaram das entrevistas serviram enquanto comparação na investigação dos ativismos digitais em torno do Movimento Afro Vegano, incluindo a classificação desses sujeitos conforme os atributos sociais. Dito isso, por não apresentarem divergências ou novidades na forma de ativismo, esses perfis permaneceram fora da pesquisa.

O primeiro critério foi a seleção dos perfis categorizados e descritos como afroveganos, e que apresentavam suas páginas no *Instagram* com acesso público aos usuários. Entretanto, alguns desvios puderam ser observados nessas primeiras delimitações, uma vez que nem todos os perfis identificados eram de usuários vinculados ao movimento. Como solução, foi estabelecido contato pelo *direct* da plataforma com ativistas reconhecidos pelo pesquisador, por meio do qual foi apresentado o estudo, bem como solicitado indicações sobre outros perfis de usuários vinculados ao MAV e que atendessem às especificações da pesquisa (perfil de ativista e modalidade pública).

A análise da estrutura desses perfis foi feita levando em consideração sua descrição, número de seguidores, frequência das postagens, reação dos seguidores a elas e possíveis intersecções, aproximações e distanciamentos de outros movimentos. Assim, foi desenvolvida a análise do discurso digital desses perfis, buscando identificar e descrever as pautas apresentadas pelos usuários ao público, em forma de *posts* ou *stories*.

Os *stories* foram acompanhados diariamente, já que se configuram em ferramentas digitais de divulgação com caráter transitório. As informações veiculadas nesse tipo de interação se deram em forma de vídeos, fotos e na modalidade perguntas e respostas. Para tanto, foram adotadas as mesmas

estratégias de análise do discurso digital direcionado às postagens. As informações coletadas foram organizadas em uma planilha no Excel, categorizadas de acordo com: 1. Os nomes dos usuários (quando disponível); 2. Sua descrição; 3. Número de seguidores; 4. Pautas apresentadas (a partir da descrição do perfil e compartilhamentos); 5. Conteúdo divulgado (se as postagens eram sobre pratos, receitas, vida cotidiana, eventos ou discussões sobre os veganismos); 6. Número de postagens e, por fim; 7. A idade do usuário (quando disponível) (Anexo C)<sup>38</sup>.

Já a segunda etapa da coleta de dados se deu com a realização, entre maio a setembro, das entrevistas em profundidade com os 14 ativistas. Para esse processo, foi utilizado um roteiro semiestruturado com questões sobre o estilo de vida desses ativistas e seus ativismos digitais (Anexo D).

#### 4.2.2 A análise dos dados

A análise do discurso digital permite ao investigador ampliar seus entendimentos sobre aquilo que é socializado nas redes digitais (FAIRCLOUGH, 2003; CHARAUDEAU, 2006; DIAS, 2018; KENT, 2021; PAVEAU, 2021; PHILLIPOV, 2021). Ela possibilita o dimensionamento dos significados apresentados no ambiente *online*, bem como a delimitação de suas implicações sociais e culturais na organização dos indivíduos (LEE; PETERSEN, 2015; RECUBER, 2017; SCOTT, 2020; KENT, 2021). Mais do que um jogo de espaços e vivências, os discursos, sejam eles digitais ou não, em formato de textos, imagens ou vídeos (BAUER; GASKELL, 2002), dizem muito sobre as interações cotidianas e as identidades dos atores sociais envolvidos (SCOTT, 2020). Além do dimensionamento dos significados apresentados nas interações discursivas nas mídias sociais, interpretar o discurso *online* é atribuir significado às práticas sociais na realidade digital e transpor esse significado para a realidade vivida dos usuários fora da internet (HINE, 2015; LEITÃO; GOMES, 2017; MISKOLCI; BALIEIRO, 2018; KENT, 2021).

---

<sup>38</sup> Atendendo ao sigilo e abordagem ética em pesquisa, foram utilizados pseudônimos para se referir aos ativistas ao longo da tese. Além disso, as informações sobre o número de postagens desses ativistas também foram omitidas.

As dificuldades em transcender a dimensão textual escrita para o universo de possibilidades que as mídias sociais proporcionam, é uma das limitações apresentadas na pesquisa social com a internet. Para isso, ainda que lentamente, a análise do discurso digital tem possibilitado acessar essas novas dimensões do mundo social que se expressam no universo online, permitindo que elas sejam interpretadas e ressignificadas pelas pesquisas sociológicas (CHARAUDEAU, 2006; DIAS, 2018; PAVEAU, 2021; PHILLIPOV, 2021). É isso que defendem, por exemplo, Lupton e Feldman (2020), ao destacarem diferentes perspectivas sobre a análise de Culturas Alimentares Digitais. Os estudos dessas autoras têm apresentado diferentes estratégias nas investigações sociológicas na internet, em especial com ativismos digitais em torno dos alimentos. Destacam-se também nessa linha os estudos de Scott (2020) sobre veganismo e mídias sociais. Para a autora, as dimensões *saúde* e *veganismo* que se manifestam nas interações estabelecidas nas plataformas digitais (de modo particular, em um fórum vegano de discussão *online*), têm revelado novas formas de apreensão dos significados produzidos pelas publicações e interações dos usuários (SCOTT, 2020). São trabalhos que levam em consideração os aspectos simbólicos das relações sociais na internet, sendo produto ainda da ressignificação do cotidiano desses indivíduos a partir das interações uns com os outros.

Para tanto, leva-se em consideração ainda no processo metodológico desta tese, a análise crítica tecnocultural do discurso (BROCK, 2021).

Essa abordagem da cultura crítica, que chamo de “Análise Crítica Tecnocultural do Discurso” (Critical Technocultural Discourse Analysis (CTDA), em inglês), combina análises de material de tecnologia da informação e design virtual com uma investigação sobre a produção de significado através da prática da tecnologia da informação e as articulações dos usuários da tecnologia da informação *in situ*. A CTDA oferece a oportunidade de pensar em todos os três em paralelo, usando uma estrutura conceitual que interroga as relações de poder, a fim de provocar conexões entre elas. Essa abordagem fornece uma análise holística das interações entre tecnologia, ideologia cultural e prática tecnológica (BROCK, 2021, p. 69).

A necessidade de utilização dessa abordagem se deu em função do caráter da pesquisa – um estudo direcionado para a interpretação dos comportamentos da negritude vegana nas mídias sociais. Na prática, isso significa compreender que a internet é um espaço de exclusão social e diferenciação que tende a privilegiar práticas de pessoas brancas sobre as pessoas negras (DANIELS, 2009; 2013; ARANGO, 2013; NOBLE, 2018; ROSHANI, 2020; TRINDADE, 2018; 2020;

ARAÚJO; JÚNIOR, 2020; LEER; KROGAGER, 2021). E, neste caso, não apenas os acessos à internet são diferenciados para os usuários, como também os próprios comportamentos desses indivíduos, a fim de se incluírem nesses espaços e tirarem vantagens do processo de racismo algorítmico (SILVA, 2020), tendem a ser enviesados por essas condições (GOMES, 2020).

Dessa forma, torna-se necessário compreender a internet enquanto um espaço diário de disputas identitárias entre os usuários. Disputas essas nas quais as relações sociais são estabelecidas e ancoradas em regramentos, condutas e experiências moldadas pelos próprios indivíduos, que ao encontrarem lacunas na programação da internet (racismo algorítmico), analisam e ressignificam as configurações desse espaço. Nessas relações, diferentes práticas de opressão são executadas contra grupos minoritários, que por sua vez, adotam estratégias para permanecerem atuando na internet.

Para as entrevistas e a formulação do roteiro semiestruturado que orientou essa coleta, o interesse do estudo foi sistematizado a partir da organização de três dimensões de interesse (Quadro 02), conforme seguem:

#### 1. Os ativistas:

- a) Recorte etário e divisão por gênero;
- b) Nível educacional;
- c) Engajamento nas ações do movimento;
- d) Participação na tomada de decisão do coletivo;
- e) Expectativas sobre a participação no movimento;
- f) Participação na integração do movimento à realidade contemporânea (mídias, tecnologias, produção científica, dentre outros);
- g) Poder de fala dentro do movimento social.

#### 2. O Movimento Afro vegano:

- a) Características do movimento;
- b) Identidades pertinentes;
- c) Papéis sociais assumidos pelos atores sociais que integram o movimento;
- d) Perfil educacional e profissional dos participantes;
- e) Perfil dos usuários que interagem com o MAV nas mídias sociais;
- f) Desafios enfrentados pelas ações do grupo, conflitos internos e caminhos adotados para a sua solução.

#### 3. Conflitos e repertório de ação:

- a) Elementos estratégicos que compõem a interação social dentro/fora do movimento;
- b) Ideais defendidos pelo movimento;
- c) Conexões de pautas políticas, sociais, culturais e econômicas com outros movimentos;
- d) Expectativas que orientam as ações do movimento;
- e) Participação e caracterização dos indivíduos no tensionamento de pautas internas e com outros movimentos;
- f) Ações resultantes dos tensionamentos.

**Quadro 2:** Dimensões analisadas

<b>Categoria principal</b>	<b>Subcategorias</b>	<b>Fonte de dados</b>
Ativistas	a) Recorte etário, identificação racial e gênero; b) Nível educacional; c) Engajamento nas ações do movimento; d) Participação na tomada de decisão do coletivo; e) Expectativas sobre a participação no movimento; f) Participação na integração do movimento à realidade contemporânea (mídias, tecnologias, produção científica, dentre outros); g) Poder de fala dentro do movimento social.	Entrevistas; Perfis no <i>Instagram</i> (o acompanhamento e interação em <i>hashtags</i> , postagens, <i>lives</i> , enquetes, dentre outros); Observação (com auxílio do caderno de campo e <i>print screen</i> dos stories).
O Movimento Afro Vegano	a) Características do movimento; b) Identidades pertinentes; c) Papéis sociais assumidos pelos atores sociais que integram o movimento; d) Perfil educacional e profissional dos participantes; e) Perfil dos usuários que interagem com o MAV nas mídias sociais; f) Desafios enfrentados pelas ações do grupo, conflitos internos e caminhos adotados para a sua solução.	Entrevistas; Perfis no <i>Instagram</i> (o acompanhamento e interação em <i>hashtags</i> , postagens, <i>lives</i> , enquetes, dentre outros); Observação (com auxílio do caderno de campo e <i>print screen</i> dos stories); Conversas informais com as lideranças do Movimento Afro vegano.
Conflitos e repertório de ação	a) Elementos estratégicos que compõem a interação social dentro/fora do movimento; b) Ideais defendidos pelo movimento; c) Conexões de pautas políticas, sociais, culturais e econômicas com outros movimentos; d) Expectativas que orientam as ações do movimento; e) Participação e caracterização dos indivíduos no tensionamento de pautas internas e com outros movimentos; f) Ações resultantes dos tensionamentos.	Entrevistas; Perfis no <i>Instagram</i> (o acompanhamento e interação em <i>hashtags</i> , postagens, <i>lives</i> , enquetes, dentre outros); Observação (com auxílio do caderno de campo e <i>print screen</i> dos stories); Conversas informais com as lideranças do Movimento Afro vegano.

**Fonte:** Elaboração própria.

Essas dimensões e suas respectivas subdivisões orientaram todo o processo de levantamento e análise dos dados empíricos. Além disso, elas foram elaboradas em acordo com a literatura mobilizada na seção de revisão teórica, a pergunta de partida do estudo, os objetivos previamente definidos e as hipóteses levantadas.

## 5 EM CENA, O MOVIMENTO AFRO VEGANO

Neste capítulo são apresentadas as análises dos dados obtidos a partir da investigação empírica dos ativismos afroveganos no *Instagram*. A história desse movimento perpassa discussões sobre classe, raça e gênero nos veganismos, e isso segue atrelado ao seu arranjo organizacional. Como ponto de partida do estudo empírico, utilizou-se o percurso de formação do MAV, iluminando tanto as hipóteses quanto as questões teóricas desta tese, influenciando no levantamento e análise dos ativismos digitais em torno do afroveganismo, e na apreensão das estratégias acionadas por esses ativistas na articulação social cotidiana.

O capítulo encontra-se organizado em três seções com suas respectivas subseções. A primeira é dedicada a uma breve descrição do MAV. A segunda seção volta-se à compreensão do estilo de vida afrovegano como forma de ativismo, dando ênfase para as estratégias adotadas pelos sujeitos nas suas ações digitais, práticas e rotinas alimentares. Já a última seção apresenta as posicionalidades do afroveganismo no universo do veganismo em relação às marcas e mercados.

### 5.1 A FORMAÇÃO DO AFROVEGANISMO NO BRASIL

O Movimento Afro Vegano é recente no Brasil e sua formação está relacionada com a luta antirracista. O termo “afroveganismo” pode ser caracterizado a partir daqueles indivíduos que se autorreconhecem enquanto negros e veganos. Trata-se de um movimento específico que busca agregar as pessoas que vivem situações ou opressões comuns no estilo de vida vegano. Na prática, diferentes concepções de veganismos são problematizadas à luz da experiência de vida como a dos ativistas do MAV, que ao lutarem contra a perpetuação de práticas racistas e desigualdades sociais, sobretudo dentro dos veganismos, problematizam o acesso aos alimentos de qualidade a partir da perspectiva da negritude. Essa seção analisa o processo histórico de formação desse movimento no contexto brasileiro.

### 5.1.1 Além do antiespecismo: a emergência da luta antirracista

Os ativismos veganos são marcados pela luta em defesa dos direitos dos animais, buscando reconhecer sua existência enquanto seres que sentem e que são explorados pelos humanos. Desse modo, o antiespecismo encontra-se atrelado às condutas e comportamentos dos veganos – estando a favor da igualdade entre as espécies humanas e não humanas, promovendo o fim de hierarquias e opressões entre os seres. Conforme apresentado no Capítulo 2, outras questões associadas aos veganismos vêm se somando à agenda desse estilo de vida, reconfigurando as práticas alimentares e rotinas diárias dos sujeitos que buscam refletir sobre suas condutas morais e éticas em torno dos veganismos.

Mais recentemente, sobretudo após a emergência do Movimento Negro, as questões raciais adentraram diferentes estruturas, organizações e vida diária das pessoas. Hoje em dia é possível afirmar que discutir raça faz parte do cotidiano de alguns indivíduos, uma vez que persistem as práticas racistas em situações diversas no dia-a-dia, levando ao aumento da articulação social que busca combater essas ações com diferentes estratégias.

Para estudiosos tais como Almeida (2020), o racismo é um problema crônico e estrutural em algumas sociedades, estando ligado à persistência de um sistema de classificação e diferenciação das pessoas. Por esses motivos, a questão racial tem permanecido nas agendas de discussão dentro e fora das universidades, como nas pautas das ações coletivas. Diferentes mobilizações foram formadas no entorno dessa temática, assim como outras tantas foram ajustadas e passaram a incorporar e ampliar essa discussão.

Nos veganismos a questão racial não é diferente, tornando-se uma pauta recorrente em diversas articulações (BRUECK, 2017). Em Baltimore, nos Estados Unidos, por exemplo, a formação da *Afro Vegan Society* (AVS) foi estimulada a partir da problematização da noção de veganismo, buscando questionar as condutas e rotinas alimentares de pessoas brancas com situações socioeconômicas favoráveis em comparação com pessoas negras. Essa organização vem buscando tornar o veganismo mais acessível para todas as pessoas, especialmente para as pessoas negras de ascendência africana e menos favorecidas. Nesse sentido, a AVS:

se refere à experiência de ser uma pessoa de ascendência africana vivendo e interagindo no mundo como um vegano. É construído em perspectivas que são específicas para pessoas com uma história comum de opressão baseada em raça e a experiência atual de desigualdade racial. Essa lente fornece aos afroveganos uma compreensão inata da maneira como os sistemas opressivos operam e um desejo maior de rejeitar esses sistemas. Muitos afroveganos passaram a ver o veganismo tanto como uma solução viável para alguns dos desafios que atualmente enfrentam nossas comunidades, quanto como um veículo para resistir aos sistemas responsáveis por criar esses desafios (*Afro Vegan Society*, 2020, n.p)<sup>39</sup>.

No *Instagram*, a *Afro Vegan Society* se apresentou oficialmente enquanto movimento social em junho de 2017 (Figura 02).

**Figura 2:** Logotipo e apresentação da AVS



**Fonte:** *Print* do perfil da AVS no *Instagram*.

<sup>39</sup> Tradução de: “*Afro-Veganism is a term that speaks to the experience of being a person of African descent living and interacting in the world as a vegan. It’s built on perspectives that are specific to people with both a shared history of race-based oppression and the current experience of racial inequity. This lens provides Afro-Vegans with an innate understanding of the way oppressive systems operate and a greater desire to reject those systems. Many Afro-Vegans have come to view veganism as both a viable solution to some of the challenges that currently face our communities as well as a vehicle for resisting the systems that are responsible for creating those challenges*”.

A legenda da imagem deseja boas-vindas aos usuários da mídia social, apresenta informações sobre a localização do movimento e sua intenção enquanto articulação social: se promover enquanto resistência aos sistemas de opressão. A legenda finaliza convidando as pessoas a seguirem o perfil, a fim de obterem informações sobre eventos e ações da AVS. Atualmente, o movimento, que se apresenta como uma Organização sem fins lucrativos no *Instagram*, conta com mais de 40 mil seguidores, apresenta em torno de 1.723 postagens, sendo seguido por quase todos os ativistas do Movimento Afro Vegano, incluindo o próprio perfil do MAV.

Essa postagem fornece outra informação importante para a análise da formação de movimentos afroveganos – o logotipo da AVS. Esse elemento torna-se indispensável nos estudos dos movimentos sociais, já que geralmente representam a síntese de suas lutas. No caso da *Afro Vegan Society*, o logotipo é representado em preto e branco, com folhagens e uma mulher de cabelo crespo. Dentro dos veganismos, essa representação sugere que se trata de um movimento que busca articular a luta antiespecista à luta antirracista, a partir da perspectiva do feminismo negro.

Já o Movimento Afro Vegano, interesse particular deste estudo, envolve atores sociais de diferentes estados do Brasil, sendo a maioria composta por mulheres negras e jovens, com idades entre 18 e 35 anos. Na sua primeira publicação no *Instagram*, em 24 de outubro de 2018, o MAV se apresentou como um grupo capaz de acolher indivíduos contrários a todos os processos de exclusão social, sem diferenciações, e que lutem pela liberdade e fim da opressão contra os animais humanos e não humanos.

O racismo praticado por uma pessoa vegana e branca, dona de uma loja de produtos veganos, a uma pessoa negra e vegana no interior dessa loja no Rio de Janeiro, foi o principal motivo para o surgimento do movimento no Brasil (Figura 03). A partir desse episódio de racismo dentro do veganismo, o MAV vem se mobilizando, particularmente nas mídias sociais, buscando ampliar os entendimentos sobre antiespecismo e antirracismo. Por meio de postagens, comentários e *lives* apresentadas nos perfis dos ativistas do movimento, o racismo ocorrido dentro de contexto de veganismo trouxe à tona a problemática racial que envolve também esse estilo de vida.

Figura 3: Logotipo e apresentação do MAV



Fonte: Print do perfil do MAV no *Instagram*.

Conforme compartilhado em uma *live* no *Instagram* de Carla, ativista do movimento, nos primeiros passos do MAV as ações coletivas eram locais, no Rio de Janeiro e, posteriormente, elas se expandiram para “encontros informais”. Com isso, o grupo decidiu organizar uma página no *Facebook*, a fim de facilitar a organização desses encontros, socialização de temáticas, reportagens e notícias de interesse comum entre os ativistas. Porém, não houve substituição no exercício do ativismo, mas a articulação dos encontros da rua e as ações nas mídias. Atualmente, em função do distanciamento social e engajamento com participantes de outros estados do Brasil, essa mesma ativista afirmou que o *Instagram* tem se configurado em um espaço privilegiado para o exercício dos ativismos afroveganos em torno dos alimentos.

Com um entendimento similar sobre a formação e articulação social em torno do Movimento Afro Vegano, a ativista Angélica defende o movimento como uma linha de pensamento dentro do veganismo, que tem por intuito a reflexão sobre as questões raciais associadas à adoção de uma alimentação restrita. A entrevistada sugere que a alimentação vegana tem sido restrita não apenas por excluir os animais não humanos do consumo, mas também, em grande medida, por classificar e hierarquizar socialmente as pessoas que optam por seguir esse estilo de vida. Conforme ela relata:

Então é uma linha de pensamento que é sobre, que surgiu na verdade, por conta de muito racismo que acontece dentro do veganismo, e por conta disso as pessoas precisaram manifestar e declarar praticamente a sua existência. Acho que isso acontece muito... Por isso que dentro do feminismo, por exemplo, surge o feminismo negro, apesar de ter muitas controvérsias de que o feminismo na verdade surgiu com mulheres negras. Então na verdade isso é tudo muito discutido e debatido entre os movimentos, mas basicamente a gente tem que declarar a nossa existência sempre, e o afro veganismo surgiu disso, né. Foi por conta disso... Foi um caso de racismo que um colega nosso sofreu dentro de uma loja vegana. E aí a gente falou “não, essa é a gota d’água”. Por que a gente já vinha sofrendo racismo de outras formas, por ativismo, por pessoas contra religião de matriz africana, e outros assuntos, comparando negros com porcos, falando que é a mesma escravidão e tudo mais. Mas esse tipo de assunto que a gente tem que combater. Mas quando veio esse caso da loja, a gente falou: “não, a gente precisa se articular e fazer um movimento pras pessoas irem pra lá e de lá elas fazerem o que quiserem da vida” (Ativista Angélica, entrevista concedida em maio de 2020).

Conforme defendido pela afrovegana entrevistada, a questão racial tem levantado discussões e acirrado debates dentro dos veganismos (e para além dele), possibilitando que as pautas alimentares sejam problematizadas a partir de sua relação com o sistema capitalista e com processos de exclusão social. Em virtude disso, além de um debate qualitativo em termos de inclusão social dentro dos veganismos, o acesso aos alimentos se destaca como um assunto recorrente no *Instagram*. Além de ser um tema publicado com frequência pelo perfil do MAV e seus ativistas, é possível encontrá-lo também em comentários de seguidores. Ao refletir sobre o acesso aos alimentos, inevitavelmente vêm à tona as condições sociais com as quais as pessoas encontram-se no seu cotidiano, sobretudo as pessoas negras marginalizadas. Neste caso, o alimento apresenta uma dupla função na estrutura social – além de nutrir as pessoas e garantir sua sobrevivência, pode ser entendido também enquanto mecanismo de diferenciação social.

Potts (2016) acredita que o consumo da carne enquanto uma ação diária na vida de muitas pessoas pode esconder, por exemplo, diferentes formas de opressão,

e negativamente constituir-se enquanto cultura em uma sociedade. Neste caso, “a cultura da carne seria, então, todas as representações e discursos, práticas e comportamentos, dietas e gostos que geram crenças compartilhadas, perspectivas e experiências sobre e a partir da carne” (DAVIDSON, 2021, p. 30). No entanto, essa experiência torna-se negativa, à medida que contribui para a existência de práticas e costumes voltados para a diferenciação social, como acontece com o ritual do churrasco, que tende a ser entendido enquanto uma tarefa executada exclusivamente pelas mãos masculinas em muitas sociedades (TOBIN, 1999; JOY, 2009; ADAMS, 2012; CARMO, 2019). O consumo da carne pode ser percebido como um aspecto cultural capaz de sustentar e dar forças à existência do especismo e, conseqüentemente, à perpetuação dos sistemas de opressão. Nesse sentido, para a ativista Karen,

[...] o que temos colocado bastante no ativismo e no MAV também, é mostrar para as pessoas pretas e ativistas de esquerda ver que quem está trabalhando nos frigoríficos é a mão de obra preta. Acaba que algumas vezes muitos adotam um discurso muitas vezes de direita, conservador, da carne: “Não, precisamos de carne na mesa, não avançamos tanto para comer alface...”. E nós mostramos que é mais saudável e que a carne tem exploração preta e animal (Ativista Karen, entrevista concedida em agosto de 2020).

Conforme a entrevista apresenta, o consumo da carne também impõe dilemas para a própria autoconsciência dos sujeitos. A ativista sinaliza que a mão de obra direcionada para o processamento da carne para os mercados é a mesma que sofre com o sistema de opressão. Karen destaca ainda, que além dos aspectos relacionados à saúde humana, manter o consumo diário de carne é contribuir para a invisibilização das dimensões éticas e morais da alimentação – entendidas como cruciais para aquelas pessoas que lutam por um mundo mais justo socialmente.

Ou seja, a partir da perspectiva do afroveganismo, a cultura da carne não representa apenas as condições precárias com as quais os animais são submetidos e direcionados à morte para consumo. Esse processo sinaliza também as opressões vivenciadas pelas pessoas negras que trabalham e encontram-se marginalizadas nesse mercado.

É preciso destacar que racismo, lutas antirracistas e movimentos por igualdade racial no Brasil são temas que fazem parte de uma vasta literatura. Almeida (2019) defende que o racismo é uma manifestação normal e sempre estrutural, sendo um elemento presente nos aspectos históricos, organização

política, jurídica, institucional e econômica de uma sociedade, devendo ser combatido pontualmente nas diferentes formas de sociabilidade das pessoas. Na perspectiva do feminismo negro, Carneiro (2011) pontua que o racismo é uma dimensão que está atrelada ao sexismo, e juntos têm estruturado as relações sociais, políticas e de gênero na sociedade brasileira, contribuindo para a perpetuação da desigualdade no país. Para Akotirene (2019), é preciso olhar para os sistemas de desigualdade social que excluem, diferenciam e hierarquizam as pessoas, sobretudo mulheres negras, a partir das diferentes opressões sofridas por esses indivíduos – a saber, as interseções a que está submetida uma pessoa marginalizada. Posterior a isso, traçar metas e definir pautas de luta e resistência.

Conforme observado, o sistema de desigualdade social e exclusão de grupos marginalizados amparam-se na hierarquização dos indivíduos e sua opressão. Para Ribeiro (2017), essas práticas são alimentadas por meio do silenciamento dessas pessoas diariamente, nas rotinas mais básicas de interações sociais. Assim, a autora destaca em suas reflexões que produções intelectuais, práticas, saberes e vozes, sobretudo produzidas por pessoas negras, são aspectos inferiorizados e esquecidos na estrutura social. A alternativa, segundo pontua Ribeiro (2017), é a visibilização dessas pessoas marginalizadas, por meio da ideia de lugar de fala, uma vez que esses indivíduos apresentam repertórios e contribuições que se estruturam a partir das opressões sofridas cotidianamente.

A entrevista com a ativista evidencia que a questão racial perpassa toda a trajetória de formação e atuação do Movimento Afro Vegano. Além de ser fruto de uma articulação social contrária às práticas racistas dentro do veganismo, o movimento ainda vem se deparando com essas exclusões sociais. Segundo a Karen, o alinhamento de suas ações à perspectiva da negritude é que tem fornecido subsídios para sua luta enquanto uma mulher negra, pobre e vegana. Nesse sentido, o afroveganismo enquanto uma linha de ação dentro do veganismo propõe uma luta social de maneira articulada, pautada na interseccionalidade, buscando envolver os principais eixos de subordinação responsáveis por criarem as desigualdades sociais básicas e opressões entre as pessoas – a saber, classe, raça e gênero.

O próprio grupo também chegou a sofrer ataques racistas, porque ele foi crescendo. As pessoas pretas também foram tendo mais voz e se posicionando contra essas falas racistas. Mais virtualmente. E aí tinha pessoas que faziam perfil *fake*, com foto de uma pessoa preta para entrar

no grupo. Tiveram momentos bem tensos. Até pessoas brancas postando em um grupo vegano sobre: ah, mas o que é um grupo afrovegano? É um grupo em que só negros podem entrar? Daí teve essa pessoa que criou o perfil *fake*, que tirou *print* das coisas que a gente postava no grupo e falou assim: comida de negro é o que? Comida vegetal, arroz preto, feijão preto? Horrível né. Mas enfim, foi crescendo cada vez mais e cresceu também a necessidade de sair do Facebook e criar um movimento de fato. Então aí em 2015 foi criado o Movimento Afrovegano. É como a MAV coloca; combatendo o racismo e o especismo. É o que o veganismo interseccional também prega, as coisas têm que andar juntas. Não tem como você lutar pela libertação animal não humana e não lutar pela libertação humana. Então eu acho que o vegano é isso, é você lutar contra o sistema capitalista, contra um sistema de opressão de animais humanos e não humanos (Ativista Karen, entrevista concedida em agosto de 2020).

A partir desse estrato também é possível perceber que o Movimento Afrovegano entende que a luta antiespecista deve existir articulada à luta antirracista. Mais do que isso, para que a luta pelos animais não humanos ocorra, é necessário que exista a luta pelos animais humanos. Essa posicionalidade sobre a condição vegana é estruturada de maneira peculiar no exercício dos ativismos digitais do MAV. Conforme segue abordado na próxima seção (4.2), o MAV aciona diferentes estratégias (a maioria digitais) para que essa articulação de pautas aconteça, contribuindo para a existência de um estilo de vida próprio dos adeptos desse movimento.

### 5.1.2 *Interseccionalidades em movimento*

Quando mulheres negras escolhem valorizar os aspectos da condição feminina afro-americana que são estereotipados, ridicularizados e criticados na academia e mídia popular, elas estão na verdade questionando algumas das concepções básicas que são usadas para controlar grupos dominados em geral. [...] Essa preocupação do feminismo negro – no sentido de que mulheres negras criem seus próprios padrões de avaliação da condição feminina afro-americana e que valorizem as suas próprias construções – permeia uma grande quantidade de trabalhos nas ciências sociais e na literatura (COLLINS, 2016, p.104-105).

Conforme aponta Collins (2016), o pensamento feminista negro tem sido utilizado para denunciar conjuntamente, de maneira sistemática, e muitas vezes em formato oral, a opressão multifacetada com as quais as mulheres negras lidam diariamente na estrutura social. O processo de opressão vivido por essas mulheres não é uma condição exclusiva do contexto dos EUA, mas infelizmente faz parte do

cotidiano dessas pessoas em grande parte do mundo (CARNEIRO, 2011; SANTOS, 2013; RIBEIRO, 2017; AKOTIRENE, 2019).

As questões sobre raça, classe e gênero têm acirrado debates dentro e fora dos veganismos ao se relacionarem com a exclusão de grupos sociais em condições de opressão, como acontece especialmente com as mulheres (ADAMS, 2012; CARMO, 2019). No caso das mulheres negras e veganas, esse debate tem sido mais ainda problematizado, já que as pautas racismo, gênero e veganismo têm se estruturado enquanto temáticas em intersecção (KO; KO, 2017; BRUECK, 2017; OLIVEIRA; DIAS, 2018; DAVIDSON, 2021).

Nessa linha, são muitas as críticas que o Movimento Afro Vegano tem recebido após suas atuações cada vez mais interseccionais. Conforme relata Karen, apontando os diferentes desafios enfrentados pelo movimento,

Já ouvimos críticas assim no MAV: por pautarmos a questão do racismo, estamos deixando a questão de animais não humanos por último. Mas na verdade é justamente os que pautam só a questão do consumo que deixam a questão animal por último, porque eles estão defendendo empresas que tem seu lucro a partir da exploração animal. Empresas carnistas, capitalistas e exploradoras. O desafio do movimento é esse, de levar a questão da libertação animal e outro desafio é falar dos santuários. Fala-se muito do consumo dos grandes veículos de comunicação “veganos”, uma das ações mais concretas veganas são os santuários. E a gente sempre lembra como o MAV, nas duas feiras que fizemos em São Paulo e no Rio, foi lá no começo, e foi algo concreto, as feiras no geral são brancas e caras de expor. Então um expositor que está começando, um expositor preto, não vai conseguir expor lá. A gente vê relatos de quem vai expor e pessoas brancas não cobrarem de outras pessoas brancas. Então enquanto MAV, conseguimos fazer uma feira só pra expositores negros. Não precisava que os expositores fossem veganos, desde que o expositor principal fosse. E foi um desafio, com a nossa grana mesmo, cobrando pouquinho dos expositores. E bem diferente de outras organizações que recebem dinheiro de empresas, inclusive carnistas pra fazer seus eventos. Então tem esse desafio, fazer eventos pra levar a pauta animal. Tinha lá se você quisesse doar pra santuários, com palestras sobre a questão da saúde da população preta e com a pauta da alimentação animal. Então tem esse desafio, essas pessoas de organizações mais liberais conseguem atingir muito mais gente. Elas têm um discurso enviesado do que é o veganismo (Karen, entrevista concedida em agosto de 2020).

Se, por um lado, o afroveganismo precisa lidar cotidianamente com as críticas direcionadas às suas pautas defendidas e, assim, muitas vezes ser compreendido como um movimento difuso, voltado apenas para as questões dos animais humanos. Por outro lado, o movimento enfrenta dificuldades na sua atuação diária dentro do veganismo como um todo, como acontece com os eventos, convites para palestra e atuação nas mídias sociais.

Em outra passagem da entrevista, Karen relata que as dificuldades enfrentadas pelo MAV no universo dos ativismos voltados para as questões veganas são múltiplas. Essas dificuldades se estendem, particularmente, para a utilização das mídias sociais, evidenciando mais uma vez a necessidade de articulação e problematização na ação coletiva, das principais pautas defendidas pelo movimento (raça, classe e gênero). Em alguns casos, como o ocorrido em São Paulo após um policial pisotear uma mulher negra, o MAV se posicionou criticamente nas mídias sociais (Figura 04). No perfil do movimento é possível encontrar outros exemplos como esse. De maneira geral, as manifestações geralmente são de crítica aos racismos vividos pelas pessoas negras, assim como às opressões e crimes contra mulheres negras e LGBTQI+ em diferentes realidades do Brasil ou outras regiões do mundo.

A importância das redes sociais é de a gente ampliar essas vozes. O MAV cresceu bastante no *Instagram*. Lá em 2015 nem tinha *Instagram* ainda, mas ele abriu novos espaços para conversar. É um trabalho de formiguinha. Ainda é um desafio pra gente chegar convites, a gente tem que refletir sobre o convite e nem sempre o convite leva à construção. Já teve também convites ao MAV, mas pra gente se associar a determinada organização liberal. Então o desafio é saber quem é o MAV e pra onde vamos, e isso tem ficado cada vez mais concreto. O desafio é esse, a mulher preta está ali na base da pirâmide, então assim, se a gente adocece ou há uma questão familiar, a gente não tem o privilégio de ficar *full time* na questão do ativismo que talvez alguns brancos tivessem. Ou até mesmo que homens pretos tenham, talvez não haja tanta cobrança ou preocupações ou outros cuidados com a família, com questões de adoecimento... Já aconteceram várias vezes com muitas de nós, acontecer algo na família e precisar se afastar do ativismo pra cuidar. Agora mesmo, com a questão da pandemia, precisamos parar com o ativismo pra cuidar da família, por conta dos estudos e do trabalho... E aí precisamos ir nos reorganizando. Enquanto isso, as demandas vão chegando e outros movimentos com grandes estruturas vão crescendo (Karen, entrevista concedida em agosto de 2020).

Conforme a entrevista aponta, o MAV percebe o potencial das mídias digitais no exercício dos ativismos na contemporaneidade. No entanto, destaca as dificuldades enfrentadas para selecionar aquelas pautas que se enquadram nas ações do movimento. Outro desafio destacado na conversa é o movimento encontrar mão-de-obra ativista, particularmente feminina, disponível para dedicar maior tempo nas atuações nesses espaços digitais. Neste último caso, a ativista problematiza a condição de vida das mulheres ativistas que precisam associar vida pessoal e opressões ao ativismo.

**Figura 4:** Posicionamento contra violência policial em São Paulo



**Fonte:** Print do perfil do MAV no *Instagram*.

Outras reflexões podem ser retiradas do conteúdo da figura 04, postada pelo MAV no *Instagram* em 2020. A imagem utilizada para a divulgação pelo perfil do movimento no *Instagram* é de alguma manifestação fora do Brasil, particularmente o conteúdo da figura sugere que se trata de alguma mobilização do Movimento Negro nos Estados Unidos. Partindo dessa premissa, observa-se que o MAV encontra-se articulado de maneira indireta, já que não menciona explicitamente, com as ações sociais internacionais em torno das temáticas da negritude. Essa figura aborda também a necessidade de problematização do racismo estrutural que tem afetado as pessoas negras. Para Almeida (2019), o racismo estrutural é um exercício de poder histórico, fazendo parte das sociedades de diferentes maneiras e acionando diferentes estratégias para sua existência, adequação às diferentes realidades e, neste caso, contribuindo para a sua perpetuação das múltiplas desigualdades sociais. Além do mais, a publicação problematiza a atuação policial no Brasil, um

assunto que tem gerado historicamente intensos debates também nos Estados Unidos, assim como influenciado nas manifestações da negritude que ainda ocorrem nesse país<sup>40</sup>.

A vivência das mulheres negras perpassa diferentes processos e opressões que tendem a colocá-las em segundo plano também no exercício da militância. Isso se dá a partir do momento em que os ativistas apresentam condições distintas para a execução de sua militância, na qual alguns ativistas apresentam vantagens em relação a outros nas mesmas condições de ativismo. Conforme a própria ativista Karen destaca, essa condição favorece ações coletivas de pessoas em situação de privilégio, como movimentos que contam com maior participação masculina ou que contam a participação de pessoas com melhor qualidade de vida<sup>41</sup>.

Para o ativista Lucas do MAV, o cruzamento da pauta “afro” com a pauta “vegana” aconteceu de maneira pontual no exercício do seu ativismo. Ele aponta que a pauta da negritude se deu a partir do momento que ele percebeu o seu “não lugar” dentro de um movimento ao qual ele fazia parte antes do MAV, sendo uma condição acionada nas interações diárias e ausências de abordagens sobre negritude nesse espaço. Embora esse relato não apresente a problemática de gênero como os demais relatos, ele retrata a necessidade de articulação de pautas e invisibilidade das discussões raciais em alguns movimentos sociais.

Um amigo meu me questionou, viu uma foto de vários ativistas, e a única pessoa preta era eu. Daí ele falou, porque ele não fazia mais parte disso, e

---

<sup>40</sup> Para exemplificar, o livro *“The hate u give”*, de Angie Thomas, originalmente publicado em 2017, cuja tradução livre é: “O ódio que você semeia”, foi traduzido para o português em 2018. A obra, classificada como uma ficção juvenil americana retrata a vivência de uma garota negra, a Starr de 16 anos, no subúrbio dos Estados Unidos. Ela tem que lidar diariamente com as diferentes formas de opressão direcionadas para as pessoas negras – entre elas, a morte do próprio amigo de infância, Khalil, em uma abordagem policial. Esse livro é interessante em diversos aspectos para essa tese. Um deles é a existência da intersecção na condição de vida da Starr, uma garota, negra e pobre enfrentando no tribunal um policial adulto, branco, com um poder aquisitivo melhor que o seu. Outro aspecto é sobre os traumas das populações negras no dia-a-dia. Eles começam na infância e são passados de pais para filhos, como evitar movimentos bruscos em abordagens policiais. Em síntese, a violência racial que afeta a população negra pode apresentar diferentes sequelas para esses povos – o que por sua vez tem justificado as inúmeras organizações, movimentos e agendas direcionadas para combater essas práticas de se adaptam a diferentes contextos.

<sup>41</sup> Qualidade de vida é entendida aqui como os parâmetros básicos que afetam a vida humana, sejam eles psicológicos, bem-estar físico, mental, emocional, saúde, educação, trabalho, relacionamentos, família, amigos, alimentação adequada, dentre outros. Para exemplificar, o artigo de Santos et al., (2020) destaca que atual tempo de pandemia do Covid-19, as populações negras têm apresentado desvantagem no enfrentamento desse vírus devido sua condição de vida. Para os autores, as assimetrias causadas pelo racismo têm contribuído para que a população negra, grande maioria no Brasil, se encontre em situação de vulnerabilidade social, apresentando maior risco de morte por Covid-19, em função de uma alimentação precária e de problemas no acesso e acessibilidade aos serviços básicos de saúde.

eu sabia das histórias por trás e tal, e muitas questões já me contemplavam. Hoje eu vejo vídeos meus com outras pessoas da SVB e fico: “dá uma vergonha de pensar que eu pensava assim”. Mas é um processo, um aprendizado. Mas eu não quero ser aquela pessoa que vai me questionar se sou vegano por causa dos óculos que eu uso. Tem coisas que não tem o que fazer. Não tenho como ser 100% vegano. E ser 100% vegano é pior ainda, porque a gente não chega ao poder aquisitivo de uma pessoa branca, é só tu ver os espaços que pessoas brancas acessam e os que a gente acessa. Por isso que temos que fazer diferente e construir nossos espaços. O afroveganismo está aí para a gente, que é para compartilhar nossas dores com outras pessoas. A questão da negritude entrou bem nesse momento, em que eu percebi que se uma pessoa preta está me questionando por eu ser preto e por estar em um espaço que não era meu. Porque ela entendia que as coisas sobre o que eu falava não faziam parte daquele movimento em que eu estava. Então comecei a me debruçar sobre isso e encontrei em um lugar em que atletas que eram pretos e veganos e começaram a falar sobre isso, e veio um documentário só sobre isso, que foi o *“the invisible vegan”*. Aí comecei a me ater mais sobre essas questões, começar a perceber que dentro desses espaços que eu ocupei as pessoas não vinham falar sobre racismo. Teve um episódio dentro de um movimento em que eu tive que chegar a uma pessoa preta para falar com essa pessoa, e teve um problema com relação a isso. Me chamaram para falar com o grupo sobre isso, e eu tive que palestrar para os brancos sobre como se portar com uma pessoa assim e... Meu deus! Eu precisava falar para os meus. Então meu movimento veio bem dentro de tudo isso, e quando eu comecei a ver que as pessoas que me seguiam eram mais pessoas pretas que pessoas brancas percebi que começava a fazer sentido, e que eu estava conseguindo dialogar melhor com essas pessoas e falar sobre essas questões. Entender que entre ser negro, preto e vegano eu não preciso só ser vegano, eu posso fazer várias outras coisas, como ser atleta também. Então comecei a buscar todas as outras habilidades que eu tenho para me identificar com as pessoas que nem eu (Ativista Lucas, entrevista concedida em agosto de 2020).

A entrevista aponta para um tensionamento da noção de veganismo, indicando que esse estilo de vida apresenta relações com o consumo e alimentação dos sujeitos, priorizando pessoas brancas e de maior poder aquisitivo. E, dessa forma, tende a deixar de lado os aspectos identitários com os quais as pessoas se identificam quando decidem seguir o caminho do veganismo, como é o caso da negritude. Além disso, a entrevista com Lucas destaca também a necessidade de representação social.

No caso do ativista Lucas, ele percebeu que não bastava ser negro e vegano, ignorando a ausência de falas sobre essas relações. Para ele, existe ainda a necessidade de comunicar isso para as pessoas que buscam em seu perfil nas mídias sociais, orientação de vida e indicativos sobre como correlacionar suas existências enquanto negros com o veganismo. Além da questão racial, ser negro e vegano são aspectos que estão relacionados ainda com a reinvenção do próprio consumo de cada indivíduo, já que a maior parte dessas pessoas apresenta desvantagens econômicas em relação às pessoas brancas nos veganismos.

Esses relatos, especificamente a entrevista com a ativista Karen, destacam a importância da temática da interseccionalidade (CRENSHAW, 1989) nos estudos dos veganismos, uma vez que, conforme aponta Davis (2016), toda opressão encontra-se conectada. Neste caso, as mulheres negras enfrentam desafios cruzados nas suas rotinas diárias de existência. Desafios esses que se configuram em opressão, colocando essas mulheres em situação de invisibilização, exploração e dominação pelos indivíduos praticantes da opressão (GONZALES, 1988; 1984; BEAUVOIR, 2009; CARNEIRO, 2011; CARDOSO, 2012; SANTOS, 2013; BELL HOOKS, 2015; RIBEIRO, 2017; AKOTIRENE, 2019).

Para entender a criação do veganismo e da Sociedade Vegana (*The Vegan Society*) do Reino Unido, Davidson (2021) analisou 37 edições das Revistas veganas publicadas por essa organização. Esse estudo contribuiu para os entendimentos sobre as configurações assumidas pelo veganismo ao longo do tempo, já que as obras analisadas se referem à primeira articulação social vegana no mundo, servindo de base para as demais que vieram depois e se espalharam pelo mundo. Após a análise crítica desses dados, a autora percebeu que o veganismo, ao longo do seu surgimento e consolidação enquanto movimento social, grande parte das suas ações públicas estiveram pautadas em questões políticas e de disputas pela liderança desse movimento, deixando de lado a luta contra o especismo.

A consequência disso, conforme aponta Davidson (2021), foi a substituição, nas publicações da Revista, da luta antiespecista por propagandas e assuntos não relacionados diretamente à luta pelos animais. Voltado para uma “sociedade hegemônica capitalista inglesa da década de 1940”, a noção de veganismo se distanciou do comprometimento ético-moral antiopressão que havia estabelecido como ponto de partida para sua atuação enquanto movimento social naquele contexto (DAVIDSON, 2021, p. 65).

Conforme problematiza Davidson (2021, p. 60), os caminhos escolhidos pela Sociedade Vegana estavam conduzindo o movimento para o oposto da luta e transformação social, ignorando, além da luta antiespecista, “a existência da diversidade racial e étnica no mundo”. No período analisado, a Revista da Sociedade Vegana publicava, majoritariamente, assuntos sobre alimentação, mudanças nas práticas de consumo, nutrição e saúde, contando em especial com a representação de pessoas brancas nas propagandas e notícias do movimento. Para

a autora, isso revela a sobreposição da branquitude sobre a negritude, contribuindo sobremaneira para a invisibilização desses povos e a disseminação de uma noção de veganismo elitizado e voltado, exclusivamente, para pessoas brancas de maior poder aquisitivo.

É nessa perspectiva que a interseccionalidade encontra-se alinhada ao Movimento Afro Vegano, buscando orientar suas agendas e ações. E desse modo, buscando também manter a interconectividade nas lutas sociais de resistência, a partir do antirracismo e antiespecismo (Figuras 05 e 06). Para isso, o afroveganismo tem adotado diferentes estratégias na busca pela visibilidade das minorias sociais, como participação em eventos relacionados às suas temáticas defendidas, publicações e *lives* no *Instagram* que buscam incorporar reflexões sobre as condições de vida dessas minorias.

Os exemplos apresentados nas figuras 05 e 06 elucidam as afirmações obtidas nas entrevistas com os ativistas afroveganos, sobre o questionamento dos aspectos interseccionais do movimento. A figura 05 é sobre um convite de uma ativista *Drag Queen*, cantora, compositora, dançarina, atriz e vegana, para uma *live* com o perfil do Movimento Afro Vegano. O intuito da *live* foi discutir as relações entre as pautas LGBTQI+ e veganismos no cotidiano da existência dessa ativista, dando ênfase para os desafios enfrentados nessa articulação. Esse interesse particular sugere que o MAV busca estabelecer aproximações e trocas de conversas com pessoas que lutam por causas sociais que tendem a ser objeto de opressão, como é caso da pauta LGBTQI+. Essa aproximação com outras minorias sociais está relacionada com a perspectiva interseccional adotada pelo afroveganismo.

**Figura 5:** Convite *live* do MAV com uma vegana negra LGBTQI+



**Fonte:** *Print* do perfil do MAV no *Instagram*.

Já a figura 06 refere-se a uma postagem referente ao dia 25 de julho, Dia Internacional da Mulher Negra da América Latina e Caribe, e também Dia Nacional da Tereza de Benguela. O MAV utilizou essa data para celebrar esse marco para o ativismo feminista negro, assim como politizar as condições de opressão com as quais as mulheres negras ainda são submetidas. Essa postagem também reafirma o aspecto interseccional do movimento, já que ao se alinhar com as pautas do feminismo negro, o afroveganismo se coloca enquanto uma vertente de resistência na luta contra as violências sofridas pelas mulheres negras.

**Figura 6:** Post sobre o Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha e Dia Nacional de Tereza de Benguela



Fonte: *Print* do perfil do MAV no *Instagram*.

Na figura 07, por sua vez, o MAV indica alguns perfis de pessoas indígenas (mais ativas no *Instagram*) que têm lutado pelas causas sociais desses povos, afirmando seu apoio a essas lutas. Essa conexão do afroveganismo com movimentos sociais como os indígenas sinaliza a abertura do movimento para aproximações na luta social, mesmo se tratando de movimentos com perspectivas e pautas diferentes em alguns aspectos das abordagens e defesa do MAV.

**Figura 7:** Post do MAV indicando perfis Indígenas



**Fonte:** Print do perfil do MAV no *Instagram*.

A partir da ótica do afroveganismo, a figura 07 é um exemplo da promoção de luta vegana articulada, no qual o movimento busca promover as aproximações com as pautas relacionadas ao LGBTQI+, visibilidade indígena e o feminismo negro, dentre outros. Destaca-se que os resultados dessa tese corroboram as percepções de interseccionalidade nos veganismos defendidas nos estudos de Ko e Ko (2017), Ko (2019) e Davidson (2021). Para Davidson (2021, p. 95-96),

O compromisso com o combate de todo tipo de opressão dentro da construção do veganismo só é possível a partir do momento em que se considera uma perspectiva ética comprometida com a inclusão dos animais não humanos na comunidade moral, assim como das demais minorias políticas. É por intermédio dessa base ideológica que compreende o resultado da estrutura correlacional das opressões, que se torna possível superar o veganismo acrítico, especista e opressivo. Isto é necessário e urgente, pois afastar minorias políticas da luta antiespecista só afasta a todos da libertação animal – e humana, já que se trata da proposta de uma perspectiva ética que acolha também a libertação humana.

O comprometimento com a abordagem interseccional adotado pelos ativismos digitais em torno do afroveganismo sugere pelo menos dois aspectos. O primeiro está relacionado à presença da contestação do sistema de opressão que afeta as minorias sociais, em especial as mulheres negras. E o segundo aspecto se volta para o tensionamento da noção de veganismo, suas práticas e rotinas na estrutura social, já que esse estilo de vida, conforme aponta Davidson (2021), vêm sendo estruturado em torno do que pode ser compreendido como uma sociedade de consumo. E sendo assim, examinam-se, a seguir, a natureza e as características dessa abordagem interseccional que tem moldado o próprio afroveganismo e, de algum modo, também influenciado nas transformações da noção de veganismo.

## 5.2 O ESTILO DE VIDA AFROVEGANO COMO FORMA DE ATIVISMO

A gente busca racializar a questão sobre a saúde e sobre a alimentação. Pensar de que modo as pessoas pretas podem entender como é complexa a relação da alimentação relacionada à saúde. Daí, percebemos que precisávamos fazer um movimento, culminando no Movimento Afro Vegano. E a partir desse momento, eu entendi a necessidade de pessoas que fossem pretas e trabalhassem com a nutrição (Ativista Maria, entrevista concedida em julho de 2020).

O propósito deste tópico é discutir o ativismo digital afrovegano a partir dos estilos de vida adotados pelos ativistas do movimento. Isto permitirá posicionar o Movimento Afro Vegano no espaço de tensionamento das noções de veganismo. O afroveganismo engloba táticas, cotidianos, ancestralidade, reapropriação de práticas, rotinas e condutas alimentares, e manifestações religiosas de base africana, responsáveis por caracterizar e diferenciar o movimento no conjunto das lutas sociais. Nas mídias sociais, a discussão sobre a complexidade do estilo de vida afrovegano tem se confirmado como ativismo, buscando problematizar e criticar as concepções de veganismo que tem se voltando na maior parte das vezes para o consumo.

### 5.2.1 Existências, ancestralidade e a reapropriação de práticas alimentares

A inserção no afroveganismo não foi fácil para muitos ativistas. As aproximações ocorreram com pequenos passos. Os alinhamentos entre os ativistas se deram lentamente em função da personalidade de cada pessoa e seus interesses no afroveganismo. Para a ativista Angélica, o encontro com o MAV foi fruto da busca pela sua formação identitária e dos seus incômodos com as relações entre o acesso a uma alimentação de qualidade, a visibilidade da mulher negra e questão racial. No movimento ela encontrou a possibilidade de articular esses incômodos e refletir sobre essa relação na sociedade, mesmo apresentando dificuldades em se relacionar com as outras pessoas com posicionamentos tão diferentes dos seus. Essas dificuldades, conforme destaca a ativista, estão presentes nesse encontro com o outro, com os anseios do outro, mas são fundamentais na construção do MAV.

A descoberta do afroveganismo foi a junção de coisas que eu estava procurando, daí eu consegui juntar nesse movimento. Não foi muito fácil no começo, porque eu nunca havia participado de grupos muito organizados. Então, foi meio difícil eu me encaixar nesse tipo de ação. Pensar as coisas juntos, conviver com pessoas diferentes – eu acho que eu não tinha muito esse trato de me comunicar com as pessoas diferentes do meu círculo. Quando você lida com pessoas de origem diferentes, de ideias diferentes e outras coisas, você vai percebendo que existe toda uma construção coletiva bem importante por trás do movimento. A dificuldade maior é de você encaixar as personalidades, os objetivos – o que a gente quer mesmo como um coletivo (Ativista Angélica, entrevista concedida em julho de 2020).

Os ativismos afroveganos são executados em diferentes formas, como encontros presenciais, participação em feiras, eventos e ações em praças. Entretanto, com a chegada da pandemia, algumas ações foram modificadas e o movimento passou a atuar mais nas mídias sociais, particularmente no *Instagram* e com a participação em alguns encontros enquanto convidados de outros movimentos no *Youtube*. Quando indagada sobre a maior presença do movimento na internet, a ativista Karen afirma que o MAV tem se dedicado neste tempo de pandemia às ações mais pontuais na internet, especificamente no *Instagram*, mas apresenta projeções para ações na rua e em eventos presenciais assim que pandemia passar.

Em resposta à centralidade dos ativismos na internet nos últimos meses, Karen pontua que:

Não, você tem razão. É por que na verdade, falando assim do movimento central... O Movimento Afro Vegano, a MAV mesmo, a gente ia propor umas ações presenciais esse ano pra enfim acontecerem ao longo da vida, mas com a pandemia esses projetos foram interrompidos. E como antes da pandemia a gente sempre só teve o famoso ativismo de sofá, acabou que a gente parece mesmo ser um movimento que não propõe as ações presenciais. E assim, a gente já fez circuitos, já fizemos feiras e tal. Que foi inclusive muito bacana, porque a gente faz feira com palestra, faz oficinas e que são gratuitas. Por que é muito triste, assim, a meu ver, por exemplo, congressos vegetarianos que são os “olhos da cara” de caros, sabe? Então assim... A gente falou que é gratuito e sempre vai ser esses tipos de eventos, né? E a gente está pra fazer algumas ações, mas como eu posso falar... Umas ações mais embáticas, tipo chegar pra alguma pessoa na praça, sentar e conversar... Umas ações assim. Para também ter um alcance maior, porque eu acho que a rede social ajuda muito, mas o boca a boca ainda é a melhor divulgação que existe. Então a gente está fechando os nossos projetos e estamos para colocar também os que já estavam planejados e eu acho que naturalmente a gente vai se movimentar mais, porque realmente o afroveganismo ainda é muito focado nas redes sociais. Ele é muito focado em discutir e em debater. Isso é importante, mas a gente faz poucas ações presenciais (Ativista Karen, entrevista concedida em maio de 2020).

Outro interesse da pesquisa foi sobre os impactos das mídias digitais nos ativismos dos afroveganos. Neste caso, foram apresentadas dificuldades na utilização das plataformas digitais, mas o entusiasmo por parte de alguns ativistas demonstra a importância desses espaços para a socialização com outros movimentos sociais e a realização dos ativismos. As mídias como o *Instagram* vêm sendo utilizadas pelos afroveganos nas suas lutas sociais. Mais do que isso, a representação social do veganismo nas plataformas digitais tem evidenciado, por exemplo, mudanças nos comportamentos alimentares dos sujeitos (CHERRY, 2006; 2014; DOYLE, 2016; BRAUN; CARRUTHERS, 2020; LUPTON, 2020; MANN, 2020). Esses espaços têm sido utilizados, por exemplo, como recursos tecnológicos na orientação às transições dos sujeitos ao vegetarianismo e veganismo, que contam com redes de apoio mútuo, assim como trocas de experiências alimentares e informações sobre a temática.

Quando indagada sobre qual o papel das mídias sociais no seu ativismo, a ativista Fernanda destaca que a internet tem um papel fundamental nas suas ações e do MAV. Mesmo apresentando dificuldades em termos de visibilidade em espaços altamente disputados pelas ações de *marketing* e consumo em massa, a ativista percebe que o *Instagram* tem feito diferença na divulgação das ações o afroveganismo e na sua luta a favor do acesso mais igualitário aos alimentos mais saudáveis.

Eu acho que faz muita diferença, sempre falei disso. Mas não adianta eu militar aqui na minha insignificância de 10 mil seguidores, falando pra não usar couro de animal, que o couro sintético é muito mais sustentável e muito melhor, e continuar aparecendo na TV a propaganda do Reynaldo Gianecchini usando couro. As pessoas almejam a vida de pessoas ricas, e em geral as pessoas ricas são brancas. Eu falo e tento desmistificar um pouco isso no meu ativismo, indagando as pessoas negras, tipo: vocês querem o estilo de vida branco? O estilo de vida de uma sociedade que tem essa característica de usurpar, que tem essa característica de explorar? Que tem esse conceito deturpado de prazer? Porque prazer é eu encher a minha boca de um bacon super gorduroso, e isso é o que me dá prazer, e não outros tipos de prazeres que são tão gostosos quanto, porém mais saudáveis. E eu não falo saudáveis versão natureba, mas que não sejam nocivos para teu próprio corpo. Por que isso é suicídio alimentar, praticamente. Não é sobre você comer fritura uma vez na semana, sabe? Mas é sobre você vir com essa desculpa de “aí, para de cagar regra, eu gosto de *junk food*”. Tá, não é sobre isso! É por que você não encontrou o teu próprio equilíbrio. E não saber das coisas que você precisa comer pra sobreviver, isso é bem bizarro. Então eu acho que enquanto a mídia não falar abertamente sobre isso, o nosso trabalho vai ser bem mais cansativo e bem mais de formiguinha (Ativista Fernanda, entrevista concedida em maio de 2020).

As possíveis divergências dentro do Movimento Afro Vegano foram também interessantes para essa tese. Conforme apontam Pereira e Kunrath (2018), as tensões formadas em torno do “enquadramento interpretativo” são fundamentais para a delimitação das fronteiras de um movimento social. Mais do que representar o choque de posicionamentos e identidades dos ativistas, essas tensões influenciam e são influenciadas pela identidade coletiva do próprio movimento.

Para a ativista Karen, ainda que a divergência seja frequente para todos os movimentos e grupos de luta social, algumas pautas persistem nas contradições dentro do MAV. Conforme ela aponta, o debate clássico em torno da classificação das pessoas com base na cor é a pauta que tem estimulado os desentendimentos dentro do movimento. Alguns ativistas se posicionam contrariamente sobre a associação do MAV com pessoas que não sejam pretas, principalmente nos debates sobre a inserção desses indivíduos em seus grupos fechados. Para esses ativistas especificamente, isso geraria uma descentralização dos objetivos do movimento – que, por sua vez, deveriam ser voltados para o acolhimento de pessoas negras. Essas discussões se aplicam também para os convites de participação pública do movimento, por exemplo, em eventos com transmissão como *lives* e debates no *Youtube*. Para estes casos, a preocupação do movimento é sobre o seu alinhamento na esfera pública a pessoas que apresentam condutas que escapam dos seus interesses coletivos.

Algo que sempre surge para discussão é que a gente tem um grupo no *Facebook* que hoje chama MAV, ainda para as pessoas pretas só, e as vezes coisas simples, tipo: uma pessoa que quer entrar no grupo, se declara preta, mas a gente fica meio na dúvida... tem muito essa questão do colorismo, mas não só isso. Tem coisas simples nesse sentido. Alguém que quer entrar e alguma de nós vê aquela pessoa como negra e outras não. E aí a gente começa a refletir que tem pessoas que já fazem parte da MAV que não são lidas como negras, mas estão, e aí enfim. Alguém que quer somar ativamente, tipo se coloca como preta e não necessariamente é lida, mas quer somar com a MAV, quer fazer uma discussão. Daí a divergência de a gente ter que conversar. Tem convites, não sei se entra como divergência. Às vezes surge um convite de alguma organização ou local que a gente sabe que é problemático, mas que tem determinado alcance. Aí pensamos: aceitamos ou não? Ai na organização tem aquelas pessoas que colocam: “olha, pode ser interessante, nesse espaço vamos poder fazer um contraponto, colocar que não concordamos com a ação deles.” Aí outros colocam que: “é desgaste, que teríamos que somar com essas pessoas” [...] Aí refletimos e discutimos não no sentido assim: “a gente pode dialogar com pessoas brancas que tiveram falas problemáticas se ela estiver disposta a se desconstruir, se não só vai desgastar e não vale a pena”. Sempre a gente tem que parar e pensar se vale. [...] E essa questão vai surgir cada vez mais, tem cada vez mais gente no *mainstream* nos convidando e é algo que a gente sempre fica tipo: “vale o alcance que vai ter?” Mas também fica parecendo que a gente pode ser usado. O que a gente fica em discussão é isso, até onde vai servir para dar mais repercussão para a gente e até que ponto não vai ser tipo: “ah, está vendo? A gente conversou com o MAV, a gente não é racista!” E até de distanciar de outras pessoas pretas de falarem que a MAV está falando com pessoas racistas. Tinham divergências mais graves com os caras que já saíram e que eram muito machistas, mas foi uma questão pontual mesmo no sentido de... Eles relativizavam o machismo e tudo mais, e acho que foi a maior divergência. A gente viu que não tinha como manter essas pessoas (Ativista Karen, entrevista concedida em agosto de 2020).

As divergências dentro do afroveganismo estão relacionadas ainda às posições assumidas por cada ativista. Muitos fazem parte de outros coletivos e movimentos, apresentando outras agendas que tendem a se chocar com as agendas do MAV ou se complementarem. Essas agendas são debatidas pelos ativistas do afroveganismo e sintetizadas em ações práticas pelo movimento, como ocorreu com a incorporação da agenda LBTQI+. Em outros termos, por contar com outras experiências de ação coletiva, o afroveganismo tem apresentado um estilo de vida próprio dentro do veganismo, incorporando diferentes percepções e agendas resultantes das existências dessas pessoas e das suas lutas diárias na ação coletiva interconectada, tendo o antirracismo e o antiespecismo como centrais. O presente estudo indica que essa articulação de pautas tem influenciado na formação da característica interseccional apresentada pelo movimento nas mídias sociais.

A entrevista com a ativista Fernanda retrata o caráter interseccional das ações do afroveganismo. Neste trecho, a ativista defende que o afroveganismo é uma defesa de lugar dentro do veganismo, uma luta por visibilização e inclusão

social das pessoas em situação de opressão. Conforme evidenciado, isso não pressupõe que o Movimento Afro Vegano seja fruto do Movimento Negro, nem influência nas vinculações ou não dos ativistas em outros movimentos sociais. Pelo contrário, a ativista defende que o MAV dá abertura para que as conexões dos seus ativistas com outros movimentos sociais aconteçam. Entende-se que essas articulações estão relacionadas com o perfil interseccional assumido pelo Movimento Afro Vegano, já que elas traduzem os cruzamentos de pautas e discussões no encontro dos ativistas do MAV com outros ativistas.

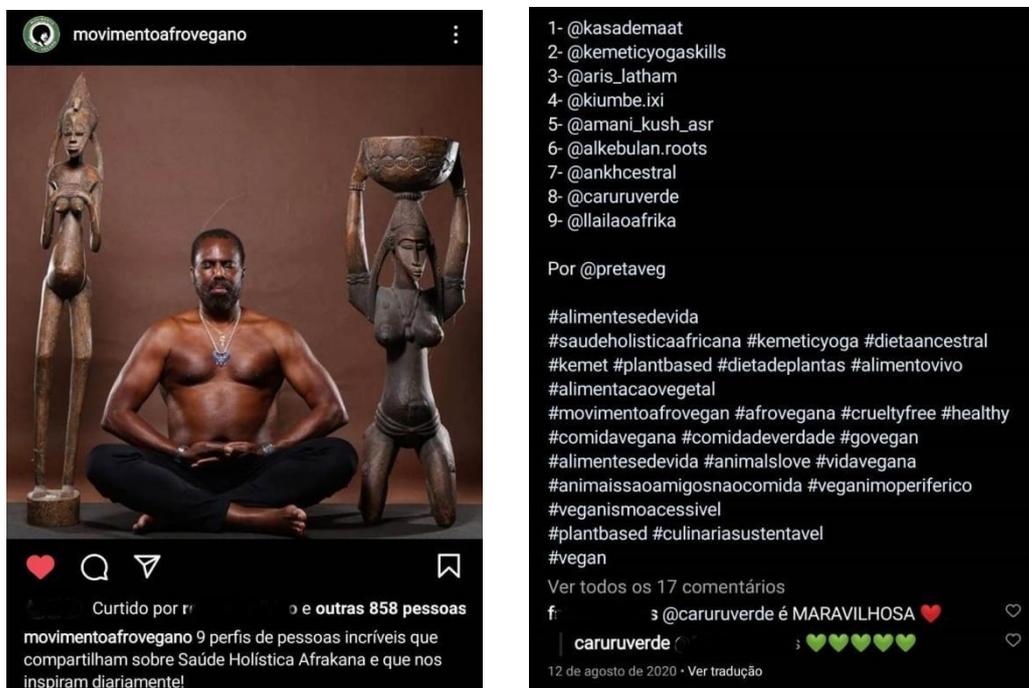
A gente surgiu da necessidade de se mostrar presente. Então não é porque um belo dia a gente resolveu criar o coletivo, entende? Teve uma motivação, teve um estopim. Que era o racismo dentro do veganismo. E porque a gente sabe que o veganismo é um movimento super elitista. E fazer essa diferenciação, de que elitista não significa que as coisas que você precisa pra ser vegano são caras são diferentes. Então a gente vem justamente para estabelecer esse lugar, né. Estabelecer esse lugar de: somos pretos, somos veganos e lutamos pela luta antiespecista. Então a gente não veio exatamente do movimento negro. A gente veio da necessidade de mostrar a nossa existência enquanto negro dentro do movimento vegano. Tanto que a gente não exclui a outra coisa, porque, por exemplo, eu vou ser afrovegano e é isso que eu sou. Não, a gente é o que a gente quiser ser! E muitas pessoas do MAV fazem parte de outros coletivos, fazem parte de outras frentes, são ativos em outras frentes também (Ativista Fernanda, entrevista concedida em maio de 2020).

A conexão do MAV com outros movimentos, coletivos ou estilos de vida acontecem também de outras formas. No cotidiano das interações digitais, o MAV tem acionado algumas táticas e estratégias, a fim de se conectar a outras ações que buscam promover o antirracismo e o antiespecismo. Isso acontece, por exemplo, com a mobilização de *hashtags* e a citação de perfis que apresentam abordagens próximas às pautas de defesa do MAV. Esse tipo de ação digital não é novidade na militância. Essas estratégias e táticas fazem parte do contexto das transformações do ativismo em plataformas de mídias sociais, ações que já são comuns nos ativismos digitais (RUSKOWSKI, 2018). No caso da figura 08, o perfil do Movimento Afro Vegano indica nove perfis que abordam a temática da Saúde Holística Africana no *Instagram*, entendida pelos ativistas do movimento como as diferentes relações entre corpo, mente, emoções e espírito.

Na figura 08, os perfis indicados não são de pessoas afroveganos, mas de indivíduos veganos que além de modificarem suas alimentações diárias, excluindo a exploração animal, buscam ampliar o entendimento desse estilo de vida para a perspectiva da negritude. A Saúde Holística Africana pode ser entendida como uma

forma de resgate da ancestralidade da população negra, buscando integrar nas rotinas diárias dessas pessoas, estilos de vida que se conectam com África e sua história cultural. A postagem, representada por um homem negro em posição de equilíbrio na prática do Yoga, apresenta também esculturas africanas de mulheres negras. Além disso, são acionadas as principais *hashtags* sobre assuntos relacionados, estabelecendo conexão com outros movimentos e servindo de orientação aos seguidores que desejam conduzir suas ações para esse estilo de vida.

**Figura 8:** Post indicando perfis sobre Saúde Holística Africana



**Fonte:** Print do perfil do MAV no *Instagram*.

Em síntese, a Saúde Holística Africana diz respeito a um conjunto de práticas, rotinas e existências de pessoas que buscam se conectar, em termos de saúde como um todo, com os conhecimentos oriundos da África. Para Afrika (2004), a Saúde Holística Africana tem por intuito ser um caminho nos processos de alimentação, Yoga, espiritualidade e remédios à base de ervas compartilhados pelas populações negras. A partir das contribuições de Afrika (2004), entende-se que essa abordagem assume o caráter de ativismo na contemporaneidade, por problematizar o atual contexto de subordinação da população negra a um estilo de vida

padronizado, majoritariamente branco, e instituído pelo capitalismo. Ou seja, um contexto marcado pela sobreposição de rotinas e condutas voltadas para o consumo, hierarquização social, aumento da alimentação de base ultraprocessada e exclusão das minorias sociais (DURAN, 2013; ATLAS, 2014; FERREIRA, 2016; KO; KO, 2017; DAVIDSON, 2021).

Associado à Saúde Holística Africana, o Movimento Afro Vegano tem promovido no *Instagram* discussões sobre a alimentação ancestral, maneiras de adotar esse tipo de alimentação e a sua importância (Figura 09). Essa temática, a partir da perspectiva do afroveganismo, tem se voltado para sabedorias, técnicas e dietas em torno de uma alimentação à base de vegetais, baseando-se em vivências, práticas e rotinas dos povos ancestrais.

Para a ativista Carla, a preocupação com a saúde é o principal foco do ativismo afrovegano. Ela aponta que essa atenção se configura em uma estratégia adotada pelo movimento, já que a conscientização da saúde dos povos negros permite que outras questões sejam problematizadas, como o acesso aos alimentos e o fim da opressão animal. Além disso, para Carla, as práticas alimentares também permitem a reflexão sobre os aspectos históricos e identitários dos alimentos. Do ponto de vista afroveganismo, essas reflexões contribuem para o resgate das tradições ancestrais relacionadas à comida e ao comer no dia-a-dia.

É o que tem defendido, por exemplo, Afrika (2004; 2013). Para o autor, uma alternativa para a promoção da saúde dos povos negros é o resgate das práticas alimentares ancestrais – o resgate da história dos povos africanos. Conforme o autor aponta, o consumo de alimentos ultraprocessados, ricos em sais e gorduras, base da dieta das sociedades contemporâneas, é responsável pela obesidade e outros problemas de saúde, afetando especialmente os povos negros marginalizados. Para ele, a solução para esse problema é a reconexão dessas pessoas com os alimentos básicos, porém nutritivos, como hortaliças, assim como a apreensão das suas técnicas e tecnologias produtivas, podendo ser aplicadas nas mais diferentes realidades.

O intuito do nosso ativismo é conscientizar corpos negros para se alimentarem de forma diferente. E assim eles vão contribuir para uma cadeia de outras coisas, que é a questão animal e ambiental do capitalismo. A gente acredita que o nutricídio está aí, afetando em especial as populações negras, principalmente por falta de informação. Por isso tem muitos estudiosos da alimentação para a população negra especificamente, por exemplo, o Dr. Milton Mills. Ele conseguiu comprovar cientificamente e

com um recorte histórico que os povos negros apresentam mais intolerância à lactose do que as pessoas brancas no geral. Daí quem faz esses recortes são médicos negros que se dedicam a essa linha de pesquisa. E isso vai além, como muitos alimentos que não são muito bons para a população negra, como a batata etc. Então não é só sobre a saúde, é uma questão mais geral, é a saúde a partir do recorte racial que a ideia de alimentação ancestral prega. Porque muitas doenças que existem são mais propensas para esse povo. Não somos da área da saúde, mas a gente entende que a nutrição é um caminho anterior à doença. Então se você se nutrir, você vai ficar menos propício a determinadas doenças, ao nutricional. Por isso a carne também não é um alimento adequado para o consumo. Além de ser uma agressão ao animal, uma violência, a gente acredita que não é um alimento bom para saúde, pois provoca várias doenças. Nosso intuito é esse, tentar trocar nossa alimentação por uma alimentação mais natural, sem industrializados e assim, contribuir com o fim das mortes dos animais (Ativista Carla, entrevista concedida em julho de 2020).

Conforme pode ser verificado no trecho da entrevista com a ativista Carla, o afroveganismo tem utilizado estrategicamente na sua luta social na internet, a conscientização das pessoas sobre suas condições de saúde, dedicando maior atenção às pessoas negras. Essa característica está presente em todos os perfis analisados nesse estudo, mesmo que em alguns perfis há maior presença da temática do que em outros. De maneira complementar, 10 dos 14 os ativistas que fizeram parte da pesquisa recorrem a postagens no *Instagram* sobre pratos veganos, técnicas de plantio em casa, indicações de leituras sobre as temáticas afroveganas e sugestões de perfis que abordam determinadas temáticas nas mídias sociais.

Além disso, as figuras 08 e 09 sugerem que a discussão em torno da alimentação ancestral possibilita que outras pautas sejam articuladas, como a questão da nutrição, acesso aos alimentos, questão ambiental, capitalismo, dentre outros. Portanto, a partir das figuras 08 e 09, e da fala da ativista Carla do MAV, entende-se que a temática da alimentação ancestral se trata, também, de uma agenda com teor político dentro do afroveganismo. Desse modo, essa dimensão é utilizada como um dos enquadramentos adotados nas delimitações das fronteiras desse movimento, contribuindo para sua inserção na luta social dentro do veganismo (PEREIRA; KUNRATH, 2017).

Para o ativista Elias, a alimentação ancestral não está necessariamente ancorada na perspectiva da negritude, mas associada ao autocuidado, sendo uma dimensão indispensável para aqueles indivíduos que se preocupam com a própria saúde. Conforme ele aponta, a discussão em torno da alimentação ancestral ganhou mais destaque nos atuais tempos de pandemia, já que está relacionado à promoção de uma alimentação mais saudável para as pessoas em suas rotinas diárias. A

entrevista sugere ainda que as conexões entre a alimentação, os corpos e as sociedades se configuram, pois, em dimensões indissociáveis no ativismo afrovegano.

Autocuidado. Principalmente isso, é o que mais faz com que essa ideia de ancestralidade venha para nós. Porque a gente fala muito em África, que tem alimentos que não são pra nós. A cor branca dentro dos alimentos da África não faz bem para a pessoa preta. Então isso já vem disso. Então a gente fala de alimentos farináceos, como o trigo – que é extremamente contaminado, como o arroz branco também. Eu consumo muito, mas por uma questão de praticidade. Eu entendo que quando eu começo a perceber o que faz bem para o meu organismo entramos nessa ideia de ancestralidade e autocuidado. Tu meditar, te alimentar com qualidade, te hidratar. E tem sido muito falado nisso com a questão da pandemia... esse bum de imunidade, as pessoas só falam de imunidade e tal... cada vez mais as pessoas acabam consumindo suplementos que tragam imunidade, por essas questões de pandemia. Mas a ancestralidade está muito ligada com essas questões de se curar em todas as formas. O alimento de forma ancestral, porque na África cultuava muito essa questão de se alimentar, fazer confraternização, praticando a ancestralidade e praticando e magnificando isso. Então é algo que é cada vez mais falado dentro de tudo isso por conta dessa ideia de autocuidado e cura (Ativista Elias, entrevista concedida em agosto de 2020).

**Figura 9:** Post sobre um evento voltado para a alimentação ancestral



**Fonte:** Print do perfil do MAV no *Instagram*.

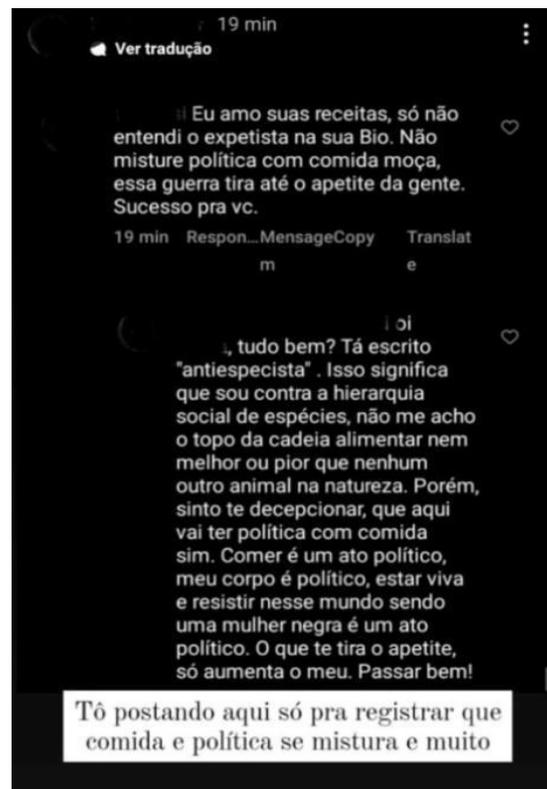
Para a ativista Karen, promover um ativismo digital a partir da relação entre a culinária vegana e a perspectiva da negritude pautada na ancestralidade, está na necessidade de reapropriação das práticas e condutas alimentares que circundam a história dos alimentos. Nesse sentido, a culinária afrovegana se volta para as memórias afetivas que compõem os alimentos. A fala da ativista aponta que recorrer a uma alimentação ancestral, ou de maior conexão das pessoas com seus próprios

alimentos, buscando excluir a opressão animal, é um processo. Neste caso, não se trata de mudanças repentinas, na qual muitas vezes as pessoas não conseguirão sustentar e adequar as suas rotinas e práticas alimentares. Para a ativista, a transição ao veganismo deve ser entendida como pequenos passos, mudanças diárias e a reflexão dessas mudanças, levando a pessoa a se conectar com a história e a origem dos alimentos, assim como sua apropriação pelas sociedades em diferentes contextos. Visto dessa forma, a alimentação ancestral está ligada às vivências das pessoas, às suas histórias de vida e aos saberes tradicionais dos povos que praticaram esse tipo de consumo.

A primeira ideia que eu também já tive e que a ideia que muitas pessoas pretas não veganas tem é de entender assim: bom, comida vegana é algo industrializado e vai estar longe de uma relação afetiva. Enquanto pessoas pretas, e do que nos foi colocado do que é uma comida preta. Na verdade, a gente desconstrói isso, porque tem o mito da feijoada ser uma comida preta. Mas na verdade não é bem assim, foi algo do colonizador. Querendo ou não foi incorporado. Muito do que vai carne, muito da comida baiana, aí você já pensa no acarajé e na relação afetiva. E você pensa no leite que a avó dava, que a mãe dava... Primeiro é assim, a gente mostrar que você pode ter tudo isso sem ser de origem animal. O visual também, porque a ideia que tem do visual é ruim. Tipo: ah, eu não vou comer. É sem cor, é feia. Então a ideia é quebrar esse mito. E mostrar que tem muitos pratos que já comemos desde a infância, o jiló, a mandioca, batata, vegetais... Que já fazem parte, mas de outras formas de descobrir sabores. E sempre aprofundando qual a origem desses pratos. Mostrar que muitos dos nossos pratos originários de África, com a questão da colonização e escravização, é que foi introduzida a carne, a proteína animal desse prato. Mas a origem não é essa, é necessário ter a discussão (Ativista Karen, entrevista concedida em agosto de 2020).

Manter o estilo de vida afrovegano nas mídias sociais não é fácil para alguns ativistas. Constantemente suas páginas são atacadas por perfis de pessoas que discordam dos seus posicionamentos, tentando gerar polêmicas e desconstruir seus ativismos. É o caso, por exemplo, do que aconteceu com a ativista Fernanda no *Instagram* (Figura 10). Essa figura apresenta um usuário questionando o posicionamento político de uma ativista do MAV, afirmando que questões de política e alimentação não devem ser articuladas. Como réplica, a ativista compartilhou em seu *story* a afirmação desse usuário, acrescida da sua resposta. Na resposta, a ativista Fernanda destaca que seu perfil aborda a noção de antiespecismo, se colocando contra a hierarquização das espécies, assim como defendendo que as pautas da alimentação e política não só podem como devem ser articuladas, sobretudo por estarem no perfil de uma mulher negra.

**Figura 10:** Story sobre posicionalidade política



**Fonte:** Print do Story da ativista Fernanda no *Instagram* (2020).

Ainda sobre os retratos da existência afrovegana, como pode ser identificado em alguns perfis de ativistas do MAV que desafiam a amplitude da internet e compartilham suas rotinas diárias, é possível encontrar a contestação de comportamentos tidos como padrão nas mídias sociais. As postagens podem ser utilizadas por esses ativistas como reflexão e crítica sobre os estilos de experiências que têm sido compartilhadas diariamente no *Instagram*, evidenciando o não conformismo dessas pessoas com determinadas ações nesses espaços de interação digital. É o que aconteceu, por exemplo, com a postagem da ativista Geise no *Instagram* (Figura 11).

A figura 11 apresenta dois aspectos interessantes sobre os ativismos digitais. O primeiro é sobre a produção de alimentos para venda – uma prática comum entre os ativistas do Movimento Afro Vegano. A postagem é uma crítica direta às pessoas que acham os produtos comercializados pela ativista Geise, particularmente caros. Conforme ela afirma em sua postagem, todos os produtos carregam diferentes

etapas de produção e dedicação, resultando de um conjunto intenso de horas de trabalho e gastos diversos (gás, produtos de limpeza, energia etc.). Em função disso, a ativista argumenta que não se trata simplesmente de vender produtos sem levar em consideração todo o processo de produção, cabendo a valorização, por parte dos consumidores, de todas as etapas necessárias.

O segundo aspecto é sobre postar imagens que sejam socialmente “aceitas” nas mídias sociais. Para a ativista, uma produção de alimentos, por exemplo, envolve práticas que fogem desse padrão aceito nesses espaços digitais, mas que são cruciais para que determinados alimentos ganhem forma e sejam comercializados. Desse modo, postar e compartilhar fotos da cozinha “bagunçada” se configura em uma forma de contestação nas mídias sociais desses modelos tidos como padrão nesses espaços.

**Figura 11:** Post sobre a produção de alimentos para venda



**Fonte:** Print do perfil da ativista Geise no *Instagram*.

Além dos posicionamentos “polêmicos” dos ativistas no *Instagram*, o acesso aos alimentos é uma questão para muitos afroveganos e pessoas que interagem com os seus perfis. O ativista Beto destaca que sua busca por alimentos de qualidade e com preços acessíveis tem sido difíceis, sendo necessário para esse ativista mapear os mercados da região onde vive, em busca de melhores preços e opções de qualidade. Conforme ele destaca,

Então, aqui onde eu moro não tenho tanto acesso. Por exemplo, existe uma feira no bairro aqui vizinho que é uma feira orgânica, eu não sabia da existência dela antes da pandemia. Porque com a pandemia eu comecei a ter mais ainda a consciência de tentar ajudar um pequeno agricultor, porque esse momento pra eles está sendo difícil demais. Eu não via isso na minha realidade. Porquê das pesquisas que eu fazia, eu só achava cestas que eram tipo 50... Não, 100 ou 150 e estava completamente fora de eu poder comprar. Eu gasto 30, 60 reais na feira e a minha mãe não via sentido eu gastar 100 ou 150 numa cesta de orgânicos que vem 10 itens. Esse ano que veio esse negócio da pandemia eu descobri o Terra Crioula, eles são agricultores do Brasil todo, que eles são de um assentamento do MST. Eu descobri que os produtos deles são do mesmo preço da feira, então fica complicado de comprar sempre com eles. Mas assim, a couve que é a gente acha por 8 reais na feira é o mesmo preço que lá, é tudo o mesmo preço ou às vezes até mais barato, tem coisas que eu acho com eles é mais barato do que na feira, então quando dá pra comprar com eles eu sempre compro porque é um alimento sem agrotóxico, que está ajudando o meio ambiente e a saúde do corpo. (Ativista Beto, entrevista concedida em maio de 2020).

Além do caráter interseccional apresentado pelo movimento, suas existências são marcadas pela busca por transformações das rotinas e práticas alimentares das pessoas. Para Beto, é na ressignificação das referências do veganismo – “uma vivência tida como tradicional, racista, de maioria branca, elitista e excludente”, que o ativismo afrovegano se estrutura. Para isso, o afroveganismo procura problematizar o estilo de vida das pessoas, propondo a substituição dos alimentos industrializados e de exploração animal, por opções compreendidas pelo movimento como saudáveis e mais adequadas ao consumo humano. Neste caso, entende-se que essas ações denotam algumas das estratégias adotadas pelo MAV para refletirem sobre as noções de veganismo, buscando, além da promoção da luta antiespecista, a inclusão social das pessoas no universo dos veganismos, em especial a inclusão das pessoas negras e marginalizadas.

Conforme Beto acrescenta em sua fala, suas estratégias na promoção do veganismo são voltadas para a realidade das pessoas, dando ênfase para a praticidade da produção dos alimentos de qualidade e destacando o seu acesso mesmo em contextos que tendem a serem problemáticos para a aquisição de determinados tipos de alimentos. Conforme ele aponta, é necessário romper com essa lógica de referências alimentares baseadas em produções industrializadas, como salsicha, hambúrguer etc., substituindo por alimentos mais nutritivos como grão de bico, feijão, cenoura dentre outros. Beto destaca que a maior dificuldade em seu ativismo é levar esse entendimento sobre a necessidade de mudança alimentar para a favela, uma vez que as pessoas utilizam a alimentação a partir de uma referência mais

elitizada ou como sinônimo de status, no qual o comer carne denota alto poder aquisitivo.

Quando se tem uma referência, é uma referência elitizada, que é salsicha industrializada, linguiça industrializada, hambúrguer industrializado etc. Só que no básico do básico mesmo, a gente pode fazer um hambúrguer de feijão, uma linguiça com grão de bico, sabe. Ou um *Hot Dog* feito com cenoura. É difícil chegar e fazer com que a periferia entenda que a gente não precisa de carne e essas coisas. Porque até então já é um histórico na vida deles, que ter carne é um *status*. Então como vou fazer largar esse status, sabe? Para a gente chegar e fazer com que as pessoas mudem é muito complicado. Por isso que às vezes eu faço a intersecção, conectando o veganismo com outras diretrizes, para o pessoal entender que aquela luta pelo feminismo e racismo tem uma ligação que vem de uma coisa só – o patriarcado. É o problema da questão branca de estar ali sempre oprimindo. Então não faz sentido a gente querer lutar por menos opressão enquanto a gente está pregando a opressão por cima de outros animais. Então tentar fazer com que a base, que a periferia entenda isso, é muito complicado, mas dá pra fazer. Mas a gente tem que saber conversar. Não é chegar jogando as coisas na cara. Não é a realidade delas. Não é o que aquela gente viu. O que elas viram é o que a gente mais menospreza no veganismo – que é a elitização e a forma de comer industrializados (Ativista Beto, entrevista concedida em maio de 2020).

A entrevista aponta que é preciso conhecer a realidade local de cada pessoa para que os objetivos do movimento sejam alcançados. Neste caso, a ideia de popularizar o veganismo está em torná-lo mais acessível para as pessoas. Para tanto, é necessário compartilhar experiências e estratégias no acesso aos alimentos de qualidade e com menor custo.

Relacionado ao acesso a alimentos de qualidade e baixo custo, a ativista Carla, destaca que é possível encontrar diferentes técnicas de produção de leite e queijos vegetais, assim como dicas, sugestões e explicações sobre as funcionalidades de ervas, temperos e frutas para a alimentação diária. A figura 12, por exemplo, ilustra a produção de queijos de base vegetal feita pela ativista. Na oportunidade da publicação, ela aproveita para compartilhar com seus seguidores o perfil da pessoa que ministrou a oficina (Queijos Vivos) na qual obteve esse aprendizado. Outra coisa interessante sobre essa foto é que na legenda a ativista compartilha o processo de exclusão de laticínios de sua alimentação, destacando que as atuais opções vegetais que ela tem compartilhado com o público, aliviaram a ausência desses alimentos. Mais do que isso, ela compartilha também as motivações para o distanciamento dos laticínios, explicando que se trata da sua reconexão com a culinária ancestral.

**Figura 12:** Post sobre queijos fermentados vegetais



Esse foi o resultado final da oficina de Queijos Vivos que tive a oportunidade de participar com a maravilhosa @emayeama.

Quando decidi parar de me alimentar com ingredientes de origem animal a maior dificuldade foi me livrar do "vício" do queijo. Sim, considero que era viciada em queijo e não imaginava um dia conseguir parar de comer. No entanto, quando percebi o processo cruel e nojento por trás da cadeia de produção de laticínios, bem como os malefícios à saúde relacionados ao seu consumo, decidi de uma vez por toda parar.

No início não foi fácil, sentia muita falta e vivia buscando receitas, ou até mesmo gastando "fortunas" para comprar alguns, (Queijos veganos industriais são muito caros). Porém, me frustrava pois, estava procurando o sabor igual ao queijo da vaca o que nunca iria ocorrer. Mas daí, com o tempo, eu percebi que na real, eu não precisava limitar tanto o meu paladar a necessidade de um determinado alimento.

Ao mesmo tempo que fui desassociando meu paladar dos laticínios, fui observando também os benefícios de não consumi-los. Segundo Dr. Milton Mills, médico afro estadunidense, Cerca de 80% da pop. negra é intolerante ao leite e seus derivados, fato negligenciado pela comunidade médica.

Mas confesso que ainda assim tenho muito apreço pelo sabor do queijo, e nesse processo tmb descobri o "mundo mágico" dos QUEIJOS VEGETAIS FERMENTADOS. Esse tipo de queijo, além de ter um sabor incrível são altamente nutritivos ao contrário dos obtidos a partir da exploração da vaca. Com a mestra, Emaye descobri que a germinação de grãos e sementes, base para produção de queijos vegetais fermentados, é uma prática milenar de povos do antigo Egito que era conhecido por Kemet, mostrando que há milhares de anos nossos ancestrais conheciam os os benefícios da alimentação viva! A oficina foi muito mais do que uma simples aula de preparo de queijos fermentados, mas acima de tudo, uma vivência de muita partilha ancestral e troca de afeto, ainda que a distância. Muito grata irmã @emayeama!! ❤️

#queijosvegetais #alimentesedevida #pretavegana #blackvegan#salvadorveg #afrovegan #movimentoafrovegan #afrovegana #crueltyfree

Ver todos os 35 comentários

Amei

21 de junho de 2020 · Ver tradução

**Fonte:** Print do perfil da ativista Carla no *Instagram* (2020).

As entrevistas com os ativistas apontaram que o Movimento Afro Vegano vem se preocupando em tornar o veganismo mais acessível para as pessoas – “popularizar o veganismo”, por assim dizer. Para isso, os ativistas têm compartilhado em seus perfis na internet, sugestões e dicas de acesso a determinados produtos. Em especial, compartilham suas experiências de compras em feiras livres, apresentando o valor gasto e os itens adquiridos. A fala do ativista Beto retrata um pouco disso ao destacar que a sua opção por produtos de feiras livres, de base orgânica ou agroecológica, resultou da comparação do valor desses produtos nas feiras e supermercados. Além disso, o ativista aponta para o menor valor gasto com vegetais do que com carne, refletindo que a escolha por alimentos saudáveis é uma

experiência possível, acessível e que precisa ser compartilhada com as pessoas. Para ele, essa reflexão sobre a substituição dos alimentos de origem animal por vegetais precisa ser iniciada em casa, com os familiares.

Minha mãe, depois de pouco mais de um ano resolveu virar vegana. Na verdade, ainda não, ela é ovo-lacto, mas está no processo. E pra mim foi mais gratificante ainda. Ela resolveu parar e parou de vez. Mas eu conheço pessoas que tentaram articular com os pais, então fica nessa dificuldade, porque acham que é caro. Mas é o que sempre converso com eles, o que você não gasta em carne comigo deixa que eu compro meus vegetais. Na feira, com 30 ou 40 reais você consegue fazer as suas compras para uma ou duas semanas. Então eu tento conversar com eles em relação a isso, até porque eu não tive essa dificuldade com os meus pais. De ter que ficar provando e eles falando “ah, vai voltar a comer carne”. E acho que nunca vou ter, até porque eu acho que é pra sempre e não tem como você desvirar vegano, a não ser que você não bata bem da cabeça. Então em relação de apoio eu sempre tive na minha vida. Então é tentar fazer os pais entenderem que vão gastar menos com legumes do que carnes (Ativista Beto, entrevista concedida em maio de 2020).

Arelado também ao valor dos produtos de origem vegetal, o tema da reapropriação de práticas alimentares vem sendo estimulado pelos ativistas do MAV. São compartilhadas diariamente receitas de reutilização de alimentos, como a casca da banana (também de outros alimentos) e o miolo do pimentão. Os ativistas procuram estimular seus seguidores a utilizarem os alimentos quase totalmente, destacando a economia nesse processo, o valor nutricional desses alimentos que seriam rejeitados e a versatilidade na combinação com outros alimentos. Além disso, os ativistas apontam que a perspectiva da ancestralidade ensina que esses povos procuravam evitar os desperdícios e absorver a maior parte dos nutrientes dos alimentos.

São comuns também entre esses perfis as postagens sobre a história de alguns alimentos, como a mandioca, o fubá, a feijoada vegana, dentre outros. Por meio delas, os ativistas procuram estabelecer a conexão desses alimentos com a ancestralidade, assim como destacar e criticar a sua apropriação pelas cozinhas de alta gastronomia<sup>42</sup>.

---

<sup>42</sup> Sobre a apropriação da culinária de cozinheiras negras no Brasil, por restaurantes de chefes renomados, Machado (2021) apresenta excelentes reflexões. Na obra, a autora apresenta uma análise social e crítica sobre a história da culinária de mulheres negras no Brasil, abordando a história de vida dessas pessoas, os processos de exclusão social vivida em função da etiqueta racial e a apropriação de seus pratos por restaurantes de pessoas brancas. A utilização da culinária (afro) vegana como forma de ativismo é aprofundada na seção 4.3.1.

### 5.2.2 Relações do afroveganismo com as religiões de matriz africana

A história dessas religiões [de matriz africana] tem sido feita, portanto, quase que anonimamente, sem registros escritos, no interior dos inúmeros terreiros fundados ao longo do tempo em quase todas as cidades brasileira. [...] Os cultos afro-brasileiros, por serem religiões de transe, de sacrifício animal e de culto aos espíritos (portanto, distanciados do modelo oficial de religiosidade dominante em nossa sociedade), têm sido associados a certos estereótipos como “magia negra” (por apresentarem geralmente uma ética que não se baseia na visão dualista do bem e do mal estabelecida pelas religiões cristãs), superstições de gente ignorante, práticas diabólicas, etc. (SILVA, 2005, p. 13).

Essa seção não poderia iniciar de outro modo senão problematizando a situação das religiões de matriz africana no contexto brasileiro. Os cultos religiosos como Umbanda e Candomblé, matrizes de representação negra cuja representatividade é mais expressiva na realidade brasileira, podem ser entendidas como símbolo de identidade social e de demarcação de espaço da negritude. Para Silva (2005), carregadas de simbolismos, alegria, danças, cantos e instrumentos musicais, essas religiões contribuíram para a reinvenção da África no contexto brasileiro.

No entanto, a história dessas religiões é ancorada no anonimato em função das inúmeras perseguições policiais a essas práticas tidas como criminosas para a sociedade e sua transmissão ter se dado principalmente a partir da oralidade (SILVA, 2005). Essas religiões são marcadas por estigmas, preconceitos, racismos, julgamentos subjetivos, juízos éticos e exclusões sociais (BASTIDE, 1971; NEGRÃO, 1993; PRANDI, 1998; SEGATO, 2005; SILVA, 2005; SOUSA JUNIOR, 2014).

As religiões africanas caracterizavam-se, como ainda hoje, pela crença em deuses que incorporam em seus filhos. São também religiões baseadas na magia. O sacerdote, ao manipular objetos como pedras, ervas, amuletos, etc., e fazer sacrifícios de animais, rezas e invocações secretas, acredita poder entrar em contato com os deuses, conhecer o futuro, curar doenças, melhorar a sorte e transformar o destino das pessoas. Por esses princípios a magia africana era vista como prática diabólica pelas autoridades eclesásticas, como já havia ocorrido com as religiões indígenas. Principalmente porque, sendo o catolicismo colonial também uma religião fortemente magicizada, era preciso distinguir a fé católica nos santos, almas benditas e milagres, das crenças consideradas “primitivas” em seres que incorporam, em espíritos que recebem como alimento sacrifícios de sangue e em adivinhos que operam curas. Da mesma forma que foi preciso distinguir a ingestão da hóstia, representando o corpo de Cristo, da antropofagia ritual dos índios (SILVA, 2005, p. 35).

Os estudos de Silva (2005) apontam que a exclusão social dos adeptos das religiões de matriz africana está ligada ao processo de colonização do Brasil. O autor reforça ainda que nas primeiras décadas do século XVI, com a chegada dos negros no Brasil, o catolicismo representado pela população branca e entendido como religião oficial (obrigatória), se estabeleceu enquanto diretriz também para os negros e indígenas. Isso só foi possível por esses povos professarem naquele contexto, outras crenças não relacionadas aos dogmas dominantes da fé cristã.

Conforme o autor destaca, essa disputa que durou longos anos e contou com diferentes estratégias opressoras para converter e atrair seus fiéis, foi responsável pelas novas formas religiosas, como as religiões afro-brasileiras. Isso se deu porque os escravos negros e indígenas não deixaram suas crenças religiosas totalmente de lado, mas sim juntaram seus saberes às práticas com as quais eram conduzidos no exercício do catolicismo. Para o caso dos escravos negros, ainda que convertidos à fé cristã, a exclusão social não deixou suas vivências na sociedade.

Tornados católicos, os negros escravos e a população mestiça tinham o direito de frequentar a missa e as igrejas de seus senhores. Contudo, só faziam isso em espaços reservados a eles, como nos pórticos de onde assistiam à missa em pé. Na nave principal, as famílias senhoriais ocupavam os bancos de acordo com sua riqueza e seu prestígio. Quanto mais ricas e poderosas, mais próximas ficavam do altar principal (SILVA, 2005, p. 37).

Essas religiões de matriz africana geralmente são caracterizadas em relação aos aspectos culturais que orientaram a vida dos povos negros, já que elas são resultado das experiências de vida dos escravos que vieram dessa região. A partir da perspectiva da negritude e da ótica do feminismo negro (GONZALEZ, 1988; 1984; CARNEIRO, 2011; BELL HOOKS, 2015; COLLINS, 2016; DAVIS, 2016; 2018; RIBEIRO, 2017; AKOTIRENE, 2020), essas religiões podem ser entendidas como sinônimo de resistência e superação a todas as formas de opressão com as quais essas pessoas foram submetidas ao longo da escravidão, persistindo até hoje em função do racismo estrutural persistente nas sociedades.

É a partir dessas perspectivas, em alinhamento com determinadas pautas e ações do Movimento Negro, que os demais movimentos sociais a favor dessas religiões procuram problematizar e refletir sobre os processos de racismo, preconceito e exclusão que afetam as pessoas praticantes desses cultos (Umbanda e Candomblé). Este é o caso, por exemplo, das posicionalidades do Movimento Afro Vegano sobre os sacrifícios de animais nessas religiões de matriz africana (figura

13). O posicionamento do MAV sobre sacrifícios animais em religiões de matriz africana (Figura 13) foi contrário, em algumas partes, ao que defende a noção de veganismo. A definição de veganismo apresentada pela *The Vegan Society* (2014, n.p) é: “uma filosofia e estilo de vida que busca excluir, na medida do possível e praticável, todas as formas de exploração e crueldade contra animais na alimentação, vestuário e qualquer outra finalidade”.

Com uma perspectiva interseccional, o afroveganismo problematiza a noção de veganismo recorrendo, além da luta pelos animais não humanos, à defesa ancestral e política alinhada à negritude. O Movimento Afro Vegano destaca em uma postagem: “Como veganos, claro que somos contra qualquer sacrifício animal. Mas, nesse caso, também como ativistas do Movimento Negro, sabemos que a problemática vai além do sacrifício” (Trecho retirado da postagem oficial do MAV no *Instagram*, figura 13). Além disso, esse posicionamento reforça que o afroveganismo encontra-se alinhado a outros movimentos sociais, como o Movimento Negro. Nesse sentido, o MAV apresenta em suas ações a incorporação de agendas que são do movimento negro, transformando suas lutas sociais dentro do veganismo em manifestações ampliadas, articuladas e interseccionais.

Na relação entre o posicionamento do MAV com a definição básica que orienta a noção de veganismo no mundo, entende-se que o movimento se deparou com uma situação cuja prática do veganismo colocaria em xeque suas estruturas centrais – as questões raciais e políticas. Conforme o MAV vem apresentando em seus ativismos, a transição ao veganismo deve acontecer de maneira gradual e não repentina. Nesse sentido, torna-se necessário levar em consideração as diferentes dimensões que compõem determinadas ações antes de um posicionamento público como ocorreu nessa situação apresentada. Desse modo, a figura 13 sinaliza que o afroveganismo se mantém alinhado aos aspectos culturais existentes nas religiões de matriz africana, indo contra quaisquer processos de criminalização e exclusão dessas práticas.

**Figura 13:** Post do MAV sobre o sacrifício animal em religiões



**POSICIONAMENTO DO MOVIMENTO AFRO VEGANO SOBRE A RE 494601**

Curtido por **movimentoafrovegano** e outras **2.673** pessoas

movimentoafrovegano Relembrando esse texto para o dia de hoje. É assim que o MAV se posiciona. — Sobre a RE 494601 e o sacrifício de animais. Falar sobre a prática de sacrifício de animais nas religiões de matriz afro-brasileira no meio vegano é difícil e polêmico. A maioria das pessoas sequer dá ouvidos a qualquer discussão acerca do assunto. No entanto, nós como Movimento Afro Vegano (MAV), achamos pertinente explicar nosso posicionamento: Ontem começou a discussão no STF do Recurso Extraordinário (RE) 494601, sobre pleito do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. O órgão recorreu contra decisão legislativa do Estado que criou uma lei, hoje em vigor, que evita a condenação de praticantes dos cultos por maus-tratos. Essa lei surgiu por

praticantes dos cultos por maus-tratos. Essa lei surgiu por entender-se que, apesar de a morte de animais ser usada em vários contextos religiosos, apenas a religião de matriz afro-brasileira costuma ser condenada moralmente por fazê-lo. Como veganos, claro que somos contra qualquer sacrifício animal. Mas, nesse caso, também como ativistas do movimento negro, sabemos que a problemática vai além do sacrifício. Precisamos entender que as religiões de matriz afro-brasileira sempre foram alvo de violência e perseguição. Desde a “abolição” da escravidão, antes até, essa crença é rodeada de desinformação. E, em um país majoritariamente cristão, sempre foi considerada “demoníaca”, “do mal”. Até quem não é cristão absorve essa ideia e reproduz o preconceito. Referir-se a oferendas de forma pejorativa como “macumbas”, sem nem saber o que é e para que servem em uma celebração religiosa, é um bom exemplo disso. Desde sempre, essas religiões são criminalizadas, ofendidas e deslegitimadas. Mas não apenas por se tratar de fé diferente do colonizador cristão. Tudo que vinha do negro, escravizado ou não, era combatido, condenado. Porque nunca foi interesse de uma sociedade escravocrata que o negro tivesse liberdade para se associar com seus iguais, desenvolver auto-estima e confiança, bem como manter suas crenças, construir famílias ou cultivar cultura própria. E essa dinâmica social permanece até hoje, de manter os considerados inferiores em seus lugares a qualquer custo. (continua nos comentários)

Ver todos os 434 comentários

Amo vocês!

28 de março de 2019 · Ver tradução

Só uma pergunta como leiga no assunto ,mas não como carne, sou contra o abate de animais, porém, tenho muita sintonia com o candomblé,com lidar com isso,sem ferir meus princípios ,essa religião está desde sempre na família

101 sem 1 curtida Responder

Ocultar respostas

eu tambem tenho o mesmo questionamento e inquietação

87 sem 2 curtidas Responder

@movimentoafrovegano vcs podem se posivionar sobre isso?

87 sem 1 curtida Responder

s eu acho que você pode tentar fazer a diferença na sua comunidade, sendo vegana e seguindo a religião que gostar. Deve haver alguma forma de cultuar as entidades sem o uso de animais. Questione os seus líderes religiosos sobre assunto e os incentive a mudar algumas liturgias tão antigas, mas que hoje já não fazem mais sentido. Acho que tudo pode ser adaptado. Minha opinião!

75 sem 1 curtida Responder

Fonte: Print do perfil do MAV no Instagram.

A figura 13 retrata ainda, na parte dos comentários dos seguidores, que o movimento recebeu diversas mensagens, divididas entre apoio ao posicionamento do perfil e críticas a essa ação por se tratar de uma frente vegana. Entretanto, o movimento se absteve das discussões com os usuários que fizeram esses comentários. Muitas pessoas marcaram o MAV pedindo um novo posicionamento sobre suas questões, mas o movimento optou pela ausência nessas interações.

O ativismo na internet é marcado também por dificuldades e confrontos, seja entre ativista e outros usuários da plataforma, seja entre ativistas de movimentos distintos. Para a ativista Carla, lidar com as questões sobre religiões de matriz africana tem gerado desgastes na internet. Temáticas como essas têm sido evitadas pelos ativistas afroveganos nas mídias sociais, por implicarem em debates intensos e controversos que geralmente escapam dos interesses do movimento. Conforme Carla aponta, a estratégia adotada em seu ativismo tem sido a utilização do alimento, da comida e do comer como mecanismos de transformação social e direcionamentos de pautas políticas – a discussão sobre a sustentabilidade, por exemplo.

Além disso, a ativista Carla defende o processo gradual do fim da exploração animal nas religiões de matriz africana. Para ela, é necessário levar em consideração no exercício do ativismo, que se trata de religiões baseadas em tradições passadas de geração para geração, sendo impossível, neste caso, que determinadas práticas como o sacrifício animal sejam retiradas ou ressignificadas nessas devoções. A ativista aponta que algumas ações voltadas para o fim da exploração animal nessas religiões já começaram a ser executadas, como a substituição do sangue animal por outros elementos, sem perder seu valor simbólico na prática de devoção. Ela entende que, por se tratar de um processo, cabe a cada ativista vegano essa reflexão em conjunto com essas comunidades, sem perder de vista suas tradições e costumes.

Muitas pessoas não estão preparadas para discutir isso e ficam só gerando polêmica. A gente prefere focar ali, no ativismo com os pratos mesmo. É deixar essa temática para uma roda de conversa aprofundada, onde poderemos sentar e colocar todos os nossos posicionamentos. Como fazemos nos encontros veganos. Não se trata de matar o animal ali apenas. É preciso reconhecer que tem toda uma tradição por trás. Não tem como a gente chegar de uma hora para outra e exigir que isso acabe. Quando eu estive no terreiro, por exemplo, quando chegou no ritual que a gente faz uso do sangue do animal e tals, eu avisei ao chefe daquele terreiro que eu era vegana no caso, daí ele substituiu o sangue por vinho. Então é um processo. É aos poucos que vamos nos posicionando. Mas tem vegano ai

que não entende isso. Eles acabam sendo racistas com os povos de terreiro, acreditando que isso não deve existir e pronto. Mas na ceia de Natal da família não é desse jeito, aí é uma prática cultural que as pessoas fazem e que precisamos ir mudando e sugerindo aos poucos. Pô, isso é surreal! (Ativista Carla, entrevista concedida em julho de 2020).

A partir das postagens dos ativistas do afroveganismo e das entrevistas com essas pessoas, é possível perceber que essa temática é sensível, já que se trata de discussões que merecem ser aprofundadas e relacionadas ao processo de escravização dos povos negros, racismos e impasses dentro da luta vegana. Isso sugere ainda que as temáticas sobre religiões de matriz africana e sacrifício animal têm sido evitadas pelo MAV e seus ativistas, uma vez que as estratégias utilizadas pelo movimento têm sido direcionadas para a popularização do veganismo e a luta pelo acesso das pessoas a uma alimentação mais justa, saudável. Com isso, possibilitar que o veganismo faça parte das realidades das pessoas, especialmente as pessoas negras marginalizadas, se configura como a principal luta do MAV pela inclusão social no veganismo.

Os dados evidenciam que os tensionamentos decorrentes dos processos de exclusão social e as lutas por reconhecimento no universo das práticas veganas são as principais pautas mobilizadas pelos ativistas afroveganos. Por conseguinte, os resultados apresentados por Greenebaum (2018), segundo os quais o veganismo seria um movimento social cada vez mais inclusivo e democrático, sugerindo um processo passivo de 'desestigmatização', parecem não se adequar à realidade brasileira. A existência de esforços para integrar diferentes formas de vivência do veganismo, as quais estão ligadas à luta contra a opressão dos animais humanos e não humanos, não elimina os fortes tensionamentos que envolvem a desigualdade racial no acesso aos alimentos. Segundo o MAV, para que exista a defesa dos animais não humanos, é necessário que haja a defesa dos animais humanos, garantindo sua existência e possibilidade de luta ou empatia pelos outros seres vivos. Isso não pressupõe a sobreposição de pautas, mas revela a existência de outras condições essenciais que estão intrinsecamente interligadas com o veganismo a partir da perspectiva da negritude.

Ademais, tanto as entrevistas quanto os dados coletados nos perfis dos ativistas, problematizam a interseção entre as pautas antiespecista e antirracista nos veganismos. Recentemente, Disconzi e Silva (2020) sugeriram a articulação dessas pautas como forma de "emancipação em conjunto" para a "superação do paradigma

jurídico racional dominante”, “sem que uma demanda se sobreponha à outra”. Entretanto, isso pode estabelecer uma analogia inadequada entre os humanos negros e os animais não humanos. Para o MAV, a comparação entre as pautas do antirracismo e antiespecismo implica na diminuição das pessoas negras e reforça a prática racista com a qual o movimento lida cotidianamente. Em outras palavras, essa equiparação legitimaria, mesmo que sutilmente, a inferiorização das pessoas negras, jogando para segundo plano as diferenças entre antiespecismo e antirracismo, e acirrando o debate dentro do próprio veganismo. Cabe notar que, dentre as diferentes formas de racismo, a comparação a animais sempre foi um meio de inferiorizar os(as) negros(as). Em virtude disso, o MAV defende o direito de existir dos diferentes seres, mas demarca as fronteiras entre o antirracismo e o antiespecismo.

### 5.3 NARRATIVAS PERFORMÁTICAS AFROVEGANAS NAS MÍDIAS SOCIAIS

Esta seção analisa as narrativas performáticas dos afroveganos no *Instagram*. A atenção é dada para as estratégias adotadas pelos ativistas do MAV para se conectarem aos usuários nessa plataforma digital. Primeiramente, o interesse está nos ativismos que são executados por meio da culinária, utilizando pratos e dietas alimentares afrovegasas como recursos centrais. Posteriormente, a reflexão está nas posicionalidades desses ativistas com relação aos produtos e marcas veganas.

#### 5.3.1 Comida não é só comida no *Instagram*: ativismos nos pratos

Eu gosto de colocar o meu ativismo na gastronomia. Por que eu acho que é muito potente a forma como comer mudam os hábitos de uma pessoa e a consciência delas. E eu como cozinheira gosto muito de fazer essa conexão. Se eu vou fazer alguma ação na minha cidade, eu gosto mais de ações focadas em gastronomia. Por exemplo: aulas de como plantar uma horta, de como projetar uma horta, e de como manter uma horta – que não é fácil. As pessoas acham que é só plantar e ter um vasinho, mas não é, é muito complexo. Então eu gosto muito mais desse tipo de iniciativa do que a iniciativa de invadir um abatedouro, mas eu acho legítimo também. Quem se propõe a isso e que expõem as coisas que acontecem lá. Eu acho muito

legal, acho maneiro (Ativista Fernanda, entrevista concedida em maio de 2020).

Os ativismos digitais dos afroveganos estão ligados diretamente ao alimento, à comida e ao comer no dia-a-dia. Um aspecto comum a todos os ativistas que fizeram parte desse estudo são as publicações de suas refeições e sua utilização como forma de exercitar a política e manter vivo o ativismo vegano. A entrevista com a ativista Fernanda retrata que a comida é utilizada como estratégia em seu ativismo nas mídias sociais. Por meio do compartilhamento diário, ela problematiza as condições alimentares das pessoas, apontando para os usuários técnicas e processos para a prática de uma alimentação mais acessível e de qualidade. Para ela, além dessa estratégia possibilitar a ampliação da discussão sobre temáticas relacionadas ao alimento, revela o seu interesse particular com a gastronomia. Nesse sentido, ela utiliza disso como mecanismo potente em nas mídias sociais, a fim de influenciar na mudança dos hábitos alimentares dos seus seguidores.

Mann (2020) destaca que os ativismos digitais em torno dos alimentos, quando somados à ampliação de temáticas que são articuladas nesses espaços, evidenciam também a construção das “imagens participativas de alimentos”. Em síntese, esse processo revela a reconfiguração de práticas alimentares como cozinhar e comer, constituindo-se, dessa forma, como o centro do discurso desses sujeitos na internet.

Para Heitor, que prefere postar mais fotos sobre suas rotinas diárias não relacionadas à alimentação e notícias sobre veganismo, o seu ativismo assume um caráter diferente do que pode ser notado em comparação com os demais. Conforme ele aponta, seu ativismo tem como foco o compartilhamento de informações relacionadas ao veganismo e as possibilidades dentro desse estilo de vida, sem necessariamente apresentar o caráter político.

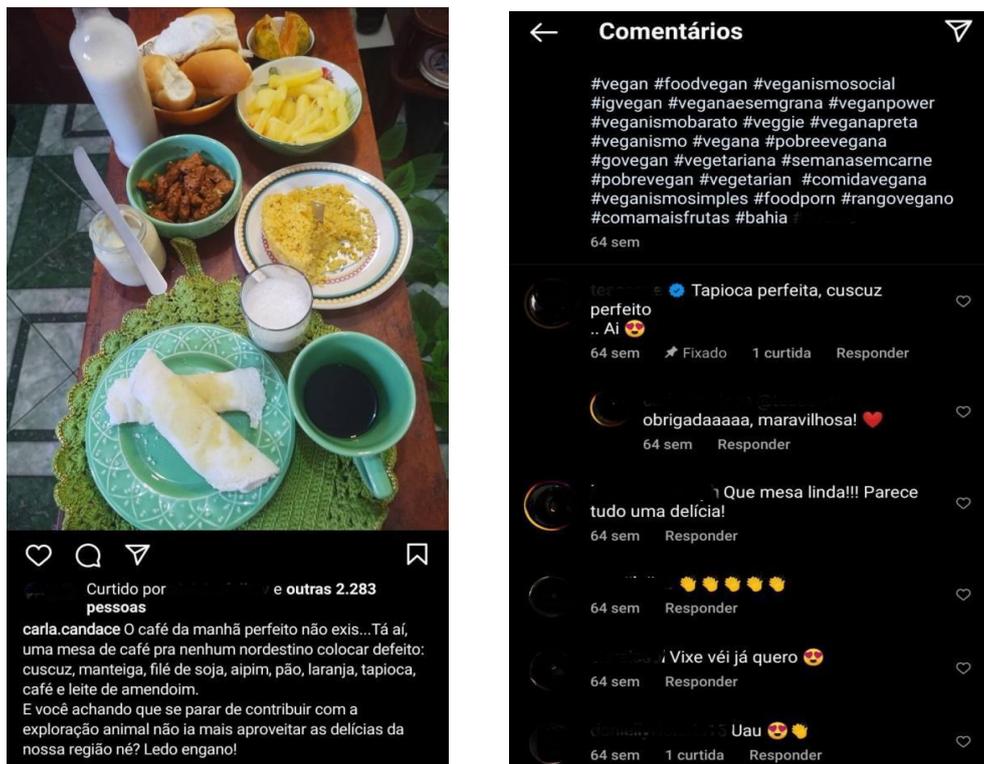
Meu ativismo é quase “passivismo”, hahaha. Eu não sou muito combativo, como eu falei. Não sou um bom exemplo de como ser ativista engajado nas redes sociais. Então, para mim, o que acontece muitas das vezes é compartilhar informações só. Informações que são mais... Não sou muito de mostrar tipo: “quantos animais morrem por ano e tal”. É menos de falar sobre os animais e mais mostrar possibilidades, ou caminhos a seguir. Acho que por ser redes sociais, todo mundo tem medo ser cancelado, por isso é preciso estar bem firme em determinados assuntos. Se posicionar sobre veganismo ou negritude, por exemplo, é uma coisa muito importante. Então, é um pouco de insegurança também, eu acho que essa é minha maior dificuldade, já que não tem outra coisa que me impeça de fazer essas coisas. Não é nem medo de perder seguidores ou perder patrocínio, só se eu fosse uma celebridade. É mais essa questão de trabalhar com uma coisa

muito séria. É a responsabilidade. Mas atualmente eu tenho mais falado sobre o que é ser negro do que ser vegano (Ativista Heitor, entrevista concedida em setembro de 2020).

Já a ativista Deise recorre à sua alimentação cotidiana como uma estratégia de engajamento e militância afrovegana. Suas postagens geralmente estão voltadas à promoção do veganismo, a partir de uma perspectiva mais regionalizada – alimentos típicos de sua região. A culinária local, muitas das vezes com a utilização de produtos de origem animal, é reapropriada em seu ativismo, sendo traduzida na forma de alimentação vegana (figura 14).

A figura 14 reforça também que a utilização das *hashtags* é comum entre os ativistas do Movimento Afro Vegano, vinculando as publicações desses ativistas a outras postagens com temáticas semelhantes, assim como ampliando o alcance desse conteúdo na esfera digital. No caso dessa postagem de Deise, percebe-se a conexão com outras temáticas voltadas para o veganismo e sua região de residência. Essa estratégia de distribuir conteúdo de maneira integrada na internet é comum no ativismo digital (BENNETT; SEGERBERG; WALKER, 2014; RUSKOWSKI, 2018), especialmente quando se trata de ativismos em torno dos alimentos (BAKER; WALSH, 2020; MANN, 2020; ROWE; GRADY, 2020).

**Figura 14:** Post da ativista Deise sobre uma mesa de café da manhã



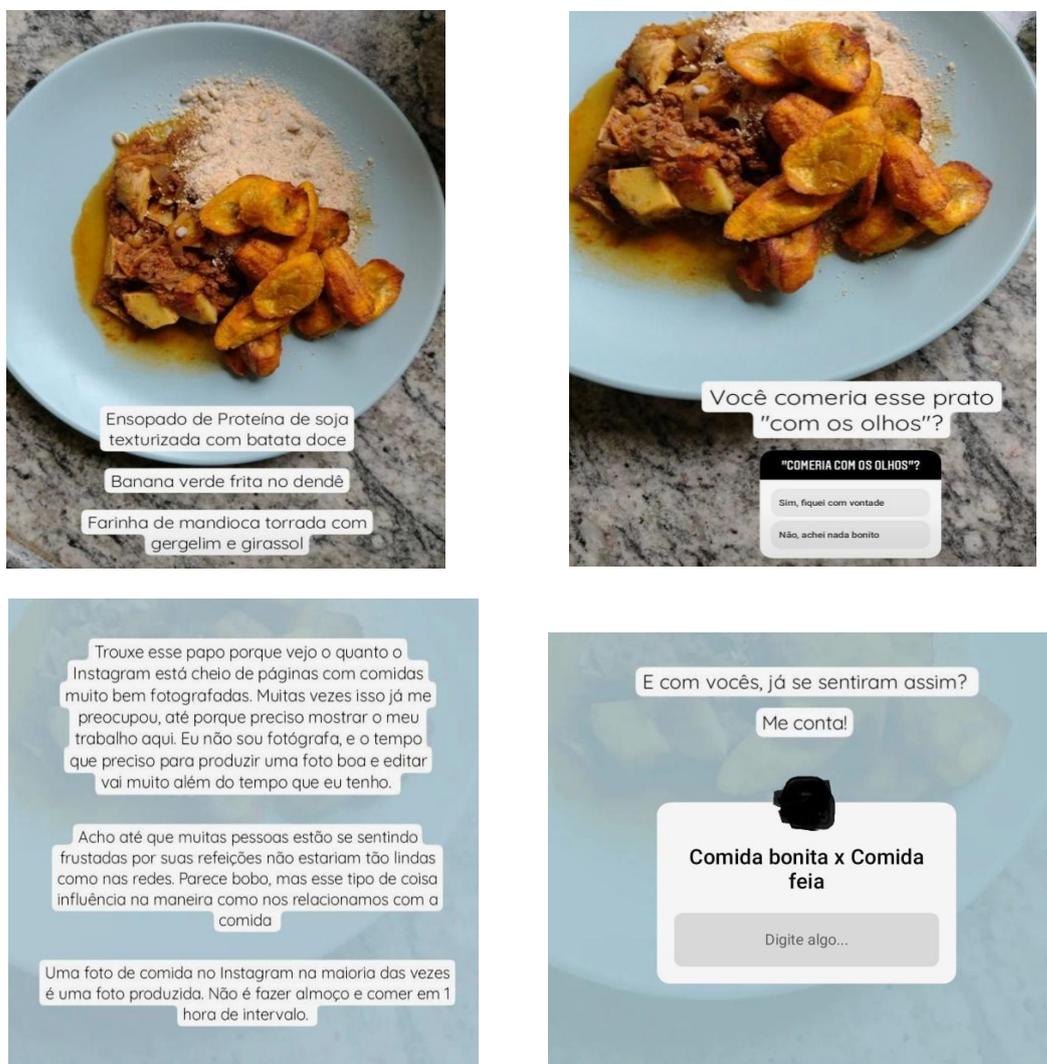
**Fonte:** Print do perfil da ativista Deise no *Instagram*.

Em contrapartida, a ativista Jussara tem utilizado o seu perfil nas mídias sociais para problematizar o compartilhamento de refeições. Segundo ela, a internet, especificamente o *Instagram*, tem sido utilizado como palco para o compartilhamento de “comidas muito bem fotografadas”. E isso tem gerado um problema para aquelas pessoas que trabalham com gastronomia, mas não são fotógrafas. Seu posicionamento leva a pensar sobre os processos de exclusão nesses espaços digitais, já que nem todas as pessoas possuem as mesmas condições de investirem em fotografias de qualidade dos seus alimentos. Visto dessa forma, entende-se que essa postagem apresenta a característica de ativismo em prol da inclusão social no *Instagram*.

É comum entre os perfis a divulgação de pratos cotidianos de forma amadora nos *stories* do *Instagram*, geralmente a partir de imagens produzidas em locais improvisados e sem iluminação adequada. Para as postagens no *feed*, as imagens

geralmente são em alta resolução, em lugares estratégicos, com empratamentos<sup>43</sup> notórios e descrições detalhadas das receitas. Em uma *live*, o ativista Beto explicou sua ausência nas publicações justamente em virtude da baixa qualidade das imagens e instabilidade do seu acesso à internet. A preocupação com essas performances digitais reflete a importância que elas têm assumido na construção dos perfis identitários e nas estratégias de engajamento político desses ativistas (BAKER; WALSH, 2020; ROWE; GRADY, 2020).

**Figura 15:** Posicionalidade da ativista Jussara sobre postagem de pratos



**Fonte:** *Print do Story da ativista Jussara no Instagram.*

<sup>43</sup>Empratamento pode ser entendido como a forma de organização dos alimentos em pratos ou travessas, se configurando em um tipo de decoração. Na gastronomia, sobretudo profissional de chefes de cozinha, essa técnica é bastante utilizada.

A ativista Nicole publica no Instagram, com maior frequência, imagens dos alimentos adquiridos nas feiras e comércio local, com a descrição de cada item (Figura 16). Conforme ela aponta em entrevista, “eu procuro dar preferência para pequenos produtores e comércio local, fugindo ao máximo de supermercados” (Ativista Nicole, entrevista concedida em julho de 2020). Ela ainda afirma que sempre procura gastar o mínimo com os produtos, a fim de mostrar que a alimentação vegana é possível e barata. A valorização do comércio local apontado pela ativista se alinha aos estudos de Niederle e Schubert (2020) com restaurantes veganos em Porto Alegre, indicando que a busca por alimentos locais, frescos, orgânicos etc., tem feito parte cada vez mais das rotinas alimentares dos veganos.

**Figura 16:** Post da ativista Nicole sobre a feira do dia



**Fonte:** Print do perfil da ativista Nicole no Instagram.

Portanto, entende-se que a questão alimentar tem estimulado discussões e acirrado debates dentro dos veganismos, possibilitando que principalmente as pautas alimentares fossem percebidas como potencial no exercício dos ativismos dos movimentos como tem acontecido com maior incidência nos ativismos digitais do afroveganismo.

Em virtude disso, além de um debate qualitativo em termos de inclusão social dentro dos veganismos, o movimento tem ampliado essa temática e ressignificado a noção de veganismo. Entre tantas ações apresentadas, os ativistas têm promovido em seus perfis, alternativas na obtenção de alimentos acessíveis, socialização de técnicas, experiências e aprendizados em torno da preparação de alimentos, a necessidade e urgência da promoção de um consumo consciente, justo e sustentável. Essas são alternativas que buscam excluir a opressão animal, ainda que gradativamente, contribuir para a sustentabilidade, e atribuir visibilidade para a população negra, especialmente mulheres negras.

Os exemplos citados sobre as posicionalidades assumidas por alguns afroveganos em suas páginas no *Instagram* revelam aspectos interessantes para esse estudo. Ainda que sejam diferentes uns dos outros, o conteúdo dessas postagens configura-se em um tipo de prática de ativismo. Conforme destaca Ruskowski (2018), os ativismos tecnologicamente mediados na contemporaneidade apresentam diferentes estratégias para sua execução. Diante disso, cada vez mais esses tipos de ativismos tendem a retratar as rotinas diárias dos ativistas. Assim sendo, a posicionalidade das narrativas dos ativistas Afro Veganos nas interações no *Instagram* revela o caráter performático, cultural e político das ações em torno dos veganismos, contribuindo para que os estilos de vida sejam transmitidos, absorvidos e reproduzidos entre os atores sociais conectados (BAKER; WALSH, 2020; ROWE; GRADY, 2020; PILAR et al., 2021).

A seção a seguir apresenta a análise das posicionalidades dos ativistas sobre marcas e mercados. Antes disso, cabe retomar o entendimento desse termo antes de avançar para a próxima seção, já que ele foi apresentado apenas na introdução desta tese. O termo posicionalidade é oriundo dos estudos do feminismo negro com os quais a presente tese teve aproximação ao longo do seu desenvolvimento. Conforme aponta Costa (2022), o termo é utilizado para caracterizar o lugar de fala de pessoas socialmente marginalizadas, como é caso das pessoas negras, e mais ainda das mulheres. Nesse sentido, posicionalidade em relação a determinado assunto, pauta ou agenda, está associado às práticas discursivas utilizadas por esses sujeitos para refletirem sobre situações que fazem parte de suas vidas, cultura, identidade etc. Dito isso, utiliza-se o termo para caracterizar o lugar de fala dos afroveganos, que em grande parte são de mulheres negras e feministas.

### 5.3.2 Posicionalidades em relação às marcas e mercados

Ao se falar de Veganismo, torna-se imprescindível tratar da situação ligada ao consumo e ao Capitalismo [a sociedade de consumo]. Não apenas porque muitas pessoas e organizações apresentam o Veganismo enquanto um boicote do consumo de produtos de origem animal, mas porque, desde suas origens, o fenômeno girou em torno da alimentação e saúde, dois campos (por assim dizer) altamente conectados ao consumo e mercado no mundo globalizado atual (DAVIDSON, 2021, p. 70).

A alimentação faz parte das rotinas das pessoas, sendo uma prática não só relacionada à nutrição do corpo, mas também de interação, de conexões de vida, de identidades, experiências, dentre outros. Por isso, é preciso refletir sobre o que ingerimos no dia-a-dia. A alimentação precisa ser entendida como sinônimo de existência, conforme aponta o ativista Felipe. Para ele, “o alimento faz parte do nosso ser de todas as maneiras possíveis. Ele é indissociável do meu levantar, interagir e refletir. Ele é minha ferramenta de luta” (Ativista Felipe, entrevista concedida em agosto de 2020).

O consumo de modo geral, não apenas de produtos alimentares, vem sendo percebido pelos estudiosos como uma dimensão central nas lutas veganas, se configurando em objeto de resistência (PINTO, 2011), ligado à ética e a estética (BARBOSA, 2016), contestação (COLOMÉ, 2018) e ativismo político (PORTILHO, 2020). De maneira particular, o consumo relacionado ao estilo de vida vegano, vem sendo analisado a partir do seu potencial na geração de novas demandas nos mercados (ATLAS, 2014; DAVIDSON, 2021).

Para Davidson (2021), essa característica dos mercados de se adaptar às novas demandas tem contribuído para a perpetuação dos processos de exclusão social. Para a autora, a oferta de produtos veganos, sobretudo aqueles fornecidos por grandes marcas, esconde muitas vezes, um sistema de opressão da mão de obra, dos animais humanos e não humanos. Isso sem mencionar a contribuição desses produtos diferenciados e de alto valor no mercado, para a diferenciação social entre as pessoas, nas quais apenas parcela da população apresenta poder econômico de adquirir esses produtos. Tais processos dificultam a seleção por parte das pessoas veganas e estimulam a emergência de ativismos contrários a essas marcas, conforme pode ser observado na figura 17.

No caso da figura 17, é possível perceber o posicionamento do ativista Beto do Movimento Afro Vegano, sobre produtos veganos nas gôndolas dos mercados. Para ele, esses produtos são para pessoas elitistas, racistas e que não questionam a origem dos alimentos e seus impactos nas sociedades. Mais do que isso, ele aponta que a oferta de determinados produtos veganos por grandes empresas como a Nestlé, sugere que os mercados não estão apresentando preocupações com a saúde das pessoas, dos animais ou do ambiente, mas apenas se adaptando às novas demandas compartilhadas pelos consumidores (ATLAS, 2014).

Embora o vegetarianismo e veganismo sejam comumente conhecidos por integrarem pessoas que buscam refletir sobre a origem dos alimentos (LEA; CRAWFORD; WORSLEY, 2006), é crescente entre essas pessoas o consumo de ultraprocessados. Nas principais produções geradas a partir do processamento da soja, destacam-se as proteínas vegetais texturizadas, que são bastante utilizadas na substituição da carne de origem animal pelos vegetarianos e veganos. É preciso levar em consideração o crescente consumo de proteínas alternativas por esses grupos, já que, por exemplo, tem acirrado debates dentro dos veganismos. Além de não apresentar informações satisfatórias sobre seus valores nutricionais e demonstrarem um baixo desempenho na promoção da sustentabilidade (OONINCX; BOER, 2012; HENCHION et al., 2017; GRAÇA; GODINHO; TRUNINGER, 2019; KAMALAPURAM; HANDRAL; CHOUDHURY, 2021; HADI; BRIGHTWELL, 2021). Tuso, Stoll e Li (2015) defendem em seus estudos que as dietas baseadas em grandes quantidades de sal, gordura, colesterol, açúcar, oriundos principalmente dos alimentos ultraprocessados, podem levar à hipertensão arterial, obesidade e outras doenças. Diante disso, o mercado de alimentos ultraprocessados entra em cena nos movimentos veganos, estimulando reflexões sobre a associação desse estilo de vida com os sistemas alimentares sustentáveis e saudáveis.

**Figura 17:** Posicionalidade do ativista Beto sobre as marcas



**Fonte:** Print do Story do ativista Beto no *Instagram* (2020).

Nesse sentido, os afrovegãos buscam, conforme aponta Pinto (2011), a transformação diária de suas relações com o consumo. Para isso, eles utilizam nesse processo de transformação uma visão de mundo própria, fruto das suas interações com outros movimentos sociais, como acontece com suas aproximações ao Movimento Negro.

Outro posicionamento interessante de ativistas afrovegãos com relação às marcas e aos mercados, é a consciência ambiental. Alguns ativistas têm promovido em suas páginas indicações de produtos e alternativas mais sustentáveis do que as opções encontradas nos mercados convencionais, como é o caso da escova de dente feita de bambu (Figura 18).

Algumas informações adicionais na figura 18 merecem reflexão. As escovas de bambu são produtos caros nos mercados, em comparação com as escovas tradicionais de plástico, conforme destaca o ativista. Entretanto, ele ressalta as contribuições desse produto para a sustentabilidade, compartilha seus receios iniciais em adquirir esse produto e, finalmente, sugere opções mais baratas onde é possível encontrar escovas desse tipo. No fundo da imagem, estrategicamente

posicionada já que não apresenta relação direta com as escovas, é possível visualizar uma horta feita em casa, com a utilização de materiais reutilizados, como baldes e paletes de madeira. Tais elementos sugerem relações com o exercício da sustentabilidade, autonomia alimentar (escolha sobre o que plantar, colher e comer) e distanciamento do consumo convencional (compra de produtos específicos para hortas, como vasilhames, adubos, pesticidas, dentre outros).

**Figura 18:** Post do ativista Beto sobre escovas de bambu



Fonte: Print do perfil do ativista Beto no Instagram.

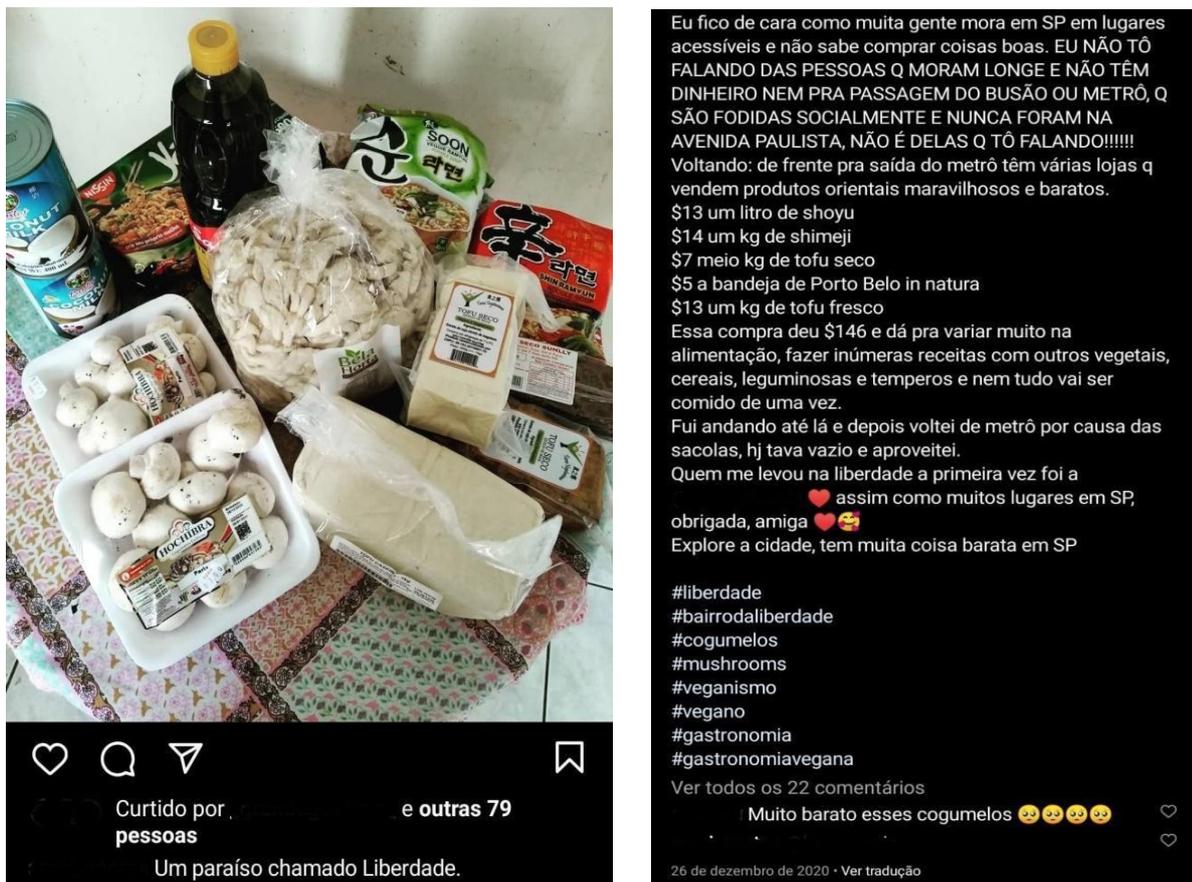
A ativista Lara defende a necessidade de um posicionamento mais crítico por parte dos consumidores nas suas práticas cotidianas. Conforme ela aponta, as grandes empresas mascaram diferentes formas de opressão dos animais. Desse modo, mesmo que determinado produto comercializado por essas empresas seja livre da violência animal, elas se conectam a essas explorações de outras maneiras. Assim, as saídas apresentadas pela ativista envolvem a busca de informações completas sobre as origens dos produtos, e dar prioridade a produtos locais como as comercializações da agricultura familiar; ou ainda, em alguns casos conforme sugere a ativista, tentar produzir os seus próprios alimentos e produtos, como o molho de tomate e maionese de inhame que podem ser caseiros, sem a inserção de conservantes.

É preciso entrar no mercado com olhar mais crítico. Descentralizar a compra de produtos de grandes empresas que exploram animais humanos e não humanos, destroem nosso meio ambiente... Repensar o modo como consumimos, saber de onde vem e quem faz nossa comida é importante demais. Existem diferentes realidades e o sistema sempre acha meios de fazer ficarmos “sem opções”, mas existem brechas em que podemos construir o futuro que queremos, com segurança e autonomia alimentar. Por isso, vá mais em feiras, agricultura familiar, tente comprar a maioria das coisas à granel. E saber que existem opções sim! Ao invés de comprar molho de tomate do mercado, você fazer seu molho caseiro bem gostoso; você pode fazer sua própria maionese/requeijão usando inhame, macaxeira/mandioca e assim por diante (texto extraído dos *stories* da ativista Lara no *Instagram* em outubro de 2020).

Ainda sobre a recomendação de produtos e apresentação de estratégias para a compra de itens alimentares mais acessíveis nos mercados, a ativista Geise se posiciona criticamente em seu perfil (Figura 19).

A indicação direta da ativista é para pessoas que residem em São Paulo. Entretanto, conforme os comentários evidenciam, suas dicas puderam ser aproveitadas por pessoas de outras regiões do Brasil. Na postagem (Figura 19), ela descreve os itens comprados e os valores pagos por cada produto. Conforme seu posicionamento declara e demarca, a postagem é uma crítica às pessoas que moram na cidade, apresentam condições financeiras adequadas para pagar por determinados produtos, mas preferem adquirir produtos com qualidade inferior em outros estabelecimentos. Neste caso, além de pagarem mais caro por produtos com qualidade inferior, conforme sugere a ativista, afirmam que o veganismo é inacessível, fora de suas realidades.

**Figura 19:** Post da ativista Geise sobre compra de produtos



**Fonte:** Print do perfil da ativista Geise no *Instagram*.

Esses exemplos demonstram preocupação de articulações sociais com as questões do consumo, problematizando ainda as suas relações com as opressões dos animais e com os impactos ambientais. Para Portilho (2020), comer não se trata unicamente da ingestão dos alimentos diariamente, mas de processos envolvidos na produção, aquisição e utilização dos produtos. Esses processos seguem interligados nas experiências de consumo das pessoas. Conforme o presente estudo aponta, cada vez mais eles são parte integrante dos ativismos e consciências críticas desses consumidores.

## 6 CONCLUSÃO

Esta tese investigou as narrativas performáticas dos ativistas do Movimento Afro Vegano no *Instagram*, dando ênfase para os tensionamentos dos significados e das identidades do veganismo. Recorreu-se às posicionalidades narrativas desses sujeitos nessa plataforma de mídia social específica, uma vez que esses ativistas têm conjugado com maior intensidade estratégias para a articulação social e engajamento nesse ambiente digital. O afroveganismo tem buscado problematizar a inclusão social de pessoas negras em desvantagem social e outras minorias nos veganismos, recorrendo especialmente à popularização e à democratização desse estilo de vida considerado pelo movimento como excludente.

A hipótese era de que por meio das narrativas performáticas de ativistas nas mídias sociais, como o *Instagram*, significativas mudanças teriam sido apresentadas para o entendimento da noção de veganismo. Mudanças essas que buscariam integrar, por exemplo, o debate antiespecista no veganismo com outras demandas, representações e intersecções, como o antirracismo, o feminismo e o ambientalismo. Acreditou-se que as narrativas performáticas digitais do MAV evidenciarão a valorização de práticas alimentares e estilos de vida que são peculiares às experiências da negritude.

Orientada por essa hipótese, a tese baseou-se no estudo dos perfis no *Instagram* de 14 ativistas que se identificaram como afroveganos atuantes no movimento. Além disso, foram realizadas entrevistas em profundidade com esses ativistas, tendo como base um roteiro semiestruturado com questões padronizadas. A coleta dos dados se deu ao longo do ano de 2020, sendo de março a abril para a identificação e análise da estrutura dos perfis, de maio a setembro para entrevistas em profundidade e de maio a dezembro para a coleta dos dados digitais. Foram analisadas ao todo, 6.870 postagens que foram divididas em 14 temáticas. Os ativistas foram classificados a partir dos seguintes atributos sociais: gênero, identificação racial, faixa etária e escolaridade, sendo quatro homens e dez mulheres, com idades entre 18 e 35 anos, uma pessoa com Ensino Médio Incompleto e 13 pessoas com Ensino Superior Completo.

Sobre o desenho metodológico e as estratégias investigativas adotados no desenvolvimento da tese, buscou-se articular as contribuições teórico-metodológicas

da sociologia digital aos estudos da netnografia. Por se tratar de um período pandêmico, algumas estratégias adotadas foram adaptadas para a coleta dos dados empíricos, tais como a realização de entrevistas à noite por meio de videochamadas e, em um caso específico, a utilização do telefone fixo em modo viva voz para a gravação. A articulação das estratégias metodológicas da sociologia digital junto à netnografia foi fundamental no trabalho empírico. Para captar o cotidiano das interações digitais, foi necessária a inserção do pesquisador nas mídias sociais, como usuário. Além disso, esses espaços foram entendidos como ambientes construídos e conectados com as realidades não digitais dos indivíduos (BORGES, 2013; HINE, 2015; LEITÃO; GOMES, 2017; SCHNEIDER; ELI, 2021).

A tese baseou-se na noção de ativismos digitais a partir da ótica da negritude. Para isso, compreenderam-se as tecnologias de informação e comunicação (jornais, rádio, internet, televisão, dentre outros) como espaços e materialidades onde a representação dos negros tem sido vinculada a práticas preconceituosas e racistas (SODRÉ, 1999; ARAÚJO, 2000; RODRIGUES, 2001; BARBOSA, 2004; STUMPF, 2005; ACEVEDO; NOHARA, 2008; LITTAL, 2018; CARRERA, 2020; ROSHANI, 2020; TRINDADE, 2020). Conforme os estudos de Trindade (2020) apontaram, grande parte da população negra se encontrar distante dos processos de democratização dos espaços digitais. E dessa forma, vem sofrendo com diferentes práticas racistas e de estereotipização, particularmente no exercício de ativismos digitais como aqueles relacionados ao afroveganismo. Portanto, o ativismo digital tende a ser compreendido como potencial no exercício da ação coletiva contemporânea (HAENFLER et al., 2012; RUSKOWSKI, 2018), mas a partir da perspectiva da militância negra, essa ação tende a ser problematizada, contribuindo para a emergência do ativismo digital antirracista.

O Movimento Afro Vegano é fruto da crescente discussão nas mídias sociais sobre a necessidade de um veganismo mais acessível, antirracista e inclusivo em termos de participação social. Particularmente, a inclusão social de pessoas negras nos veganismos foi o que motivou a criação do movimento. Esse perfil interseccional e alinhado ao ativismo digital do qual o MAV faz parte, tem estimulado as produções científicas dirigidas à compreensão das configurações assumidas pelos movimentos veganos na contemporaneidade (PINTO, 2011; CHERRY, 2014; SCOTT, 2020; BAKER; WALSH, 2020). Esses movimentos apresentam como eixos centrais de seus ativismos, as críticas dirigidas à exploração animal pelo sistema capitalista,

bem como às condições alimentares precárias das populações e à sua invisibilização na estrutura social (AFRIKA, 2004; 2013; HAVEWALA, 2020; FUENTES; FUENTES, 2021).

É nessa perspectiva que a posicionalidade narrativa do Movimento Afro Vegano se estrutura, buscando romper com a persistência de paradigmas de desigualdade social no exercício dos veganismos. Para isso, o movimento tem se articulado a outras minorias sociais que sofrem algum tipo de opressão, como LGBTQI+, feminismos negros, indígenas, dentre outros. Essas interrelações se dão por meio das interseções entre esses ativismos. Juntos, essas articulações tensionam os significados e identidades de movimentos sociais como os veganismos, e com isso, têm ampliado a participação social nesses grupos.

Conforme esse estudo aponta, as pautas antirracismo e antiespecismo são inseparáveis nas rotinas, práticas e narrativas performáticas dos ativistas do MAV. Os ativistas entrevistados apontaram que seus ativismos partem da percepção de exclusão social com a qual eles, pessoas negras, lidam diariamente em suas interações. E assim, destacam que a luta pelos direitos dos animais não humanos está interligada com a luta pela própria existência dos negros, que precisam lidar com racismos, nutrocídio, feminicídios, outros crimes e processos de exclusão social. Entretanto, as posicionalidades narrativas desses sujeitos apontam que não há sobreposição ou comparação de pautas no exercício desse ativismo, mas complementariedades nas lutas contra esses sistemas de opressão.

Ao levar em consideração essa estrutura central de motivação para as lutas do Movimento Afro Vegano, identificou-se a persistência de inúmeras diferenças sociais e uma luta ativa de determinados grupos para tornar as vivências veganas mais próximas às suas realidades socioculturais e econômicas. Utilizando os estudos de Davis (2016) como parâmetro, também é possível identificar a interseção de raça, gênero e classe nos ativismos afroveganos, justificando a necessidade de urgência em problematizar e romper com essas lógicas opressoras dentro dos veganismos. Entretanto, as diferenciações de gênero não foram centrais nesta tese. O enfoque adotado aqui foi para a interseccionalidade entre o movimento vegano e o movimento antirracista, ressaltando as condições de injustiça, desigualdade, dominação e discriminação que têm afetado a sociedade contemporânea. E em função disso, o estudo levou em consideração as relações dessas opressões com o sistema agroalimentar e as lutas para torna-lo mais sustentável e saudável.

Destaca-se que a crítica ao sistema agroalimentar pelos ativistas veganos, agricultores, empresas ou pessoas que buscam associar suas rotinas e práticas alimentares à sustentabilidade, se dá por meio do boicote a esse sistema (GUIVANT; SPAARGAREN; RIAL, 2010; COLOMÉ, 2018). Diante disso, o que se observa no sistema alimentar global é a crescente demanda por produções alternativas que apresentem menor impacto ambiental e que sejam capazes de atender os hábitos alimentares relacionados à saúde humana (GUIVANT; SPAARGAREN; RIAL, 2010; MALUF et al., 2015; NIEDERLE; SCHUBERT, 2020, PREISS; SCHNEIDER, 2020; ABRAMOVAY, 2021). Por essa ótica, destacam-se a necessidade de alimentos frescos, minimamente processados e de produções locais (ABRAMOVAY, 2021).

É nessa linha que a crítica aos alimentos ultraprocessados tem feito parte das agendas dos movimentos veganos como o afroveganismo e de pesquisadores da saúde humana. Conforme apontam Lea, Crawford e Worsley (2006), a principal motivação das pessoas para a adoção de uma dieta restrita a vegetais é o seu benefício para saúde, principalmente a partir da ingestão de fibras, da prevenção de doenças como aquelas relacionadas à obesidade e a diminuição da ingestão de gordura saturada. Diante disso, Tuso, Stoll e Li (2015) defendem que dietas baseadas em grandes quantidades de sal, gordura, colesterol, açúcar, encontradas principalmente em alimentos de origem animal e ultraprocessados, podem ocasionar em hipertensão arterial, obesidade e outras doenças.

No entanto, o acesso aos alimentos frescos e saudáveis é um problema para as pessoas marginalizadas, especialmente as pessoas negras. Nesse sentido, Afrika (2004; 2013) problematiza o atual contexto de subordinação da população negra a um estilo de vida padronizado, majoritariamente branco, e instituído pelo capitalismo e seus sistemas de consumo. Para alguns estudos, trata-se de um contexto fortemente marcado pela subordinação da minoria social às rotinas e condutas voltadas para o consumo, sobreposição de classes, aumento da alimentação de base ultraprocessada e exclusão social (DURAN, 2013; ATLAS, 2014; FERREIRA, 2016; KO; KO, 2017; DAVIDSON, 2021). Nesse sentido, Afrika (2004; 2013) reforça que a diferenciação alimentar contribui para a destruição nutricional da raça negra, sendo caracterizada pela má alimentação dessas pessoas e mudança em seus hábitos alimentares culturais.

Por essa ótica, tanto a comida quanto o comer devem ser percebidas como dimensões interligadas e específicas nas rotinas dos sujeitos, principalmente quando associadas às questões de sustentabilidade, saúde e justiça alimentar. Se, por um lado, esse contexto permite a ampla organização e formação de pautas integradas na promoção da sustentabilidade, saúde humana e fim da opressão animal, por outro lado, essas ações podem ser desiguais e excluir socialmente os indivíduos menos favorecidos. Assim sendo, destaca-se que as investigações da formação dos arranjos organizacionais e ativismos digitais que buscam problematizar as práticas alimentares na internet, cuja centralidade está na luta por um sistema alimentar sustentável e saudável, tornam-se necessários.

Diante disso, as plataformas digitais têm sido acionadas como recurso na interrelação entre os sujeitos, movimentos e o público geral (HAENFLER et al., 2012; JOYCE, 2014; GERBAUDO; TRERÉ, 2015; RUSKOWSKI, 2018) nas lutas integradas por esses sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis. Nos espaços digitais, os ativismos têm apresentado conexão, ampliação e a discussões de pautas voltadas para alimentação e estilo de vida (LEWIS, 2008; JOHNSTON; GOODMAN, 2015; DOYLE, 2016; PILAR et al., 2021). Ativismos digitais têm estimulado a emergência de debates que buscam relacionar alimentação, veganismo e discussão racial à construção de sistemas alimentares ancorados na sustentabilidade, inclusão social e saúde.

Sobre os limites, alcances, possibilidades e ampliação deste estudo, cabem algumas sinalizações. Os protagonismos e as participações de jovens negras nos movimentos sociais são temas que precisam ser ampliados, problematizados e estudados à luz das relações de gênero. As literaturas recentes sobre feminismos e estudos de gênero indicam que essas temáticas vêm ganhando cada vez mais destaque nos estudos dos movimentos sociais, tornando-se indispensável investigar ainda, as interseções entre raça, gênero e classe.

A associação dos veganismos com os sistemas alimentares sustentáveis pode ser mais bem explorada em investigações futuras, já que se trata de um tema em constante metamorfose quando relacionado ao processo de oferta e demanda dos mercados para esse tipo de público. Por fim, a discussão ética envolvida na coleta e tratamento analítico dos dados empíricos em mídias digitais, ainda que apresente importantes avanços, vem se confirmando como uma problemática central nos estudos da sociologia digital, devido à ausência de abordagens mais

propositivas para esse tipo de pesquisa social (LUPTON, 2015; NASCIMENTO, 2016). Cabe aos estudos futuros, um melhor direcionamento metodológico sobre as possibilidades de se fazer pesquisas nestas plataformas.

O Movimento Afro Vegano compreende que, mais do que um estilo de vida pautado no compartilhamento diário de suas experiências, precisa se estabelecer como uma alternativa vegana popular e acessível para as pessoas, sobretudo as pessoas negras marginalizadas. Para tanto, seus ativistas se empenham em problematizar digitalmente as práticas alimentares veganas, olhando para as desigualdades sociais existentes nos espaços veganos. Esses ativistas criticam o universo elitizado de consumo e a reprodução de práticas racistas no seu interior, evidenciando as múltiplas formas de opressão e hierarquização que têm caracterizado esses espaços.

Além disso, esses ativistas buscam oferecer alternativas de alimentação vegana acessível às minorias sociais, resgatando costumes e tradições em torno das práticas e rotinas alimentares de povos ancestrais. E assim, procuram reafirmar a noção de ancestralidade africana como um caminho de reconexão dos povos negros às origens dos alimentos e, conseqüentemente, às suas próprias origens desses povos. Isso implica na adequação das práticas e rotinas alimentares desses ativistas aos repertórios culturais específicos, que geralmente são encontrados no alinhamento das pautas do Movimento Afro Vegano com o Movimento Negro.

Os afroveganos destacam os tensionamentos decorrentes dos processos de exclusão social e as lutas por reconhecimento no universo das práticas veganas. Contrariando, portanto, as conclusões de Greenebaum (2018), que ao apresentar os veganismos como inclusivos e democráticos, sugerem a existência de um processo passivo de “desestigmatização”. Por fim, como esperado a partir da revisão da literatura sobre a temática, o antiespecismo e o antirracismo seguem como pautas principais e recorrentes nas ações do Movimento Afro Vegano. Entretanto, diferentemente dos estudos anteriores de Disconzi e Silva (2020) que sugerem uma convergência entre os significados dessas pautas, os resultados dessa tese demonstram que o Movimento Afro Vegano diferencia antirracismo e antiespecismo na ação coletiva.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. Desafios para o sistema alimentar global. **Ciência e Cultura**, v. 73, p. 53-57, 2021.
- ACEVEDO, C. R.; NOHARA, J. J. Interpretações sobre os retratos dos afro-descendentes na mídia de massa. **Revista de Administração Contemporânea**. Curitiba, v. 12, n. spe, 2008.
- ADAMS, C. **A política sexual da carne**: a relação entre carnivorismo e a dominância masculina. São Paulo: Alaúde, 2012.
- AFRIKA, L. **African Holistic Health**. EWorld Inc.; Revised, Expanded ed. edition, 2004.
- \_\_\_\_\_. **Nutritional Destruction of Black People**: Nutricide. Pennsylvania: EWorld; 2013.
- AFRO-VEGAN SOCIETY. **What is Afro-Veganismo?** 2020. Disponível em: <<https://www.afrovegansociety.org/afroveganism>>. Acesso em 10 de agosto de 2020.
- AGAR, M. H. The right brain strikes back. In: FIELDING, N. G.; LEE, R. M. (Orgs.). **Using computers in qualitative research**. London: Sage, 1991.
- AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen (Feminismos Plurais, Coordenação Djamilia Ribeiro), 2019.
- ALBALA, K. Comendo na pós-modernidade: como o comprar, o cozinhar e o comer estão se transformando na Era Digital. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 25, n. 2, p. 238-250, 2017. DOI: 10.36920/esa-v25n2-2
- ALCÂNTARA, L. M. de. Ciberativismo e a dimensão comunicativa dos movimentos sociais: repertórios, organização e difusão. Florianópolis, **Política & Sociedade**, v. 15, n. 34, set./dez., 2016.
- ALEKSANDROWICZ, L., GREEN, R., JOY, E., SMITH, P.; HAIN, A. The impacts of dietary change on greenhouse gas emissions, land use, water use, and health: a systematic review. **PLoS One**, v. 11, n. 11, p. 1-16, 2016. DOI: 10.1371/journal.pone.0165797.
- ALMEIDA, V. E. S.; FRIEDRICH, K.; TYGEL, A. F.; MELGAREJO, L.; CARNEIRO, F. F. Uso de sementes geneticamente modificadas e agrotóxicos no Brasil: cultivando perigos. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, n. 10, p. 3333-3340, 2017.
- ALONSO, A. As teorias dos Movimentos Sociais: um balanço do debate. São Paulo: **Lua Nova**, n. 76, p. 49-86, 2009.
- ARANGO, E. A. Racismo y discurso en la era digital: el caso de la revista Hola y los discursos en las redes sociales. **Discurso & Sociedad**, v. 7, n. 4, p. 617-642, 2013.

ARAUJO, J. Z. **A negação do negro no Brasil: o negro na telenovela brasileira.** São Paulo: Senac, 2000.

ARAUJO, R. F. D.; JÚNIOR, J. F. D. S. Blackfishing e a transformação transracional monetizada. In: SILVA, T. (Org.). **Comunidades, Algoritmos e Ativismos Digitais: Olhares afrodispóricos.** São Paulo: LiteraRua, p. 111-126, 2020.

ARRUDA, J. P. Imaginários urbanos, coletivos sociotécnicos e vigilância cívica: a vida social em rede e os novos espaços da moralidade. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.23, n.3, p.124-143, jul./set. 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE VEGANISMO. **Sobre a Associação.** 2019. Disponível em: < <https://veganismo.org.br/>>. Acesso em 10 de agosto de 2021.

ATHIQUE, A. **Digital Media and Society: An Introduction.** Polity: Cambridge, 2013.

ATLAS, K. **Challenging our own status quo.** Direct action everywhere. Direct action everywhere. Web. 21 dec. 2014.

ATTON, C. **Alternative media.** London: Sage Publications, 2002.

AZEVEDO, E. Riscos e controvérsias na construção social do conceito de alimento saudável: o caso da soja. **Revista de Saúde Pública**, v. 45, n. 4, p. 781-788, 2011.

\_\_\_\_\_. Alimentação, sociedade e cultura: temas contemporâneos. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 19, n. 44, p. 276-307, jan./abr., 2017.

BACK, L. **Broken devices and new opportunities: re-imagining the tools of qualitative research.** NCRM Working Paper. NCRM. (Unpublished), Goldsmiths, University of London, 2010.

BAKER, A. S.; WALSH, M. J. You are what you Instagram: clean eating and the symbolic representation of food. In: LUPTON, D.; FELDMAN, Z. **Digital Food Cultures.** New York, Routledge, 2020.

BAYM, N. K. **Personal Connections in the Digital Age.** Cambridge, Polity Press, 2010.

BARBOSA, L.; PORTILHO, F.; WILKINSON, J. DUBEUX, V. Trust, participation and political consumerism among Brazilian youth. **Journal of Cleaner Production**, v. 63, p. 93-103, 2014. DOI: 10.1016/j.jclepro.2013.08.044

BARBOSA, L. A ética e a estética da alimentação contemporânea. In: CRUZ, F. T. da; MATTE, A. (Orgs.). **Produção, consumo e abastecimento de alimentos.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 95-123, 2016.

BARBOSA, L. C. As situações de racismo e branquitude representadas na telenovela "Da Cor do Pecado". **Anais do Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, Porto Alegre, RS, Brasil, setembro de 2004.

BASTIDE, R. **As religiões africanas no Brasil.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1971.

BAYM, N. **Personal connections in the digital age.** Malden, MA: Polity Press, 2010.

- BAUER, M.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- BEAUVOIR, S. D. **O segundo sexo**. Trad. De Sérgio Milliet. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BELL HOOKS. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. Brasília: **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 16, jan./abr., p. 193-210, 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0103-335220151608>
- BENBROOK, C. Impacts of genetically engineered crops on pesticide use in the U.S.: the first sixteen years. **Environmental Sciences Europe**, v. 24, 2012.
- BENNETT, W. L. The uncivic culture: communication, identity and the rise of lifestyle politics. **PS – Political Science and Politics**, v. 31, n. 4, p. 741-761, 1998.
- \_\_\_\_\_. The Personalization of Politics: Political Identity, Social Media, and Changing Patterns of Participation. **The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science**, 644: p. 20–39, 2012.
- BENNETT, W.; SEGERBERG, A. The logic of connective action. **Information, Communication & Society**, v. 15, n. 5, p. 739-768, 2012.
- BLAY-PALMER, A.; CONONARÉ, D.; METER, K.; DI BATTISTA, A.; JOHNSTON, C. (Orgs.). **Sustainable Food System Assessment**. London: Routledge, 2019.
- BOYD, D. M. Social network sites as network publics: affordances, dynamics, and implications. **Networked Self: Identity, Community, and Culture on Social Network Sites** (ed. ZiziPapacharissi), p. 39-58, 2010.
- BOYD, D. CRAWFORD, K. Critical questions for big data. **Information, Communication and Society**, v. 15, n. 5, p. 662-679, 2012.
- BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**. v. 2, n. 1 (3), jan./jul., p. 68-80, 2005.
- BORGES, P. **Cara de pele, efeito de pele: uma etnografia do debate sobre o uso de peles de animais nas indústrias do vestuário e da moda a partir da campanha boicote arezzo**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – PPGAS, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- BOZTEPE, S.; BERG, M. Connected eating: servitising the human body through digital food technologies. In: LUPTON, D.; FELDMAN, Z. **Digital Food Cultures**. New York, Routledge, 2020.
- BRANDÃO, F. S. **Tendências para o consumo de carne bovina no Brasil**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Centro de Estudos e Pesquisas em Agronegócios, Programa de Pós-Graduação em Agronegócios, Porto Alegre, BR-RS, 2013.
- BRANNEN, J.; NILSEN, A. “**Adulthood**: Changing Concepts and Definitions” A Sloan Work and Family Encyclopedia Entry, 2003. Disponível em: [file:///C:/Users/Acer/Downloads/Adulthood-Changing\\_Concepts.pdf](file:///C:/Users/Acer/Downloads/Adulthood-Changing_Concepts.pdf)

BRAUN, V.; CARRUTHERS, S. Working at self and wellness: a critical analysis of vegan vlogs. In: LUPTON, D.; FELDMAN, Z. **Digital Food Cultures**. New York, Routledge, 2020.

BREINES, W. Community and Organization: The New Left and Michels "Iron Law". **Social Problems**, v. 27, n. 4, p. 419-29, 1980. Accessed April 28, 2021. doi:10.2307/800170.

BRINGEL, B. Com, contra e para além de Charles Tilly: mudanças teóricas no estudo das ações coletivas dos movimentos sociais. **Sociologia & Antropologia**, v. 2, n. 3, p. 43-67, 2012.

BROAD, G. M. Plant-based and cell-based animal product alternatives: an assessment and agenda for food tech justice. **Geoforum**, v. 107, p. 223-226, 2019.

BROCK, A. Análise Crítica Tecnocultural do Discurso. In: SILVA, T. (Org.). **Comunidades, Algoritmos e Ativismos Digitais: Olhares afrodispóricos**. São Paulo: LiteraRua, p. 69-90, 2020.

BRUECK, J. F. (Org.). **Veganism in an oppressive world: a vegans of color community Project**. San Bernadino: Sanctuary Publishers, 2017.

BRUERS, S. The Core Argument for Veganism. **Philosophia**, v. 43, p. 271-290, 2015. DOI 10.1007/s11406-015-9595-5

CAMMAERTS, B.; MATTONI, A.; MCCURDY, P. (ORGs.). **Mediation and protest movements**. UK: Hobbs, 2013.

CASTRO, E. G. de. **Entre ficar e sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural**. Rio de Janeiro: Tese (Doutorado) – UFRJ/PPGAS/Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 2005.

CARDOSO, C. P. **Outras falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras**. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares Sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Programa de Pós-Graduação em Estudos de Gênero, Mulher e Feminismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012. 383 f.

CARMO, Í. N. D. Feminista e vegana: gastropolíticas e convenções de gênero, sexualidade e espécie entre feministas jovens. Florianópolis: **Revista de Estudos Feministas**, v. 27, n. 1, p. 1-14, 2019.

CARNEIRO, S. Prefacio. In: HENRIQUES, R. **Raça e cor nos sistemas de ensino**. Brasília, DF: Unesco, 2002. p. 7-10.

\_\_\_\_\_. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CARRERA, F. Racismo e sexismo em bancos de imagens digitais: uma análise de resultados de busca e atribuição de relevância na dimensão financeira/profissional. In: SILVA, T. (Org.). **Comunidades, Algoritmos e Ativismos Digitais: Olhares afrodispóricos**. São Paulo: LiteraRua, p. 147-166, 2020.

CARROLL, W. K.; HACKETT, R. A. Democratic media activism through the lens of social movement theory. **Media, Cultura & Society**, v. 28, n. 1, p. 83-104, 2006.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. Trad. Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz Terra (A era da informação: economia, sociedade e cultura), v. 1, ed. 6, 2002.

\_\_\_\_\_. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Trad. Carlos A. Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CHANDROO, K. P.; DUNCAN, I. J. H.; MOCCIA, R. D. "Can fish suffer?: Perspectives on sentience, pain, fear, and stress". **Applied Animal Behavior Science**, v. 86, p. 225-250, 2004.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das Mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.

CHERRY, E. Veganism as a Cultural Movement: A Relational Approach. **Social Movement Studies**, v. 5, n. 2, 155–170, Routledge, September 2006.

\_\_\_\_\_. I Was a Teenage Vegan: Motivation and Maintenance of Lifestyle Movements. **Sociological Inquiry**, v. 20, n. 10, p. 1–20, 2014.

COCCIA, E. **A Virada Vegetal**. Trad. Felipe A. V. de Carli. São Paulo: N-edições, 2018.

COGO, D.; MACHADO, S. Redes de negritude: usos das tecnologias e cidadania comunicativa de afro-brasileiros. **Anais do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** – Caxias do Sul, RS, p. 1-16, 2 a 6 de setembro de 2010.

COLE, M.; MORGAN, K. Vegaphobia: derogatory discourses of veganismo and the reproduction of speciesism in UK national newspapers. **Sociology**, v. 62, p. 134-153, 2011. DOI :10.1111/J.1468-4446.2010. 01348.X

COLLINS, P. H. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, jan./abr., p. 99-127, 2016.

COLOMÉ, F. D. L. **Consumo, política e engajamento**: uma análise sociológica do consumo contestatório vegano no Brasil e Canadá. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Porto Alegre, BR-RS, 2018.

CORNELL, A. Anarchism and the Movement for a New Society: Direct Action and Prefigurative Community in the 1970s and 80s. **Institute for Anarchist Studies**, 2009.

<<https://web.archive.org/web/20130518071734/http://www.anarchiststudies.org/node/292>> Accessed April 10, 2021.

COULSON, H., MILBOURNE, P. Food justice for all? pesquisando o 'múltiplo da justiça' nos movimentos alimentares do Reino Unido. **Agriculture and Human Values**, v. 38, p. 43–58, 2021. <https://doi.org/10.1007/s10460-020-10142-5>

CRAIG, W. Health effects of vegan diets. **American Journal of Clinical Nutrition**, n. 89, p. 1627-1633, 2009.

CRENSHAW, K. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. **University of Chicago Legal Forum**, n. 1, p. 139-167, 1989.

DANIELS, J. **Cyber Racism: White Supremacy Online and the New Attack on Civil Rights**. Lanham, Maryland: Rowan & Littlefield Publishers, Inc., 2009.

\_\_\_\_\_. Race and racism in Internet Studies: A review and critique, **New Media & Society**, v. 15, n. 5, p. 695-719, 2013.

DAVIDSON, M. **Repensando o veganismo: o feminismo e o projeto decoloniais como ferramenta ético-políticas para um veganismo anticapitalista**. (Coleção Narrativas Dissidentes, organizada por Maria Clara Dias). Rio de Janeiro: Ape'Ku, 2021.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. Trad. Heci Regina candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

\_\_\_\_\_. **A liberdade é uma luta constante**. São Paulo: Boitempo, 2018.

DIAS, C. **Análise do Discurso Digital: Sujeito, Espaço, Memória e Arquivo**. São Paulo: Pontes, 2018.

DISCONZI, N. T.; SILVA, F. D. S. R. Movimento afrovegano e interseccionalidade: diálogos possíveis entre o movimento animalista e o movimento negro. Salvador: **Revista Brasileira de Direito Animal**, v. 15, n. 01, p. 90-108, jan./abr., 2020.

DeGRAZIA, D.; ROWAN, A. "Pain, suffering, and anxiety in animals and humans". **Theoretical Medicine and Bioethics**, v. 12, p. 193-211, 1991.

DELLA PORTA, D.; DIANI, M. **Social Movements: an introduction**. Second Edition. Malden: Blackwell, 2006.

DOMINGUES, P. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, Revista do Departamento de História da UFF, v. 12, n. 23, p. 100-122, 2007.

DOWNING, J. et al. **Radical media rebellious communication and social movements**. EUA: Sage Publications, 2001.

DURIBE J. **White women are being exposed for 'posing' as mixed race and the internet is pissed**. Popbuzz, nov., 9. 2018. Disponível em <<https://www.popbuzz.com/life/news/white-women-mixed-race-instagram/>>. Acesso em 10 de novembro de 2021.

DOLAN, A.; AYLAND, C. Analysis on trial. **International Journal of Market Research**, v. 43, n. 4, p. 377-389, 2001.

DOYLE, J. Celebrity vegans and the lifestyling of ethical consumption. **Environmental Communication**, v. 10, n. 6, p. 777-790, 2016. DOI: 10.1080/17524032.2016.1205643

DRIESENS, O. The celebritization of society and culture: Understanding the structural dynamics of celebrity culture. **International Journal of Cultural Studies**, v. 16, n. 6, p. 641-657, 2013.

DURAN, A. **Ambiente alimentar urbano em São Paulo, Brasil**: avaliação, desigualdades e associação com o consumo alimentar. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013.

EARL, J; KIMPORT, K.; PRIETO, G.; RUSH, C.; REYNOSO, K. Changing the world one webpage at a time: conceptualizing and explaining internet activism.

**Mobilization**: An International Journal, v. 15, n. 4, p. 425-446, 2010.

EHLERS, M-H.; HUBER, R.; FINGER, R. Agricultural policy in the era of digitalization. **Food Policy**, v. 100, n. 1, p. 1-14, 2021. DOI:

10.1016/j.foodpol.2020.102019

FACIOLI, L. Movimentos, ativismos feministas e precisões conceituais: o caso do feminismo digital. **Anais do 20º Congresso Brasileiro de Sociologia**, na forma remota, p. 1-14, 2021.

FAIRCLOUGH, N. **Analysing Discourse**. New York: Routledge, 2003.

FEIXA, C. **GENERACIÓN @ LA JUVENTUD EN LA ERA DIGITAL**. *Nómadas* (Col), núm. 13, octubre, p. 75-91, 2000.

FEIXA, C.; FERNÁNDEZ-PLANELLAS, A. Generación @ versus Generación #. La juventud en la era hiperdigital. In A. Huertas & M. Figueras-Maz (eds.) **Audiencias juveniles y cultura digital**. Bellaterra: Institut de la Comunicació, Universitat Autònoma de Barcelona, p. 35-54, 2014.

FEIXA, C.; FERNÁNDEZ-PLANELLAS, A.; FIGUERAS-MAZ, M. Generación Hashtag. Los movimientos juveniles en la era de la web social. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v.14, n.1, p. 107-120, 2016.

FERNANDES, E. G. **Entre ruas, câmeras e redes**: as transformações das táticas policiais de controle à ação coletiva contestatória em Porto Alegre (2013-2014). Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Porto Alegre, BR-RS, 2020.

FERREIRA, G. G. T. Desejo é devir: um olhar sobre a condição do indivíduo consumidor na perspectiva do capitalismo rizomático. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, v. 16, n. 187, p. 13-22, 2016.

FOX, N.; WARD, K. You are what you eat? Vegetarianism, health and identity. **Social Science & Medicine**, v. 66, n. 12, p. 2585-2595, 2008.

FRACIONE, G. PETA: onde apenas as mulheres são tratadas como carne. **VeGGie GRRRLS: Feminismo e Libertação Animal**. 2007. Disponível em: <<http://feminismoevegetarianismo.blogspot.com/2007/06/peta-onde-apenas-as-mulheres-so.html>>. Acesso em 20 de janeiro de 2022.

\_\_\_\_\_. Animais como propriedade. **Revista Brasileira de Direito Animal**, v. 2, n. 2, jan./dez., 2007.

FRAGOSO, S.; RECUERO, R; AMARAL, A. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

FRANÇA, V.; FILHO, J. F.; LANA, L.; SIMÕES, P. (Org.). **Celebridades no Século XXI: transformações no estatuto da fama**. Porto Alegre: Sulina, 2014.

FUENTES, M.; FUENTES, C. Reconfiguring food materialities: plant-based food consumption practices in antagonistic landscapes. **Food, Culture & Society**, p. 1-20, April, 2021. DOI: 10.1080/15528014.2021.1903716

GAZOLLA, M.; AQUINO, J. R. de. Reinvenção dos mercados da agricultura familiar no Brasil: a novidade dos sites e plataformas digitais de comercialização em tempos de Covid-19. In: NIEDERLE, P. A.; SCHNEIDER, S.; CASSOL, A. (Orgs.). **Mercados Alimentares Digitais: inclusão produtiva, cooperativismo e políticas públicas**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2021, p. 279-311.

GARRETT, K. R. Protest in an Information: a review of literature on social movements and new ICTs. **Information, communication and society**, v. 9, n. 2, p. 202-224, 2006.

GERBAUDO, P.; TRERÉ, E. In search of the “we” of social media activism: introduction to the special issue on social media and protest identities. **Information, communication & society**, v. 18, n. 8, p. 864-871, 2015.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. Trad. Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

\_\_\_\_\_. **Modernidade e identidade**. Trad. P. Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GOHN, M. G.; BRINGEL, B. M. (Orgs.). **Movimentos sociais na era global**. Petrópolis, RJ: Vozes, ed. 2, 2014.

GOHN, M. G. Teorias dos movimentos sociais na contemporaneidade. In: GOHN, M. G.; BRINGEL, B. M. (Orgs.). **Movimentos sociais na era global**. Petrópolis, RJ: Vozes, ed. 2, 2014.

GOMES, L. L. P. Estéticas em transformação: a experiência de mulheres negras na transição capilar em grupos virtuais. In: SILVA, T. (Org.). **Comunidades, Algoritmos e Ativismos Digitais: Olhares afrodispóricos**. São Paulo: LiteraRua, p. 93-108, 2020.

GOMES, N. L. O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 10, n. 18, p. 133-154, abr. 2011.

\_\_\_\_\_. Movimento Negro e Educação: resignificando e politizando a raça. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 120, p. 727-744, jul./set., 2012.

GONDIM, L. M. P. Movimentos sociais contemporâneos no Brasil: a face invisível das Jornadas de Junho de 2013. **Polis**, Revista Latinoamericana, v. 15, n. 44, p. 357-379, 2016.

GONZALES, L. Movimento ou movimentos negros? In: GONZALEZ, L.; HASENBALG, C. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1981, p. 18-20.

\_\_\_\_\_. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984.

\_\_\_\_\_. A categoria político-cultural de amefricanidade. Rio de Janeiro: **Tempo Brasileiro**, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun., 1988.

GRAÇA, J.; GODINHO, C. A.; TRUNINGER, M. Reducing meat consumption and following plant-based diets: current evidence and future directions to inform integrated transitions. **Trends in Food Science & Technology**, v. 91, p. 380-390, 2019.

GREENEBAUM, J. Vegans of color: managing visible and invisible stigmas. **Food, Culture & Society**. New York: Routledge, 2018.

GROPPO, L. A. **Juventude**: Ensaios sobre Sociologia e História das Juventudes Modernas. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.

\_\_\_\_\_. Teorias críticas da juventude: geração, moratória social e subculturas juvenis. **Em Tese**, Florianópolis, v. 12, n. 1, jan./jul., 2015.

GUERREIRO, G. Percepções do Atlântico - antropologia estética, produção de conhecimento e antirracismo. **Revista Observatório Itaú Cultural**, v. 21, p. 112-127, 2016.

GUIVANT, J. S.; SPAARGAREN, G.; RIAL, C. (Orgs.). **Novas práticas alimentares no mercado global**. Florianópolis: UFSC, 2010.

HADI, J.; BRIGHTWELL, G. Safety of alternative proteins: technological, environmental and regulatory aspects of cultured meat, plant-based meat, insect protein and single-cell protein. **Foods**, v. 10, n. 6, 2021.

HAENFLER, R.; JOHNSON, B.; JONES, E. Lifestyle Movements: Exploring the Intersection of Lifestyle and Social Movements. **Social Movement Studies**, v. 11, n. 1, p. 1–20, 2012.

HALKIER, B. Political Food Consumerism between Mundane Routines and Organizational Alliance-Building. In: BOSTROM, M.; MICHELETTI, M.; OOSTERVEER, P. (Orgs.). **The Oxford Handbook of Political Consumerism**. Oxford: Oxford University Press, p. 274-292, 2019.

HARTMANN, C.; SIEGRIST, M. Consumer perception and behaviour regarding sustainable protein consumption: a systematic review.

HAVEWALA, F. The dynamics between the food environment and residential segregation: An analysis of metropolitan áreas. **Food Policy**, V. 103, 2021. DOI: 10.1016/j.foodpol.2020.102015

HENCHION, M.; HAYES, M.; MULLEN, A. M.; FENELON, M.; TIWARI, B. Future protein supply and demand: strategies and factors influencing a sustainable equilibrium. **Foods**, v. 20, n. 6, 2017.

HINE, C. **Ethnography for the internet**: embedded, embodied and everyday. London: Routledge, 2015.

HORST, H. A.; MILLER, D. **Digital Antropology**. Londres: Bloomsbury, 2012.

IBOPE. 2018. **Pesquisa de opinião pública sobre vegetarianismo**. Ibope, Rio de Janeiro. Disponível em: <[https://www.svb.org.br/images/Documentos/JOB\\_0416\\_VEGETARIANISMO.pdf](https://www.svb.org.br/images/Documentos/JOB_0416_VEGETARIANISMO.pdf)>. Acesso online em 10 de setembro de 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. 2010.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. 2017.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. 2018.

\_\_\_\_\_. Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil. **Estudos e Pesquisas: Informação Demográfica e Socioeconômica**, n.41, 2019.

JOY, M. **Por que amamos cachorros, comemos porcos e vestimos vacas? uma introdução ao carnismo**: o sistema de crenças que nos faz comer alguns animais e outros não. São Paulo: Cultrix, 2009.

JOYCE, M. **Activism Success: A Concept Explication**. University of Washington, 2014.

JOHNSTON, J.; GOODMAN, M. K. Spectacular Foodscapes: Food celebrities and the politics of lifestyle in an age of inequality. **Food, Culture & Society**, v. 18, n. 2, p. 205-222, 2015.

JANSSEN, M., BUSCH, C., RÖDIGER, M. H. U. Motives of consumers following a vegan diet and their attitudes towards animal agriculture. **Appetite** 105, p. 643-651, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.appet.2016.06.039>

JOHNSTON, J.; GOODMAN, M. Spectacular Foodscapes: Food Celebrities and the Politics of Lifestyle in an Age of Inequality. **Food, Culture and Society**, v. 18, n. 2, p. 205-222, 2015.

JUNGES, J.; CANTO, N. R. D.; BARCELLOS, M. D. Not as Bad as I Thought: Consumers' Positive Attitudes Toward Innovative Insect-Based Foods. **Front. Nutr.**, v. 8, n. 16, June, 2021. DOI: <https://doi.org/10.3389/fnut.2021.631934>

KAMALAPURAM, S. K.; HANDRAL, H; CHODHURY, D. Cultured meat prospect for a billion. **Foods**, v. 25, n. 10, p. 2922, 2021. DOI: [10.3390/foods10122922](https://doi.org/10.3390/foods10122922)

KENT, R. Self-tracking and digital food cultures: surveillance and self-representation of the moral 'healthy' body. In: LUPTON, D.; FELDMAN, Z. **Digital Food Cultures**. New York, Routledge, 2020.

\_\_\_\_\_. Digital food tracking: Combining traditional and digital ethnographic methods to identify the influence of social media sharing of health and foods upon users' everyday lives. In: LEER, J.; KROGAGER, S. G. S. **Research Methods in Digital Food Studies**. New York, Routledge, 2021.

KENNEDY, E. H. Rethinking Ecological Citizenship: The Role of Neighborhood Networks in Cultural Change. **Environmental Politics**, v. 20, n. 6, p. 843–60, 2011.

KETTREY, H. H.; LASTER, W. N. Staking Territory in the “World White Web”: An Exploration of the Roles of Overt and Color-Blind Racism in Maintaining Racial Boundaries on a Popular Web Site, **Social Currents**, v. 1, n. 3, p. 257-274, 2014.

KJAER, K. M. Reading celebrity food websites: Poststructural approaches. In: LEER, J.; KROGAGER, S. G. S. **Research Methods in Digital Food Studies**. New York, Routledge, 2021.

KO, A; KO, S. **Aphro-ism**: essays on pop culture, feminism, and black veganismo from two sisters. Herndon: Lantern Publishing & Media, 2017.

KO, A. **Racism as zoological witchcraft**: a guide to getting out. Herndon: Lantern Publishing & Media, 2019.

KOLKO, B. E.; NAKAMURA, L.; RODMAN, G. B. **Race in Cyberspace**. New York, NY: Routledge, 2000.

KUMAR, P.; SHARMA, N.; SHARMA, S.; MEHTA, N.; VERMA, A. K.; CHEMMALAR, S.; SAZILI, A. Q. In-vitro meat: a promising solution for sustainability of meat sector. **J. Anim. Sci. Technol.** v. 63, n. 4, p. 693-724, 2021. DOI: 10.5187/jast. 2021.e85

LAER, J. V.; AELST, P. V. Internet and social movement action repertoires. **Information, Communication & Society**, v. 13, p. 1146-1171, 2010.

LEA, E. J.; CRAWFORD, D.; WORSLEY, A. Public views of the benefits and barriers to the consumption of a plant-based diet. **European Journal of Clinical Nutrition**, v. 60, p. 828-837, 2006.

LEE, A.; PETERSEN, A. Análise de discurso. In: LEWIN, Cathy; SOMEKH, Bridget (orgs.). **Teoria e Métodos de Pesquisa Social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

LEER, J.; KROGAGER, S. G. S. **Research Methods in Digital Food Studies**. New York: Routledge, 2021, 248p.

LEENAERT, T. **How create a vegan world**: a pragmatic approach. New York: Latern Books, 2017.

LEITÃO, D. K.; GOMES, L. G. Etnografia em ambientes digitais: perambulações, acompanhamentos e imersões. Niterói: **Revista Antropolítica**, v. 1, n. 42, p. 41-65, 2017.

LEITZMANN, C. Nutrition ecology: the contribution of vegetarian diets. The **American Journal of Clinical Nutrition**, v. 78, n. 3, p. 657-659, 2003. DOI: 10.1093/ajcn/78.3.657S

LEMOS, A. **Cibercultura**: tecnologia e vida social na cultura contemporânea. Porto Alegre: Sulina, 2002.

LÉVY, Pierre. **O que é o virtual?** São Paulo: Editora 34, 1999.

LEWIS, T. Transforming citizens? Green politics and ethical consumption on lifestyle television. **Continuum: Journal of Media and Cultural Studies**, v. 22, n. 2, p. 227-240, 2008.

\_\_\_\_\_. Branding, celebrityization and the lifestyle expert. **Cultural Studies**, v. 24, n. 4, p. 580-598, 2010.

\_\_\_\_\_. Food politics and the media in digital times: Researching household practices as forms of digital food activism. In: LEER, J.; KROGAGER, S. G. S. **Research Methods in Digital Food Studies**. New York, Routledge, 2021.

LIRA, L. C. de. **Limites e paradoxos da moralidade vegan**: um estudo sobre as bases simbólicas e morais do vegetarianismo. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Antropologia, 2013.

LITTAL R. **White Women Being Exposed for Pretending to Be Black Women on Instagram** (Photos). Blacksportsonline nov., 10, 2018.

LYNCH, J.; PIERREHUMBERT, R. Climate impacts of cultured meat and beef cattle. **Frontiers in Sustainable Food Systems**. v. 3, n. 5, 2019. DOI: 10.3389/fsufs.2019.00005

LUPTON, D. **Digital Sociology**. New York, Routledge, 2015.

\_\_\_\_\_. Understanding digital food cultures. In: LUPTON, D.; FELDMAN, Z. **Digital Food Cultures**. New York, Routledge, 2020.

LUPTON, D.; FELDMAN, Z. **Digital Food Cultures**. New York, Routledge, 2020.

LUTZ, N. Making Up the Unreal. **Journal of Design and Science**, n. 6, out., 2019. Disponível em <https://doi.org/10.21428/7808da6b.93df7ebd>

MACHADO, J. A. S. Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 18, p. 248-285, Dez., 2007.

MACHADO, T. D. S. A. **“Um pé na cozinha”**: uma análise sócio-histórica do trabalho de cozinheiras negras no Brasil. Tese (Doutorado) – Universidade De Brasília, Instituto de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Brasília, BR-DF, 2021, 305 f.

MALUF, R. S.; BURLANDY, L.; SANTARELLI, M.; SCHOTTZ, V.; SPERANZA, J. S. Nutrition-sensitive agriculture and the promotion of food and nutrition sovereignty and security in Brazil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 20, n. 8, p. 2303-2312, 2015. DOI: 10.1590/1413-81232015208.14032014

MANCUSO, S. **Revolução das plantas**: um novo modelo para o futuro. Trad. Regina Silva. São Paulo: Ubu Editora, 2019.

MANN, A. Are you local? Digital inclusion in participatory foodscapes. In: LUPTON, D.; FELDMAN, Z. **Digital Food Cultures**. New York, Routledge, 2020.

\_\_\_\_\_. Beyond the hashtag: Social media ethnography in food activism. In: LEER, J.; KROGAGER, S. G. S. **Research Methods in Digital Food Studies**. New York, Routledge, 2021.

- MANNHEIM, K. "O problema sociológico das gerações" In: FORACCHI, M. (org.) **Karl Mannheim: sociologia**. São Paulo: Ática, p. 67-95, 1982.
- MARLOW, H. J.; HAYES, W. K.; SORET, S.; CARTER, R. L.; SCHWAB, E. R.; SABATÉ, J. Diet and the environment: does what you eat matter? **The American Journal of Clinical Nutrition**, v. 89, n. 5, p. 1699-1703, 2009. DOI: 10.3945/ajcn.2009.26736Z
- MARQUES, F. C.; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. (Orgs.). **Construção de Mercados e Agricultura Familiar: Desafios para o Desenvolvimento Rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.
- MAURER, D. **Vegetarianism: movement or moment?** Philadelphia: Temple University Press, 2002.
- McMACKEN, M.; SHAH, S. A plant-based diet for the prevention and treatment of type 2-diabetes. **Journal of Geriatric Cardiology**, v. 14, n. 5, p. 342-354, 2017.
- MELO, D. H. G. **Mercado da soja no Brasil: cenários e perspectivas**. Dissertação (Mestrado – Mestrado em Economia) – Universidade de Brasília, 2019.
- MELUCCI, A. Um objetivo para os movimentos sociais? **Lua nova**, p. 49-66, 1989.
- \_\_\_\_\_. Movimentos sociais, renovação cultural e o papel do conhecimento. São Paulo: **Novos Estudos Cebrap**, n. 40, p. 152-166, 1994.
- \_\_\_\_\_. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MENDONÇA, R. F.; SIMÕES, P. G. Enquadramentos: diferentes operacionalizações analíticas de um conceito. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 27, n. 79, p. 187-201, 2012.
- MENEZES, S. de S. M.; CRUZ, F. T. da. **Estreitando o diálogo entre alimentos, tradição, cultura e consumo**. São Cristóvão: Editora da Universidade Federal de Sergipe, 2018.
- MICHELETTI, M.; STOLLE, D. Vegetarianism – A Lifestyle Politics? In: **Creative Participation. Responsibility – Taking in the Political World**. Paradigm Publishers, London, p. 125-145, 2003.
- MILLER, D.; SLATER, D. **The internet: An ethnographic approach**. Oxford: Berg, 2000.
- MISKOLCI, R. Sociologia Digital: notas sobre pesquisa na era da conectividade. **Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 6, n. 2, p. 275-297, 2016.
- \_\_\_\_\_.; BALIEIRO, F. De F. Sociologia Digital: balanço provisório e desafios. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 6, n. 12, p. 132-156, 2018.
- MORRIS, C.; KIRWAN, J. Vegetarians: Uninvited, Uncomfortable or Special Guests at the Table of the Alternative Food Economy? **Sociologia Ruralis**, v. 46, n. 3, p. 192-213, 2006.

MORIN, E. **Cultura de Massas no Século XX**. O espírito do Tempo - 1: Neurose. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

NACONECY, C. M. **Ética e Animais**: um guia de argumentação filosófica. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

\_\_\_\_\_. Bem-Estar animal ou Libertação Animal? Uma análise crítica da argumentação anti bem-estarista de Gary Francione. **Revista Brasileira de Direito Animal**, v. 4, n. 5, p. 235-267, 2009.

NAKAMURA, L. Race and identity in digital media. In: CURRAN, J. (Org.). **Mass Media and Society**. New York: Bloomsbury Academic, p. 336-347, 2010.

NASCIMENTO, L. F. A Sociologia Digital: um desafio para o século XXI. Porto Alegre: **Sociologias**, ano 18, nº. 41, p. 216-241, jan./abr., 2016.

NEGRÃO, L. N. Umbanda: entre a cruz e a encruzilhada. **Tempo Social – Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, p. 113-122, 1993.

NIEDERLE, P. A.; WESZ JUNIOR, V. **As novas ordens alimentares**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018.

NIEDERLE, P. A.; SCHUBERT, M. N. HOW does veganism contribute to shape sustainable food systems? Practices, meanings and identities of vegan restaurants in Porto Alegre, Brazil. **Journal of Rural Studies**, nº. 78, p. 304–313, 2020.

NIEDERLE, P. A.; SCHNEIDER, S.; CASSOL, A. (Orgs.). **Mercados Alimentares Digitais**: inclusão produtiva, cooperativismo e políticas públicas. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2021, p. 15-22.

NIDERLE, P. A.; SCHUBERT, M.; TAVARES DA SILVA, L. M.; SANDRI, I.; DIAS, M. B.; GABANA, A. M. Veganismo e agroecologia: práticas convergentes para a produção de sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis. **Desenvolv. Meio Ambiente**, v. 58, p. 212-232, jul./dez. 2021.

NIEDERLE, P.; et al. Inclusão produtiva por meio de mercados alimentares digitais: desafios para a construção de estratégias cooperativas solidárias, In: NIEDERLE, P. A.; SCHNEIDER, S.; CASSOL, A. (Orgs.). **Mercados Alimentares Digitais**: inclusão produtiva, cooperativismo e políticas públicas. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 25-66, 2021.

NOBLE, S. U. **Algorithms of Oppression**: How Search Engines Reinforce Racism. New York, NY: New York University Press, 2018.

OLIVEIRA, F. A. G.; DIAS, M. C. **Ética animal**: um novo tempo. Rio de Janeiro: Ape’Ku Editora, 2018.

OONINCX, D. G. A. B.; BOER, I. J. M. Environmental impact of the production of mealworms as a protein source for humans – a life cycle assessment. **PLoS ONE**, v. 7, n. 12, 2012.

ORLANDI, E. P. **Discurso em análise**: sujeito, sentido, ideologia. Campinas: Ponte, 2012.

ORTIZ, R. As celebridades como emblema sociológico. **Sociol. Antropol.** Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, p. 669-697, dez., 2016.

OOSTERVEER, P.; GUIVANT, J. S.; SPAARGAREN, G. Alimentos verdes e supermercados globalizados: uma agenda teórico-metodológica. GUIVANT, Julia Sílvia; SPAARGAREN, Gert; RIAL, Carmen. (Orgs.). **Novas práticas alimentares no mercado global**. Florianópolis: UFSC, 2010.

PADILHA, F.; FACIOLI, L. Sociologia digital: apontamentos teórico-metodológicos para uma analítica das mídias sociais. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 54, n. 3, p. 305-316, set/dez 2018.

PAUGAM, S. (Coordenador). **A Pesquisa Sociológica**. Tradução de Francisco Morás. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

PAVEAU, M.-A. **Análise do Discurso Digital**. São Paulo: Pontes, 2021.

PEREIRA, M.; KUNRATH, M. O dilema do enquadramento interpretativo: o caso das interações entre o movimento dos direitos animais e a grande mídia. **Sociedade e Estado**, v. 32, n. 1, p. 189-216, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0102-69922017.3201009>

PILAR, L.; STANISLAVSKÁ, L. K.; KVASNICKA, R. Healthy Food on the Twitter Social Network: Vegan, Homemade, and Organic Food. **Int. J. Environ. Res. Public Health**, v. 18, n. 7, p. 1-15, 2021.

PIMENTA, M. de M. “Juventude e Violência” In: LIMA, R. S. de; RATTON, J. L.; AZEVEDO, R. G. de. **Crime, polícia e justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014.

\_\_\_\_\_. **“Um olhar sobre o problema: transições no Brasil”**, Ser Jovem e Ser Adulto – Identidades, Representações, Trajetórias. São Paulo: Paco Editorial, 2017.

PHILLIPOV, M. Textual analysis in digital Food studies: New approaches to old methods. In: LEER, J.; KROGAGER, S. G. S. **Research Methods in Digital Food Studies**. New York, Routledge, 2021.

PRADO, Juliana Do. **Dos consultórios sentimentais à rede: apoio emocional pelas mídias digitais**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de São Carlos, Programa de PósGraduação em Sociologia, São Carlos: UFSCar, 2015.

PUEBLA, C. A. C. Análisis cualitativo asistido por computadora. **Sociologias**, v. 5, n. 9, jan./jun., p. 288-313, 2003.

PARIGI, P.; GONG, R. From grassroots to digital ties: a case study of a political consumerism movement. **Journal of Consumer Culture**. v. 14, n. 2, p. 236-253, 2014.

PASSOS, M. R. D.; PIRES, T. M. D. C. C. Narrativas políticas em disputa no Twitter: a (des) construção da imagem pública de Lula no contexto da crise política brasileira de 2016. **Intercom – RBCC**, São Paulo, v. 42, n. 3, p. 179-200, set./dez., 2019.

PEREIRA, M. A. G. **Cyberativismo e democracia: movimentos sociais e novos repertórios de acção**. 2008. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2008.

\_\_\_\_\_. Internet e mobilização política – os movimentos sociais na era digital. **Anais do IV Encontro da Compólitica** – Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política, p. 1-26, 2011.

PEREIRA, M. M. **Enquadramentos interpretativos, lógicas de ação e dinâmicas interativas**: dilemas em interações entre o movimento dos direitos dos animais e a grande mídia. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

PEREIRA, M. M.; SILVA, M. K. O dilema do enquadramento interpretativo: o caso das interações entre o movimento dos direitos animais e a grande mídia. **Revista Sociedade e Estado**, v. 32, n. 1, jan./abr., p. 189-2016, 2017.

PERUZZO, C. M. K. **Comunicação nos movimentos populares**: a participação na construção da cidadania. 3. ed. São Paulo: Vozes, 2004.

PERUZZO, Cicilia M.K.; TUFTE, Thomas; CASANOVA, Jair Vega (Orgs.). **Trazos de una otra comunicación en América Latina**: Prácticas comunitarias, teorías y demandas sociales. Barranquilla, Col: Universidad del Norte, 2011, 352 p.

PETERSEN, P.; MUSSOI, E.; DALSOGLIO, F. Institutionalization of the agroecological approach in Brazil: advances and challenges. **Agroecology and Sustainable Food Systems**, v. 37, n. 1, p. 103-114, 2013.

PILAR, L.; STANISLAVSKÁ, L. K.; KVASNICKA, R. Healthy Food on the Twitter Social Network: Vegan, Homemade, and Organic Food. **Int. J. Environ. Res. Public Health**, v. 18, n. 7, p. 1-15, 2021.

PINTO, T. C. L. **Consumo, resistência e subjetividade**: narrativas sobre o veganismo em uma comunidade virtual. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

POELL, T.; NIEBORG, D.; VAN DIJCK, J. Plataformização. Trad. Rafael Grohmann. Unisinos: **Revista Fronteira – Estudos Midiáticos**, v. 22, n. 1, jan./abr., p. 1-10, 2020.

PORTILHO, F. Ativismo alimentar e consumo político – duas gerações de ativismo alimentar no Brasil. **Redes** (St. Cruz Sul, Online), v. 25, n. 2, p. 411-432, mai./ago., 2020.

POTTS, A. **Meat Culture**. Leiden; Boston: Brill, v. 17, 2016.

PRANDI, R. Referências sociais das religiões afro-brasileiras: sincretismo, branqueamento, africanização. **Horizontes Antropológicos**, v. 4, n. 8, p. 151-167, jun., 1998.

PREISS, P.; SCHNEIDER, S. (Orgs.). **Sistemas Alimentares no século 21**: debates contemporâneos. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2020.

PREISS, P.; SALAPATA, J.; LUCAS, T.; MOMBACH, A. O Consumo Justo, Solidário e Sustentável no Mundo Digital: a experiência da Cooperativa GiraSol. In: NIEDERLE, P. A.; SCHNEIDER, S.; CASSOL, A. (Orgs.). **Mercados Alimentares**

**Digitais:** inclusão produtiva, cooperativismo e políticas públicas. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2021, p. 67-93.

RAPHAELY, T.; MARINOVA, D. Flexitarianism: traditional diets as social innovation for sustainability. **Visão Global**. Joaçaba, v. 15, n. 2, p. 403-422, 2012.

RAINIE, L.; WELLMANN, B. **Networked:** the new social operating system. Cambridge: The MIT Press, 2012.

RAUW, W.; et al. Prospects for sustainability of pig production in relation to climate change and novel feed resources. **J Sci Food Agric**. V. 100, n. 9, p. 3575-3586, 2020. DOI: 10.1002/jsfa.10338

RECUBER, T. Digital discourse analysis: Finding meaning in small online spaces. In J. Daniels, K. Gregory & Cottom, T.M. (Eds.). **Digital Sociologies**. Bristol: Polity Press, p. 47–60. 2017.

RECUERO, R. **Redes Sociais na Internet**. Porto Alegre: Sulina, 2014.

REGAN, T. **All that dwell, therein:** essays on animal rights and environmental ethics. Berkeley, Londres: University of California Press, 1982.

\_\_\_\_\_. **The Case for Animal Rights**. Berkeley: University of California Press, 1983.

\_\_\_\_\_. **Animal rights, human wrongs:** an introduction to moral philosophy.

Lanham: Rowman & Littlefield publishers, 2003.

\_\_\_\_\_. **Jaulas vazias:** encarando o desafio dos direitos animais. Porto Alegre: Lugano, 2006.

REUTERS INSTITUTE. **Digital News Report**. University of Oxford. Disponível em: <https://www.digitalnewsreport.org/> [Acesso online em 11 de março de 2021].

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017. (Feminismos Plurais).

RODRIGUES, J. C. **O negro brasileiro e o cinema**. Rio de Janeiro: Pallas, ed. 3, 2001.

ROJEK, C. **Celebridade**. Rio de Janeiro: Rocco, 2008.

ROLANDI, S.; et al. The digitalization of agriculture and rural áreas: towards a taxonomy of the impacts. **Sustainability**, v. 13, p. 5.172, 2021.

ROSA, M. C.; PENNA, C.; CARVALHO, P. D. Movimentos e estado como coletivos instáveis e heterogêneos: uma agenda teórico-metodológica a partir de três estudos de casos. **Civitas**, v. 20, n. 3, p. 499-512, set./dez., 2020.

ROSHANI, N. Discurso de ódio e ativismo digital antirracismo de jovens afrodescendentes no Brasil e Colômbia. In: SILVA, T. (Org.). **Comunidades, Algoritmos e Ativismos Digitais:** Olhares afrodispóricos. São Pulo: LiteraRua, p. 47-66, 2020.

ROWE, P.; GRADY, E. I see your expertise and raise you mine: social media foodscapes and the rise of the celebrity chef. In: LUPTON, D.; FELDMAN, Z. **Digital Food Cultures**. New York, Routledge, 2020.

RUBY, M. B. **Vegetarianism**: a blossoming field of study. *Appetite*, v. 58, n. 1, p. 141-150, 2012.

RUBY, M. B.; ALVARENGA, M. S.; ROZIN, P.; KIRBY, T. A.; RICHER, E.; RUTSZTEIN, G. Attitudes toward beef and vegetarians in Argentina, Brazil, France, and the USA. **Appetite**, v. 96, n. 1, p. 546-554, 2016.

RUSKOWSKI, B. D. O. **Do incômodo à ação beneficente e da indignação à ação contestatória**: estudo sobre condições e mecanismos de engajamento nas Tribos nas Trilhas da Cidadania e no Levante Popular da Juventude. Dissertação (Mestrado). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2012.

\_\_\_\_\_. **Ativismo tecnologicamente mediado**: transformações do ativismo em plataformas de mídias sociais. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Porto Alegre, BR-RS, 2018, 194 f.

SABATÉ, J.; SORET, S. Sustainability of plant-based diets: back to the future. **The American Journal of Clinical Nutrition**, v. 100, n. 1, p. 476-482, 2014.

SALOMONE, R.; SAIJA, G.; MONDELLO, G.; GIANNETTO, A.; SAVASTANO, D.. Environmental impact of food waste bioconversion by insects: application on life cycle assessment to process using *hermetia illucens*. **Journal of Cleaner Production**, v. 140, n. 2, p. 890-905, 2017.

SANTOS, M. P. A. D.; NERY, J. S.; GOES, E. F.; SILVA, A. D.; SANTOS, A. B. S. D.; BATISTA, L. E.; ARAÚJO, E. M. D. População negra e covid-19: reflexos sobre racismo e saúde. São Paulo: **Revista de Estudos Avançados**, v. 34, n. 99, p. 225-243, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3499.014>

SANTOS, A. S. D. Contornos do Movimento AfroVegano no Brasil: reflexões a partir dos ativismos nas mídias sociais. **44º Encontro Anual da ANPOCS**, na forma remota, p. 1-19, 2020.

\_\_\_\_\_. Juventudes e ciberativismo: configuração comunicativa do movimento Afro Vegano no contexto brasileiro. **Anais do 20º Congresso Brasileiro de Sociologia**, na forma remota, p. 1-23, 2021a.

SANTOS, T. N. Mas COMO toda opressão está conectada? Florianópolis: **Anais Eletrônicos do 10º Seminário Internacional Fazendo Gênero**, 2013.

SAWICKI, F.; SIMEANT, J. Inventário da sociologia do engajamento militante: nota crítica sobre algumas tendências recentes dos trabalhos franceses. **Sociologias**, v. 13, n. 28, p. 200-255, 2011.

SEGATO, R. L. **Santos e daimones**: o politeísmo afro-brasileiro e tradição arquetipal. 2ª ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2005.

SCARBOROUGH, P.; APPLEBY, P. N.; MIZDRAK, A.; BRIGGS, A. D.; TRAVIS, R. C.; BRADBURY, K. E.; KEY, T. J. Dietary greenhouse gas emissions of meat-eaters, fish-eaters, vegetarians and vegans in the UK. **Climatic Change**, v. 125, p. 179-192, 2014.

SCHERER-WARREN, I. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n. 1, p. 109-130, jan./abr., 2006.

\_\_\_\_\_. Movimentos sociais e geração de novos direitos em tempos globais: o caso brasileiro. In: GOHN, M. G.; BRENO, M. B. (Orgs.). **Movimentos sociais na era global**. Petrópolis, RJ: Vozes, ed. 2, 2014.

SCHUBERT, M. N.; NIEDERLE, P. A. Muito além da carne: as práticas alimentares dos restaurantes e consumidores veganos de Porto Alegre. **Anais do 43º Encontro Anual da ANPOCS**, em Caxambu-MG, s.p., 2019.

SCHUBERT, M. **Comer fora de casa, as práticas e as rotinas alimentares nos contextos da modernidade**: uma leitura comparada entre Brasil, Reino Unido e Espanha. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Porto Alegre, BR-RS, 2017.

SCARBOROUGH, P.; APPLEBY, P. N.; MIZDRAK, A.; BRIGGS, A. D.; TRAVIS, R. C.; BRADBURY, K. E.; KEY, T. J. Dietary greenhouse gas emissions of meat-eaters, fish-eaters, vegetarians and vegans in the UK. **Climatic Change**, v. 125, p. 179-192, 2014.

SCHNEIDER, T.; ELI, K. Fieldwork in online foodscapes: How to bring an ethnographic approach to studies of digital Food and digital eating. In: LEER, J.; KROGAGER, S. G. S. **Research Methods in Digital Food Studies**. New York, Routledge, 2021.

SCHUBERT, M. N.; NIEDERLE, P. A. Muito além da carne: as práticas alimentares dos restaurantes e consumidores veganos de Porto Alegre. **Anais do 43º Encontro Anual da ANPOCS**, em Caxambu-MG, s.p., 2019.

SCHUBERT, M. **Comer fora de casa, as práticas e as rotinas alimentares nos contextos da modernidade**: uma leitura comparada entre Brasil, Reino Unido e Espanha. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Porto Alegre, BR-RS, 2017.

SCOTT, E. Healthism and veganism: discursive constructions of food and health in an online vegan community. In: LUPTON, D.; FELDMAN, Z. **Digital Food Cultures**. New York, Routledge, 2020.

SELWYN, N.; NEMORIN, S.; BULFIN, S.; JOHNSON, N. Toward a digital sociology of school. In: DANIELS, J.; GREGORY, K.; COTTOM, T. M. (Orgs.). **Digital Sociologies**. Bristol: Policy Press. E-book, 2016.

SILVA, T. Racismo Algorítmico em Plataformas Digitais: microagressões e discriminação em código. In: SILVA, T. (Org.). **Comunidades, Algoritmos e Ativismos Digitais**: Olhares afrodispóricos. São Paulo: LiteraRua, p. 129-145, 2020.

SHA, L.; XIONG, Y. L. Plant protein-based alternatives of reconstructed meat: Science, technology, and challenges. **Trends in Food Science & Technology**, v. 102, p. 51-61, 2020.

SILVA, M. K. De volta aos movimentos sociais? Reflexões a partir da literatura brasileira recente. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 46, n.1, p. 2-9, jan./abr., 2010.

SILVA, M. K.; COTANDA, F. C.; PEREIRA, M. M. Interpretação e ação coletiva: o “enquadramento interpretativo” no estudo de movimentos sociais. **Revista de Sociologia e Política**, v. 25, n. 61, p. 143-164, 2017.

SILVA, M. K. A apropriação conservadora do ciclo de protestos de 2013: rumo aos protestos anti-Dilma?. **Lusotopie** (Paris), v. 17, p. 88-111, 2018.

SILVA, M. K.; RUSKOWSKI, B. D. O. Condições e mecanismos do engajamento militante: um modelo de análise. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 21, p. 187-226, 2016.

SILVA, T. Apresentação. In: SILVA, T. (Org.). **Comunidades, Algoritmos e Ativismos Digitais: Olhares afrodispóricos**. São Paulo: LiteraRua, p. 9-12, 2020.

\_\_\_\_\_. Racismo Algorítmico em Plataformas Digitais: microagressões e discriminação em código. In: SILVA, T. (Org.). **Comunidades, Algoritmos e Ativismos Digitais: Olhares afrodispóricos**. São Paulo: LiteraRua, p. 129-145, 2020.

SILVA, V. G. D. **Candomblé e Umbanda: caminhos da devoção brasileira**. 5ª ed. São Paulo: Selo Negro, 2005.

SINGER, P. **Vida ética: os melhores ensaios do mais polêmico filósofo da atualidade**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.

SKAGEBY, J. Interpreting online discussions: Connecting artifacts and experiences in user studies. **The Qualitative Report**, v. 20, n. 1, p. 115–129, 2015.

SCOTT, E. Healthism and veganism: discursive constructions of food and health in an online vegan community. In: LUPTON, D.; FELDMAN, Z. **Digital Food Cultures**. New York, Routledge, 2020.

SOCIEDADE VEGETARIANA BRASILEIRA. **Pesquisa do IBOPE aponta crescimento histórico no número de vegetarianos no Brasil**. 2018. Disponível em: <<https://www.svb.org.br/2469-pesquisa-do-ibope-aponta-crescimento-historico-no-numero-de-vegetarianos-no-brasil>>. Acesso em 10 de setembro de 2020.

\_\_\_\_\_. **Mercado vegano: as mudanças e impactos de um consumo consciente, ético e justo**. Disponível em: <https://www.svb.org.br/2584-mercado-vegano-as-mudancas-e-impactos-de-um-consumo-consciente-etico-e-justo>. Acesso em 12 de agosto de 2020.

\_\_\_\_\_. Segunda Sem Carne: descubra novos sabores. Disponível em: <<https://www.svb.org.br/pages/segundasemcarne/>>. Acesso em 10 de setembro de 2021.

SODRÉ, M. **Claros e escuros**: identidade, povo e mídia no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1999.

SORDI, C. O animal como próximo: por uma antropologia dos movimentos de defesa dos direitos animais. **Cadernos IHU Ideias**, ano 9, n. 147, 2011.

SOUSA JUNIOR, V. C. **Ara mi, meu corpo**: alimentação e outros temas afro-brasileiros. Salvador: EDUNEB, 2014.

SPAARGAREN, G. Sustainable consumption: a theoretical and environmental policy perspective. **Society and Natural Resources**, v. 16, p. 687-701, 2003.

STRAWHORN, M. Blackfishing is the new white. **Pajiba - Social Media**, nov., 8. 2018.

STUMPF, F. A identidade brasileira representada em anúncios publicitários. **Anais do Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 28, 2005.

SZTYBEL, D. Animal Rights Law: Fundamentalism versus Pragmatism. **Journal for Critical Animal Studies**, v. 5, n. 1, 2007.

TATAGIBA, L.; GALVÃO, A. Os protestos no Brasil em tempos de crise (2011-2016). **Opinião Pública**, Campinas, v. 25, n. 1, p. 63-96, jan./abr., 2019.

TARROW, S. **The new transnational activism**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

\_\_\_\_\_. **O poder em movimento**: movimentos sociais e confronto político. Petrópolis: Vozes, 2009.

TEIXEIRA, M. A. Lutas por justiça alimentar no Brasil. Resistências Latino-americanas. **Le Monde Diplomatique Brasil**, 3 de novembro de 2021. Disponível em: < <https://diplomatique.org.br/lutas-por-justica-alimentar-no-brasil/>>. Acesso online em 04 de novembro de 2021.

TEIXEIRA, A. N.; FERNANDES, E. G.; SILVA, M. K. Enquadrando Eventos de Protesto: as disputas interpretativas em torno do ciclo de manifestações de 2013 em Porto Alegre. In: **18º Congresso Brasileiro de Sociologia**. Brasília, DF, Brasil, 2017.

TERRY, B. **Afro-vegan**: Farm Fresh, African, Caribbean & Southern Flavors Remixed. Berkeley, CA: Ten Speed Press, 2014.

THE GUARDIAN. **Food apartheid: the root of the problem with America's groceries**. Disponível em: < <https://www.theguardian.com/society/2018/may/15/food-apartheid-food-deserts-racism-inequality-america-karen-washington-interview>>. Acesso online em 26 de abril de 2021.

THE VEGAN SOCIETY. 70 years of The Vegan Society. 2014. Disponível em: < <https://www.vegansociety.com/go-vegan/definition-veganism>>. Acesso em 26 de abril de 2021.

THOMAS, A. **O ódio que você semeia**. Trad. De Regiane Winarski. 8ª ed. Rio de Janeiro: Galera Record, 2018.

TILLY, C. **From mobilization to revolution**. Reading, MA: Addison-Wesley, 1978.

\_\_\_\_\_. **Regimes and repertoires**. EUA: The University of Chicago Press, 2006.

TILMAN, D.; CLARK, M. Global diets link environmental sustainability and human health. **Nature**, v. 515, p. 518-522, 2014.

TOBIN, J. A performance da masculinidade portenha no churrasco. **Cadernos Pagu**, n. 12, p. 301-329, 1999.

THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

THE GUARDIAN. **Food apartheid: the root of the problem with America's groceries**. Disponível em: < <https://www.theguardian.com/society/2018/may/15/food-apartheid-food-deserts-racism-inequality-america-karen-washington-interview>>. Acesso online em 26 de abril de 2021.

TORRES, E. C. Economia e carisma da indústria cultural da celebridade. In.: FRANÇA, V.; FILHO, J. F.; LANA, L.; SIMÕES, P. (Org.). **Celebridades no Século XXI**: transformações no estatuto da fama. Porto Alegre: Sulina, 2014.

TÖRNBERG, A. Prefigurative politics and social change: a typology drawing on transition studies, **Distinktion: Journal of Social Theory**, v. 22, n.1, p. 83-107, 2021. DOI: 10.1080/1600910X.2020.1856161.

\_\_\_\_\_. Mídias sociais e a naturalização de discursos racistas no Brasil. In: SILVA, T. (Org.). **Comunidades, Algoritmos e Ativismos Digitais**: Olhares afrodispóricos. São Paulo: LiteraRua, p. 29-44, 2020.

TRIGUEIRO, A. Consumo, ética e natureza: o veganismo e as interfaces de uma política de vida. **INTERthesis**, v. 10, n. 1, p. 237-260, 2013.

TRINDADE, L. V. P. **It is not that funny**: Critical analysis of racial ideologies embedded in racialized humour discourses on social media in Brazil. PhD Thesis, University of Southampton. Sociology, 2018.

\_\_\_\_\_. Mídias sociais e a naturalização de discursos racistas no Brasil. In: SILVA, T. (Org.). **Comunidades, Algoritmos e Ativismos Digitais**: Olhares afrodispóricos. São Paulo: LiteraRua, p. 29-44, 2020.

TUSO, P.; STOLL, S. R.; LI, W. W. A Plant-Based Diet, Atherogenesis, and Coronary Artery Disease. **The Permanente Journal**, v. 19, n. 1, p. 62-67, 2015.

TWINE, R. **Animals as biotechnology**: ethics, sustainability and critical animal studies. London: Earthscan, 2010.

UNIÃO VEGANA DE ATIVISMO. **Uva e a carta de Recife**: O que é a UVA? Recife. Disponível em: < <https://uniaovegana.org/uva-carta-de-recife/>>. Acesso online em 25 de setembro de 2021.

VINARI, M.; VINARI, E. A framework for sustainability transition: the case of plant-based diets. **J. Agric. Environ. Ethics.**, v. 27, p. 369-396, 2014.

WALTER, A., FINGER, R., HUBER, R., BUCHMANN, N. Opinion: Smart farming is key to developing sustainable agriculture. **Proc. Natl. Acad. Sci.**, v. 114, p. 6148–6150, 2017. DOI: 10.1073/pnas.1707462114.

WEARY, D. M.; NIEL, L.; FLOWER, F. C.; FRASER, D. “Identifying and preventing pain in animals”. **Applied Animal Behaviour Science**, v. 100, p. 64-76, 2006.

WEISHEIMER, N. **A situação juvenil na agricultura familiar**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

WESZ JUNIOR, V. J. O mercado da soja no Brasil e na Argentina: semelhanças, diferenças e interconexões. **Revista de Ciências Sociais**, v. 4, n. 1, p. 114-161, jan./jun., 2014.

\_\_\_\_\_. O mercado da soja no Sudeste de Mato Grosso (Brasil): uma análise das relações entre produtores rurais e empresas a partir da Sociologia Econômica. **DADOS**, Rio de Janeiro, v. 62, n. 1, p.1-36, 2019.

WITTE, J. C. A ciência Social digitalizada: avanços, oportunidades e desafios. **Sociologias**, ano 14, nº. 31, p. 52-92, set./dez., 2012.

WILKINSON, J. **Mercados, Redes e Valores: o novo mundo da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008.

WRENN, C. L. Fat vegan politics: a survey of fat vegan activists online experiences with social movement sizeism. **Fat Studies**, v. 6, n. 1, p. 90-102, 2017.

\_\_\_\_\_. The Vegan Society and social movement professionalization, 1944-2017. **Food and Foodways**, 2019. DOI: 10.1080/07409710.2019.1646484

VAN DIJCK, J. **The culture of connectivity: a critical history of social media**. Oxford: Oxford University Press, 2013.

\_\_\_\_\_. **La Cultura de la Conectividad: una historia crítica de las redes sociales**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2016.

\_\_\_\_\_.; POELL, T. Understanding social media logic. **Media and Communication**, Lisboa, v. 1, n. 1, p. 2-14, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/2kptqvS>. Acesso em: 12 outubro de 2021.

VEGH, Sandor. Classifying forms of online activism: the case of cyberprotests against the World Bank. In: MCCAUGHEY, M., AYERS, M.D. (ed.). **Cyberactivism: online activism in theory and practice**. London: Routledge, 2003.

YATES, L. Critical consumption: boycotting and buycotting in Europe. **European Societies**, v. 13, n. 2, p. 191-217, 2011. DOI: 10.1080/14616696.2010.514352.

\_\_\_\_\_. Rethinking Prefiguration: Alternatives, Micropolitics and Goals in Social Movements. **Social Movement Studies**, v. 14, n. 1, p. 1-21, 2014. DOI: 10.1080/14742837.2013.870883.

YE, L.; YANG, H. From digital divide to social inclusion: a tale of mobile platform empowerment in rural áreas. **Sustainability**, v. 12, n. 6, p. 2.424, 2020.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidada (o) para participar, como voluntária (o), em uma pesquisa. Após ser esclarecida (o) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, preencha o termo de consentimento autorizando a realização do estudo.

Esta pesquisa faz parte do desenvolvimento da tese de doutorado do pesquisador Arthur Saldanha dos Santos, aluno do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – PPGS/UFRGS, sob a orientação do Prof. Dr. Paulo André Niederle.

#### INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

**Título do Projeto:** Ativismo digital e afroveganismo nas mídias sociais

**Pesquisador Responsável:** Arthur Saldanha dos Santos

**E-mail para contato:** arthur-ufvjm@hotmail.com

◆ **Objetivo da pesquisa:**

O objetivo da pesquisa é refletir sobre ativismos digitais e suas relações com o Movimento Afro Vegano;

◆ **Procedimentos:**

Em primeiro momento serão explicados os objetivos da pesquisa, bem como será apresentado o que se espera com os resultados da mesma, destacando as suas contribuições para o desenvolvimento da tese de doutorado do pesquisador principal. Posteriormente, será realizada uma entrevista de forma individual com questões padronizadas para cada participante. Esta entrevista será gravada para estudo do pesquisador e contará com a utilização dos diferentes meios digitais (mais adequados a cada participante), podendo ser via *Skype*, *WhatsApp*, *Zoom*, *Google Meet*, dentre outros. A gravação e as informações obtidas atenderão ao sigilo, estando apenas sob o domínio do pesquisador;

◆ **Participação:**

A pesquisa respeita a participação e o anonimato dos participantes, não fornecendo nenhum tipo de informação que possibilite a identificação dos participantes ao longo da divulgação dos resultados – antes, durante ou após a pesquisa. A (o) entrevistada (o) tem opção em desistir do processo a qualquer momento, desde que o pesquisador principal seja informado. Para a apresentação dos resultados na tese, as informações que possibilitem a identificação dos entrevistados serão suprimidas. De modo complementar, serão utilizados pseudônimos para se referir a cada ativista participante.

## APÊNDICE B – CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, RG \_\_\_\_\_  
CPF \_\_\_\_\_, abaixo assinado, concordo em participar do estudo \_\_\_\_\_, como sujeito. Fui devidamente informado e esclarecido pelo pesquisador \_\_\_\_\_ sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Afirmando que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informada (o) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais é estudar os ativismos digitais afrovegãos nas mídias sociais.

Foi-me garantida (o) que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

O (a) pesquisador (a) principal do estudo / pesquisa / programa me ofertou uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

Local e data

\_\_\_\_\_

Nome do entrevistado: \_\_\_\_\_

Assinatura do entrevistado: \_\_\_\_\_

**Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e aceite do sujeito em participar.**

Testemunhas (não ligadas à equipe de pesquisadores):

Nome: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

## APÊNDICE C – MODELO DE ORGANIZAÇÃO DAS PLANILHAS

<b>Nome (Ativista)</b>	<b>Descrição da página</b>	<b>Número de seguidores</b>	<b>Pautas defendidas</b>	<b>Conteúdo postado</b>	<b>Número de postagens</b>	<b>Idade</b>
Angélica	Antiespecista, Feminista, Antirracista, Anticapitalista e Decolonial	989	Antiespecista, Feminista, Antirracista, Anticapitalista e Decolonial	Divulgação do MAV, comida e vida cotidiana	–	35
Beto	Afrovegano, favelado, comunista e LGBTQI+	3.729	Afrovegano, favelado, comunista e LGBTQI+	Divulgação de receitas, Eventos e Notícias	–	18
Carla	Afrovegana, Antirracista, Antiespecista	3.729	Afroveganismo, Antirracismo e Antiespecismo	Receitas, vida cotidiana e alimentação ancestral	–	-
Deise	Veganismo antirracista, acessível e simples e LGBTQI+	23.1	Afroveganismo, Antirracismo e alimentação acessível	Alimentação ancestral, vida cotidiana e receitas	–	26
Elias	Veganismo igualitário, Afroveganismo	4.547	Veganismo popular e Afroveganismo	Divulgação de receita e vida cotidiana	–	25
Fernanda	Preta, vegana e favelada	50,9K	Antirracismo	Culinária de divulgação de receitas	–	26
Geise	Feminista negra, anticapitalista e vegana	1.031	Feminismo, Antirracismo e Anticapitalismo	Receitas veganas acessíveis e cotidiano	–	29
Heitor	Afrovegano	1.433	Antirracismo e Antiespecismo	Vida pessoal e alimentação acessível	–	28
Iara	Veganismo popular, antirracista e Sustentabilidade	24.3K	Antirracismo, Sustentabilidade e Veganismo Popular	Eventos, receitas e vida pessoal	–	25
Jussara	Afrovegana, comida artesanal vegana	2.813	Produção local, Afroveganismo e Alimentação acessível	Comida vegana acessível, textos autorais	–	30
Karen	Afrovegana	931	Afroveganismo	Divulgações do MAV, Saúde negra	–	34
Lucas	Afrovegano, Gastronomia	1.162	Afrovegano, Gastronomia	Música, academia e refeições	–	28
Maria	Antirracista e Antiespecista	13,2k	Antirracismo e Antiespecismo	Divulgação de receitas veganas acessíveis e vida pessoal	–	27
Nicole	Antirracista, Periférica e Antiespecista	44,3K	Antirracismo, Antiespecismo, Anti-homofobia e Preservação Ambiental	Divulgação de receitas veganas acessíveis e vida pessoal	–	25

Fonte: Elaboração própria.

## APÊNDICE D – ROTEIRO SEMIESTRUTURADO PARA ENTREVISTAS

1. Conte um pouco sobre sua história, quem você é, sua idade, o que você faz, há quanto tempo é vegana (o) e como foi a transição...
2. Como é sua alimentação? De onde vem os vegetais, da Agricultura Familiar, Agroecologia, Feiras...
3. Como é seu espaço ocupado no MAV? Você participa de algum outro movimento social, além do Afroveganismo?
4. O que é ser afrovegano? Qual a pauta defendida? Quais as limitações?
5. Como a pauta “afro” se cruzou com a pauta “vegana” na sua caminhada? Como você se posiciona com relação a isso?
6. Como a questão da negritude é interpretada por você e incorporada no seu ativismo? Quais os desafios enfrentados ao articular essas pautas (Negritude e Veganismo)?
7. Como é ser jovem nesse processo de articulação? Dificuldades, desafios e possibilidades. E ser mulher, tem diferença nesse posicionamento e ativismo?
8. Qual o intuito da promoção de uma culinária vegana pautada na ancestralidade?
9. Como é o seu ativismo? Na prática, como ele funciona? Quais as dificuldades enfrentadas nesse ativismo?
10. Qual o papel das mídias sociais nesse processo? Desafios, possibilidades e limitações.
11. Tem diferença entre o ativismo presencial e o ativismo digital? Quais estratégias acionadas?
12. De modo geral, quais os perfis das pessoas que interagem com o seu perfil? (Jovens, mulheres, negros...)
13. Qual a sua relação com outros movimentos sociais? (Aproximações e distanciamentos). Como você busca conhecer as ações desses movimentos? Como você se aproxima?
14. Dentro do movimento afrovegano, vocês divergem? Se sim, em quais pautas ou posições? Quais as estratégias adotadas para manter o alinhamento?

15. Como as pautas “antirracismo” e “antiespecismo” são entendidas por você e pelo movimento afrovegano como um todo? É possível estabelecer alguma comparação entre estes termos?